



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Denise Machado

**Gestão de conteúdo em repositórios institucionais de universidades estrangeiras:**  
análise de diretrizes a partir de boas práticas internacionais

Florianópolis  
2024

Denise Machado

**Gestão de conteúdo em repositórios institucionais de universidades estrangeiras:**  
análise de diretrizes a partir de boas práticas internacionais

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Título de Mestra em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento.

Orientadora: Profa. Marli Dias de Souza Pinto, Dra.

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Machado, Denise

Gestão de conteúdo em repositórios institucionais de universidades estrangeiras : análise de diretrizes a partir de boas práticas internacionais / Denise Machado ; orientadora, Marli Dias de Souza Pinto, 2024.

218 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Repositórios institucionais. 3. Gestão de conteúdo. 4. Diretrizes. 5. Boas práticas. I. Dias de Souza Pinto, Marli. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

Denise Machado

**Gestão de conteúdo em repositórios institucionais de universidades estrangeiras:**  
análise de diretrizes a partir de boas práticas internacionais

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 05 de abril de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Caterina Marta Groposo Pavão, Dra.  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Thiago Magela Rodrigues Dias, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

---

Prof. Edgar Bisset Alvarez, Dr.  
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

---

Profa. Marli Dias de Souza Pinto, Dra  
Orientadora

Florianópolis, 2024

*À minha mãe Regina e ao meu pai Carlinhos,  
pelo amor e cuidado que me dedicaram, cada um à sua melhor maneira.*

## RESUMO

Os repositórios institucionais de Acesso Aberto, particularmente os de ambientes universitários, possuem coleções cujos registros do conhecimento em formato digital caracterizam-se pela variedade de tipos documentais e por seu constante crescimento numérico. Nesse contexto, para que ocorra uma gestão eficiente dessas coleções, é imperativo que sejam instituídos instrumentos normativos, fundamentais para que os repositórios, como serviços de informação, possam desempenhar plenamente a sua função de divulgar e prover acesso aos resultados de pesquisas e trabalhos acadêmicos produzidos, para uso e benefício da sociedade. Nesse sentido, a presente dissertação teve como ponto de partida a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a situação de conformidade das diretrizes de gestão de recursos de conteúdo dos repositórios institucionais de universidades classificadas em *rankings* internacionais em relação à proposição de boas práticas da Confederação de Repositórios de Acesso Aberto (COAR)? Para respondê-la, foi estabelecido como objetivo geral: analisar o alinhamento das diretrizes de gestão de recursos de conteúdo de repositórios institucionais de universidades classificados em *rankings* internacionais em relação à proposição de boas práticas da COAR. Para o alcance do objetivo proposto, o estudo caracteriza-se metodologicamente como pesquisa exploratória descritiva e documental, com abordagem qualitativa. O *software* ATLAS.ti foi utilizado como ferramenta de apoio no processo de coleta dos dados e análise dos documentos. A amostra foi composta por 95 documentos normativos relacionados a oito repositórios institucionais de universidades provenientes de quatro países (Argentina, Espanha, Estados Unidos e Inglaterra), selecionados por ocuparem posições de destaque em *rankings* internacionais. Tais documentos consistem em diretrizes relacionadas à gestão e ao funcionamento desses repositórios. A tradução e análise do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR resultou na seleção de 26 características que influenciam a gestão de recursos de conteúdo. Os resultados da análise referente ao alinhamento das diretrizes dos repositórios institucionais com essas características indicam que 57% das diretrizes estão em conformidade, 42% apresentam conformidade indeterminada e 1% está em inconformidade. Conclui-se, portanto, que a maioria das diretrizes dos repositórios pesquisados atende às recomendações internacionais, podendo servir como subsídio e boas práticas para orientar o planejamento e a elaboração de diretrizes e ações relacionadas à gestão de recursos de conteúdo de outros repositórios institucionais. Assinala-se a necessidade de revisão e aprimoramento de uma parte significativa das diretrizes dos repositórios institucionais visando garantir o alinhamento com o *Framework* da COAR. Por fim, os resultados alcançados nesta pesquisa contribuem para a sustentabilidade operacional e aprimoramento dos repositórios institucionais, podendo ser aplicados em repositórios institucionais de universidades brasileiras.

**Palavras-chave:** repositórios institucionais; acesso aberto; gestão de conteúdo; diretrizes; boas práticas.

## ABSTRACT

Institutional Open Access repositories, particularly those in university environments, possess collections whose records of knowledge in digital format are characterized by a variety of document types and their constant numerical growth. In this context, to achieve efficient management of these collections, it is imperative to establish normative instruments, which are fundamental for the repositories, as information services, to fully perform their function of disseminating and providing access to the results of research and academic work produced, for the use and benefit of society. In this sense, the present dissertation started with the following research question: What is the compliance status of the content resource management guidelines of institutional repositories of universities ranked in international rankings concerning the proposal of good practices by the Confederation of Open Access Repositories (COAR)? To answer this question, the general objective was established: to analyze the alignment of the content resource management guidelines of institutional repositories of universities ranked in international rankings with the proposal of good practices by COAR. To achieve the proposed objective, the study is methodologically characterized as exploratory, descriptive, and documentary research, with a qualitative approach. The ATLAS.ti software was used as a support tool in the data collection and document analysis process. The sample consisted of 95 normative documents related to eight institutional repositories from universities in four countries (Argentina, Spain, United States and England), selected for their prominent positions in international rankings. These documents consist of guidelines related to the management and operation of these repositories. The translation and analysis of the Framework for Good Practices in Repositories from the COAR community resulted in the selection of 26 characteristics that influence content resource management. The results of the analysis regarding the alignment of institutional repository guidelines with these characteristics indicate that 57% of the guidelines are compliant, 42% have indeterminate compliance, and 1% are non-compliant. It is concluded, therefore, that most of the guidelines of the repositories studied meet international recommendations, serving as a basis and good practices to guide the planning and drafting of guidelines and actions related to the content resource management of other institutional repositories. It is noted that a significant part of the institutional repository guidelines needs to be reviewed and improved to ensure alignment with the COAR Framework. Finally, the results achieved in this research contribute to the operational sustainability and improvement of institutional repositories, and can be applied to institutional repositories of Brazilian universities.

**Keywords:** institutional repositories; open access; content management; guidelines; good practices.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Abordagens de gestão a partir de dois sistemas (comunicação e publicação) .....	48
Figura 2 – Nível de abertura das licenças <i>Creative Commons</i> .....	57
Figura 3 – Sistema de códigos com as características selecionadas do <i>Framework</i> da COAR que influenciam a gestão de recursos de conteúdos em repositórios institucionais .....	84
Figura 4 – Representação em rede de um subcódigo do Sistema de códigos criado .....	86
Figura 5 – Conformidade das diretrizes com o <i>Framework</i> da COAR.....	86
Figura 6 – Segmentos codificados em um documento no ATLAS.ti.....	87
Figura 7 – Mapa com os repositórios institucionais e respectivas universidades .....	88



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Universidades e repositórios no <i>Ranking</i> Transparente e CWTS Leiden <i>Ranking</i> .....	89
Gráfico 2 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 1.3 Remoção de recursos do repositório e manutenção dos seus registros .....	110
Gráfico 3 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 1.4 Atribuição de identificadores persistentes relacionados aos recursos.....	112
Gráfico 4 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 1.6 Descoberta dos recursos por serviços de indexação.....	114
Gráfico 5 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 1.9 Possibilidade de vincular conteúdos relacionados por meio de <i>links</i> .....	116
Gráfico 6 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 2.1 Forma de disponibilização dos recursos relativa ao custo .....	119
Gráfico 7 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 2.2 Apresenta um <i>link</i> para o recurso na página inicial de cada recurso.....	120
Gráfico 8 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 2.6 Forma de disponibilização dos recursos relativa ao tamanho de arquivos muito grandes .....	120
Gráfico 9 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 2.7 Possibilidade de acesso aos recursos restritos.....	126
Gráfico 10 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 2.9 Aderência às práticas de acessibilidade aplicadas ao conteúdo dos recursos .	128
Gráfico 11 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 3.1 Informação sobre a licença de uso atribuída aos recursos de conteúdo.....	135
Gráfico 12 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 3.4 Formatos de armazenamento aceitos no repositório .....	138
Gráfico 13 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 3.5 Conversão de formatos de armazenamento .....	139
Gráfico 14 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 3.6 Fornecimento de termos de uso para recursos sem licença de uso padrão .....	141
Gráfico 15 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 4.1 Controle da manipulação não autorizada dos recursos .....	144

Gráfico 16 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 4.2 Controle de versão dos recursos depositados.....	146
Gráfico 17 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 4.3 Verificação de integridade dos recursos de conteúdo.....	148
Gráfico 18 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 5.2 Processos de curadoria dos recursos detalhados em documentação ou política .....	151
Gráfico 19 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.1 Procedimentos para preservação digital definidos em um plano.....	155
Gráfico 20 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.2 Registro de soma de verificação do recurso quando enviado para depósito ou modificado .....	156
Gráfico 21 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.4 Ações de preservação previstas no acordo entre depositante e repositório ....	157
Gráfico 22 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.5 Cópia e migração dos recursos para outros sistemas .....	159
Gráfico 23 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.6 Manutenção de cópia do conteúdo armazenado em local diferente do repositório .....	161
Gráfico 24 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.7 Resposta e procedimentos em casos de desastres naturais ou ataques cibernéticos .....	162
Gráfico 25 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 7.4 Resposta com relação aos recursos se as operações finalizarem .....	165
Gráfico 26 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 8.1 Descrição do escopo dos recursos de conteúdo aceitos no repositório.....	174
Gráfico 27 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 8.4 Coleta e compartilhamento de informações sobre o uso dos recursos de conteúdo.....	177

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais características dos repositórios institucionais .....	34
Quadro 2 – Nomenclatura das políticas relacionadas aos repositórios institucionais .....	40
Quadro 3 – Políticas de repositórios recomendadas pelo OpenDOAR .....	42
Quadro 4 – Classe dos tipos de produtos de pesquisa e tipos de recursos de conteúdo .....	50
Quadro 5 – Formatos de arquivos aceitos para depósito no Arca.....	65
Quadro 6 – Etapas da pesquisa .....	75
Quadro 7 – Repositórios institucionais identificados no <i>Ranking</i> Transparente 2023 .....	77
Quadro 8 – Repositórios identificados a partir do CWTS Leiden <i>Ranking</i> 2023.....	79
Quadro 9 – Repositórios institucionais selecionados para o estudo .....	80
Quadro 10 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do <i>Framework</i> da COAR relativas à capacidade de descoberta dos recursos de conteúdo.....	116
Quadro 11 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do <i>Framework</i> da COAR relativas ao acesso aos recursos de conteúdo .....	129
Quadro 12 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do <i>Framework</i> da COAR relativas à reutilização dos recursos de conteúdo .....	142
Quadro 13 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do <i>Framework</i> da COAR relativas à integridade e autenticidade dos recursos de conteúdo.....	148
Quadro 14 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com a característica do <i>Framework</i> da COAR relativa à garantia de qualidade dos recursos de conteúdo .....	152
Quadro 15 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do <i>Framework</i> da COAR relativas à preservação dos recursos de conteúdo .....	163
Quadro 16 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com a característica do <i>Framework</i> da COAR relativa à sustentabilidade e segurança dos recursos de conteúdo.....	165
Quadro 17 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do <i>Framework</i> da COAR relativas à outras características dos recursos de conteúdo .....	178

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo da 2ª versão do <i>Framework</i> para boas práticas em repositórios da comunidade COAR .....	72
Tabela 2 – Quantitativo das características selecionadas do <i>Framework</i> da COAR e sua transformação em códigos.....	85
Tabela 3 – Resumo dos documentos dos oito repositórios institucionais .....	105
Tabela 4 – Cenário de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do <i>Framework</i> da COAR .....	179
Tabela 5 – Cenário de conformidade das diretrizes dos repositórios separados por <i>ranking</i> com as características do <i>Framework</i> da COAR .....	180
Tabela 6 – Cenário de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais por objetivos do <i>Framework</i> da COAR.....	181

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALPSP	Association of Learned and Professional Society Publishers
APC	Article Processing Charge
API	Application Programming Interface
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BETHESDA	Bethesda Statement on Open Access Publishing
BioCADDIE	Biomedical and Healthcare Data Discovery Index Ecosystem
BOAI	Budapest Open Access Initiative
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
BU	Biblioteca Universitária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Creative Commons
CGU	Controladoria-Geral Da União (Brasil)
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAR	Confederation of Open Access Repositories
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CSIC	Consejo Superior de Investigaciones Científicas
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
CWTS	Centre for Science and Technology Studies
DCIP	Data Citation Implementation Pilot
DOI	Digital Object Identifier
DRIVER	Digital Repository Infrastructure Vision for European Research
ESF	European Science Foundation
FAIR	Findability, Accessibility, Interoperability and Reuse
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GIS	Geographic Information System
IANA	Internet Assigned Numbers Authority
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICC	International Chamber Of Commerce
IFEs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISO	International Organization for Standardization

JAV	Journal Article Versions Technical Working Group
JISC	Joint Information Systems Committee
LDA	Lei de Direitos Autorais
LISTA	Library, Information Science & Technology Abstracts
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MTD-BR	Padrão Brasileiro de Metadados para Descrição de Teses e Dissertações
NDSA	National Digital Stewardship Alliance
NIH	National Institutes of Health
NISO	National Information Standards Organization
OAI	Open Archives Initiative
PMH	Protocol for Metadata Harvesting
OpenAIRE	Open Access Infrastructure for Research in Europe
OpenDOAR	Directory of Open Access Repositories
PGCIn	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PI	Propriedade Intelectual
PID	Persistent Identifier
PREMIS	Preservation Metadata: Implementation Strategies
RDA	Research Data Alliance
RFS	Recommended Formats Statement
RI/UFSC	Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina
SWORD	Simple Web-service Offering Repository Deposit
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WHO	World Health Organization
WIPO	World Intellectual Property Organization
WoS	Web of Science

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
1.1	OBJETIVOS .....	20
1.1.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>20</b>
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	<b>21</b>
1.2	JUSTIFICATIVA .....	21
1.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	24
<b>2</b>	<b>ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS</b> .....	<b>25</b>
2.1	ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	25
<b>2.1.1</b>	<b>Tipos de repositórios digitais no escopo do Acesso Aberto</b> .....	<b>31</b>
2.2	REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS EM UNIVERSIDADES .....	32
2.3	DIRETRIZES RELACIONADAS AOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS ...	37
2.4	GESTÃO DE RECURSOS DE CONTEÚDO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS.....	43
<b>2.4.1</b>	<b>Tipos de recurso de conteúdo</b> .....	<b>48</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Propriedade intelectual</b> .....	<b>53</b>
2.4.2.1	<i>Direitos de acesso e licenciamento para depósito e uso de recursos de conteúdo</i> ..	55
2.4.2.2	<i>Versão do estágio de publicação do recurso de conteúdo</i> .....	59
<b>2.4.3</b>	<b>Formatos, autenticidade e integridade dos arquivos digitais</b> .....	<b>62</b>
2.5	FRAMEWORK PARA BOAS PRÁTICAS EM REPOSITÓRIOS DA COMUNIDADE COAR .....	67
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>74</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	74
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA DO ESTUDO .....	76
3.3	COLETA DE DADOS DA AMOSTRA .....	80
3.4	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	81
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>88</b>
4.1	REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E SUAS DIRETRIZES.....	88
4.1.1	<b>eScholarship Repository</b> .....	<b>91</b>
4.1.2	<b>UPCommons</b> .....	<b>93</b>
4.1.3	<b>Servicio de Difusión de la Creación Intelectual (SEDICI)</b> .....	<b>95</b>
4.1.4	<b>Depósito de Investigación Universidad de Sevilla (idUS)</b> .....	<b>97</b>
4.1.5	<b>Digital Access to Scholarship at Harvard (DASH)</b> .....	<b>98</b>

4.1.6	UCL Discovery .....	100
4.1.7	Oxford University Research Archive (ORA) .....	101
4.1.8	JScholarship .....	103
4.1.9	Diretrizes relacionadas à gestão e ao funcionamento dos repositórios institucionais .....	104
4.2	ANÁLISE DAS DIRETRIZES SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS DE CONTEÚDO DOS OITO REPOSITÓRIOS E O FRAMEWORK DE BOAS PRÁTICAS DA COAR .....	106
4.2.1	Capacidade de descoberta dos recursos de conteúdo.....	106
4.2.2	Acesso aos recursos de conteúdo .....	117
4.2.3	Reutilização dos recursos de conteúdo .....	130
4.2.4	Integridade e autenticidade dos recursos de conteúdo.....	143
4.2.5	Garantia de qualidade dos recursos de conteúdo .....	149
4.2.6	Preservação dos recursos de conteúdo.....	152
4.2.7	Sustentabilidade e segurança dos recursos de conteúdo.....	164
4.2.8	Outras características dos recursos de conteúdo.....	166
4.2.9	Cenário geral de alinhamento das diretrizes dos repositórios com as características do <i>Framework</i> da COAR .....	178
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
	REFERÊNCIAS .....	189
	APÊNDICE A – Documentos relacionados à gestão e ao funcionamento dos repositórios institucionais objeto do estudo.....	212
	ANEXO A – 2º versão do <i>Framework</i> para boas práticas em repositórios da comunidade COAR.....	216



## 1 INTRODUÇÃO

Os repositórios institucionais de instituições de ensino superior têm como função basilar promover e gerenciar a informação científica e acadêmica em Acesso Aberto. No contexto de instituições públicas e gratuitas torna-se imprescindível a disseminação dos conhecimentos produzidos, alicerçado na pesquisa, para a sociedade em geral, e este serviço pode ser realizado por meio dos repositórios institucionais.

As áreas inerentes à gestão e manutenção de repositórios institucionais estão compreendidas pelo campo teórico e prático entre as áreas das Humanidades e a Ciência da Computação. Pimenta (2020) aponta que a Ciência da Informação e Humanidades Digitais parecem se encontrar no uso de tecnologias digitais nos diversos processos de mediação da informação ou de seu respectivo acesso e recuperação. No mesmo sentido, Spence (2014) afirma que o campo das Humanidades Digitais também consiste em estudar e oportunamente conceber novas formas de criar e gerir o conhecimento.

Diante disso, o posicionamento dos repositórios institucionais no campo da Ciência da Informação e nas Humanidades Digitais pode ser percebido no desenvolvimento, apropriação e uso de infraestruturas tecnológicas e ferramentas digitais para a oferta e o aperfeiçoamento de serviços de informação no modelo de projetos que visam à gestão, à interoperabilidade entre diversos sistemas e, principalmente à democratização da informação científica e tecnológica em formatos digitais para o acesso e uso pela sociedade. Logo, a disponibilização do conhecimento gerado nas instituições para todos os públicos, seguindo as premissas da Ciência Aberta, possibilita contribuir para a qualificação da população e o desenvolvimento de países.

As coleções e seus conteúdos são fundamentais para a implantação, existência e êxito de um repositório institucional. Nas universidades, devido ao acúmulo e a variedade de informações no ambiente digital, se faz necessário desenvolver e gerir coleções com a intenção de prover acesso ao conteúdo produzido nessas instituições (Nascimento; Santos, 2012). Assim, como nas coleções tradicionais em bibliotecas físicas, nos repositórios digitais é necessário selecionar os recursos passíveis de inclusão e estes devem ter coerência e atender a um objetivo bem definido (Hall; Clough; Stevenson, 2012). Além disso, os recursos digitais, digitalizados ou nato-digitais, apresentam características distintas que devem ser consideradas na gestão das coleções (Brayner, 2020).

A produção intelectual das universidades gera uma quantidade significativa de materiais digitais provenientes de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estes materiais

são diversificados, abrangendo variadas tipologias, formatos e áreas do conhecimento, indicando que a gestão da informação no ambiente digital pode ser problemática, ainda mais quando se considera algumas questões, tais como o contexto multidisciplinar, a presença de conteúdo efêmero, a apresentação de conexões não lineares, a instabilidade na permanência e a preservação em longo prazo (Nascimento; Santos, 2012).

Nessa perspectiva, é necessário refletir sobre os itens que compõem os repositórios institucionais para identificar e caracterizar recursos de conteúdo e delimitar coleções condizentes com os propósitos instituídos, como é expresso por Galbreath (1997) quando afirma que uma coleção digital deve ser uma construção fundamentalmente intelectual, e não apenas um conjunto de objetos.

Relacionado a isso, Weitzel (2006, p. 141) expõe que a função principal dos repositórios institucionais consiste em "[...] permitir o acesso organizado e livre às publicações". Na mesma linha de raciocínio Bustos-González, Fernández-Porcel e Johnson (2007, p. 38) apontam que compete aos repositórios institucionais das universidades "Adquirir os conteúdos e escolher mecanismos de controle de qualidade." e "Adquirir um compromisso de gestão de um arquivo sustentável."

Diante desse cenário, entende-se que a gestão de coleções e seu conteúdo são aspectos fundamentais na construção e na manutenção de repositórios institucionais. Dessa forma, torna-se necessário que o acervo constituído possua propósitos evidentes, embasado por planejamento contextualizado e compreendido entre os gestores e usuários. Cabe então, formalizar nas políticas a definição de diretrizes e procedimentos necessários para garantir sustentabilidade e assertividade do conteúdo dos repositórios institucionais junto às instituições que os mantêm e à sociedade em geral a que eles atendem.

Por esse ângulo, torna-se necessário investigar sobre a gestão de recursos de conteúdo, buscando entender a definição dos critérios de depósito que determinem quais documentos serão admitidos e sob quais condições nos repositórios institucionais, bem como quais os mecanismos de manutenção e preservação da coleção. Para esse sistema de informação, isso mostra-se fundamental, pois seu êxito está diretamente relacionado à qualidade e quantidade dos documentos armazenados (Silva, 2014).

Sobre o assunto, Costa e Leite (2019) enfatizam que os repositórios institucionais da América Latina, compreendendo os brasileiros, têm forte presença de conteúdos de categoria distinta da produção de pesquisa, incluindo documentação administrativa e outros tipos de documentos que não fazem parte do contexto da comunicação científica. A disponibilização de documentos não previstos no escopo de atuação dos repositórios institucionais pode

representar uma distorção da sua finalidade como sistema de comunicação científica de Acesso Aberto e sinaliza que os repositórios institucionais têm sido adotados para o gerenciamento de informações de natureza diversa, além de publicações científicas.

Segundo pesquisa de Roy, Biswas e Mukhopadhyay (2022), com base nos dados do Diretório de repositórios de Acesso Aberto (*Directory of Open Access Repositories - OpenDOAR*) de agosto de 2020, cerca de 73,9% do total de 5.395 dos repositórios institucionais no mundo não definiram política de conteúdo e 73,1% não mencionam política sobre depósito/submissão. Os autores também afirmam que criar um repositório institucional usando *software* de código aberto não é algo complicado, mas formular documentações de políticas é um desafio comum para os gerentes de repositório. Em um contexto local, Queiroz e Araújo (2020) comentam que no cenário brasileiro, percebe-se que há poucas instituições que possuem políticas institucionais definidas e alinhadas para seus repositórios. Sendo que algumas instituições têm políticas bem estruturadas e instrutivas, mas a maioria está em fase de preparação ou com piloto de políticas.

Em consequência da dinamicidade do ambiente digital, torna-se fundamental a construção, revisão ou readequação das políticas e diretrizes de gestão dos repositórios como forma de normatizar as ações importantes à atualização de tecnologias atreladas ao funcionamento dos repositórios institucionais, bem como a manutenção das suas coleções e recursos de conteúdo.

Existem ainda, como parte de um regime de informação, as políticas governamentais e de agências de fomento à pesquisa, inovação e tecnologia que visam e/ou exigem a disseminação do conhecimento produzido nas instituições de ensino superior do país por diferentes canais de comunicação, entre eles os repositórios institucionais. Com isso, as universidades precisam atender aos regramentos vigentes de modo a adequar e qualificar seus repositórios e demonstrar para sociedade o que estão produzindo de conhecimento.

A partir desse cenário de contínuas transformações percebe-se a problemática da gestão de conteúdo associada às políticas de gestão e funcionamento dos repositórios institucionais, especificamente acerca das diretrizes relacionadas com os recursos de conteúdo. Desse modo, torna-se importante que essas questões normativas sejam retrabalhadas de acordo com as diretrizes de boas práticas existentes porque elas podem afetar os serviços do repositório e ter um impacto significativo na formulação de políticas (Roy, Biswas, Mukhopadhyay, 2022).

Existem diferentes iniciativas no cenário global da Ciência Aberta e Acesso Aberto que preveem contribuir com a capacidade técnica e gerencial dos repositórios digitais por

meio de recomendações. Atualmente destaca-se a Confederação de Repositórios de Acesso Aberto (*Confederation of Open Access Repositories - COAR*) que editou em 2022 a 2ª versão do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR (do inglês *COAR Community Framework for Good Practices in Repositories*). Este *Framework* visa delinear práticas essenciais e desejadas para os repositórios e serve de fonte de informação e de subsídio ao entendimento da problemática da gestão de conteúdos digitais associadas aos repositórios de todos os tipos, inclusive os repositórios institucionais de universidade, o que o coloca como objeto de fundamentação desta pesquisa.

Por conseguinte, as instituições precisam tomar medidas quanto à eficácia das diretrizes específicas relacionadas aos recursos de conteúdos depositados, mantidos, preservados e disponibilizados nos repositórios institucionais. Isso indica que existe a necessidade de elaborar, atualizar e fortalecer as políticas de gestão dos repositórios institucionais de universidades. Tendo como finalidade adequá-las aos preceitos de Acesso Aberto e de incorporar novas funcionalidades e tendências atreladas às práticas de gerenciamento e funcionamento. O que também revela a importância das práticas exercidas pelos repositórios institucionais de universidades estarem regulamentadas, declaradas e formalizadas em diretrizes inscritas em documentos normativos para uso dos gestores e para aplicação, orientação e divulgação aos usuários.

Diante do contexto apresentado, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a situação de conformidade das diretrizes de gestão de recursos de conteúdo dos repositórios institucionais de universidades classificadas em *rankings* internacionais em relação à proposição de boas práticas da Confederação de Repositórios de Acesso Aberto (COAR)?

Com esse questionamento elaborou-se os objetivos da pesquisa indicados a seguir.

## 1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral e os objetivos específicos do estudo são descritos na sequência.

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o alinhamento das diretrizes de gestão de recursos de conteúdo dos repositórios institucionais de universidades classificadas em *rankings* internacionais com a proposição de boas práticas da Confederação de Repositórios de Acesso Aberto (COAR).

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar as diretrizes de repositórios institucionais de universidades selecionados a partir do CWTS Leiden *Ranking* e do *Ranking* Transparente: repositórios institucionais pelo Google Acadêmico;
- b) selecionar as características sobre a gestão de recursos de conteúdo no *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR;
- c) verificar a conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais quanto às práticas de gestão de recursos de conteúdo proposto pelo *Framework* da COAR.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Em busca do engajamento com a Ciência Aberta, a presença de repositórios institucionais nas universidades se torna indispensável. Ademais, a vasta diversidade e a quantidade expressiva de trabalhos científicos e acadêmicos, provenientes de pesquisas realizadas pelas comunidades universitárias em diversas áreas do conhecimento, representam um desafio complexo para os repositórios institucionais. Tal desafio é evidenciado pela gestão de conteúdo que abrange as diretrizes para a gestão dos recursos de conteúdo<sup>1</sup>.

Relacionado ao tema, observa-se que muitas iniciativas de universidades brasileiras instituíram repositórios em suas instituições, parte significativa delas pelo incentivo do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Isso ocorreu em parte para gerenciar a produção intelectual e acadêmica das suas instituições no atendimento a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que utilizam essas produções científicas como um dos elementos subsidiadores para os processos de implantação ou avaliação dos cursos das instituições de ensino superior no Brasil.

No entanto, a realidade sinaliza que poucos são os repositórios institucionais brasileiros que possuem destaque em *rankings* internacionais comprometidos com o Acesso Aberto, como o CWTS Leiden *Ranking* do Centro de Estudos de Ciência e Tecnologia (*Centre for Science and Technology Studies* - CWTS) e o *Ranking* Transparente: repositórios institucionais pelo Google Acadêmico (*Transparent Ranking: Institutional Repositories by*

---

<sup>1</sup> De acordo com a COAR (2022a) o termo recurso de conteúdo refere-se ao objeto ou item que tenha sido depositado no repositório, como por exemplo, livro, vídeo e conjunto de dados, sendo esse o termo preferido a ser utilizado neste estudo para referir-se a documento digital, recurso informacional ou outras formas variantes.

*Google Scholar*). Na 15ª edição<sup>2</sup> do *Ranking* Transparente, de fevereiro de 2023, apenas sete entre os 100 primeiros classificados são repositórios de universidades brasileiras, sendo que destes a maioria armazena predominantemente trabalhos de conclusão de cursos de graduação, teses e dissertações.

Tendo em vista essa informação, percebe-se que o depósito, seja pelo autor (autoarquivamento) ou de forma mediada ou automatizada, de outros tipos de publicações, principalmente de artigos nos repositórios institucionais, ainda é uma prática a ser desenvolvida e estimulada. Além disso, no Brasil ainda se busca instituir uma política nacional que promova o Acesso Aberto de forma estruturada e mais ampla entre as instituições de ensino superior, por serem as principais responsáveis por gerar conhecimento científico no Brasil (Rico-Castro; Bonora, 2023).

Com base no exposto, considerou-se pertinente abordar as recomendações inscritas na 2ª versão do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR junto à verificação da adoção e da documentação destas práticas em diretrizes de gestão de repositórios institucionais de universidades estrangeiras. Salienta-se que a COAR apresenta-se como uma organização com posição de autoridade global e impacto na área de gestão de repositórios e promoção do Acesso Aberto.

Neste estudo, buscou-se um olhar para o exterior, além do âmbito brasileiro, sendo que em outras regiões do mundo a efetivação de ações institucionalizadas em prol do Acesso Aberto mostra-se mais avançada. Independente das diferenças, entre as instituições estrangeiras e brasileiras, principalmente econômicas e administrativas, tem-se em vista que os repositórios precisam estar minimamente padronizados para favorecer o trabalho em rede, a cooperação entre eles e a internacionalização por meio da interoperabilidade entre os sistemas. Logo, a delimitação do estudo pela análise de aspectos específicos nas diretrizes de gestão de repositórios institucionais de universidades de outros países que apresentam experiências e práticas estabelecidas, tem o objetivo de que sirvam de exemplo aos repositórios brasileiros solidificados e para os que ainda estão em desenvolvimento.

As diretrizes bem definidas e com acesso facilitado para a gestão dos repositórios podem favorecer o entendimento dos usuários quanto aos aspectos norteadores e legais sobre

---

<sup>2</sup> Classificação dos repositórios mantidos por universidades brasileiras na 15ª edição de 2023 do *Transparent Ranking: Institutional Repositories by Google Scholar*: 3º LUME Repositório Digital Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 10º Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo; 12º Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina; 15º Repositório da Produção da Universidade de São Paulo; 21º Repositório Institucional da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; 44º Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará; e 73º Repositório Digital da Universidade Federal de Minas Gerais.

o depósito e disponibilização de conteúdos nos repositórios institucionais, e também sobre o acesso e uso dos materiais disponibilizados. Diretrizes inadequadas e sem clareza podem levar à subutilização dos repositórios devido à insegurança gerada (Carvalho; Carvalho, 2012). Por esta razão, torna-se importante elaborar políticas que informem de modo preciso aos usuários as ações praticadas e aquelas que não são permitidas.

Nesse sentido, o fornecimento de informações sobre o uso adequado do repositório, também poderá resguardar as equipes dos repositórios de possíveis responsabilidades decorrentes do uso indevido pelos depositantes e demais usuários internos e externos à instituição. Esta ação também poderá prevenir ações judiciais no que tange às violações de direitos inerentes ao compartilhamento e uso de conteúdo de modo inadequado.

Para o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especificamente por se tratar da Ciência da Informação na linha de pesquisa da Gestão da Informação e do Conhecimento, a exploração deste tema se justifica por abordar aspectos da criação e manutenção de repositórios institucionais e por abranger áreas temáticas pertinentes, como a gestão e organização da informação e a utilização de tecnologias digitais. O desenvolvimento desta pesquisa pode agregar para a melhoria na qualidade de serviços de informação com foco no atendimento efetivo da comunidade de usuários de repositórios e para a democratização do conhecimento científico produzido pelas instituições de pesquisa e ensino superior no Brasil.

Atrelado a isso, ao abordar este tema de pesquisa contribui-se com resultados que podem possibilitar a atualização ou concepção de novas políticas relacionadas à gestão dos repositórios institucionais de universidades brasileiras com ênfase em aspectos referentes aos recursos de conteúdo. E, por conseguinte, a efetivação de ações objetivando a adequação e evolução de repositórios institucionais em processo inicial ou avançado de desenvolvimento. O estudo também oportuniza o aprimoramento do Repositório Institucional da UFSC (RI/UFSC), considerando que a pesquisadora do presente estudo faz parte da equipe da Biblioteca Universitária (BU) da UFSC que é responsável pela gestão do referido repositório.

Desse modo, frente às demandas atuais, observa-se que é necessário que as equipes gestoras dos repositórios institucionais estejam atentas às tendências mundiais e incorporem as e recomendações internacionais, visando intensificar a divulgação da produção científica dos autores, pesquisadores e acadêmicos das universidades brasileiras, bem como promover seu acesso e uso pela sociedade.

### 1.3 *ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO*

A dissertação está estruturada em cinco seções e suas subseções relacionadas. A primeira seção expõe o contexto introdutório do estudo, a pergunta de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa e a organização do projeto de pesquisa. A segunda seção apresenta aspectos teóricos e conceituais acerca de temas relativos à pesquisa. Sendo abordados, na terceira seção, os procedimentos metodológicos escolhidos para a realização da pesquisa, as características gerais da pesquisa e os métodos de coleta e de tratamento e análise dos dados utilizados. A quarta seção descreve os resultados diante do desenvolvimento da pesquisa. E, por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais.

Ainda, ao final deste trabalho, apresentam-se a lista das referências bibliográficas e documentais, bem como o Apêndice A e o Anexo A, adotados para fundamentar a temática abordada neste estudo.



## 2 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

As publicações técnico-científicas utilizadas para fundamentar a pesquisa e elaborar esta seção foram resultado de pesquisa bibliográfica, na qual foram aplicadas estratégias de buscas em fontes de informação relevantes, com ampla cobertura quantitativa e temporal que abordam áreas de interesse para a Ciência da Informação, sendo elas: BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), repositórios agregadores (Oasisbr, LA Referencia e OpenAIRE Explore), repositórios institucionais de universidades, institutos e centros de pesquisa nacionais e internacionais, e bases de dados fornecidas pelo Portal de Periódicos da CAPES, como WoS (*Web of Science*), SCOPUS e LISTA (Banco de dados de Resumos de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Tecnologia da Informação, em inglês: *Library, Information Science & Technology Abstracts*).

Também, utilizou-se documentação de instituições reconhecidas por suas posições de destaque no cenário da Ciência Aberta e da gestão de coleções digitais, entre elas: IBICT, COAR, OpenAIRE, UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em inglês: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), JISC (Comitê Conjunto de Sistemas de Informação do Reino Unido, em inglês: *Joint Information Systems Committee*) e Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (*Library of Congress*).

Apresenta-se, a seguir, a contextualização teórica e conceitual dos temas abordados neste estudo, envolvendo o Acesso Aberto à produção científica, os tipos de repositórios digitais, o conceito de repositório institucional e elementos estruturantes, sua importância para as universidades, introdução às políticas a ele associadas, aspectos relevantes relacionados à gestão de recursos de conteúdo nas coleções digitais de repositórios institucionais e a apresentação do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR.

### 2.1 ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA

No período de transição entre o final do século XX e o início do século XXI, tornou-se evidente que o acesso ao conteúdo científico com financiamento público havia ficado difícil e dispendioso, tornando-se um problema global (Suber, 2012; Rico-Castro; Bonora, 2023). Consequentemente, movimentos articulados nas esferas da academia, da ciência e da tecnologia concentraram esforços em encontrar soluções para melhorar o processo de divulgação dos resultados de pesquisa, bem como em resolver questões econômicas

associadas às publicações acadêmicas causadas pelo setor editorial de periódicos. Sendo que as bibliotecas acadêmicas estão entre as instituições que exprimiram preocupações sobre o modelo de negócio posto em prática por grandes editoras comerciais (Rico-Castro; Bonora, 2023).

Aliado a isso, após a Segunda Guerra Mundial, houve o aprimoramento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), especialmente a internet e a *World Wide Web* (web). Os computadores e a *web* impactaram e contribuíram na evolução da comunicação científica, alterando o modo como os documentos são produzidos, organizados, compartilhados e divulgados na comunidade de pesquisa científica (Luzón, 2017; Muriithi; Horner; Pemberto, 2016). Os documentos impressos foram substituídos por inúmeros documentos eletrônicos que podem ser acessados por meio da internet, representando uma nova era para o mundo (Cull, 2011).

Em 1999, no México, ocorreu a Convenção de Santa Fé com o intuito de explorar as possibilidades da *web* a fim de construir mecanismos para dinamizar a interlocução de comunicações científicas por meio de diferentes sistemas de informação. Desse evento originou-se a Iniciativa de Arquivos Abertos (em inglês, *Open Archives Initiative* - OAI) que desenvolveu o padrão de metadados *Dublin Core* e criou o Protocolo da Iniciativa de Arquivos Abertos para Colheita de Metadados (em inglês, *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* - OAI-PMH) (Marcondes; Sayão, 2009). Esse protocolo de comunicação:

[...] permite aos sistemas compartilhar metadados (dados que descrevem os recursos de informação) sem processos intermediários. Para tanto os sistemas são caracterizados como provedores de dados (sistemas que dispõem os metadados) e provedores de serviço (sistemas que coletam os metadados). A iniciativa foi essencial para o desenvolvimento de sistemas de acesso aberto porque definiu os padrões e o protocolo que garantem a interoperabilidade entre sistemas. (Costa; Leite, 2017, p. 48).

Nessa conjuntura, desenvolveu-se o Acesso Aberto. Segundo Czerniewicz e Goodier (2014), duas razões principais de ordem econômica e democrática levaram ao surgimento do Acesso Aberto: a crise dos periódicos, que se deve ao alto custo das assinaturas de bancos de dados de periódicos, e a demanda por pesquisas financiadas com dinheiro público serem disponibilizadas gratuitamente para o público que contribuiu para o financiamento, de modo a aproveitar as possibilidades oferecidas pela internet.

Como resultado aos movimentos em defesa ao Acesso Aberto foram originadas e difundidas declarações, entre elas a Declaração da UNESCO sobre a Ciência e o Uso do Conhecimento Científico de 1999, a declaração da Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste

(em inglês, *Budapest Open Access Initiative* - BOAI) de 2002, a Declaração de Bethesda sobre Publicação em Acesso Aberto de 2003 e a Declaração de Berlim sobre Acesso Aberto nas Ciências e Humanidades de 2003 (UNESCO, 2022a). Essas últimas três declarações, como marco de ação, também são conhecidas como declarações BBB (Suber, 2012). A declaração de BOAI define Acesso aberto como:

[...] disponibilidade gratuita na Internet pública, permitindo que qualquer usuário leia, baixe, copie, distribua, imprima, pesquise ou crie *links* para os textos completos desses artigos, rastreie-os para indexação, passe-os como dados para software ou use-os para qualquer outro fim lícito, sem barreiras financeiras, jurídicas ou técnicas que não sejam indissociáveis do próprio acesso à Internet. A única restrição à reprodução e distribuição, e o único papel dos direitos autorais neste domínio, deve ser dar aos autores o controle sobre a integridade de seu trabalho e o direito de serem devidamente reconhecidos e citados (BOAI, 2002, tradução nossa, p. 3).

A Declaração de Bethesda (2003, p.1, tradução nossa) e a Declaração de Berlin (2003, p.2, tradução nossa) conceituam uma publicação de Acesso Aberto como aquela que permite aos usuários “[...] copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e fazer e distribuir trabalhos derivados em qualquer meio digital e para qualquer finalidade responsável, sujeitas à devida atribuição da autoria [...]”. Conforme Suber (2012, p. 8, tradução nossa), “A ideia básica do AA [Acesso Aberto] é simples: disponibilizar a literatura de pesquisa online sem barreiras de preço e sem a maioria das barreiras de permissão”. Ou seja, o Acesso Aberto foi desenvolvido na perspectiva de eliminar os custos econômicos de acesso, reduzir a dependência das universidades e centros de ciência e tecnologia de provedores comerciais e aumentar a transparência do processo científico e a democratização do conhecimento para a sociedade (Rico-Castro; Bonora, 2023).

A BOAI (2002) propõe duas estratégias para viabilizar o Acesso Aberto à literatura científica: a via dourada e a via verde.

A via dourada pode ser classificada em Acesso Aberto Puro e Acesso Aberto Híbrido. De acordo com Björk (2012), o Acesso Aberto Puro pode ser obtido por meio de revistas científicas financiadas por instituições, onde os artigos são disponibilizados sem barreiras financeiras para autores, instituições e leitores. Ou ainda, os pesquisadores podem optar por publicar seus trabalhos em revistas de editoras comerciais que cobram uma taxa de processamento de artigo (em inglês, *Article Processing Charge* - APC), o que representa uma barreira financeira para o autor ou instituição, mas não impedem o acesso e a leitura dos artigos.

Ainda na categoria da via dourada encontram-se os Periódicos de Acesso Aberto Diamante, que são revistas que publicam sem cobrar dos autores e leitores, em contraste com

as revistas de Acesso Aberto por APC ou as revistas de assinatura (Bosman *et al.*, 2021). O Acesso Aberto Híbrido torna-se percebido em revistas que oferecem artigos de Acesso Aberto, mas que também cobram uma taxa para isso. Nestas revistas, encontram-se comumente tanto artigos de Acesso Aberto quanto de acesso fechado em que o acesso ocorre mediante pagamento (Björk, 2012).

A concretização do Acesso Aberto pela via verde ocorre quando as editoras possibilitam que a literatura científica, após terem passado pelo processo de revisão por pares, possa ser autoarquivada e disponibilizada em repositórios abertos disciplinares ou institucionais (Björk *et al.*, 2014). Segundo a declaração de Budapeste (BOAI, 2002), o autoarquivamento institucional em repositório é a primeira ação em busca do acesso irrestrito e reutilização irrestrita, que são características do verdadeiro Acesso Aberto. No entanto, os repositórios institucionais não são uma ameaça aos modelos de publicação tradicionais, mas fornecem um complemento imediato e valioso ao modelo de publicação acadêmica existente (Crow, 2002).

Com a ampla divulgação das iniciativas e declarações BBB em favor do Acesso Aberto, diversas instituições e organizações, nacionais e internacionais, se comprometeram com o Acesso Aberto para literatura científica e acadêmica (Suber, 2012).

Segundo Carvalho Neto, Willinsky e Alperin, (2016), os primeiros a declarar apoio e a se comprometer com o Acesso Aberto foram governos, universidades e instituições dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Holanda e Austrália, na qual se propuseram a avaliar e propor soluções para a questão do acesso público aos resultados de pesquisas financiadas pelos contribuintes e também como essas pesquisas poderiam ser difundidas de forma gratuita ao público pelos repositórios digitais. Considera-se o ArXiv o primeiro repositório digital, a respeito do qual Sunye *et al.* (2009, p.107) explicam que:

A criação do ArXiv é vista como o primeiro exemplo de concepção de um arquivo digital global para arquivos acadêmicos. Criado inicialmente para a área de Física, logo incorporou também Matemática e Ciência da Computação [...]. Os princípios definidos na criação do ArXiv no início dos anos 1990, foram incorporados pela Open Archives Initiative (OAI) que busca facilitar a publicação da produção científica e fornecer o acesso geral às comunidades interessadas nessas publicações.

Atualmente existem várias iniciativas internacionais em prol de repositórios digitais de Acesso Aberto, entre elas tem destaque o Plano S de 2018, apresentado pela associação *Science Europe*. O Plano S requer que todos os trabalhos acadêmicos resultantes de financiamento público europeu para pesquisa ou privado fornecido por órgão de pesquisa,

sejam publicados em periódicos de acesso aberto ou disponibilizados por meio de repositórios institucionais de acesso aberto, a partir de 1º de janeiro de 2021 (Science Europe, 2019).

No Brasil, as atividades de pesquisa são realizadas pelas seguintes entidades: universidades, institutos de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFEs) e Institutos Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação. Sendo que a maioria das pesquisas desenvolvidas no país é atribuída ao setor universitário (Rico-Castro; Bonora, 2023). Conforme o Censo da Educação Superior brasileira de 2022 (INEP, 2023), existe um total de 205 universidades no Brasil, sendo 115 públicas e 90 particulares.

Diferentemente da Europa, no momento atual, o governo brasileiro não tem uma política nacional formal em relação ao Acesso Aberto. Porém, muitas instituições ligadas à governança de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) propõem o desenvolvimento e manutenção de iniciativas importantes para apoiá-la (Rico-Castro; Bonora, 2023).

As principais instituições de fomento à pesquisa no Brasil, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), possuem diretrizes em suas políticas que determinam que os trabalhos científicos realizados com recursos provenientes dessas instituições sejam arquivados e disponibilizados em repositórios de acesso aberto (Babini; Rovelli, 2020). Além disso, o compromisso dos órgãos governamentais responsáveis pelo sistema de CTI foi respaldado no V Plano Nacional de Ação do Governo Aberto do Brasil (2021-2023) que abarca, entre suas 12 metas, a elaboração de uma proposta que se dedica à promoção da Ciência Aberta no Brasil (CGU, 2021).

O MCTI, através do IBICT, conduz a agenda política de Acesso Aberto e Ciência Aberta no Brasil. O IBICT atua na gestão de informações científicas, oferecendo suporte técnico e editorial a periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto, bem como auxílio à criação de repositórios institucionais de acesso aberto (Rico-Castro; Bonora, 2023). O IBICT é uma das poucas instituições do Brasil que assinaram a declaração da BOAI (BOAI, 2023).

Atualmente, as políticas de Acesso Aberto se inserem dentro das estratégias ou políticas mais amplas de Ciência Aberta (Rico-Castro; Bonora, 2023). Para a UNESCO (2022c), a Ciência Aberta consiste em um conjunto de princípios e práticas que objetivam disponibilizar a pesquisa científica de todas as disciplinas e campos a todas as pessoas, em benefício dos cientistas e da sociedade como um todo. Isto envolve a abertura dos processos de produção (criação, contribuição e avaliação), compartilhamento, exploração e

armazenamento de conhecimento científico, buscando tornar essas práticas inclusivas, equitativas e sustentáveis.

O compartilhamento do avanço científico e seus benefícios é um direito que deve ser promovido por uma ciência mais transparente, acessível e inclusiva, como mencionado no Artigo 27.1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 2022c). Nesse sentido, “A ciência aberta em mundo interconectado pode ajudar a resolver complexos desafios sociais, ambientais e econômicos e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.” (UNESCO, 2022d, p. 3, tradução nossa).

Entre os pilares-chave da Ciência Aberta encontram-se o conhecimento científico aberto e as infraestruturas científicas abertas (UNESCO, 2022a). O conhecimento científico aberto trata do Acesso Aberto e irrestrito ao conteúdo disponibilizado em domínio público ou sob direitos de autor, mas licenciado com uma licença aberta que permite ser reutilizado, redirecionado, adaptado e distribuído sob determinadas condições para todos os atores do sistema científico e demais usuários (UNESCO, 2022a; 2022c).

Segundo a UNESCO, o conhecimento científico divide-se em:

- a) publicações científicas (por exemplo, artigos, livros, relatórios de pesquisa, artigos de conferências),
- b) dados de pesquisa abertos (digital ou analógico, bruto ou processado, metadados, registros, imagens, protocolos, códigos de análise, fluxos de trabalho e muito mais),
- c) recursos educacionais abertos (materiais de ensino, aprendizagem e pesquisa),
- d) softwares de código aberto e código-fonte abertos e,
- e) hardwares abertos, como as especificações de design de objetos físicos. (UNESCO, 2022c, p.2, tradução nossa).

Quanto às infraestruturas científicas abertas, essas podem ser virtuais ou físicas e são essenciais para permitir o desenvolvimento da Ciência Aberta através de espaços, equipamentos ou instrumentos científicos e recursos baseados no conhecimento para satisfazer as necessidades das diferentes comunidades. Entre as infraestruturas encontram-se as revistas e plataformas de publicação de acesso aberto, assim como os repositórios abertos que devem visar o oferecimento de serviços padronizados para o gerenciamento e o fornecimento de acesso ao conhecimento científico (UNESCO, 2022a).

Com esta premissa, o conhecimento científico deve ser ofertado por meio de infraestruturas abertas de modo imediato ou o mais breve possível, sem qualquer custo (UNESCO, 2022a). Percebe-se, então que a infraestrutura aberta e o conhecimento científico aberto são dois pilares para a construção de repositórios digitais no âmbito do Acesso Aberto.

### 2.1.1 Tipos de repositórios digitais no escopo do Acesso Aberto

Com o objetivo de disseminar a produção científica e acadêmica, as instituições têm adotado diferentes abordagens de Acesso Aberto. No âmbito do Acesso Aberto, a via verde, por intermédio dos repositórios digitais, tem se apresentado como uma opção comum às instituições. Os repositórios digitais categorizam-se por tipo de aplicação, fim ao qual se destina e a ferramenta tecnológica utilizada no seu desenvolvimento (Carvalho; Carvalho, 2012; Torino, 2017). Geralmente, podem ser identificados principalmente como repositório institucional, repositório temático, repositório de dados de pesquisa, entre outros.

Os repositórios institucionais consistem em sistemas de informação digitais e são mantidos especialmente por universidades, institutos de pesquisa e laboratórios. Têm o objetivo de coletar, armazenar, organizar, preservar e disponibilizar a produção de pesquisa de uma instituição na internet. O depósito geralmente limita-se aos pesquisadores vinculados à instituição (Lynch, 2003; Viana; Márdero Arrellano, 2006; Leite, 2009; Jisc, [202-]; OpenAIRE, 2018b).

O repositório temático, também chamado de disciplinar, é compreendido como uma coleção que disponibiliza materiais com conteúdo especializado em uma determinada área do conhecimento ou mais domínios definidos de pesquisa, destinados às comunidades científicas particulares, independentemente de sua procedência geográfica ou afiliação. Deste modo, visa facilitar o acesso à produção dos pesquisadores e à discussão entre seus pares, em uma área do conhecimento (Viana; Márdero Arrellano, 2006; Leite, 2009; Jisc, [202-], OpenAIRE, 2018b).

O repositório de dados de pesquisa pode ser definido como um sistema digital que coleta, armazena, gerencia, exibe e compartilha conjuntos de dados e seus metadados entre pesquisadores, facilitando a recuperação e reuso dos dados. Muitos repositórios de dados permitem vincular as publicações aos dados subjacentes. (Barroso *et al.*, 2017; OpenAIRE, 2018b).

Na literatura, ainda, encontram-se outros tipos de repositórios, incluindo: o repositório de teses e dissertações, que trata exclusivamente de teses e dissertações (Leite, 2009); o repositório agregador, que agrega dados de vários repositórios subsidiários (Jisc, [202-]); e o repositório governamental, entendido como um repositório de dados produzidos por órgão do governo (Jisc, [202-]).

Na recomendação da UNESCO (2022a) sobre Ciência Aberta, são citados os repositórios de publicações científicas, os repositórios de dados de pesquisa e os repositórios de códigos-fonte. No que tange às publicações científicas, destaca-se que:

Os produtos científicos relacionados a publicações (por exemplo, resultados originais de pesquisa científica, dados de pesquisa, softwares, códigos-fonte, materiais de referência, fluxos de trabalho e protocolos, representações digitais de materiais pictóricos e gráficos, e materiais acadêmicos multimídia) que são abertamente licenciados ou dedicados ao domínio público devem ser depositados em um repositório aberto adequado, seguindo padrões técnicos apropriados que lhes permitam ser adequadamente vinculados a publicações. (UNESCO, 2022a, p.9).

Nesse sentido, cada tipo de repositório requer uma infraestrutura tecnológica diferenciada e precisa ser adaptado às distintas especificidades dos recursos que contém, como publicações, dados de pesquisa ou objetos educacionais. Ademais, torna-se fundamental que todos adotem padrões interoperáveis, executem variadas e melhores práticas, garantindo a adequada revisão, descoberta e reutilização do conteúdo, tanto por humanos quanto por máquinas (UNESCO, 2022b).

No contexto do Acesso Aberto, esta pesquisa trata especialmente de repositório institucional dedicado às publicações científicas formais e informais que têm vínculo com universidades, que a seguir é apresentado e contextualizado.

## 2.2 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS EM UNIVERSIDADES

A ciência e a tecnologia na sociedade implicam em diversas inovações, em diferentes perspectivas, e inclusive, possibilitam acesso à informação e serviços atrelados a elas. Nesse sentido, afetam também as atividades relacionadas com o gerenciamento de coleções e conteúdos digitais de repositórios institucionais de universidades promotoras de ensino e de desenvolvimento científico e tecnológico.

Sandler (2006) afirma que as bibliotecas devem facilitar a comunicação através do tempo e do espaço, sendo que, por muito tempo, os livros foram a principal forma de fazer isso, mas atualmente a tecnologia proporciona outras diferentes maneiras. Frente a isso, nas unidades de informação, a utilização da tecnologia digital passou a coexistir com o modo tradicional de organização dos acervos físicos, trazendo preocupações com as especificações e diretrizes para o uso de variadas técnicas digitais voltadas às coleções de documentos digitais.

Com a expansão da quantidade de informações na *web*, acontecimento que sucedeu com maior ênfase a partir do final da década de 1990 e começo do século XXI, foi



imprescindível aprimorar os campos de estudo e desenvolver várias técnicas e métodos para realizar a análise e a organização de volumosas quantidades de informação. Entre esses fenômenos, campos de estudo e práticas, destaca-se a Ciência da Informação aliada às Humanidades Digitais.

A Ciência da Informação possui uma importante função no que tange à gestão, ao tratamento e à difusão da informação, que são matérias inerentes à sociedade e ao seu desenvolvimento. Entende-se que a Ciência da Informação tem como finalidade analisar e investigar a informação e seus processos inter-relacionados com a sociedade, desde sua origem até sua evolução como campo do conhecimento, tendo em vista a proposição de soluções para problemas informacionais no contexto social. Corroborando com isso, Saracevic (1996, p. 47) afirma que:

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

Nesse contexto, situa-se a área das Humanidades Digitais que, segundo Rodríguez Ortega (2013), podem ser definidas como o espaço de convergência entre as Ciências de Informática, Mídias Digitais e disciplinas de Humanidades, em busca de novos modelos interpretativos e novos paradigmas de conhecimento condizentes com as transformações operadas dentro da sociedade digital. Reforçando essa ideia, Almeida e Damian (2015) apontam que as Humanidades Digitais, como um campo interdisciplinar, manifestam-se dispostas a acolher as reflexões e as práticas suscitadas pelas mudanças decorrentes da introdução das tecnologias digitais no universo da cultura e das unidades de informação. Assim, o surgimento das Humanidades Digitais direciona para a mudança do processo de comunicação como um todo.

Com essa perspectiva, os repositórios institucionais são meios para a comunicação da informação a partir da divulgação científica possibilitando o acesso às teorias e descobertas de diferentes áreas do conhecimento que podem influenciar a comunidade científica e a sociedade em geral. A constituição de repositórios institucionais está relacionada com a ciência e a tecnologia e com o conceito de Acesso Aberto às publicações científicas (Leite, 2009). Dessa forma, um repositório institucional de acesso aberto constitui-se em:

[...] um serviço de informação científica – em ambiente digital e interoperável – dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição. Contempla,

por conseguinte, a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição. (Costa, Leite, 2009, p. 167).

Torino (2017, p. 94) complementa que os repositórios digitais “[...] são sistemas de informação abertos e interoperáveis destinados à gestão da informação científica e acadêmica, capazes de armazenar arquivos de diversos formatos, constituindo-se em vias alternativas de comunicação científica e ampliação de visibilidade da produção”.

Baseados nas literaturas mais citadas acerca do tema, Costa e Leite (2017) apontam as principais características dos repositórios institucionais incrementando o estudo de Costa e Leite de 2009 que abordou a mesma temática. Para os autores, um repositório institucional como serviço informacional precisa satisfazer alguns requisitos, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais características dos repositórios institucionais

(continua)

<b>Institucionalmente definido</b>	Definidos pelas fronteiras da instituição e oficialmente reconhecidos pela instituição (Costa; Leite, 2009).
	Relaciona-se explicitamente com uma instituição e armazena exclusivamente a produção acadêmica dos membros desta instituição (Costa; Leite, 2017, p. 103).
<b>Científica ou academicamente orientado</b>	[...] “cientificamente orientado”, deve significar conteúdo reconhecido e validado pela comunidade científica, o que, por sua vez, aponta, necessariamente, para as “publicações” científicas, especialmente o artigo de periódico. [...] “academicamente orientado” flexibiliza a perspectiva da validação alcançada pelo <i>peer review</i> , e contempla também outras formas de comunicação científica, mais informais, inclusive material de ensino. (Costa; Leite, 2009, p. 164).
	Tipos de documentos considerados como produção acadêmica (Costa; Leite, 2017, p. 103).
<b>Coleções digitais de texto completo</b>	São bases de dados digitais que disponibilizam o texto completo dos documentos. (Costa; Leite, 2017, p. 103).
<b>Cumulativo e perpétuo</b>	[...] é uma das motivações iniciais da proposta de repositórios institucionais, qual seja, preservar a produção intelectual de uma instituição para lhe garantir acesso amplo e irrestrito. Isso, por sua vez, requer a implementação de políticas de depósito, de preservação, de acesso e de uso. (Costa; Leite, 2009, p. 164).
	Armazenamento de documentos de forma cumulativa e perpétua, garantindo seu acesso em longo prazo. Para tanto, os autores apontam a importância de se fazer uso da nomeação persistente dos arquivos e o uso de formatos de arquivos recomendados para a preservação. (Costa; Leite, 2017, p. 101).
<b>Interoperável</b>	Tal capacidade resulta de padrões tecnológicos adotados que permitem à comunidade científica descobrir e recuperar informações armazenadas em repositórios institucionais a partir da exposição e coleta automatizada de metadados por variados mecanismos de buscas. (Costa; Leite, 2009, p. 165).
	Ela deve garantir a capacidade de interoperar dados entre sistemas da mesma natureza. No contexto dos RIs de acesso aberto isto acontece por meio do protocolo OAI-PMH, que permite a coleta dos metadados de um sistema para o outro. (Costa; Leite, 2017, p. 102).
	Adequação ao protocolo OAI-PMH. (Costa; Leite, 2017, p. 103).

Quadro 1 – Principais características dos repositórios institucionais

(conclusão)

<b>Iniciativa de Acesso Aberto</b>	Disponibilização livremente e sem custos, por meio da Internet pública, publicações acadêmicas, acompanhada de licenças de uso, com o mínimo de restrições possíveis. (Costa; Leite, 2017, p. 103).
------------------------------------	---

Fonte: adaptado de Costa e Leite (2009; 2017)

Complementando as informações contidas no Quadro 1, os repositórios institucionais possuem funções específicas que os inserem no ambiente da Ciência Aberta e revelam os seus benefícios. Costa e Leite (2017) apresentam uma relação de funções proeminentes fundamentadas pelo consenso de pesquisadores da área:

- a) contribuir para a ampliação da visibilidade e do impacto das publicações dos membros e pesquisadores de uma instituição;
- b) impulsionar o acesso às produções intelectuais e científicas de uma instituição;
- c) realizar a preservação da produção intelectual e científica de uma instituição;
- d) funcionar como uma ferramenta que permita coletar e organizar a produção intelectual e científica de uma instituição;
- e) prever a busca por melhorias nos processos de comunicação científica;
- f) possibilitar o oferecimento de dados e informações para acompanhar e monitorar a produção intelectual e científica de uma instituição.

Segundo a UNESCO (2022c), aberto não significa livre de custos. Existem custos reais envolvidos na concepção do conhecimento científico e no seu uso e compartilhamento por meio de infraestruturas, como no caso dos repositórios institucionais. Torna-se necessário que os países e instituições criem oportunidades e estruturas de apoio para a viabilização da Ciência Aberta e invistam nas pessoas, nos processos e nos valores que formam os sistemas de Ciência Aberta. Nesse sentido, a criação e implementação de repositórios institucionais exige planejamento e execução meticulosa das ações, sendo que compreende

[...] um grande número de atividades que ensejam aspectos políticos, legais, educacionais, culturais e alguns componentes técnicos importantes. O encaminhamento correto desses vários aspectos e de suas interrelações é que vai determinar o perfil do repositório e a sua aproximação aos objetivos fixados pela organização e, por fim, o sucesso do empreendimento (Sayão; Marcondes, 2009, p.24).

Com base em Lazzari (2019), cada um dos aspectos mencionados por Sayão e Marques (2009), pode ser explicitado como segue:

- a) aspectos políticos: abrange o apoio institucional oferecido por diferentes instâncias, principalmente pela alta gestão, e a regulamentação do repositório por meio de políticas documentadas;
- b) aspectos legais: as definições sobre a gestão dos conteúdos sob o viés da propriedade intelectual e direitos correlatos, como os direitos autorais;
- c) aspectos educacionais e culturais: ações de promoção e sensibilização para o entendimento e a aceitação do repositório por parte da comunidade de usuários, e o consequente incentivo ao seu uso;
- d) aspectos técnicos: os instrumentos técnicos e tecnológicos, incluem os *softwares* e outros aplicativos selecionados para implantação, os padrões de metadados adotados, os protocolos de interoperabilidade, as estratégias de preservação digital e a atualização desses componentes.

Com relação ao seu vínculo institucional, segundo a UNESCO (2022a, p. 9), geralmente, os repositórios institucionais “[...] são apoiados e mantidos por uma instituição acadêmica, sociedade acadêmica, órgão do governo ou outra organização sem fins lucrativos bem estabelecida e dedicada ao bem comum que permite acesso aberto [...]”. Desse modo,

[...] um repositório institucional de base universitária é um conjunto de serviços que uma universidade oferece aos membros de sua comunidade para o gerenciamento e disseminação de materiais digitais criados pela instituição e seus membros da comunidade. É essencialmente um compromisso organizacional com a administração desses materiais digitais, incluindo preservação de longo prazo, quando apropriado, bem como organização e acesso ou distribuição (Lynch, 2003, p. 328, tradução nossa).

Ademais, os repositórios institucionais são um indicador de qualidade das universidades e mostram a importância social e econômica das atividades de pesquisa científica realizadas no seu âmbito, o que acrescenta valor público à instituição (Crow, 2002). Nesse sentido, Rosa e Gomes (2010, p. 153) contextualizam que:

A adoção de Repositórios Institucionais (RI) tem crescido em todos os países, particularmente ao nível das universidades para as quais representam uma oportunidade de aumentar a visibilidade dos seus investigadores/professores e da própria instituição, ao mesmo tempo em que prestam um serviço público, disponibilizando de forma gratuita as publicações decorrentes da sua atividade científica, dessa forma respondendo à crescente exigência de justificação dos fundos e investimentos públicos que lhes são atribuídos.

Atualmente, de acordo com dados de fevereiro de 2024 do Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto, conhecido como Oasisbr, dos 123

repositórios de publicações coletados, 74 são repositórios institucionais vinculados às universidades brasileiras.

Na próxima seção aborda-se com mais detalhes, devido ao interesse para esta pesquisa, o tema relativo às políticas e diretrizes relacionadas aos repositórios institucionais, nas quais são especificadas as questões diretivas de seu funcionamento que se enquadram nos aspectos políticos.

### 2.3 *DIRETRIZES RELACIONADAS AOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS*

Para a formalização e a disponibilização de qualquer repositório institucional, torna-se importante a definição de um ou mais documentos que expliquem e apresentem as diretrizes e os princípios norteadores para a prestação do serviço de informação. Geralmente, esses documentos denominados de políticas, têm como propósito regulamentar os diferentes aspectos relacionados e inerentes à existência e ao funcionamento dos repositórios institucionais (Costa; Leite, 2017; Torino, 2017). Nesse contexto, o repositório institucional é um “[...] ‘serviço’ que é oferecido tanto para a instituição, como para a comunidade científica e para as agências de fomento, sendo assim, é necessária a elaboração de políticas relacionadas aos tipos de ‘serviços’ oferecidos pelos repositórios a fim de fomentar a sua divulgação e utilização” (Ferreira *et al.*, 2017, p. 613).

De acordo com Shintaku e Meirelles (2010, p. 32), as políticas de um repositório institucional são

[...] recomendações que orientam na implantação e gerenciamento do mesmo. Na maioria dos casos, são definidas durante o planejamento do repositório, alinhadas principalmente com a sua finalidade. Essas recomendações não são definitivas, podendo ser alteradas conforme a necessidade ou contexto, dando um maior dinamismo. Assim, as políticas podem ser revistas, o que se reflete no comportamento do repositório.

Para que atendam de modo satisfatório, recomenda-se que as políticas estejam em consonância com as demais políticas vigentes na instituição na qual o repositório institucional está vinculado e ajustado dentro do possível às normativas da unidade ou dos setores que mantém suas operações ativas (Leite, 2009; Leite *et al.*, 2012; Torino, 2017). Associado a isso, deve-se buscar o estabelecimento de diretrizes para o repositório que atendam também aos “[...] preceitos do Acesso Aberto e às diretrizes nacionais e internacionais para cumprir adequadamente o seu papel de fornecer acesso aberto, livre e irrestrito à informação, bem como ampliar sua visibilidade” (Torino, 2017, p. 96).

Diante disso, para compreensão das características que compõem as políticas relativas aos repositórios institucionais, considerou-se inicialmente como base, a pesquisa de Costa e Leite (2017) que analisa as políticas e outros aspectos pontuais de repositórios institucionais da América Latina. Neste estudo, os autores apresentaram as principais questões dos repositórios institucionais em quatro políticas:

- a) política institucional de informação: documento que orienta e estabelece diretrizes para a produção científica e acadêmica dos integrantes de uma determinada instituição. Geralmente, é assinado por autoridades da instituição, como diretores e reitores. A política desse tipo possui como um dos propósitos promover o Acesso Aberto no contexto da comunicação científica, sendo um importante instrumento para formalizar e incentivar a criação e uso de repositórios institucionais, assim como a publicação de trabalhos científicos em periódicos de acesso aberto;
- b) política de funcionamento do repositório institucional: documentação que aborda aspectos relacionados com o modo de operacionalizar o mesmo. Esta política prevê estabelecer o objetivo e explicar os procedimentos de depósito, validação, acesso e utilização dos documentos. Mostra-se como ferramenta de planejamento e política importante para a validação do repositório institucional e seus processos perante as autoridades administrativas e compondo junto às políticas da instituição;
- c) política de preservação de conteúdos: documento que reflete as ações planejadas e o compromisso do repositório institucional para assegurar que os documentos sejam preservados a longo prazo;
- d) política de direitos autorais: documentação que aborda as condições legais para o depósito, acesso e utilização do conteúdo depositado e disponibilizado pelo repositório institucional.

Com relação à política institucional de informação, Santos *et al.* (2014) entendem que a política de Acesso Aberto institucional deve ser compreendida como um dos segmentos integrantes de uma política mais abrangente, a política de informação e comunicação de uma instituição.

Em seu estudo, Costa e Leite (2017) verificaram que os elementos de preservação e direitos autorais foram apresentados recorrentemente nas políticas de funcionamento dos repositórios institucionais e que algumas diretrizes também foram encontradas em outros termos e documentos congêneres. Constataram, ainda, uma escassa presença de políticas nas

páginas *web* dos repositórios institucionais analisados. Dos 84 repositórios da América Latina estudados, apenas em 15 casos verificou-se a existência adequada de políticas. De acordo com Leite (2009, p. 71), as políticas que direcionam o funcionamento dos repositórios institucionais devem ser construídas adequadamente, visando:

- integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação instituição;
- apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do repositório;
- satisfazer as necessidades da comunidade;
- atrair usuários;
- estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres;
- povoar o repositório;
- torná-lo juridicamente viável;
- manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas;
- manter relações internas com administradores, acadêmicos, pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição;
- preservação digital de longo prazo;
- gerenciar riscos;
- facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório.

Adicionado a isso, segundo Torino (2017), nas políticas de repositórios digitais, incluindo os repositórios institucionais, devem constar a descrição e o estabelecimento de elementos imprescindíveis ao seu funcionamento, sendo eles:

[...] objetivo; equipe, instâncias e atribuições; mandato e mecanismos de acompanhamento; arquitetura da informação; gestão de coleções; metadados; tipologias, formatos e tamanho de arquivos; direito autoral e embargo (formas de acesso); formas de povoamento; fluxo de trabalho; tratamento da informação; preservação digital e atualização (Torino, 2017, p. 97).

Além de elaborar consistentemente a documentação normativa, torna-se fundamental que as políticas do repositório sejam devidamente explicitadas e facilmente acessíveis para a comunidade usuária dentro da própria plataforma (Leite, 2009). De acordo com Lin *et al.* (2020, p. 2, tradução nossa), “Comunicar claramente as políticas do repositório e, em particular, os termos de uso dos acervos de dados, informa os usuários sobre quaisquer limitações que possam restringir o uso dos dados ou do repositório”.

Observa-se na literatura da Ciência da Informação e na prática, a ocorrência de diversidades e divergências quanto à nomenclatura dos documentos que tratam sobre as diretrizes referentes à gestão e operacionalização dos repositórios institucionais e tendência a subdividir os elementos em políticas específicas. Diferentes terminologias adotadas para denominar essas políticas podem ser visualizadas no Quadro 2 compilado por Carvalho e Carvalho (2012) e adaptado por Fonseca (2019).

Quadro 2 – Nomenclatura das políticas relacionadas aos repositórios institucionais

Textos consultados	Políticas identificadas
<b>VIANA e MÁRDERO ARELLANO (2006)</b>	Política de submissão / depósito: direito autoral
	Política de submissão / depósito: autoarquivamento
	Política de submissão / depósito: comunidades e coleções
	Política de acesso à informação: metadados
	Política de acesso à informação: comunidades e coleções
	Política de Marketing: engajamento dos pesquisadores, autores e intercâmbio internacional
	Política de Marketing do RI e dos pesquisadores da instituição
	Política de gerenciamento: papéis dos administradores, depositantes, revisores e editores
	Política de preservação digital
<b>TOMAÉL e SILVA (2007)</b>	Política de submissão / depósito: autoarquivamento
	Política de submissão / depósito: comunidades e coleções
	Política de conteúdo
	Política de gerenciamento
	Política de gerenciamento: finalidades do RI
<b>LEITE (2009)</b>	Política de submissão / depósito: direito autoral
	Política de submissão / depósito: comunidades e coleções
	Política de submissão / depósito: metadados
	Política de comunidades e coleções
	Política de acesso à informação: comunidades e coleções
	Política de conteúdo
	Política de preservação digital
	Política de gerenciamento: revisão
Política de gerenciamento: privacidade	
<b>BARTON E ALTERS (2004)</b>	Política de funcionamento

Fonte: adaptado de Fonseca (2019, p. 33)

O Quadro 2 apresenta um panorama geral dos tipos e nomenclaturas de políticas de repositórios institucionais encontradas no contexto brasileiro, com exceção da política de funcionamento apresentada por Barton e Walters (2004), que foi um estudo das bibliotecas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (em inglês, *Massachusetts Institute of Technology - MIT*), utilizado como uma das bases de influência da América do Norte sobre os repositórios no Brasil. Em nível internacional, entre as ferramentas de suporte do OpenDOAR, encontra-se o recurso de apoio à elaboração de políticas para a gestão de repositórios (Jisc, 2021).

O OpenDOAR consiste em um dos maiores diretórios *online* que indexa e fornece informações sobre repositórios de acesso aberto em todo o mundo (Elahi; Mezbah-Ul-Islam, 2018). Seu objetivo é facilitar a descoberta e identificação de repositórios de acesso aberto pelo público e fomentar o acesso ao conteúdo científico e acadêmico nele disponibilizado. O



referido diretório é mantido e desenvolvido pelos serviços SHERPA do Jisc<sup>3</sup>, uma entidade sem fins lucrativos que atua no apoio ao Acesso Aberto e no fornecimento de soluções digitais para a pesquisa, a inovação e a área da educação no Reino Unido (Jisc, 2022).

O registro no OpenDOAR baseia-se na coleta, revisão e validação de informações fornecidas por meio de colaborações com instituições e indivíduos que gerenciam os repositórios. Além disso, o diretório mostra-se organizado de forma a descrever as principais características de cada repositório e prevê, entre outras informações, apresentar as políticas de gerenciamento dos repositórios (Jisc, 2017).

Vale destacar que o Plano S, iniciativa governamental da Europa para o impulsionamento do Acesso Aberto à publicação científica, exige como um de seus requisitos que os repositórios de acesso aberto devem estar registrados ou em processo de registro no OpenDOAR (COALITION S; Science Europe, 2021). Semelhantemente, a COAR (2022a) recomenda que os repositórios estejam inscritos em diretórios disciplinares ou gerais de repositórios. No Brasil, o IBICT também recomenda aos repositórios brasileiros que realizem registro no OpenDOAR e outros diretórios para potencializar a visibilidade dos repositórios (Leite *et al.* 2012).

Nessa perspectiva, entende-se que para serem registrados de modo adequado no OpenDOAR, os repositórios institucionais precisam estar em conformidade com os critérios estabelecidos, conter as informações básicas requisitadas e prever certa uniformidade documental. Com relação às políticas do repositório, o suporte para a elaboração de políticas do OpenDOAR identifica, com base nos padrões do setor de Acesso Aberto, cinco áreas principais e pertinentes às políticas de repositórios que atendem as melhores práticas e em conformidade com o Acesso Aberto (Jisc, 2021). Essas áreas também são utilizadas para categorizar as políticas e registrá-las no OpenDOAR, sendo elas: política de metadados, política de dados depositados, política de conteúdo, política de depósito e política de preservação.

Cada uma das cinco áreas de políticas de repositórios foram descritas no Quadro 3 a partir de dois modelos de declarações políticas (o modelo reconhecido como ótimo recomendado e o modelo com o mínimo recomendado) fornecidos para uso dos repositórios e disponibilizados no *website* do OpenDOAR.

---

<sup>3</sup> A organização foi conhecida pelo termo Jisc a partir de 2012, no entanto, JISC significa historicamente *Joint Information Systems Committee* (Comitê Conjunto de Sistemas de Informação). Disponível em: <https://www.jisc.ac.uk/about/who-we-are-and-what-we-do>. Acesso em: 18 fev. 2023.

Quadro 3 – Políticas de repositórios recomendadas pelo OpenDOAR

Nomenclatura da Política	Diretrizes a declarar
<b>Política de metadados (informações que descrevem itens no repositório)</b>	Os direitos de acesso aos metadados As permissões de uso atribuídas aos metadados Os requisitos mínimos de metadados para descrever os itens
<b>Política de dados depositados (para texto completo e outros itens de dados completos)</b>	Os direitos de acesso aos dados depositados As permissões de (re)uso para os dados depositados no repositório O fornecimento ou não de identificadores, <i>hiperlink</i> e/ou URL para a página de metadados original As possibilidades ou impossibilidades de alteração do conteúdo dos itens depositados
<b>Política de conteúdo</b>	O tipo de repositório Os assuntos ou as disciplinas atendidas pelo repositório Os tipos de documentos e/ou conjuntos de dados permitidos e mantidos A identificação do status de revisão por pares dos documentos e/ou conjuntos de dados A identificação da versão ou status de publicação dos documentos e/ou conjuntos de dados.
<b>Política de submissão/depósito</b>	Os indivíduos e agentes elegíveis para submeter e depositar os itens Os critérios para o controle de qualidade dos itens (por exemplo, elegibilidade de autores/depositantes, relevância para o escopo do repositório, <i>layout</i> e formatos de arquivo válidos e exclusão de <i>spam</i> ) O prazo para o depósito considerando período de embargo de qualquer editor ou financiador As responsabilidades acerca da validade e autenticidade do conteúdo e quanto a quaisquer violações de direitos autorais Sobre a remoção de itens do repositório por violação de direitos autorais
<b>Política de preservação</b>	O período de retenção/armazenamento dos itens. O compromisso do repositório para garantir legibilidade e acessibilidade contínua aos itens. Os procedimentos realizados para salvaguardar os itens (por exemplo, <i>backup</i> regular dos arquivos, migração dos itens para outros formatos de arquivo, fornecimento de emulações de <i>software</i> para acessar formatos não migrados, e/ou retenção do fluxo de bits original para todos os itens, além de quaisquer formatos atualizados). Os motivos aceitáveis para retirada de itens da exibição pública e acesso público. As implicações acerca dos identificadores/URLs dos itens retirados (prazo de retenção e apontamento para citações ' <i>tombstone</i> ', para evitar <i>links</i> quebrados e para reter históricos de itens). As possibilidades ou impossibilidades de alteração do conteúdo dos itens depositados. A possibilidade de depósito de versão atualizada e/ou inclusão de listas de erratas ou lista de correções no registro original do item. O procedimento acerca do banco de dados, caso o repositório seja fechado.

Fonte: elaborado com base em Jisc (2021)

Como pode ser observado no Quadro 3, em diversas situações existem áreas de intersecção ou sobreposição entre as políticas que não possuem claramente os limites definidos. Isso não implica necessariamente em adversidades, mas evidencia a integração entre as políticas. Dessa forma, ao realizar a implementação de uma política específica para o repositório institucional, pode ser necessário considerar a elaboração de outras políticas e

declarações relacionadas, frequentemente combinadas em um número suficiente de documentos para garantir uma abordagem abrangente e coerente (Allen *et al.*, 2020; Shintaku; Meirelles, 2010). De acordo com Camargo e Vidotti (2009, p. 65), “Cada política varia de acordo com o tipo de ambiente e deve ser adequada ao contexto do objeto informacional”.

Segundo Torino (2017) e Jisc (2021), a existência de diretrizes claras e inscritas em políticas ou documentos normativos favorece e incentiva a padronização do serviço, e determina aos utilizadores as regras e o que esperar do repositório. Possibilitar o entendimento da maneira como o conteúdo do repositório deve ser depositado, gerenciado e tratado, contribui para que todos os envolvidos, incluindo depositantes, provedores e coletadores de dados, usuários finais e equipe responsável pelo repositório, usufruam de todo o potencial dos repositórios, e dessa forma, pode haver influência na visibilidade e no uso dos recursos de conteúdo disponibilizados.

Partindo disso, a próxima seção aborda aspectos sobre a gestão de coleções digitais, focada essencialmente nas questões relativas aos recursos de conteúdo em repositórios institucionais.

## 2.4 GESTÃO DE RECURSOS DE CONTEÚDO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Segundo Dorner e Revell (2012), o sucesso de um repositório institucional depende principalmente da entrada, do acesso e do uso de documentos. Corroborando com isso, Westell (2006), Thibodeau (2007) e Yakel *et al.* (2009) afirmam que o êxito dos repositórios institucionais pode ser determinado, em grande medida, pelo conteúdo que contêm e pelo crescimento da coleção.

O conceito de documento digital pode ser entendido pela definição do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) do Brasil como uma “Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser: nato-digital ou digitalizado” (CONARQ, 2021, p. 40). Sendo que este registro geralmente ocorre em um arquivo digital, o qual é conceituado como uma “Sequência de bytes ordenada e nomeada que é reconhecida por um sistema operacional” (CONARQ, 2022, p. 201).

Para Innarelli (2015), um documento digital é constituído de três elementos fundamentais: a informação (suporte+bits), o *hardware* e o *software*, em que esses dois últimos mostram-se como necessários para o processamento e o acesso à informação. Nessa mesma linha Bodê (2016, p. 9) explica que:

Um documento digital é o equivalente a uma sequência de códigos binários registrados em algum tipo de tecnologia de memória. Organizados de acordo com determinado formato de arquivo computacional e mensurado através da quantidade de bytes total desse arquivo. Dependendo do tipo de conteúdo, haverá outras características específicas como a representação de cores, som ou texto. A interpretação desses códigos para humanos ocorrerá através de sistemas computacionais de software e hardware.

Conforme apontamento de Yamaoka e Gauthier (2013), observa-se na literatura da área da Ciência da Informação uma variedade de termos para identificar um objeto digital, como documento digital, material digital, ativo digital, item digital, artefato digital, entre outros. Nesta dissertação, o termo recurso de conteúdo foi utilizado de modo preferido para referir-se a documento digital e seus termos aparentemente sinônimos, sendo que esses termos variantes foram utilizados apenas quando contidos em citações. Isso devido ao termo recurso de conteúdo ter sido traduzido da primeira versão do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR pelo IBICT em 2020.

Conforme definido pela COAR, um recurso de conteúdo representa “[...] objeto ou item que foi depositado/carregado no repositório (por exemplo, manuscrito, conjunto de dados, vídeo)” (COAR, 2022a, p. 2, tradução nossa). Cabe ressaltar que esta definição não contempla os metadados que são associados ao recurso de conteúdo para identificação e descrição de suas características no momento do depósito no repositório. No entanto, os recursos de conteúdo podem conter em seus arquivos digitais metadados embutidos que especificam sua relação lógica e propriedades.

Com esse entendimento, a gestão de coleções entra em evidência, pois está intrinsecamente relacionada com a implantação e o desenvolvimento de repositórios institucionais. Nessa temática, também aborda-se a curadoria digital aplicada em repositórios digitais. Para Tavares (2014, p. 87), a curadoria digital

[...] é a seleção, preservação, manutenção, coleta e arquivamento de objetos digitais que estabelece, mantém e agrega valor aos repositórios digitais para uso presente e futuro. Esta curadoria na maioria das vezes é realizada por bibliotecários, arquivistas, cientistas, historiadores ou museólogos e exige formação específica e domínio para o trabalho na área, pois é um papel complexo e profundamente integrado com outras atividades institucionais.

Verifica-se que Tavares (2014) apresenta a definição a partir de um conjunto de técnicas que visam preservar um material digital, bem como aponta os profissionais que a realizam. Na perspectiva de Santos (2014, p. 30), curadoria digital é vista como “[...] uma abordagem ‘vida inteira’ para materiais digitais para abordar a seleção, manutenção, coleta e o arquivamento de ativos digitais, além de sua preservação”. Com uma definição centrada na

importância das atividades que servem de alicerce para a criação e a gestão de coleções digitais, Santos (2014) complementa sua ideia apontando a visão evolutiva de todo o ciclo de vida dos materiais digitais visando sua preservação.

Nesse sentido, Siebra e Silva (2021, p. 267) apontam a curadoria digital como um processo que “[...] envolve ações, como seleção, coleta, preservação, manutenção, acesso, arquivamento de longo prazo e gerenciamento dos objetos digitais ao longo do tempo”, e avança um pouco mais ao citar a preocupação com as falhas e fragilidades das mídias e a sua perda de utilidade tecnológica.

Diante disso, torna-se necessário formar coleções eficientes por meio da seleção como processo essencial da gestão de coleções. Sendo que este processo é resultado de atividade gerencial de planejamento e apresenta um conjunto de diretrizes gerais e norteadoras que visam o crescimento racional e equilibrado do acervo (Vergueiro, 1997).

A composição de acervos, de bibliotecas ou de repositórios, deve ser guiada por princípios gerais e específicos que regulamentem a gestão da coleção e a seleção de materiais informacionais (Silva, 2014). Conforme Vergueiro (1997), a seleção consiste na escolha de materiais que farão parte do acervo e está diretamente relacionada aos objetivos institucionais. Por isso, a atividade de seleção deve se basear em uma série de aspectos e critérios que priorizem a qualidade do conteúdo, avaliem pontos fortes e fracos, e fatores de uso pela comunidade de usuários. Esse processo verifica o valor e a adequação da coleção e permite conhecer as fontes e o fluxo de informações no âmbito da instituição (Caribé, 2008).

O ambiente digital possibilita o aumento expressivo de conteúdo, e permite o uso e a criação de diversificadas formas e formatos de recursos informacionais no âmbito e no contexto institucional. Com isso, os documentos digitais no processo de desenvolvimento de coleções trazem novos desafios no que se refere à gestão de coleções. Silva (2014, p. 78) comenta que isso acontece devido à “[...] presença de novos formatos e as possibilidades de manipulação que as coleções digitais oferecem, [e, por esse motivo,] foi necessário acrescentar novos elementos em função da natureza desses materiais, os quais requerem especificidades distintas dos materiais impressos”.

Para os recursos digitais, também é necessário estabelecer critérios que contemplem os diversos formatos e gêneros. Tomaél e Silva (2007, p. 6) afirmam que “[...] na política de conteúdo, deverá ser indicado os tipos de materiais que serão aceitos e armazenados no repositório. Também é importante informar quais formatos de arquivo (DOC, PDF, HTML, JPG, GIF, MPEG) serão aceitos [...]”.

Sobre a formação de coleções em repositórios, Baptista *et al.* (2007, p.5) destacam que

[...] um repositório institucional não pode ser assemelhado a um armazém, onde tudo o que é gerado dentro de uma instituição é colocado. Ele é uma das faces visíveis dessa instituição e, por isso, apenas material previamente sujeito a controle de qualidade (artigos já publicados, teses e dissertações já defendidas, etc.) deverá ser depositado.

Para Bustos-González, Fernández-Porcel e Johnson (2007, p. 45), "[...] garantir a qualidade dos conteúdos do repositório é fundamental para ganhar a confiança dos autores e para conseguir a visibilidade institucional exterior pretendida". Nos repositórios institucionais, a gestão e a formação de coleções, norteadas pelo processo de depósito, precisam ser cada vez mais estratégicas e criteriosas devido à intensa produção técnico-científica e uso constante de tecnologias. Portanto, as características relativas aos recursos de conteúdo devem ser consideradas como elemento chave para possibilitar a realização de seu depósito no repositório, sendo necessário que sejam especificadas nas estratégias e políticas dos repositórios institucionais para viabilizar seu eficaz funcionamento.

Conforme a vigente norma 16363:2012<sup>4</sup> da Organização Internacional para Padronização (e, inglês, *International Organization for Standardization - ISO*), revisada e confirmada em 2023 (ISO, 2023), o repositório deve especificar claramente as características dos recursos de conteúdo que servem de base para que possam ser depositados e, identificar as propriedades dos recursos a serem preservados e os métodos utilizados. Recomenda-se que os gestores de repositórios definam exatamente quais os recursos de conteúdo são aceitos, quais os metadados associados ao recurso e quaisquer restrições de acesso, sejam técnicas, legais ou impostas pelo detentor de direitos autorais (ISO, 2012).

Desse modo, o repositório deve apresentar esses critérios escritos, preparados pelo próprio repositório ou em conjunto com outras partes, de forma que os depositantes e a comunidade de usuários entendam o que esperar dos recursos de conteúdo antes e após o depósito. Esses critérios devem ser demonstrados em documentação, por exemplo, por meio de: declaração da missão, documentos de políticas, acordo de depósito, definições acordadas com depositantes e usuários, política de colheita ou importação de recursos e metadados, manuais de procedimentos, estratégias e planos de ação, inventários ou levantamentos de

---

<sup>4</sup> A Norma ISO 16363:2012 estabelece práticas recomendadas para o funcionamento qualificado e para a avaliação em nível de auditoria e certificação de repositórios digitais confiáveis de todos os tipos. A norma também abrange diretrizes para a preservação a longo prazo de toda a gama de tipos de recursos de conteúdo digitais (ISO, 2012).

coleções, documentação dos bens a preservar e documentação do fluxo de trabalho (ISO, 2012).

As coleções de repositórios institucionais podem ser povoadas de diferentes maneiras. O povoamento refere-se às estratégias de depósito dos recursos de conteúdo no repositório (Costa; Leite, 2009). Para Sayão e Marcondes (2009) e Torino (2017), o povoamento dá-se pelo autoarquivamento (autodepósito), arquivamento mediado (depósito mediado), e por importação de dados de diferentes fontes de informação (depósito automatizado ou coleta automática). Marques (2020, p. 144, grifo nosso) também destaca e comenta sobre as três formas de povoamento:

[...] o **autoarquivamento**, onde os documentos são inseridos pelo próprio autor; **arquivamento mediado**, no qual os documentos são inseridos por servidores designados; e por **importação**, onde um conjunto binário no formato compactado, contendo um conjunto de dados formado por metadados em XML, arquivo e contents, é importado de outro sistema.

No entanto, o repositório digital possui flexibilidade para adotar mais de uma abordagem no depósito de conteúdo. É essencial que a política do repositório determine as opções disponíveis para a entrada de dados, uma vez que isso poderá influenciar diretamente o ritmo de crescimento e a diversidade de conteúdo no repositório (Torino, 2017).

Segundo Cassé (2022, p. 115), o povoamento “[...] está relacionado ao mapeamento e seleção de documentos, ao armazenamento e à nomeação do arquivo de documentos, às permissões para o armazenamento do documento e os direitos autorais”. Sendo assim, independente da forma de depósito, torna-se necessário observar as especificidades de cada um dos recursos de conteúdo para garantir que seu depósito esteja coerente com os ditames do repositório institucional (Marques, 2020).

A presente pesquisa não contempla a temática relativa aos metadados, que envolve a descrição dos recursos de conteúdo nos repositórios institucionais de forma a recuperá-los pelos mecanismos de busca e torná-los interoperáveis. Mas trata de informações acerca de aspectos característicos dos recursos de conteúdo considerados essenciais para nortear o seu depósito, manutenção e disponibilização por meio de políticas e, por conseguinte, fornecer informações para o posterior e adequado registro dos metadados.

Sobre a aplicação eficiente dos metadados em repositórios e a efetivação da interoperabilidade entre sistemas individuais e agregadores, verifica-se a existência de iniciativas preocupadas com essa questão, como por exemplo: Padrão Brasileiro de Metadados para Descrição de Teses e Dissertações (MTD-BR) utilizado pela BDTD e gerenciado pelo IBICT (IBICT, 2019b); Critérios para coleta de informações do Portal

Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr), também mantido pelo IBICT (IBICT, [202-]); Documento sobre Metadados e Políticas de Colheita da Rede Federada de Repositórios Institucionais de Publicações Científicas da América Latina, conhecido como La Referencia (La Referencia; 2016); e o conjunto de Diretrizes da OpenAIRE orientado para metadados e protocolo de interoperabilidade para gestores de cinco tipos de repositórios: de publicações científicas (institucionais e temáticos), de dados, de sistemas CRIS, de *softwares*, e de outros produtos de pesquisa (OpenAIRE, 2022).

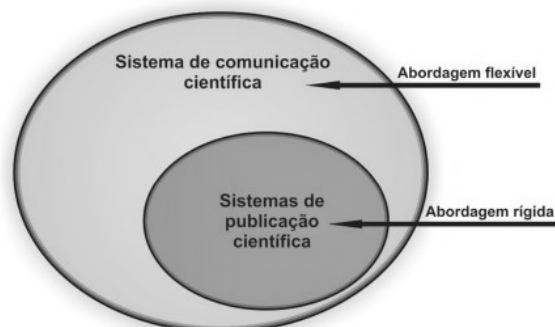
Diante disso, a partir da perspectiva da literatura consultada, aborda-se na próxima seção temas como os tipos de recurso de conteúdo, direitos de acesso e licenciamento, versão do estágio de publicação do recurso de conteúdo, e formatos de arquivos digitais compreendendo sua autenticidade e integridade.

#### 2.4.1 Tipos de recurso de conteúdo

A comunicação científica trata de como os indivíduos, pesquisadores, estudiosos e acadêmicos se envolvem em pesquisas científicas e sobre os esforços criativos para informar seus colegas, formal e informalmente, do trabalho que realizaram e dos resultados derivados de pesquisas. Isso sugere que, na publicação científica, a pesquisa realiza-se em diferentes áreas do conhecimento e as descobertas são compartilhadas em periódicos científicos ou em publicações acadêmicas, tais como dissertações, teses e trabalhos de estudantes acadêmicos (Johnson, 2014).

Com relação ao sistema de comunicação científica e os sistemas de publicação científica a partir da perspectiva de Leite (2009) podem ser observadas duas abordagens possíveis na gestão de conteúdo em repositórios institucionais: a abordagem rígida e a flexível, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Abordagens de gestão a partir de dois sistemas (comunicação e publicação)



Fonte: Leite (2009, p.30)



Na Figura 1, a abordagem rígida caracteriza-se por delimitar a coleção somente para conteúdos que foram avaliados por pares (artigos de periódicos, trabalhos apresentados em eventos, capítulos de livro, teses e dissertações), como garantia de que os materiais passaram por um controle de qualidade, o que confere cientificidade e potencializa a comunicação científica formal (Costa; Leite, 2009). Já a abordagem flexível amplia esse conteúdo que passou por avaliação por pares para outros tipos de documentos científicos não revisados, mas que também possuem valor intelectual, promovendo assim não somente a comunicação formal, como também a informal, abrangendo a chamada literatura cinzenta, como patentes, objetos de aprendizagem, entre outros (Costa; Leite, 2009).

Essas variadas manifestações do resultado de pesquisa ou produção acadêmica podem ser entendidas como um recurso de conteúdo tipificado em diferentes gêneros (OpenAIRE, 2018a). De acordo com as Diretrizes OpenAIRE para gestores de repositórios institucionais e temáticos, versão 4.1 de 2021, o tipo de recurso pode ser definido como a manifestação do recurso que é indicada pelo tipo de produção científica a qual corresponde, ou seja, descreve o gênero do recurso. O recurso pode ser categorizado como pertencente a uma classe principal de resultados de pesquisa que compreende quatro tipos gerais: literatura científica, conjunto de dados, *software* e outro produto de pesquisa (OpenAIRE, 2021).

As Diretrizes OpenAIRE recomendam utilizar os termos do Vocabulário, que aponta os tipos de recursos da COAR para indicar o gênero e o valor atribuído aos recursos, e a qual classe os tipos gerais estão relacionados. Além disso, as diretrizes OpenAIRE apontam estar em conformidade com a política de aquisição de conteúdo da OpenAIRE publicada em 2018 (OpenAIRE, 2021).

Na política de aquisição de conteúdo da OpenAIRE observa-se os termos condicionais que estipulam quais produtos científicos (recursos de conteúdo) são considerados para inclusão na infraestrutura de informação OpenAIRE e as quatro principais categorias de repositórios considerados como provedores de dados, sendo eles: os repositórios de literatura (incluindo repositórios institucionais/temáticos, editores e catálogos), repositórios de dados, repositórios de *software* e repositórios de outros produtos de pesquisa (OpenAIRE, 2018a). Desse modo, a política classifica os recursos em quatro classes: literatura, conjunto de dados, *software* e outros produtos de pesquisa (OpenAIRE, 2018a), sendo que essa classificação serve de base para as diretrizes OpenAIRE de 2021.

Conforme a OpenAIRE (2018a), a literatura científica é, nomeadamente, a narração da motivação e do processo científico, e é um tipo de recurso diferente daqueles associados a um conjunto de dados (imagem, vídeo, áudio), *software* e outros produtos (qualquer produto

que não seja do tipo literatura, conjunto de dados ou *software*, por exemplo: recurso interativo e palestra). A política de aquisição de conteúdo da OpenAIRE apresenta uma listagem de tipos de recursos científicos distribuídos em cada uma das quatro classes (literatura, conjunto de dados, *software* e outros produtos de pesquisa) que indica o uso do Vocabulário de tipos de recursos da COAR (OpenAIRE, 2018a).

Portanto, o Vocabulário de tipos de recursos da COAR apresenta os conceitos para especificar o gênero de cada recurso listado e sua definição, revelando, deste modo, os tipos de recursos de conteúdo sujeitos a compor o acervo dos repositórios. Esse vocabulário é organizado hierarquicamente e relaciona conceitos mais amplos com conceitos mais restritos, apresentando uma lista de recursos que abrange e compila termos e conceitos de dicionários e de vocabulários similares (COAR, 2022c).

O Quadro 4 apresenta uma síntese dos tipos de recursos encontrados no Vocabulário da COAR e na Política de aquisição de conteúdo da OpenAIRE. Para este estudo considerou-se os tipos destinados a identificar principalmente os recursos da classe literatura científica e da classe outros produtos de pesquisa, que são os recursos reconhecidamente gerenciados pelos repositórios institucionais. No entanto, para uma visão geral dos tipos de recursos de conteúdo contidos em repositórios, mostra-se também as classes: conjunto de dados e *software*, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Classe dos tipos de produtos de pesquisa e tipos de recursos de conteúdo

(continua)

Classe dos produtos de pesquisa	Tipos de recursos de conteúdo	
	Conceito amplo	Conceitos restritos
Literatura científica	Texto	Anotação, postagem no blog; livro; capítulo de livro; carta; proposta de investigação; bibliografia; documento de trabalho; dissertação de mestrado; tese de doutorado; trabalho de fim de curso; jornal; artigo de jornal; outras publicações periódicas; transcrição; relatório técnico; memorando; resultado do projeto; protocolo de pesquisa; relatório de política; relatório de pesquisa; estudo clínico; plano de gestão de dados; documento de congresso; atas de congresso; apresentação de congresso; pôster não publicado nas atas do congresso; artigo não publicado nas atas do congresso; resenha; resenha de livro; comentário; revisão por pares; <i>preprint</i> ; manuscrito; revista de divulgação; notação musical; periódico; carta ao editor; artigo; editorial; documentação técnica; transcrição de palestra
Conjunto de dados	Conjunto de dados	Dados agregados; dados de ensaios clínicos; dados compilados; dados codificados; dados experimentais; dados genômicos; dados geoespaciais; caderno de laboratório; dados de medição e teste; dados observacionais; dados gravados; dados de simulação; dados de pesquisa
<i>Software</i>	<i>Software</i>	<i>Software</i> de pesquisa; código-fonte

Quadro 4 – Classe dos tipos de produtos de pesquisa e tipos de recursos de conteúdo

(conclusão)

Classe dos produtos de pesquisa	Tipos de recursos de conteúdo	
	Conceito amplo	Conceitos restritos
Outro produto de pesquisa	Material cartográfico	Mapa
	Design	Desenho industrial; projeto de <i>layout</i>
	Imagem	Imagem em movimento; imagem estática; vídeo
	Recurso interativo	Sítio web
	Objeto de aprendizagem	Não tem conceitos restritos
	Patente	Tratado de cooperação de patentes; patente de design; patente de plantas; proteção de variedades vegetais; patente de <i>software</i> ; modelo de utilidade
	Som	Composição musical
	Marca registrada	Não tem conceitos restritos
	Fluxo de trabalho	Não tem conceitos restritos
	Outro	Não tem conceitos restritos. Utilizado para qualquer tipo que não esteja incluído entre os termos existentes do vocabulário da COAR

Fonte: elaborado com base em OpenAIRE (2018a) e COAR (2022c)

Observa-se no Quadro 4 que os termos utilizados no vocabulário de tipos de recursos da COAR, especificamente os da classe literatura científica e outros produtos de pesquisa, foram adotados de maneira a contemplar a diversidade da comunicação científica formal e informal, e de outros diferentes tipos de produtos que são resultados do processo investigativo. Além disso, o vocabulário em questão possibilita oferecer termos padronizados que possam ser utilizados adequadamente por distintas comunidades de repositórios institucionais. Sendo assim, diferentes tipos de literatura científica e produtos de pesquisa podem ser armazenados em repositórios institucionais desde que observados os requisitos e padrões das infraestruturas coletoras e agregadoras de dados nas quais o repositório tem interesse em fazer parte.

Relacionado a isso, na seguinte passagem, Leite (2009, p. 30) alerta sobre a variedade de recursos de conteúdo nos repositórios institucionais:

Mesmo que a instituição tenha necessidade de adotar a abordagem flexível, inicie seu repositório na abordagem rígida. Limite a variedade de tipos de conteúdos. É mais seguro iniciar o projeto com uma política de conteúdos mais restritiva e, gradativamente, flexibilizá-la até o ponto que for conveniente à instituição.

O autor complementa afirmando que optar pela abordagem flexível não se trata do depósito indiscriminado, na qual qualquer conteúdo, de qualquer natureza, possa ser armazenado no repositório. Orienta-se que todos os recursos de conteúdo tenham caráter

acadêmico-científico. Portanto, nos repositórios institucionais não deve ser realizado o depósito de informações de natureza administrativa (Leite, 2009).

Além disso, cada instituição deve atentar para os atos normativos regionais dos órgãos de controle de instituições de ensino superior e agentes de financiamento local e internacional que regulamentam a divulgação dos resultados das pesquisas derivados de seus investimentos, e exigindo que sejam disponibilizados para a sociedade (Mcintire, 2015).

No Brasil, por exemplo, com a reformulação dos instrumentos de avaliação e autorização de cursos de graduação presenciais e à distância no Brasil em 2017, o INEP introduziu como novo critério “[...] a disponibilização dos TCC [Trabalhos de Conclusão de Curso] em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet” (INEP, 2017a, p. 14; INEP, 2017b, p. 15) para que as instituições de ensino obtivessem pontuação máxima (conceito 5) na avaliação do indicador 1.11 referente ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Vale assinalar também que a Portaria nº 13 de 2006, a qual exigia que todas as dissertações e teses dos programas de pós-graduação brasileiros reconhecidos pela CAPES fossem disponibilizadas e acessíveis na internet (CAPES, 2006), foi revogada. Contudo, mesmo assim, o vigente processo de avaliação de cursos novos e em funcionamento dos programas de pós-graduação no nível de mestrado e doutorado, disposto em 2018 pela Portaria nº 182 da CAPES, apresenta entre os quesitos básicos contidos nos documentos de avaliação de área, o impacto na sociedade e seu sub-requisito internacionalização, inserção local e visibilidade do programa (CAPES, 2021). Deste modo, cada área de avaliação deve considerar a disponibilização e divulgação das teses e dissertações, bem como de demais produções intelectuais, científicas e técnicas dos programas de pós-graduação por diferentes canais de comunicação, o que inclui os periódicos e os repositórios institucionais.

Diante do exposto, a abordagem rígida ou flexível adotada para a gestão da coleção e a definição por determinados tipos de recursos de conteúdo a serem depositados nos repositórios institucionais devem ser definidos pela instituição mantenedora. E portanto, esta precisa observar se os recursos de conteúdo são produções pertencentes ao sistema de comunicação científica. Ademais, torna-se necessário verificar as normativas governamentais, dos órgãos regulamentadores e de financiamento existentes e cabíveis, e a viabilidade de execução do serviço e objetivos a serem cumpridos em prol do Acesso Aberto, prevendo o registro de tais decisões e informações em políticas institucionais.

## 2.4.2 Propriedade intelectual

Segundo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (*World Intellectual Property Organization* - WIPO), a Propriedade Intelectual (PI) pode ser entendida como:

[...] os direitos relativos à: - obras literárias, artísticas e científicas; - interpretações de artistas intérpretes, fonogramas e radiodifusões; - invenções em todos os campos da atividade humana; - descobertas científicas; - desenhos e modelos industriais; - marcas registradas, marcas de serviço e nomes e firmas comerciais; - proteção contra a concorrência desleal; e todos os outros direitos relativos à atividade intelectual nos setores industrial, científico, literário e artístico (WIPO, 1979, p.1, tradução nossa).

No âmbito internacional, de maneira geral, a PI costuma ser dividida em duas categorias principais. A primeira trata da propriedade industrial, que inclui patentes de invenções, desenhos industriais, marcas registradas e indicações geográficas; e a segunda representa os direitos autorais e direitos conexos que abrangem obras literárias, artísticas e científicas, incluindo interpretações ou performances e radiodifusões (WIPO, 2020). No Brasil, a PI, considerando sua proteção no amparo legal nacional, apresenta-se em três modalidades e seus respectivos componentes:

- a) Direito Autoral: direito de autor, direitos conexos, programa de computador;
- b) Propriedade Industrial: marca, patente, desenho industrial, indicação geográfica, segredo industrial e repressão à concorrência desleal;
- c) Proteção *Sui Generis*: topografia de circuito integrado, cultivares e conhecimento tradicional (Jungmann; Bonetti, 2010).

Diante disso, a PI é reconhecida como uma criação do intelecto humano, que pode ser de propriedade de um indivíduo (pessoa física) ou de uma organização privada ou do setor público, estes por sua vez podem escolher o que fazer com as criações, compartilhá-las livremente ou controlar seu uso de maneiras específicas (ICC, 2020). Na perspectiva da Ciência Aberta, a UNESCO (2022a) recomenda que se deve buscar a maior abertura possível de acesso ao conhecimento científico, limitando as restrições de acesso apenas quando necessário e de forma justificada. As restrições devem ser proporcionais às circunstâncias e baseadas em

[...] proteção dos direitos humanos, segurança nacional, confidencialidade, direito à privacidade e respeito aos sujeitos humanos de estudo, devido processo legal e ordem pública, proteção dos direitos de propriedade intelectual, informações pessoais, conhecimento indígena sagrado e secreto, e espécies raras, ameaçadas ou em perigo (UNESCO, 2022a, p. 11).

Quanto à restrição do conhecimento científico, Barwick (2007) complementa que é possível que uma obra tenha seu acesso limitado, ou fique restrita, em virtude de acordos celebrados entre os pesquisadores, na função de autores, e a editora responsável pela publicação do estudo, o que envolve a transferência de alguns direitos autorais.

Relacionado a isso, a Lei 9.610 de 1998, conhecida como Lei de Direitos Autorais (LDA), é a principal legislação que disciplina o direito autoral no Brasil e estabelece a descrição jurídica referente à obra e ao autor, às formas de proteção, aos direitos do autor acerca da obra criada, e às restrições impostas a esses direitos. Ainda, de acordo com o artigo 22 da LDA (BRASIL, 1998), ao criador da obra são atribuídos os direitos morais e patrimoniais.

Os direitos morais são tratados no artigo 27 da LDA, e podem ser compreendidos como a conexão entre a obra e o seu autor. Abrangem o direito de o criador da obra ser reconhecido como autor, de garantir a integridade de sua obra e de realizar modificações, entre outros direitos. Esses direitos são inalienáveis e irrenunciáveis, o que significa que são irrevogáveis e intransferíveis e, perante a lei, não existe permissão para renúncia, cessão ou venda (Creative Commons, 2020).

Diferentemente dos direitos morais, os direitos patrimoniais abordados no artigo 28 da LDA, consistem no direito exclusivo concedido aos autores para utilizar, usufruir e controlar a sua obra, além de autorizar outras pessoas a utilizá-la e explorá-la, inclusive economicamente. Os direitos patrimoniais podem ser vendidos, doados ou renunciados por escolha do autor. Ao transferir esses direitos a terceiros, o criador da obra permanece como autor, mas deixa de ser o titular dos direitos patrimoniais. Frequentemente, autores transferem os direitos patrimoniais a outros, como editoras ou empregadores, que então tornam-se os titulares desses direitos e têm a permissão de comercializar a obra (Creative Commons, 2020).

Além disso, a Unesco, em sua Carta para a Preservação do Patrimônio Digital de 2003, contextualizada ao cenário atual, afirma que mesmo no contexto de Acesso Aberto deve-se “[...] garantir a proteção da informação confidencial e de caráter pessoal contra todas as formas de intrusão” (UNESCO, 2003, p. 3, tradução nossa).

A partir disso, de maneira geral, entende-se que os detentores dos direitos patrimoniais podem definir os direitos de acesso e uso de uma obra intelectual enquanto perdurarem esses direitos, de acordo com os prazos previstos na legislação vigente, e isso impacta no povoamento dos repositórios institucionais. Ou seja, a autorização concedida pelos titulares de direito determina a maneira como cada recurso de conteúdo poderá ser ou não armazenado e disponibilizado no repositório institucional (Swan, 2016).

A gerência da propriedade intelectual nos repositórios institucionais relaciona-se com os direitos de acesso, licenciamento para depósito e uso, e com a versão do estágio de publicação dos recursos de conteúdo que são apresentados a seguir.

#### *2.4.2.1 Direitos de acesso e licenciamento para depósito e uso de recursos de conteúdo*

Por meio de um vocabulário controlado específico, cinco tipos de acesso aos recursos de conteúdo são listados pela COAR (2022b). Este vocabulário indica os conceitos a serem declarados no repositório dependendo do direito de acesso atribuído ao recurso pelos detentores de direito autoral. Os tipos de direitos de acesso podem ser definidos de acordo com a COAR (2022b) como:

- a) acesso embargado: trata do acesso ao recurso que somente pode ter liberado os seus metadados, enquanto o arquivo possui uma data estipulada para que ocorra o Acesso Aberto. Esse período de embargo geralmente é uma exigência das políticas das instituições publicadoras ou editores, ou de agências de financiamento, ou ainda dos próprios autores.
- b) acesso limitado aos metadados: o recurso que não pode ter seu arquivo digital disponível pela plataforma de serviço e também não pode ser direcionado para outro sistema externo que contenha o arquivo. Nesse caso, existe apenas a descrição dos metadados.
- c) acesso aberto: conceitua o recurso que pode ser acessado imediatamente após depósito e livremente de forma *on-line* e sem custos ao usuário. O recurso é arquivado na plataforma ou direcionado a um sistema diferente externo que disponibiliza o arquivo.
- d) acesso restrito: caracteriza o recurso que possui algum tipo de restrição que pode ser motivada por diferentes razões. No entanto, o recurso pode ser acessado na plataforma conforme critérios de disponibilização atribuídos, como por exemplo, quando o acesso ocorre apenas para a comunidade vinculada à instituição do repositório.

No que se refere ao licenciamento em repositórios institucionais, Barton e Waters (2004) esclarecem que as licenças são contratos legais que regem a distribuição de conteúdo, e geralmente um repositório institucional possui dois tipos de licenças: a licença de depósito e a licença de uso.

A licença de depósito pode ser entendida como “[...] um acordo entre o criador (ou detentor dos direitos autorais) e a instituição que dá ao repositório o direito de depositar, distribuir e preservar a obra” (Barton; Waters, 2004, p. 93, tradução nossa). De acordo com Tomaél e Silva (2007, p. 7) “[...] um repositório institucional deve ser apenas o custodiante da informação que armazena e dissemina, e não seu proprietário [...]”.

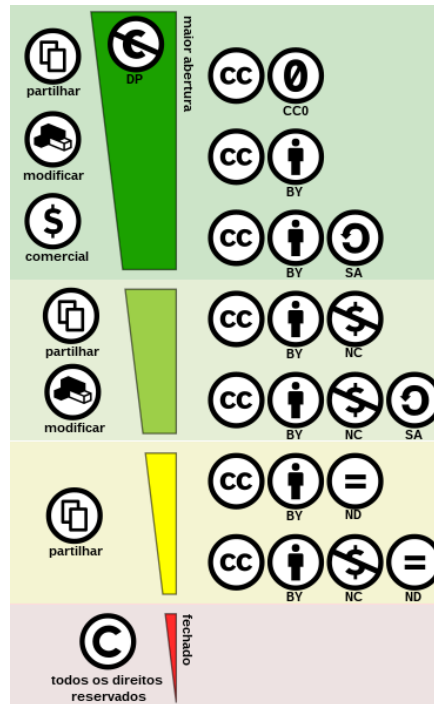
A licença de uso refere-se a “[...] um acordo entre o autor ou criador ou detentor dos direitos autorais e o usuário final que rege os usos que podem ser feitos da obra” (Barton; Waters, 2004, p. 93, tradução nossa). A BOAI (2012, *on-line*) recomenda a utilização de licenças de uso abertas, indicando as licenças do *Creative Commons* (CC) como as ideais para regulamentar a “[...] publicação, distribuição, uso e reutilização de trabalhos acadêmicos [...]”. Em seu 20º aniversário em 2022, a BOAI (2022) continua incentivando a utilização de licenças abertas que não exigem direitos exclusivos, e que possibilitem o depósito dos recursos nos repositórios institucionais.

A iniciativa CC foi criada com o objetivo de “[...] fornecer instrumentos legais padronizados para facilitar a circulação e o acesso de obras intelectuais tanto na internet quanto fora dela. O Brasil aderiu à iniciativa pioneiramente, tendo sido o terceiro país a adotar as licenças” (Branco; Britto, 2013, p. 19). De acordo com Barnes *et al.* (2012), a utilização de licenças CC é uma prática amplamente adotada em todo o mundo para licenciar criações digitais e categorizá-las em domínios de Acesso Aberto. Tal prática favorece a proteção dos conteúdos, estipulando condições específicas para o uso de criações e prevenindo a utilização indevida das obras. Além disso, essas informações também podem ser incorporadas nos recursos de conteúdo de maneira que permitam a leitura por máquinas (OpenAIRE, 2021).

Em 2022, estimou-se que mais de 2,5 bilhões de obras licenciadas por CC foram compartilhadas *online* (Creative Commons, 2023). Atualmente, o pacote de licenças CC encontra-se na versão 4.0, lançada como uma única versão internacional aplicável em todas as jurisdições, sendo traduzidas para mais de 40 idiomas diferentes (Creative Commons, 2023; Vollmer, 2022). Na Figura 2, representa-se os níveis possíveis de abertura de cada uma das diferentes licenças CC, iniciando pelas licenças mais abertas e permissivas até ao modelo *copyright* que é a licença fechada devido ao direito de autor, em que todos os direitos são reservados.



Figura 2 – Nível de abertura das licenças *Creative Commons*



Fonte: (WIKIMEDIA COMMONS, 2022, *on-line*)

Conforme a *Creative Commons* ([2017?]) são propostas seis tipos de licenças e dois instrumentos de licenciamento a serem adotadas por escolha dos titulares de direitos patrimoniais e indicados na Figura 2, a saber:

- CC BY (Atribuição): permite a redistribuição, mixagem, adaptação e criação de trabalhos derivados do original, mesmo para fins comerciais, desde que atribuído o devido crédito ao criador do original. Identificada como a licença mais flexível de todas, e recomendada para potencializar a disseminação e uso das obras licenciadas;
- CC BY-SA (Atribuição-CompartilhaIgual): permite a redistribuição, mixagem, adaptação e criação de trabalhos derivados do original, mesmo para fins comerciais, desde que atribuído o devido crédito ao criador original e que as novas criações sejam licenciadas por idênticos termos. Todos e quaisquer novos trabalhos com base no original devem ter a mesma licença, portanto, igualmente permitirão o uso comercial;
- CC BY-ND (Atribuição-SemDerivações): permite a redistribuição, comercial e não comercial, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído ao criador original;

- d) CC BY-NC (Atribuição-NãoComercial): permite a redistribuição, mixagem, adaptação e criação de trabalhos derivados do original para fins não comerciais. Deve-se atribuir o devido crédito ao criador original e as novas criações podem ser licenciadas sob termos diferentes, embora não possam ser usadas para fins comerciais;
- e) CC BY-NC-SA (Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual): permite a redistribuição, mixagem, adaptação e criação de trabalhos derivados do original para fins não comerciais, desde que atribuído o devido crédito ao criador original e que as novas criações sejam licenciadas por idênticos termos;
- f) CC BY-NC-ND (Atribuição-NãoComercial-Sem Derivações): permite o download dos trabalhos e o compartilhamento, desde que atribuído o devido crédito ao criador original, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais. Esta é a licença mais restritiva.

A iniciativa *Creative Commons* (2020) oferece também dois outros instrumentos relacionados aos direitos autorais, considerados na área de licenciamento: a Marca de Domínio Público (do inglês, *Public Domain Mark* - PDM) e o CC0.

A PDM indica que uma obra encontra-se em domínio público, sendo que o período de proteção de direitos autorais expirou. Portanto, é utilizada para divulgar obras que não são mais protegidas pelo direito autoral e podem ser usadas livremente. No entanto, a PDM não pode ser usada para definir uma obra ao domínio público, apenas para indicar que a obra está em domínio público por efeito da lei. Já o CC0 possibilita a dedicação de uma obra ao domínio público, através da renúncia de todos os direitos autorais, dentro dos limites permitidos pela lei. Nos dois casos, é possível copiar, modificar, distribuir e utilizar a obra para fins comerciais. No Brasil, existe a obrigatoriedade de indicar a autoria da obra, mesmo quando licenciada em CC0 ou no caso de PDM, devido à impossibilidade de renúncia aos direitos morais de autor. No entanto, essa obrigação não invalida a licença e não impede seu uso (Creative Commons, 2020).

De acordo com Suber (2012), as obras que não utilizam um tipo de licença aberta ou não declaram seus termos de acesso e uso, fazem uso de *copyright*, uma licença padrão que determina que todos os direitos são reservados aos titulares de direito, os quais podem renunciar a alguns e reter outros direitos. Esta licença torna-se um obstáculo para a pesquisa e o Acesso Aberto, sendo que os usuários ficam diante das seguintes opções: solicitar permissão de uso aos responsáveis e aguardar o retorno que pode ser demorado, correr o risco de utilizar

sem autorização, evitar o uso completamente ou, ainda, quando viável, arcar com os custos da aquisição (Suber, 2012).

Frente a tudo isso, o direito de acesso e as licenças de uso fornecem informações sobre os direitos atribuídos às obras para viabilizar ou não o depósito de recursos de conteúdo nato digitais ou digitalizados nos repositórios e, conseqüentemente, indicar aos usuários os tipos de acesso permitidos, bem como esclarecer o modo adequado de fazer uso do material quando disponível nos repositórios institucionais.

#### 2.4.2.2 *Versão do estágio de publicação do recurso de conteúdo*

Como visto na subseção anterior, a implementação do Acesso Aberto a partir de repositórios institucionais está diretamente relacionada à autorização dos titulares de direitos autorais, que frequentemente são editores. A maioria dos editores e periódicos de acesso pago concede permissão para o arquivamento de publicações em repositórios institucionais, e muitos outros permitem mediante solicitação, principalmente quando os autores estão sujeitos a mandatos de Acesso Aberto pela via verde, por parte de agências de financiamento ou universidades na qual estão vinculados (Suber, 2012).

Bosman e Kramer (2020) verificaram 36 grandes editoras que não publicam totalmente em Acesso Aberto, com base no número de artigos de 2019 do Scilit<sup>5</sup>. Dessas 36 editoras, 18 permitem o compartilhamento imediato, sem período de embargo, de manuscritos aceitos após revisão de algumas de suas revistas assinadas, incluindo as híbridas, em repositórios institucionais ou disciplinares. De acordo com a BOAI (2022, *on-line*, tradução nossa) “Mais autores e instituições devem entender que as versões aceitas de autores geralmente contêm o mesmo texto substantivo que a versão publicada”.

Existem algumas iniciativas de diferentes países com o propósito de oferecer informações acerca das políticas editoriais de periódicos comerciais e de acesso aberto com relação aos repositórios e o autoarquivamento (Vollmer, 2022), como o *Sherpa Romeo*, um serviço e plataforma mantida pelo Jisc que possui abrangência mundial (Jisc, 2020); e o Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras, conhecido como Diadorim, gerenciado pelo IBICT (IBICT, 2019a).

---

<sup>5</sup> O Scilit é um banco de dados abrangente e gratuito que reúne dados e indexa material científico. Desenvolvido e mantido pela editora de acesso aberto Multidisciplinary Digital Publishing Institute. Os dados são extraídos do *CrossRef* e *PubMed* diariamente. Disponível em: <https://www.scilit.net/about>. Acesso em: 26 jan. 2023.

No *Sherpa Romeo*, contabilizou-se em abril de 2023 o total de 3.295 editores registrados na plataforma, entre estes: 521 localizados nos Estados Unidos, 287 no Reino Unido, 172 na Espanha, 139 no Canadá, 130 em Portugal, 118 na Índia e 114 no Brasil. No entanto, o dado relativo ao quantitativo de revistas não consta disponível no *website* (Jisc, 2023b). No mesmo período, abril de 2023, levantou-se 964 editores e 3.075 revistas registradas no Diadorim (IBICT, 2023).

Ambos os diretórios contêm informações sobre as permissões concedidas aos artigos de cada periódico, incluindo o proprietário dos direitos autorais, o tipo de acesso contemplando o tempo de embargo ou restrição de acesso quando aplicável, a licença de uso, o local possível a depositar o artigo, e a versão do artigo permitida para o depósito e acesso em repositórios (IBICT, 2019a; Jisc, 2020).

Cabe ressaltar que o termo versão pode ser definido como “Uma ou mais variantes de um mesmo documento. Uma versão geralmente é uma instância de um documento feita durante seu processo de elaboração. No entanto, uma versão também pode indicar uma forma diferente do documento, tal como uma versão resumida, uma tradução ou uma adaptação” (CONARQ, 2022, p. 219). A versão do artigo refere-se à etapa do processo de publicação em periódico na qual o artigo se encontra.

Verifica-se três tipos gerais de versão do artigo no *Sherpa Romeo* e no *Diadorim*: manuscrito ou versão submetida (também conhecida como *pré-print*), versão aceita e versão publicada (também denominada como *pós-print*) (IBICT, 2019a; Jisc, 2020).

De maneira detalhada, o grupo de trabalho técnico sobre as versões de artigos de periódicos (do inglês *Journal Article Versions Technical Working Group - JAV*) da Organização Nacional de Padrões de Informações (do inglês *National Information Standards Organization - NISO*) em parceria com a Associação de Editores de Sociedades Científicas e Profissional (do inglês *Association of Learned and Professional Society Publishers - ALPSP*), identifica outros estágios de ciclo de vida de artigos de periódicos mais comuns a serem utilizados na compreensão e na descrição dos artigos em diferentes sistemas (NISO, 2008).

Esses diferentes estágios podem ser visualizados por meio do vocabulário controlado para tipo de versão da COAR. As definições do vocabulário que especificam cada tipo de versão foram assimiladas e adaptadas das recomendações do grupo de trabalho JAV da NISO/ALPSP (NISO, 2008), conforme indicadas pela COAR (2022d) como:

- a) versão aceita (*accepted version - AM*): uma versão de um recurso que foi aceito para publicação. Uma segunda parte, geralmente o editor, assume a

responsabilidade permanente pelo recurso. O conteúdo e o layout seguem os requisitos de submissão do editor;

- b) versão original do autor (*author's original* - AO): qualquer versão de um recurso que seja considerado pelo autor como de qualidade suficiente para ser submetida à revisão por pares formal, por uma segunda parte. O autor assume total responsabilidade pelo recurso. Pode ter um número de versão ou carimbo de data. Conteúdo e layout conforme definido pelo autor;
- c) versão corrigida do registro (*corrected version of record* - CVoR): uma versão da versão publicada de um recurso em que os erros foram corrigidos. Os erros podem ser erros do autor, erros do editor ou outros erros de processamento;
- d) versão aprimorada do registro (*enhanced version of record* - EVoR): uma versão da versão publicada de um recurso que foi atualizada ou aprimorada pelo fornecimento de material suplementar.
- e) não aplicável (*not applicable or unknown* - NA): não aplicável ou desconhecido;
- f) prova (*proof* - P): uma versão de um recurso que é criada como parte do processo de publicação. Isso inclui o manuscrito editado, provas de página e provas revisadas. O conteúdo foi alterado da versão aceita e o layout é do editor;
- g) manuscrito submetido à revisão (*submitted manuscript under review* - SMUR): qualquer versão de um recurso que esteja sob revisão formal gerenciada por uma entidade de publicação socialmente reconhecida. A entidade reconhece sua responsabilidade de fornecer revisão especializada objetiva e feedback ao autor e, em última instância, julgar a adequação do artigo para publicação com uma decisão de “aceitar” ou “rejeitar”. Pode ter um número de versão ou carimbo de data. O conteúdo e o layout seguem os requisitos de submissão do editor;
- h) versão publicada (*publisher version* - VoR): uma versão fixa de um recurso que foi disponibilizado por qualquer organização que atue como editora, declarando formal e exclusivamente o recurso “publicado”. Isso inclui qualquer artigo de “lançamento antecipado” que é formalmente identificado como sendo publicado, mesmo antes da compilação de uma edição de volume e atribuição de metadados associados, desde que seja citável através de algum identificador permanente.

Ainda que o vocabulário controlado para tipo de versão da COAR (2022d) se baseie no processo editorial de artigos de periódicos, observa-se que as definições das tipologias foram descritas de modo genérico para atendimento e tratamento do processo de publicação

de outros tipos de recurso de conteúdo que são abrangidos pela comunicação científica, como por exemplo, os gêneros livro e documento de congresso.

Diante disso, diferentes tipos de versões do recurso podem ser considerados para depósito, desde que autores e gestores de repositórios não descumpram o acordo de publicação estipulado entre os autores e os editores (IBICT, 2019a)., Sendo importante também que seja respeitado o modelo de negócios dos editores dos periódicos voltados ao Acesso Aberto, o qual pode ser consultado no *Sherpa Romeo* e no Diadorim, ou em termos próprios dos editores que definem as versões passíveis de depósito nos repositórios institucionais.

### 2.4.3 Formatos, autenticidade e integridade dos arquivos digitais

Conforme a OpenAIRE (2021), o formato refere-se à manifestação do recurso de conteúdo, podendo ser físico ou digital. Geralmente, o formato inclui o tipo da mídia ou, ainda, a extensão ou dimensão de determinado recurso. O formato pode definir o programa ou equipamentos necessários para que se possa obter a exibição do conteúdo registrado no recurso. Aplicado ao universo digital, o formato de arquivo digital consiste na “Especificação de regras e padrões descritos formalmente para a interpretação dos *bits* constituintes de um arquivo digital” (CONARQ, 2022, p. 210). De acordo com o CONARQ(2022), o formato de arquivo digital pode ser:

- a) aberto: as especificações do formato de arquivo estão públicas. Exemplo: HTML;
- b) fechado: as especificações não são divulgadas pelo proprietário. Exemplo: DOC;
- c) proprietário: as especificações são definidas por uma empresa que mantém seus direitos, sendo seu uso vinculado a uma licença. Exemplo: JPEG e GIF;
- d) não proprietário: o uso das especificações não tem restrição de licença;
- e) padronizado: as especificações são produzidas por uma organização de normalização, sendo que os formatos são abertos. Exemplo: PDF/A e XML.

Sobre isso, Sayão (2005) recomenda, como estratégia básica de preservação, a adoção e restrição de formatos digitais com padrões voltados para a preservação, preferencialmente em formatos abertos e/ou com vasta aceitação e utilização corrente. Tal estratégia baseia-se no fato de que os padrões abertos possuem documentação publicada e disponível, e permitem que os objetos digitais possam ser representados em formatos estáveis e duradouros, diminuindo o ciclo de obsolescência dos documentos digitais. Para o Arquivo Nacional Brasileiro (2019, p. 23), esta estratégia denomina-se normalização, por meio da qual

realiza-se a “Conversão de formatos de arquivo para um elenco gerenciável de formatos apropriados para preservação e acesso.” na ocasião do depósito no repositório. Relacionado a isso, Weitzel e Mesquita (2015, p. 192) afirmam que:

O objeto digital que faz parte de um RI precisa ter a garantia de sua preservação em longo prazo, sem perda de conteúdo ou modificação na sua apresentação. Para tanto, é necessário que se estabeleçam critérios durante o processo de povoamento desses objetos, com a escolha de formatos que possibilitem um bom grau de adequação às práticas de preservação.

Para tanto, deve-se levar em conta que mudanças ocorrem no ambiente tecnológico e os formatos podem se tornar obsoletos. Diante disso, existirá, em algum momento, a necessidade de realizar outros procedimentos de preservação para adequação dos novos formatos, como a migração e/ou a conversão de formatos (Sayão, 2005).

A RFS (Declaração de Formatos Recomendados, do inglês *Recommended Formats Statement*), iniciada em 2014 e elaborada pela Biblioteca do Congresso (*Library of Congress*), é um instrumento que pode auxiliar no gerenciamento de formatos físicos e digitais específicos para serem preservados e acessíveis ao longo do tempo (Library of Congress, 2023). A recomendação leva em consideração dois critérios para avaliar a adequação dos formatos com o propósito de preservação:

- a) critérios globais e comunitários: baseados em sete fatores de sustentabilidade de formatos digitais, segundo os quais a relevância de cada um dos fatores pode variar de acordo com a comunidade que os utiliza e o tipo de conteúdo, onde alguns fatores podem não ser necessários ou aplicáveis a todos os formatos (Library of Congress, 2023). A seguir, resumidamente, os sete fatores segundo a *Library of Congress* (2017):
  - divulgação: grau em que existem especificações completas e ferramentas para validar a integridade técnica dos formatos e quão acessíveis são para aqueles que criam e sustentam o conteúdo digital. Nesse aspecto, os padrões abertos não proprietários são geralmente mais documentados e mais propensos a serem suportados por ferramentas para validação do que os formatos proprietários;
  - adoção: grau em que o formato tornou-se usado pelos principais criadores, disseminadores ou usuários de recursos de informação;

- transparência: grau em que a representação digital está aberta para análise direta com ferramentas básicas, incluindo a legibilidade humana usando um editor somente de texto;
  - autodocumentação ou metadados incorporados: um objeto digital que contém incorporado junto a ele metadados descritivos básicos, e metadados técnicos e administrativos relacionados à sua criação, à sua propriedade e aos estágios iniciais de seu ciclo de vida. Isso facilita a gerência e monitoramento quanto à integridade e usabilidade do objeto, e pode favorecer a transferência de objetos de um sistema para outro sistema sucessor.
  - dependências externas: grau em que um determinado formato depende de tecnologias específicas para processamento digital ou uso, bem como a complexidade prevista ao lidar com essas dependências em ambientes técnicos futuros;
  - impacto de patentes: patentes relacionadas a um formato digital podem inibir a capacidade das instituições de manter o conteúdo nesse formato, devido às licenças restritivas eventualmente atreladas;
  - mecanismos de proteção técnica: capacidade de replicar o conteúdo em novas mídias, migrá-lo e normalizá-lo diante da mudança de tecnologia, e disseminá-lo aos usuários em uma resolução consistente;
- a) critérios locais e institucionais: estimados ao nível de recursos disponíveis na instituição para realizar a gestão e preservação dos formatos de arquivo digital, observando a qualificação da equipe, disponibilidade de equipamentos, sistemas e insumos tecnológicos, capacidade de armazenamento e funcionamento integrado ao fluxo de trabalho (Library of Congress, 2023).

A RFS , segundo a *Library of Congress* (2023), apresenta características técnicas relacionadas aos formatos e indica uma vasta lista de formatos preferidos e aceitáveis para cada tipo de recurso de informação. Para ela, os formatos preferidos referem-se ao atendimento de todos os fatores de sustentabilidade e à confiabilidade da biblioteca em promover a gestão e preservação desses formatos nos sistemas atuais. Os formatos aceitáveis são aqueles que atendem aos requisitos mínimos dos fatores de sustentabilidade, e a biblioteca suporta em nível básico de tratamento, necessitando de maior investimento para gerir adequadamente esses formatos (Library of Congress, 2023).

Anualmente é realizado um processo de revisão da RFS, com análises detalhadas da estrutura e dos processos para revisão, no sentido de mantê-la atualizada e relevante para a



comunidade. A RFS versão 2022-2023 recomenda formatos de arquivo digitais para os seguintes tipos de recursos de conteúdo: obras textuais; obras de imagens estáticas; obras de imagens em movimento; obras de áudio; partituras musicais; conjuntos de dados; dados e imagens do GIS (Sistema de Informação Geográfica, do inglês: *Geographic Information System*), dados e imagens geoespaciais e obras cartográficas (produzidas fora do contexto de GIS e disponibilizadas principalmente como imagens ou obras textuais); desenhos, projetos de desenhos e 3D; softwares e videogames; arquivos da Web; e e-mails (Library of Congress, 2023).

Cada instituição pode oferecer e desenvolver modelos de níveis de suporte de preservação para os formatos de arquivo, conforme a sua realidade e em consonância com outras estratégias de preservação. Conforme Pendergrass *et al.* (2019, p. 189, tradução nossa) “As instituições devem definir políticas de formato de arquivo local com base em avaliações de risco calculadas, em vez de confiar nas políticas de formato de arquivo padrão implementadas em sistemas de software de preservação digital”.

No Quadro 5, com base no Plano de Preservação Digital do Repositório Institucional Arca, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) de 2020, são apresentados os tipos de recursos de conteúdo disponibilizados no Repositório Arca com os respectivos formatos de arquivo permitidos para arquivamento e posterior acesso, conforme as diretrizes do Manual de Digitalização da Fiocruz de 2018 e do Plano Operativo do Arca de 2017 (Nascimento, 2020).

Quadro 5 – Formatos de arquivos aceitos para depósito no Arca

Tipologia do documento	Formato de arquivo aceito
Anais de congresso, artigos de periódicos, capítulos de livros, cartas, dissertações de mestrado, livros publicados, manuais e procedimentos técnicos, patentes, <i>preprint</i> relatórios de pesquisa, relatórios institucionais, revistas/boletins, termos de referência, teses de doutorado, trabalhos apresentados em eventos, trabalhos de conclusão de curso	PDF ou PDF/A
Áudio	MP3
Fotografias	JPEG ou PNG
Jogos	RAR
Recursos educacionais	DOC, ODT, MP4, PDF, ZIP
<i>Softwares</i>	APP, EXE, ZIP

Fonte: (Nascimento, 2020, p.8)

Para além dos formatos de arquivos digitais expostos no Quadro 5, os *softwares* para repositórios podem aceitar por padrão e para depósito, formatos com distintas extensões, ou ainda, formatos que podem ser acrescentados localmente pelos administradores dos

repositórios (LYRISIS, 2018). A OpenAIRE (2021), por meio do Guia de Diretrizes OpenAIRE para gestores de repositórios institucionais e temáticos, versão 4.1 de 2021, recomenda como melhor prática basear-se nos formatos que estão representados na listagem controlada e registrada da Autoridade para Atribuição de Números da Internet (do inglês *Internet Assigned Numbers Authority* - IANA). Essa lista registra, relaciona e especifica os tipos e subtipos de formatos de mídia da Internet utilizados por sistemas e equipamentos tecnológicos (IANA, 2023).

Neste tópico, também são apresentadas questões referentes à autenticidade e integridade dos arquivos digitais. Ambos são conceitos interligados que se referem aos aspectos dos arquivos digitais que os identificam e os compõem, de modo a refletir seu conteúdo original e sua veracidade e, além disso, observar a sua utilidade. Ademais, isso contempla as ações de como esses aspectos são examinados e monitorados, e como essas informações são registradas em metadados. Segundo Rosa (2014, p. 35):

Manter a autenticidade e integridade a longo prazo dos objetos digitais, isto é, preservá-los, implica na definição das características que os identificam como objetos únicos e os tornam úteis, no sentido de servirem ao propósito intentado no momento de sua criação ou a propósitos comprobatórios/históricos.

Essencialmente, a autenticidade refere-se à credibilidade de um documento na sua condição de documento, ou seja, significa que é a qualidade de o documento estar em conformidade com o que declara ser e que se mantém íntegro, sem alterações, incluindo, entre outras, informações sobre a sua proveniência e o contexto de produção. Com isso, a autenticidade compromete-se com assegurar a identidade e a integridade do documento (Arquivo Nacional, 2019).

Dessa forma, a integridade é uma característica sobre o documento que pode ser utilizada para verificar se o conteúdo digital está completo e inalterado, ou não, seja por perda, adulteração ou corrupção. Tratando no nível de *bits*, a integridade pode assumir a forma de soma de verificação (do inglês *checksum*), atribuindo por meio de cálculos do sistema um valor de *bits* para cada arquivo digital que é depositado e armazenado no repositório (Nascimento, 2020; NDSA, 2019).

Para garantir a integridade dos recursos de conteúdos, torna-se necessário a sua manutenção desde o recebimento, o que envolve a verificação e a revisão coordenada e periódica da integridade dos documentos para verificar e reparar erros, garantir que eles sejam adequados ao seu propósito e acesso, e passíveis de preservação digital ao longo do tempo (Nascimento, 2020).

Na próxima seção, abordam-se os conceitos de *benchmarking* e boas práticas. Além disso, explora-se descritivamente o *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR.

## 2.5 *FRAMEWORK PARA BOAS PRÁTICAS EM REPOSITÓRIOS DA COMUNIDADE COAR*

Segundo Druery, McCormack e Murphy (2013), em estudo sobre o significado de “melhores práticas” na literatura da Ciência da Informação e Biblioteconomia, não há um consenso sobre a definição de boas práticas ou melhores práticas. E em pouquíssimas ocasiões esses termos são conceituados de forma consistente, apesar de serem utilizados com frequência. Conforme os autores, o termo “melhores práticas” surgiu do interesse da indústria e da efetivação do *benchmarking* no mercado empresarial, sendo que esse processo evidenciou-se na década de 1970 e popularizou-se na década de 1980, período em que as empresas tornaram-se empenhadas em descobrir como se classificavam entre seus concorrentes, bem como em determinar por que algumas empresas, em áreas específicas, eram mais bem-sucedidas do que outras.

Para Valentim (2016, p. 102), *benchmarking* possui raiz etimológica proveniente do termo japonês '*dantotsu*', cujo significado pode ser entendido como “lutar para tornar-se o melhor dos melhores”. O equivalente em inglês pode também estar associado às expressões em português: “boas práticas” ou “melhores práticas”. Esse método busca realizar uma comparação sistemática entre os serviços e produtos semelhantes que são produzidos por uma organização específica e aqueles oferecidos por concorrentes, ou por empresas que são reconhecidas pela excelência no mesmo setor.

De maneira correlata, Souza e Spudeit (2022) apresentam *benchmarking* como uma ferramenta aplicável em unidades de informação que pode ser utilizada para a melhoria da gestão. Essa abordagem gerencial caracteriza-se por ser um processo continuado e sistemático, no qual são avaliados os produtos, os serviços e os processos operacionais de instituições consideradas de referência em boas práticas. Portanto, o *benchmarking* age por meio da análise comparativa. Nesse sentido, a comparação de diferentes realidades de organizações do mesmo setor permite a identificação de ameaças e oportunidades, de forma a subsidiar a compreensão e o aprendizado de práticas com o propósito de promover a melhoria organizacional.

Uma boa prática pode referir-se às práticas que abrem caminho para o aprimoramento de uma tarefa existente e contribuem para implementar ou usar determinado processo de trabalho de forma eficaz (Wadnerkar, 2014). Também é possível compreender a definição de boas práticas integradas à Biblioteconomia e Ciência da Informação, tanto na aplicação teórica quanto nas situações reais, como os

[...] procedimentos que, quando aplicados adequadamente, produzem consistentemente resultados superiores e, portanto, são usados como pontos de referência na avaliação da eficácia de métodos alternativos para realizar a mesma tarefa. As melhores práticas são identificadas pelo exame de evidências empíricas de sucesso (Reitz, 2014, *on-line*, tradução nossa).

No contexto da Ciência Aberta e do Acesso Aberto ao longo do tempo, em âmbitos locais e nacionais, surgiram diferentes organizações e projetos de iniciativas profissionais, científicas e governamentais que recomendam e estabelecem diretrizes internacionais para a bem-sucedida gerência e o adequado funcionamento de repositórios digitais a partir de boas práticas. Atualmente, destaca-se a COAR. Essa instituição por sua posição de autoridade em nível internacional e impacto na área de gestão de repositórios e acesso aberto pode servir de fonte de informação e de subsídio ao entendimento da problemática da gestão de conteúdos digitais associadas aos repositórios institucionais, e também contribui para pesquisas nesta temática.

Atualmente, a COAR tem recebido destaque por sua posição de autoridade em nível internacional e impacto na área de gestão de repositórios e acesso aberto. Sendo assim, a referida instituição pode servir de fonte de informação e de subsídio para o entendimento da problemática da gestão de conteúdos digitais relacionada aos repositórios institucionais, e também contribui para pesquisas nesta temática.

A COAR surgiu em setembro de 2009, originada de um projeto de interconexão de repositórios da Europa nomeado de DRIVER (Visão da Infraestrutura de Repositórios Digitais para a Pesquisa Europeia, do inglês: *Digital Repository Infrastructure Vision for European Research*). No decorrer do seu período de existência, o projeto DRIVER demonstrou a necessidade de uma atuação internacional para apoiar a rede de todos os repositórios espalhados pelo mundo, motivando assim o início da COAR (COAR, 2021).

Dessa forma, a COAR apresenta-se como uma associação internacional com representantes de diferentes instituições universitárias, governamentais e de pesquisa de cerca de 50 países, totalizando mais de 150 membros. A COAR concebe a agregação de repositórios individuais e redes de repositórios, visando realizar o desenvolvimento de

capacidades e o alinhamento de políticas e práticas, e também atuar como um canal mundial de informações para a comunidade de repositórios (COAR, 2021). A missão da COAR (2021, *on-line*, tradução nossa) pauta-se em “aumentar a visibilidade e o uso dos resultados de pesquisa por meio da colaboração em toda a rede global de repositórios”.

Uma das maneiras pelas quais a COAR cumpre sua missão é por meio do desenvolvimento do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR, tendo como finalidade auxiliar os repositórios na avaliação e no aprimoramento das suas atuais atividades operacionais fundamentadas em boas práticas da área. O *Framework* é elaborado pelo Grupo de Trabalho de Avaliação de Repositórios da COAR, tendo em vista as contribuições de membros e partes interessadas de diversas localidades envolvidas e a percepção de diferentes tipos de repositórios (COAR, 2022e).

O mencionado Grupo de Trabalho também se responsabiliza pela revisão e validação do *Framework*, sendo que em 2022 publicou a segunda versão após consulta junto à comunidade da primeira versão publicada em 2020. Essa revisão caracterizou-se pela facilidade de adoção, ou seja, a redução do nível de dificuldade de implementação de cada critério, bem como enfatizou a relevância dos critérios existentes e a relevância dos novos critérios sugeridos para todos os repositórios (COAR, 2022a, 2022e).

Atualmente, de acordo com a COAR (2022a), existem diversos *frameworks* e conjuntos de critérios avaliativos que estão disponíveis para os repositórios com o objetivo de auxiliar na melhoria de alguns aspectos do seu funcionamento, como por exemplo: descoberta, acesso, reutilização, integridade, garantia de qualidade, preservação, privacidade e sustentabilidade. No entanto, esses critérios encontram-se dispersos em diferentes organizações e, muitas vezes, são aplicáveis e de interesse a somente uma região específica ou a um tipo particular de repositório.

Em vista disso, o *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR buscou harmonizar e considerar o trabalho existente de outras iniciativas, incluindo os seguintes *frameworks* que abordam assuntos correlatos ao desempenho de repositórios digitais:

- a) Roteiro de citação de dados para repositórios de dados acadêmicos (*Data Citation Roadmap for Scholarly Data Repositories*): consiste em um roteiro prático para repositórios de dados acadêmicos implementarem a citação de dados de acordo com a Declaração Conjunta de Princípios de Citação de Dados, uma síntese das recomendações dos principais órgãos que atuam com política científica. O roteiro faz 11 recomendações específicas, agrupadas em três fases de implementação. Foi

desenvolvido pelo *Repositories Expert Group*, como parte do projeto *Data Citation Implementation Pilot* (DCIP), uma iniciativa da FORCE11.org e do *Biomedical and Healthcare Data Discovery Index Ecosystem* (BioCADDIE) financiado pelo *National Institutes of Health* (NIH) dos Estados Unidos (Fenner *et al.*, 2019);

- b) Princípios de dados FAIR (*FAIR data principles*): fornecem diretrizes para boas práticas que estabeleçam as características fundamentais de ativos digitais, a fim de assegurar que sejam reutilizáveis tanto por máquinas quanto por seres humanos. Esses princípios se resumem em quatro dimensões principais: encontrabilidade (*findability*), acessibilidade (*accessibility*), interoperabilidade (*interoperability*) e reutilização (*reuse*), conhecidos como princípios FAIR, em que a sigla é resultante da inicial de cada palavra inglesa (Wilkinson *et al.*, 2016). Essa iniciativa é mantida pelo *GO FAIR* que trabalha por intermédio de um consórcio de rede de implementação com indivíduos, instituições e organizações de diferentes países (GO FAIR, 2023);
- c) Critérios que importam PLOS (PLOS “*Criteria that Matter*”): conjunto de critérios considerados importantes para a identificação e seleção de repositórios e plataformas apropriados, a serem recomendados pelos periódicos e editores aos pesquisadores, para quando se preparam para disponibilizar os conjuntos de dados, bem como outros produtos digitais associados às suas pesquisas. Por meio desses critérios, a editora científica de acesso aberto chamada PLOS, em parceria com a *FAIRsharing*, a *DataCite* e outros representantes de editores, objetivam beneficiar a formulação de políticas de dados e as abordagens de compartilhamento de dados (PLOS, 2019).
- d) Princípios para repositórios digitais TRUST (*TRUST Principles for Digital Repositories*): um conjunto de princípios orientadores para demonstrar a confiabilidade de um repositório digital, especialmente aqueles responsáveis pela administração dos dados de pesquisa. Os princípios de confiança incluem: transparência (*transparency*), responsabilidade (*responsibility*), foco no usuário (*user focus*), sustentabilidade (*sustainability*) e tecnologia (*technology*). O que fornece um *framework* comum para facilitar a discussão e implementação das melhores práticas na preservação digital por todos os envolvidos (Lin *et al.*, 2020). A criação e manutenção dos princípios TRUST é uma das iniciativas da RDA (*Research Data Alliance*), em colaboração com a comunidade da área, e

endossada por diversas organizações comprometidas com a administração de recursos digitais e, em particular, dados de pesquisa digital (RDA, 2020).

- e) Selo de confiança *Trust (Core Trust Seal)*: oferece aos repositórios de dados a oportunidade de obter uma certificação baseada em um conjunto de requisitos específicos para repositórios confiáveis de dados, que abrange as principais características desse tipo de sistema. A certificação *CoreTrustSeal* é considerada o passo inicial em uma estrutura global para a certificação de repositórios, que abrange a certificação de nível básico, a certificação de nível estendido (nestor-Seal DIN 31644) e a certificação de nível formal (ISO 16363). O *CoreTrustSeal* apresenta-se como uma organização internacional e entidade legal sob a lei holandesa, não governamental e sem fins lucrativos, que atua com base na comunidade e promove infraestruturas de dados confiáveis e sustentáveis (CORETRUSTSEAL, 2023);
- f) Tecnologias de Repositórios de Próxima Geração COAR (*COAR Next Generation Repositories Technologies*): identifica e apresenta novas funcionalidades para a nova geração de repositórios, incluindo recomendações para a adoção de novas tecnologias, padrões e protocolos que podem contribuir para que os repositórios se tornem mais integrados ao ambiente *web*. Desempenha, assim, um papel mais amplo no ecossistema de comunicação acadêmica e mostra-se favorável à inovação, a partir de uma infraestrutura distribuída e globalmente ligada em rede, e à implantação de serviços com valor agregado. Tal projeto é monitorado pelo Grupo de Trabalho de Repositórios de Próxima Geração da COAR, composto por especialistas de diferentes países (COAR, 2017);
- g) Plano S (*Plan S*): iniciativa que visa maximizar o Acesso Aberto imediato e completo às publicações científicas revisadas por pares, resultantes de pesquisas financiadas pelos membros da *cOAlition S* em periódicos, plataformas ou repositórios de Acesso Aberto. O Plano foi lançado em 2018 e atualizado em 2019 pela *cOAlition S*, um consórcio internacional de organizações envolvidas no financiamento de pesquisas da Europa e de outros países, entre elas estão a ESF (*European Science Foundation*), a WHO (*Science Europe, a World Health Organization*), a *Bill & Melinda Gates Foundation*, e diversas agências públicas e privadas, nacionais, regionais e internacionais de financiamento. A implementação do Plano baseia-se em 10 princípios destinados aos atores

envolvidos na comunicação científica e acadêmica, com orientações técnicas e requisitos de conformidade para os veículos de publicação de acesso aberto (revistas e plataformas) e repositórios de acesso aberto (ESF, 2022a, 2022b, 2022c, 2022d).

Com essa perspectiva, o referido *Framework* da COAR oferece uma abordagem internacional, abrangendo múltiplas dimensões que caracterizam as práticas necessárias ao pleno funcionamento dos repositórios. Possibilita que o conjunto de boas práticas seja aplicável e atingível em diversos tipos de repositórios, como institucionais e de dados, e em diferentes contextos, independentemente da localização geográfica ou do assunto temático (COAR, 2022a). Para entendimento comum, o *Framework* da COAR define alguns termos utilizados, como:

**Recurso de conteúdo:** Refere-se ao objeto ou ao item que foi depositado/carregado no repositório (por exemplo, manuscrito, conjunto de dados, vídeo). **Registro de metadados:** refere-se à coleção de elementos de metadados para um determinado recurso de conteúdo. **Página inicial:** descreve a página do repositório que representa um recurso de conteúdo específico no repositório (COAR, 2022a, p.2, tradução nossa).

Partindo desta compreensão, o *Framework* da COAR mostra-se estruturado em oito objetivos, com 52 características correspondentes com os objetivos e categorizadas em 31 características essenciais e 21 características desejadas, indicando deste modo, as principais características necessárias ao pleno funcionamento dos repositórios digitais, conforme resumido na Tabela 1 e detalhado no Anexo A.

Tabela 1 – Resumo da 2ª versão do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR

Objetivos do <i>Framework</i> da COAR	Quantidade de características		
	Essenciais	Desejadas	Total
a) Capacidade e descoberta	8	6	14
b) Acesso	4	5	9
c) Reutilização	1	5	6
d) Integridade e autenticidade	3	0	3
e) Garantia de qualidade	2	0	2
f) Preservação	7	1	8
g) Sustentabilidade e segurança	5	0	5
h) Outras características	1	4	5
Total	31	21	52

Fonte: elaborado pela autora



Identificam-se, no Anexo A, as principais áreas de boas práticas em repositórios, contemplando orientações sobre governança do repositório, gerenciamento de recursos de conteúdo, registro de metadados, descoberta de conteúdo, interoperabilidade entre sistemas, questões legais de propriedade intelectual, estratégias de preservação e infraestrutura tecnológica.

Ao adotar as recomendações fornecidas pelo *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR, os repositórios podem proceder para que suas operações estejam alinhadas com os padrões e as boas práticas internacionais, o que pode aumentar a visibilidade e o impacto dos resultados de pesquisa por eles mantidos. Além disso, a aderência às boas práticas pode elevar a eficiência e a economia de custos financeiros e técnicos, bem como controlar crises, melhorar o gerenciamento e possibilitar a sustentabilidade em longo prazo do repositório (Sandström *et al.*, 2022). Por sua vez, isso pode influenciar na sua reputação e levar a uma maior confiança e uso do repositório, beneficiando, assim, a comunidade de pesquisa e a sociedade como um todo.

Entretanto, é importante reconhecer que nem todos os repositórios possuem capacidade de implementar todas as práticas recomendadas. Com isso, sugere-se que o *Framework* da COAR seja utilizado como base para buscar o apoio ao aprimoramento de suas funções junto aos agentes de tomada de decisão e financiamento institucional, e junto aos órgãos governamentais, empresas e entidades coletivas da sociedade civil, que atuam em prol da Ciência Aberta.

Nesse sentido, uma boa prática recomendada pode significar uma prática padrão que proporciona valor adicional. Contudo, o entendimento desta prática pode variar dependendo da perspectiva, do momento e do contexto da comunidade e ambiente onde está inserida. Uma boa prática pode favorecer a inovação, e manifestar-se como uma filosofia, política, estratégia, programa, processo ou prática capaz de solucionar problemas. Além disso, pode criar novas oportunidades e permitir um impacto positivo nas organizações (Wadnerkar, 2014).

Apresenta-se a seguir o caminho metodológico traçado para a realização desta pesquisa.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Os aspectos metodológicos da presente dissertação são apresentados de modo a caracterizar o tipo e a abordagem do estudo, e a demonstrar as etapas necessárias à execução da pesquisa.

#### 3.1 *CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA*

Quanto aos objetivos do estudo, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Na pesquisa exploratória, procura-se conhecer qualquer fenômeno que seja objeto de análise, possibilitando obter informações em um determinado contexto. Geralmente, este tipo de pesquisa pode revelar tendências, identificar áreas, ambientes, e situações de estudo, bem como possíveis relações entre as variáveis (Hernández-Sampieri; Fernández-Collado; Baptista-Lucio, 2014).

A pesquisa descritiva busca a descrição por meio do detalhamento da natureza e manifestação, bem como da especificação das propriedades e características do objeto de estudo. Nesse sentido, evidencia a coleta de informações sobre os conceitos ou variáveis em questão, e a realização de verificações. Assim como a pesquisa exploratória pode ser empregada para descobrir e delinear um objeto de estudo, a pesquisa descritiva mostra-se útil para apresentar, de maneira precisa, os aspectos de um contexto específico (Hernández-Sampieri; Fernández-Collado; Baptista-Lucio, 2014). Portanto, por meio da abordagem qualitativa, esta pesquisa envolverá a interpretação e descrição dos dados obtidos de modo a imprimir valor e sentido à questão estudada (Chizzotti, 2018).

Quanto aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como pesquisa documental. A pesquisa documental é obtida a partir da análise dos dados que, segundo Pádua (2012), baseia-se em documentos, sejam eles atuais ou do passado, que possuem autenticidade científica. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), esta abordagem tem sido amplamente utilizada nas Ciências Sociais para descrever e comparar fatos sociais, identificando suas características e tendências. Este tipo de método permite a escolha e a verificação de dados e busca o acesso a fontes relevantes, e desta forma, faz parte integral da estratégia de investigação. Logo, a pesquisa documental visa produzir novos conhecimentos e compreender os fenômenos de uma nova forma, possibilitando conhecer como esses fenômenos se desenvolvem.

No Quadro 6, apresentam-se as etapas da pesquisa correspondentes com os objetivos específicos do presente estudo.

Quadro 6 – Etapas da pesquisa

Objetivo geral		
Analisar o alinhamento das diretrizes de gestão de recursos de conteúdo dos repositórios institucionais de universidades classificadas em <i>rankings</i> internacionais com a proposição de boas práticas da Confederação de Repositórios de Acesso Aberto (COAR).		
Objetivos específicos	Etapas do processo de pesquisa	Resultados esperados e alcançados
a) Identificar as diretrizes de repositórios institucionais de universidades selecionados a partir do CWTS Leiden <i>Ranking</i> e do <i>Ranking</i> Transparente: repositórios institucionais pelo Google Acadêmico	Selecionar quatro repositórios classificados no <i>Ranking</i> Transparente: repositórios institucionais pelo Google Acadêmico de 2023	Conjunto de documentos contendo as diretrizes relacionadas aos repositórios institucionais das universidades selecionadas
	Selecionar quatro universidades classificadas no CWTS Leiden <i>Ranking</i> 2023	
	Localizar os repositórios institucionais das universidades no OpenDOAR	
	Buscar e identificar as diretrizes de cada um dos oito repositórios institucionais na página <i>web</i> do repositório e da organização responsável	
b) Selecionar as características sobre a gestão de recursos de conteúdo no <i>Framework</i> para boas práticas em repositórios da comunidade COAR	Traduzir para o português a 2ª versão do <i>Framework</i> para boas práticas em repositórios da comunidade COAR	Sistema de códigos (com categoria e códigos) representativo das boas práticas que influenciam a gestão de recursos de conteúdo em repositórios
	Extraír do <i>Framework</i> as características relativas à gestão de recursos de conteúdo em repositórios	
	Converter essas características em códigos no ATLAS.ti	
c) Verificar a conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais quanto às práticas de gestão de recursos de conteúdo proposto pelo <i>Framework</i> da COAR	Examinar o conjunto de documentos com uso do ATLAS.ti e o sistema de códigos pré-definido	Compilação de diretrizes relacionadas com as práticas de gestão de recursos de conteúdo dos repositórios institucionais
	Identificar as práticas relacionadas com a gestão de recursos de conteúdo nas diretrizes das políticas dos repositórios institucionais	
	Descrever as práticas identificadas e documentadas nas políticas	Cenário do status de conformidade das diretrizes dos repositórios em relação às recomendações de boas práticas da COAR
	Conferir se as diretrizes localizadas estão ou não alinhadas com as boas práticas recomendadas pela COAR	

Fonte: elaborado pela autora

Após a explicitação das fases da pesquisa no Quadro 6, são apresentadas na sequência, em mais detalhes, as etapas do processo de pesquisa por meio da definição do universo e amostra do estudo, escolha da estratégia adotada para a coleta de dados e do procedimento para a análise dos mesmos.

### 3.2 UNIVERSO E AMOSTRA DO ESTUDO

Os repositórios institucionais de universidades em âmbito mundial que formam o universo do estudo foram selecionados a partir de dois *rankings* internacionais: CWTS Leiden *Ranking* e *Transparent Ranking: Institutional Repositories by Google Scholar* (*Ranking Transparente: Repositórios Institucionais pelo Google Acadêmico*). Optou-se por esses rankings devido às suas metodologias considerarem indicadores pertinentes ao Acesso Aberto, mas com perspectivas diferentes.

O *Leiden Ranking* está direcionado para a comunicação científica formal por meio de artigos em periódicos revisados por pares, e o *Ranking Transparente* está orientado para os materiais acadêmicos e científicos disponibilizados nos repositórios, sejam eles literatura cinzenta ou publicados formalmente. Além disso, ambos os *rankings*, ressalvadas as suas limitações, podem demonstrar de forma comparativa entre as universidades, o resultado efetivo de práticas institucionais em apoio ao Acesso Aberto e incentivo aos pesquisadores para comunicar seus estudos via Acesso Aberto ao disponibilizá-los em repositórios institucionais.

O *Ranking Transparente* faz parte da iniciativa *Ranking da Web* de Repositórios Mundiais, executado pelo grupo de pesquisa Cybermetrics Lab, o qual pertence ao CSIC (Conselho Superior de Investigações Científicas), uma organização pública da Espanha. Este *Ranking* objetiva contribuir com ações de Acesso Aberto e incentivar a publicação formal e informal de conteúdos acadêmicos na *web*. O sistema de classificação utiliza dados do Google Acadêmico para medir o impacto e a presença *web* de repositórios institucionais, com base em uma combinação de métricas. Com isso, determina a visibilidade global dos repositórios digitais e de seus conteúdos (CSIC, 2022).

O *Leiden Ranking*, realizado pelo CWTS da universidade holandesa Leiden, utiliza diversos indicadores bibliométricos para informar sobre o desempenho científico de universidades. Esses indicadores são baseados em dados da *Web of Science* da *Clarivate Analytics*, e são projetados para medir a qualidade e a quantidade da produção científica. Além disso, leva em consideração uma série de fatores, entre eles, inclui somente artigos e revisão, publicações escritas em inglês e presentes em revistas de escopo internacional (CWTS, 2022). Um dos indicadores refere-se às publicações em Acesso Aberto e utiliza dados do *Unpaywall*, este indicador revela a quantidade, em número absoluto, e a proporção de publicações em Acesso Aberto produzidas por universidades, considerando o total de publicações de cada instituição (CWTS, 2022).

Com esse entendimento, pela ordem de classificação adotada em cada *ranking*, os repositórios institucionais foram selecionados por meio dos seguintes critérios:

- a) critérios de inclusão: repositórios vinculados às instituições de ensino superior de países com idiomas oficiais português, inglês ou espanhol, e repositórios que apresentam variadas tipologias de informação e possuem conteúdo multidisciplinar;
- b) critérios de exclusão: repositórios brasileiros, repositórios dedicados exclusivamente aos dados de pesquisa e repositórios que gerenciam apenas teses e dissertações.

Para verificação dos critérios de inclusão e exclusão e a localização dos *websites* dos repositórios foi utilizado o OpenDOAR. Quando o repositório verificado apresentou divergências aos critérios definidos para o estudo ou devido à impossibilidade de localizar informações suficientes nos *websites* que possam contribuir com a proposta da pesquisa, buscou-se o repositório institucional da próxima universidade classificada nos *rankings* até atingir o quantitativo de quatro repositórios selecionados por *ranking*.

Os repositórios institucionais selecionados e desconsiderados do estudo contidos no *Ranking* Transparente são apresentados no Quadro 7.

Quadro 7 – Repositórios institucionais identificados no *Ranking* Transparente 2023

(continua)

Repositório institucional	Classificação	Nº de itens	Instituição	País/Idioma	Tipo de conteúdo/assunto	Selecionado para o estudo
Smithsonian/NASA Astrophysics Data System (ADS)	1	1500000	National Aeronautics and Space Administration (NASA)	Estados Unidos/Inglês	Variado/Temático em áreas correlatas com a Astrofísica	Não
NASA Technical Reports Server (NTRS)	2	218000	NASA	Estados Unidos/Inglês	Variado/Temático em áreas correlatas com Ciências Espaciais	Não
Repositório Digital da UFRGS (LUME)	3	193000	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Brasil/Português	Variado/Multidisciplinar	Não
Belarusian State University Digital Library	4	166000	Belarusian State University	Bielorrússia/Russo	Variado/Multidisciplinar	Não
Universitas Gadjah Mada Repository	5	137000	Universitas Gadjah Mada	Indonésia/Indonésio	Variado/Multidisciplinar	Não
Jagiellonian University Repository	6	126000	Jagiellonian University	Polónia/Polonês	Variado/Multidisciplinar	Não
Charles University Digital Repository	7	123000	Charles University	República Tcheca/Tcheco	Variado/Multidisciplinar	Não

Quadro 7 – Repositórios institucionais identificados no *Ranking* Transparente 2023

(conclusão)

Repositório institucional	Classificação	Nº de itens	Instituição	País/Idioma	Tipo de conteúdo/assunto	Selecionado para o estudo
CERN Document Server	8	120000	Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire (CERN)	Suíça/ Alemão, francês, italiano e romanche	Variado/Temático em áreas correlatas com o ramo nuclear	Não
eScholarship Repository	8	120000	University of California	Estados Unidos/Inglês	Variado/Multidisciplinar	Sim
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP	10	97400	Universidade de São Paulo (USP)	Brasil/ Português	Teses e dissertações/ Multidisciplinar	Não
Digital CSIC	11	94200	Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)	Espanha/ Espanhol	Variado/ Multidisciplinar	Não
Repositório Institucional da UFSC	12	92400	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Brasil/ Português	Variado/ Multidisciplinar	Não
UPCommons	12	92400	Universitat Politècnica de Catalunya	Espanha/ Espanhol	Variado/Multidisciplinar	Sim
Servicio de Difusión de la Creación Intelectual (SEDICI)	14	90200	Universidad Nacional de la Plata	Argentina/ Espanhol	Variado/ Multidisciplinar	Sim
Repositório da Produção da USP	15	85900	Universidade de São Paulo (USP)	Brasil/ Português	Variado/ Multidisciplinar	Não
Depósito de Investigación Universidad de Sevilla (idUS)	15	85900	Universidad de Sevilla	Espanha/ Espanhol	Variado/ Multidisciplinar	Sim

Fonte: elaborado pela autora com os dados da pesquisa

A 15ª edição de fevereiro de 2023 do *Ranking* Transparente incluiu 3.922 repositórios institucionais<sup>6</sup> posicionados pela quantidade de itens. Os repositórios que apresentam quantidade idêntica de itens, encontram-se na mesma posição do *ranking*. Com a ordenação decrescente pelo número de itens contabilizados em cada um dos repositórios, e considerando os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados quatro repositórios institucionais, conforme observa-se no Quadro 7.

No Quadro 8 encontram-se as universidades e os repositórios institucionais identificados a partir do CWTS Leiden *Ranking* de 2023.

<sup>6</sup> Dados disponíveis em: <https://repositories.webometrics.info/en/institutional>. Acesso em: 08 mar. 2023.

Quadro 8 – Repositórios identificados a partir do CWTS Leiden *Ranking* 2023

Universidade	Classificação	Nº de publicações em acesso aberto	Repositório institucional	País/Idioma	Tipo de conteúdo/ assunto	Selecionado para o estudo
Harvard University	1	66680	Digital Access to Scholarship at Harvard (DASH)	Estados Unidos/Inglês	Variado/multidisciplinar	Sim
University College London	2	40465	UCL Discovery	Inglaterra/Inglês	Variado/multidisciplinar	Sim
University of Oxford	3	39966	Oxford University Research Archive (ORA)	Inglaterra/Inglês	Variado/multidisciplinar	Sim
Chinese Academy of Sciences	4	34828	Chinese Academy of Sciences Institutional Repository Grid	China/Chinês	Variado/multidisciplinar	Não
Johns Hopkins University	5	33885	JScholarship	Estados Unidos/Inglês	Variado/multidisciplinar	Sim

Fonte: elaborado pela autora com os dados da pesquisa

Foram incluídas 1.411 universidades<sup>7</sup> no CWTS Leiden *Ranking* de 2023, correspondente ao período de 2018 a 2021. Nesse *ranking*, utilizou-se o indicador publicações em Acesso Aberto. E optou-se pela ordenação em ordem decrescente do número total de publicações em Acesso Aberto para cada uma das universidades, visualizando assim, primeiramente, as universidades com o maior quantitativo de publicações em Acesso Aberto.

Nota-se no Quadro 8 que foram selecionadas quatro universidades no CWTS Leiden *Ranking* 2023 e, posteriormente, no caso em que os critérios estipulados e apresentados não foram atendidos, o repositório institucional subsequente foi selecionado para participar do estudo.

Seguindo a ordem de classificação decrescente e os critérios de inclusão e exclusão em ambos os *rankings*, foram verificados ao todo 21 repositórios institucionais. Excluiu-se do estudo um repositório do CWTS Leiden Ranking e 12 repositórios do *Ranking* Transparente, conforme indicados nos Quadros 7 e 8. Dos 13 repositórios institucionais desconsiderados do estudo, três são repositórios temáticos em áreas específicas que pertencem às instituições de pesquisa e/ou desenvolvimento tecnológico, seis são repositórios de universidades localizadas em países com idiomas discordantes ao estudo, e quatro repositórios são administrados por universidades brasileiras.

Em decorrência do levantamento dos repositórios institucionais nos *rankings* e aplicação dos critérios, totalizou-se uma amostra de oito repositórios para análise, apresentados no Quadro 9.

<sup>7</sup> Dados disponíveis em: <https://www.leidenranking.com/information/universities>. Acesso em: 12 ago. 2023.

Quadro 9 – Repositórios institucionais selecionados para o estudo

1	Repositório eScholarship (eScholarship <i>Repository</i> ) da Universidade da Califórnia ( <i>University of California</i> )
2	UPCommons da Universidade Politécnica da Catalunha ( <i>Universitat Politècnica de Catalunya - UPC</i> )
3	Serviço de Divulgação da Criação Intelectual ( <i>Servicio de Difusión de la Creación Intelectual - SEDICI</i> ) da Universidade Nacional de La Plata ( <i>Universidad Nacional de la Plata - UNPL</i> )
4	Repositório de Pesquisa da Universidade de Sevilha ( <i>Depósito de Investigación Universidad de Sevilla - idUS</i> )
5	Acesso Digital à Pesquisa de Harvard ( <i>Digital Access to Scholarship at Harvard - DASH</i> )
6	Descoberta UCL ( <i>UCL Discovery</i> ) da Universidade de Londres ( <i>University College London - UCL</i> )
7	Arquivo de Pesquisa da Universidade de Oxford ( <i>Oxford University Research Archive - ORA</i> )
8	JScholarship da Universidade Johns Hopkins ( <i>Johns Hopkins University</i> )

Fonte: elaborado pela autora

Salienta-se que a quantidade de repositórios analisados e apresentados no quadro 9 foi definida para possibilitar que o estudo fosse conduzido dentro do prazo estabelecido, viabilizando a coleta e análise de dados de fontes distintas por um único pesquisador, com auxílio computacional, mas não de forma automatizada. Os repositórios institucionais selecionados foram descritos individualmente na 4ª seção referente à apresentação dos resultados desta pesquisa, em consonância com o procedimento de análise dos dados.

Na próxima seção informa-se as estratégias envolvidas na coleta de dados da amostra da pesquisa.

### 3.3 COLETA DE DADOS DA AMOSTRA

A coleta de dados foi realizada no período de setembro a novembro de 2023, em duas etapas, e refere-se ao cumprimento do objetivo específico a “Identificar as diretrizes de repositórios institucionais de universidades selecionados a partir do *CWTS Leiden Ranking* e *Ranking* Transparente: repositórios institucionais pelo Google Acadêmico”. Na primeira etapa, descrita anteriormente, buscou-se a seleção dos repositórios institucionais internacionais que representam a amostra do estudo e, na segunda etapa, foram identificadas as diretrizes relativas à gestão dos repositórios selecionados.

As diretrizes e informações reguladoras sobre os oito repositórios institucionais selecionados para o estudo foram recuperadas nos *websites* dos próprios repositórios e nos *websites* dos respectivos setores ou órgãos responsáveis pela sua administração, nas respectivas universidades. Nos *websites* foi realizada busca exploratória por meio da navegação entre as páginas. Iniciou-se pela página inicial do *website* do repositório



institucional e, posteriormente, utilizou-se ferramentas de busca quando fornecidas pelos *websites*. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave no idioma inglês e espanhol: repositório, política, diretriz, acesso aberto, ciência aberta, preservação digital, curadoria digital, direitos autorais, metadados e catalogação. Na sequência, esta busca estendeu-se para o *website* do setor responsável pelo repositório institucional.

A partir disso, foram levantadas as diretrizes seguindo os seguintes critérios:

- a) diretrizes contidas em políticas e outros documentos normativos que apresentam informações referentes à regulamentação da gestão e do funcionamento dos repositórios;
- b) diretrizes vigentes, independente do ano;
- c) diretrizes disponibilizadas publicamente nos *websites* durante o período da coleta dos dados.

Com isso, localizou-se documentos nos *sites* pesquisados e, em alguns casos, em *sites* externos vinculados às universidades, que estavam indicados pelos *sites* originalmente pesquisados. Os documentos localizados e selecionados de cada um dos oito repositórios institucionais, inclusive as diretrizes descritas diretamente nas páginas *web* ou incluídas em arquivos digitais, foram salvos em arquivos PDF e armazenados em computador para posterior análise. Os documentos são apresentados na subseção “Repositórios institucionais e suas diretrizes” desta dissertação.

A seguir, expõe-se o procedimento adotado para efetuar a análise dos dados que foram coletados da amostra na presente pesquisa.

#### 3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

O *software* proprietário ATLAS.ti, dedicado à análise de pesquisas qualitativas, foi utilizado como ferramenta de assistência computacional para criar um projeto específico deste estudo e auxiliar no procedimento de análise para os seguintes procedimentos: armazenar e organizar os documentos coletados, definir uma estrutura de códigos, codificar os dados identificados e interpretar os resultados obtidos.

Na atualidade, existe uma variedade de softwares que atuam como ferramentas capazes de auxiliar no gerenciamento e na análise dos dados em pesquisas qualitativas. Esses programas contribuem para a organização e exploração dos diferentes tipos de dados e a otimização do processo de análise, mas não substituem a análise reflexiva e o conhecimento

do pesquisador (Hernández-Sampieri; Fernández-Collado; Baptista-Lucio, 2014; Silva Junior; Leão, 2018).

O ATLAS.ti é um dos programas frequentemente usados na análise qualitativa entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento (Hernández-Sampieri; Fernández-Collado; Baptista-Lucio, 2014; Silva Junior; Leão, 2018, Souza Neto *et al.*, 2019, Franciso *et al.* 2021). Resumidamente, o respectivo software possibilita a construção de uma base de dados a partir da inserção de documentos em formatos textuais, gráficos e multimídia para a análise. Além disso, auxilia na criação de esquemas de códigos, permite a codificação dos dados, e a adição de comentários em diferentes elementos e anotações em memorandos. Também fornece contagens, visualizações e representações gráficas das relações entre os dados, estabelecidas pelo pesquisador (Hernández-Sampieri; Fernández-Collado; Baptista-Lucio, 2014; Franciso *et al.* 2021; ATLAS.ti, 2023).

As citações, os códigos e a codificação estão entre os principais elementos que integram um projeto no software anteriormente citado. O projeto reúne as informações armazenadas e geradas durante o uso do software e todos os elementos de análise da ferramenta que foram utilizados e relacionados ao objetivo de uma pesquisa (Rojano-Alvarado; Contreras-Cuentas; Cardona-Arbeláez, 2021; ATLAS.ti, 2023).

No software ATLAS.ti, um segmento de informação considerado relevante e marcado em um documento, seja de texto, imagem, áudio ou vídeo, é uma citação. As citações são marcadas e a elas são atribuídos códigos (Friese, 2016; ATLAS.ti, 2023). Um código pode ser entendido como uma *tag* ou uma palavra-chave para classificar o significado dos dados e fazer referência a eles, a fim de relacioná-los e compará-los. Existem diferentes tipos de códigos: o código independente é aquele de primeiro nível que não pertence a uma categoria; o código de categoria não permite codificar e é utilizado para o agrupamento de códigos em uma categoria; e o subcódigo, que é o código incluído a um código de categoria, não sendo possível criar subcódigos em outro subcódigo. Além disso, todos os códigos podem ser organizados e movidos para pastas que também podem conter outras pastas (ATLAS.ti, 2023).

Codificação no ATLAS.ti refere-se ao procedimento de atribuir códigos às citações, que são segmentos de informação considerados relevantes para a finalidade da pesquisa. A função de codificação compara-se à prática de marcar, sublinhar ou realçar, e anexar um rótulo a um trecho ou parte de informação de documentos (Friese, 2016; ATLAS.ti, 2023). Os códigos e a codificação auxiliam na organização, estruturação e recuperação dos dados a serem analisados (Friese; Soratto; Pires, 2018).

Tendo como base esse entendimento sobre o referido software, foi realizada inicialmente a caracterização e identificação de cada um dos oito repositórios institucionais para proceder com a análise dos dados deste presente estudo. As características dos repositórios foram levantadas nos *websites* dos repositórios e no OpenDOAR, as quais descrevem:

- a) informações gerais sobre a instituição mantenedora;
- b) se a instituição mantenedora possui política de Acesso Aberto;
- c) se a instituição mantenedora possui outras práticas de Acesso Aberto;
- d) setor responsável pela administração do repositório na instituição mantenedora;
- e) ano de implantação do repositório e software utilizado;
- f) tipos de recursos de conteúdo armazenados no repositório;

Especificamente para realizar a análise dos dados coletados da amostra do estudo, foram seguidas etapas referentes aos objetivos específicos **b** e **c**.


O atendimento do objetivo específico **b** refere-se a “selecionar as características sobre a gestão de recursos de conteúdo no *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR”, foi realizado em dois momentos. No primeiro momento, a 2ª versão do *Framework* da COAR foi traduzida do inglês para o português do Brasil, e está apresentada no Anexo A.

Em seguimento a isso, das 52 características que compõem o *Framework* da COAR, foram identificadas as características que influenciam a gestão de recursos de conteúdo de repositórios institucionais no que se refere a:

- a) escopo e tipos de recursos de conteúdo;
- b) tipo de acesso e restrição de acesso aos recursos;
- c) possibilidades de uso dos recursos;
- d) remoção de recursos;
- e) formatos dos arquivos digitais;
- f) controle de integridade e autenticidade dos recursos;
- g) alguns aspectos de preservação dos recursos.

Como resultado, foram selecionadas 26 características. Considerou-se apenas a recomendação relativa aos recursos de conteúdo nas características que tratam sobre mais de um aspecto. Essas características foram estruturadas em um sistema de códigos para serem utilizadas no processo de análise, conforme a figura 3.

Figura 3 – Sistema de códigos com as características selecionadas do *Framework* da COAR que influenciam a gestão de recursos de conteúdos em repositórios institucionais

 Característica do Framework da COAR que influenciam a gestão de recursos de conteúdo		
●	 1 Capacidade de descoberta	
●	 1.3 Remoção de recursos do repositório e manutenção dos seus metadados	[Essencial]
●	 1.4 Atribuição de identificadores persistentes relacionados aos recursos	[Essencial]
●	 1.6 Descoberta dos recursos por serviços de indexação	[Essencial]
●	 1.9 Possibilidade de vincular conteúdos relacionados por meio de links	[Desejada]
●	 2 Acesso	
●	 2.1 Forma de disponibilização dos recursos relativa ao custo	[Essencial]
●	 2.2 Apresenta um link para o recurso na página inicial de cada recurso	[Essencial]
●	 2.6 Forma de disponibilização dos recursos relativa ao tamanho de arquivos muito grandes	[Desejada]
●	 2.7 Possibilidade de acesso aos recursos restritos	[Desejada]
●	 2.9 Aderência às práticas de acessibilidade aplicadas ao conteúdo dos recursos	[Desejada]
●	 3 Reutilização	
●	 3.1 Informação sobre a licença de uso atribuída aos recursos de conteúdo	[Essencial]
●	 3.4 Formatos de armazenamento aceitos no repositório	[Desejada]
●	 3.5 Conversão de formatos de armazenamento	[Desejada]
●	 3.6 Fornecimento de termos de uso para recursos sem licença de uso padrão	[Desejada]
●	 4 Integridade e autenticidade	
●	 4.1 Controle da manipulação não autorizada dos recursos	[Essencial]
●	 4.2 Controle de versão dos recursos depositados	[Essencial]
●	 4.3 Verificação de integridade dos recursos de conteúdo	[Essencial]
●	 5 Garantia de qualidade	
●	 5.2 Processos de curadoria dos recursos detalhados em documentação ou política	[Essencial]
●	 6 Preservação	
●	 6.1 Procedimentos para preservação digital definidos em um plano	[Essencial]
●	 6.2 Registro de soma de verificação do recurso quando enviado para depósito ou modificado	[Essencial]
●	 6.4 Ações de preservação previstas no acordo entre depositante e repositório	[Essencial]
●	 6.5 Cópia e migração dos recursos para outros sistemas	[Essencial]
●	 6.6 Manutenção de cópia do conteúdo armazenado em local diferente do repositório	[Essencial]
●	 6.7 Resposta e procedimentos em casos de desastres naturais ou ataques cibernéticos	[Essencial]
●	 7 Sustentabilidade e segurança	
●	 7.4 Resposta com relação aos recursos se as operações finalizarem	[Essencial]
●	 8 Outras características	
●	 8.1 Descrição do escopo dos recursos de conteúdo aceitos no repositório	[Essencial]
●	 8.4 Coleta e compartilhamento de informações sobre o uso dos recursos de conteúdo	[Desejada]
Legenda: <ul style="list-style-type: none"> <li>○  Pasta do sistema de códigos</li> <li>○  Código de categoria</li> <li>○  Subcódigo com comentário</li> </ul>		

Fonte: elaborado pela autora

O sistema de códigos exposto na Figura 3 foi criado para representar os objetivos e as características do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR, apresentado integralmente no Anexo A. Organizados em uma pasta, os oito objetivos do *Framework* foram categorizados em oito códigos de categoria e, as 26 características selecionadas foram transformadas em subcódigos nomeados com expressões representativas e com o número correspondente ao da característica na qual foi derivado. Cada categoria e seus subcódigos relacionados receberam uma cor específica (amarelo, azul, cinza, laranja, verde, rosa, marrom e roxo), conforme explicitado também na Tabela 2.

Tabela 2 – Quantitativo das características selecionadas do *Framework* da COAR e sua transformação em códigos

Objetivos do <i>Framework</i> da COAR	Número de características existentes no <i>Framework</i> da COAR	Número de características selecionadas do <i>Framework</i> da COAR	Características transformadas em códigos
a) Capacidade e descoberta	14 (8 essenciais e 6 desejadas)	4 (3 essenciais e 1 desejada)	1.3, 1.4, 1.6 e 1.9
b) Acesso	9 (4 essenciais e 5 desejadas)	5 (2 essenciais e 3 desejadas)	2.1, 2.2, 2.6, 2.7 e 2.9
c) Reutilização	6 (1 essencial e 5 desejadas)	4 (1 essencial e 3 desejadas)	3.1, 3.4, 3.5 e 3.6
d) Integridade e autenticidade	3 (3 essenciais e 0 desejada)	3 (3 essenciais e 0 desejada)	4.1, 4.2 e 4.3
e) Garantia de qualidade	2 (2 essenciais e 0 desejada)	1 (1 essencial e 0 desejada)	5.2
f) Preservação	8 (7 essenciais e 1 desejada)	6 (6 essenciais e 0 desejada)	6.1, 6.2, 6.4, 6.5, 6.6 e 6.7
g) Sustentabilidade e segurança	5 (5 essenciais e 0 desejada)	1 (1 essencial e 0 desejada)	7.4
h) Outras características	5 (1 essencial e 4 desejadas)	2 (1 essencial e 1 desejada)	8.1 e 8.4
Total	52 (31 essenciais e 21 desejadas)	26 (18 essenciais e 8 desejadas)	

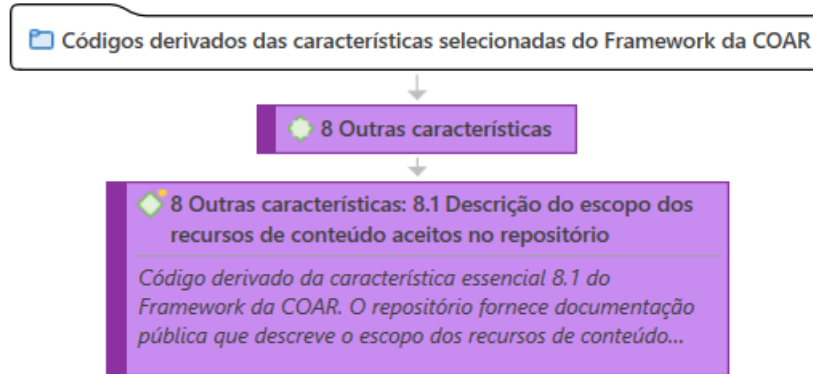
Fonte: elaborado pela autora

Dos 26 códigos criados a partir das características do *Framework* da COAR, 18 são derivados de características essenciais e oito de características desejadas. Em relação às características que geraram os códigos, verifica-se a distribuição pelos objetivos do *Framework* do seguinte modo: quatro são do objetivo **Capacidade e Descoberta**, cinco do **Acesso**, quatro da **Reutilização**, três da **Integridade e Autenticidade**, uma da **Garantia e Qualidade**, seis da **Preservação**, uma da **Sustentabilidade e Segurança**, e duas de **Outras características** (Tabela 2).

Para a aplicação do sistema de códigos de maneira facilitada e consistente, aos subcódigos adicionou-se comentários internos sobre sua origem e detalhamento, indicando a característica do *Framework* que derivou um código específico e o seu significado de acordo

com o que está inscrito no *Framework*, como pode ser verificado na Figura 4 com relação ao subcódigo 8.1 (Descrição do escopo dos recursos de conteúdo aceitos no repositório).

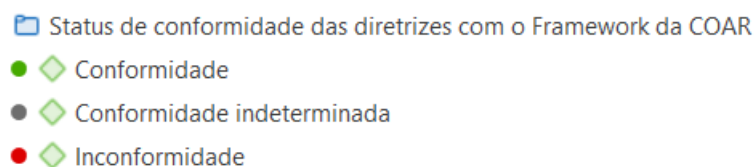
Figura 4 – Representação em rede de um subcódigo do Sistema de códigos criado



Fonte: elaborado pela autora

Também elaborou-se um sistema de códigos próprio, utilizado para classificar o alinhamento de determinada diretriz das políticas relacionadas aos repositórios institucionais junto às recomendações do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR, conforme apresentado na Figura 5.

Figura 5 – Conformidade das diretrizes com o *Framework* da COAR



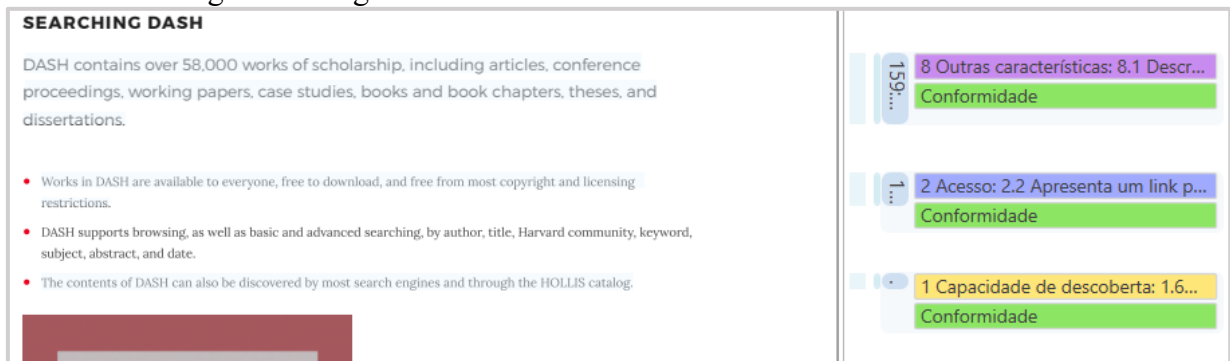
Fonte: elaborado pela autora

Para análise de cada diretriz, utilizou-se a classificação por status de conformidade apresentada na Figura 5, descrita a seguir:

- a) em conformidade: indica que a diretriz atende totalmente ou parcialmente à recomendação estabelecida pelo *Framework* da COAR;
- b) em conformidade indeterminada: sugere que a conformidade da diretriz com relação ao *Framework* da COAR não pôde ser especificada com precisão, devido à falta de informações;
- c) em inconformidade: refere-se à diretriz que não cumpre ou diverge com a recomendação estabelecida pelo *Framework* da COAR.

Desse modo, para a realização do objetivo c (“verificar a conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais quanto às práticas de gestão de recursos de conteúdo proposto pelo *Framework* da COAR”), as evidências referentes ao estudo e identificadas nas políticas dos repositórios foram codificadas nos documentos selecionados com os códigos pertencentes aos sistemas de códigos pré-definidos e apresentados anteriormente, como pode-se observar na Figura 6.

Figura 6 – Segmentos codificados em um documento no ATLAS.ti



Fonte: elaborado pela autora

A Figura 6 demonstra um documento do repositório institucional DASH com seis codificações, indicando que as três citações marcadas com códigos tratam a respeito de características sobre o acesso, a capacidade de descoberta e tipos dos recursos de conteúdo. E estas apresentam conformidade com as recomendações do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR.

Desse modo, com a assistência do ATLAS.ti, o processo de análise ocorreu por meio da leitura e verificação detalhada dos documentos normativos coletados, a fim de identificar nas diretrizes as práticas relativas à gestão de recursos de conteúdo nos repositórios institucionais estudados, e a conformidade ou não dessas diretrizes com as recomendações do *Framework* da COAR. Acrescido a isso, compilou-se e descreveu-se as diretrizes identificadas nos diferentes repositórios, referenciando o documento no qual a informação foi localizada. Da leitura e análise dos documentos em inglês e espanhol, os resultados foram escritos em português.

Na próxima seção, referente à apresentação dos resultados, as informações foram organizadas em seções e descritas de maneira a apresentar o relato e a interpretação dos dados analisados. Os dados também foram representados graficamente por quadros, tabelas, gráficos e figuras com o uso de ferramentas do Word, do Excel ou de programas de produção gráfica.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Mediante a realização do procedimento de análise dos dados exposto anteriormente, e a partir da literatura da área utilizada para este estudo, a fase final desta pesquisa consiste na apresentação dos resultados obtidos.

Esta seção subdivide-se em duas subseções. A primeira subseção descreve características significativas dos repositórios institucionais definidos para integrar o estudo e, complementarmente, indica e lista os documentos que se relacionam com a regulamentação da gestão e do funcionamento desses repositórios.

A segunda subseção apresenta a análise das diretrizes dos repositórios inscritas nos seus documentos norteadores frente à conformidade dessas diretrizes com determinadas características do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR que influenciam a gestão de recursos de conteúdo em repositórios institucionais.

### 4.1 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E SUAS DIRETRIZES

Os oito repositórios institucionais selecionados para o estudo são vinculados a universidades sediadas em quatro países diferentes, sendo três universidades nos Estados Unidos, duas na Espanha, duas na Inglaterra e uma na Argentina, conforme apresentado na Figura 7.

Figura 7 – Mapa com os repositórios institucionais e respectivas universidades



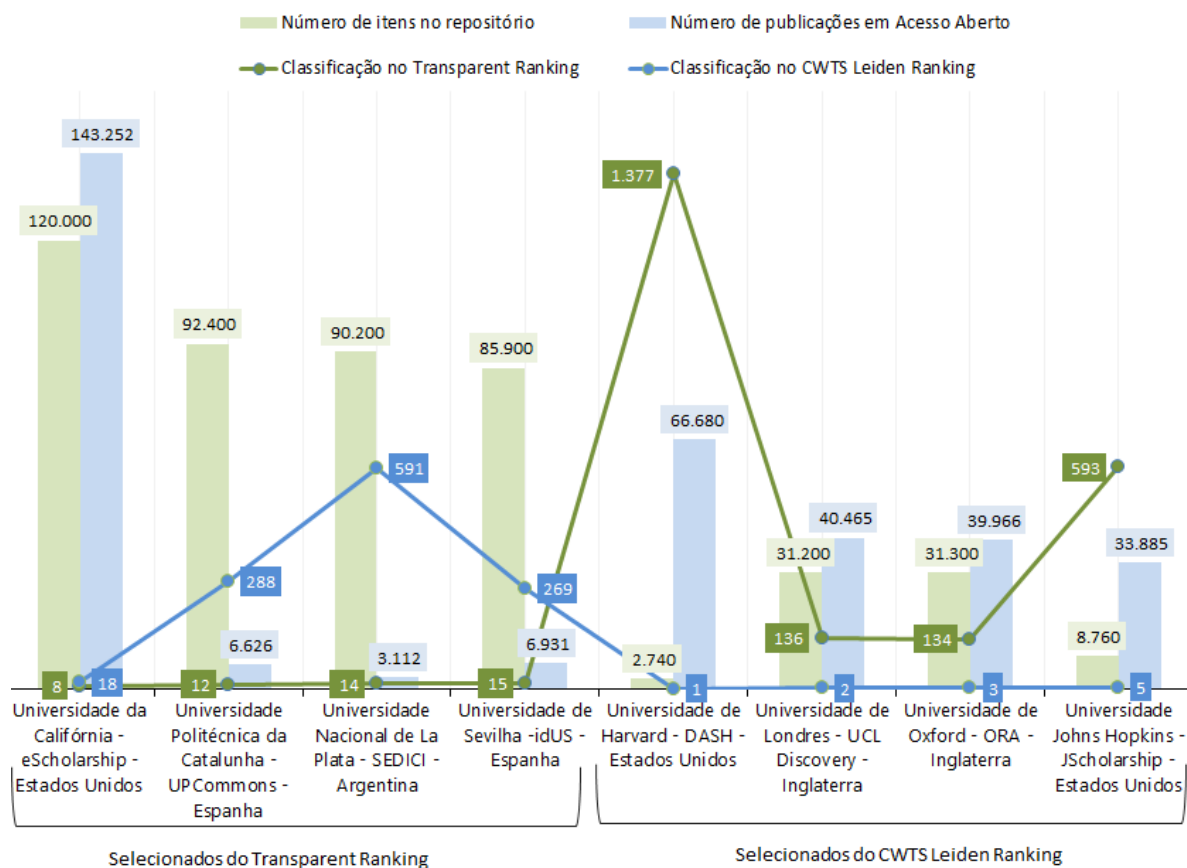
Fonte: elaborado pela autora



Referente ao idioma dos repositórios universitários apresentados na Figura 7, três repositórios estão em países nos quais o idioma oficial é o espanhol (Espanha e Argentina) e cinco localizam-se em países que têm o inglês como idioma principal (Inglaterra e Estados Unidos). Com relação aos *rankings*, no CWTS Leiden *Ranking 2023* todos os quatro repositórios selecionados localizam-se em países com língua inglesa, e no *Ranking Transparente de 2023* apenas um repositório pertence à universidade dos Estados Unidos, os outros três repositórios estão vinculados a universidades na Espanha e Argentina, onde o espanhol é o principal idioma.

A seguir, apresentam-se no Gráfico 1 os repositórios e as universidades em ordem de classificação, com a quantidade de itens no repositório institucional, e a quantidade de publicações em Acesso Aberto produzidas pelas universidades, de acordo com os dados levantados e apresentados pelos *rankings* citados.

Gráfico 1 – Universidades e repositórios no *Ranking* Transparente e CWTS Leiden *Ranking*



Fonte: elaborado pela autora

Com relação à análise do Gráfico 1, verificou-se que os repositórios institucionais com a maior quantidade de itens foram selecionados do *Ranking* Transparente, ficando entre a

8ª e 15ª posição na classificação do respectivo *ranking*. Os repositórios institucionais selecionados a partir do CWTS Leiden *Ranking* apresentam menor quantidade de itens nos repositórios e, conseqüentemente, suas posições ficaram entre o 134º e 1.377º lugares no *Ranking* Transparente.

O eScholarship Repository da Universidade da Califórnia é o repositório com mais itens, com 120.000 itens na 8ª posição, e o repositório DASH da Universidade Harvard é o que menos tem itens, com 2.740 itens na 1.377ª posição no *Ranking* Transparente.

Quanto às publicações em Acesso Aberto das universidades no CWTS Leiden *Ranking*, aponta-se que a Universidade da Califórnia é a instituição com o maior número de publicações, com 143.252 publicações, sendo que este total refere-se às publicações dos 10 campi da Universidade da Califórnia<sup>8</sup> que são indicadas individualmente no CWTS Leiden *Ranking*. Com isso, considerou-se a 18ª classificação do campus de Los Angeles como representativa da universidade como todo. Com exceção da Universidade da Califórnia, selecionada do *Ranking* Transparente, as universidades com maior quantitativo de publicações em Acesso Aberto e posicionadas entre as primeiras classificadas no CWTS Leiden *Ranking* (1º, 2º, 3º e 5º) foram derivadas da seleção realizada no respectivo *ranking*.

As demais universidades dos repositórios selecionados do *Ranking* Transparente, excluindo-se a Universidade da Califórnia, apresentam menor número de publicações em Acesso Aberto, tendo suas posições entre 269º e 591º lugares no CWTS Leiden *Ranking*.

Relacionando o número de itens nos repositórios institucionais com o número de publicações em Acesso Aberto produzidas pelas universidades, observa-se que dos oito repositórios, três repositórios (UPCommons da Universidade Politécnica da Catalunha, SEDICI da Universidade Nacional de La Plata e o idUS da Universidade de Sevilla) apresentam quantitativo de itens em seus repositórios que superam o número de publicações em Acesso Aberto da respectiva universidade. Sendo que os três estão em países de língua espanhola (Espanha e Argentina).

De outra perspectiva, percebe-se que das oito universidades, cinco universidades (Universidade da Califórnia, Universidade de Harvard, UCL, Universidade de Oxford e Universidade de Johns Hopkins) têm um número maior de publicações em Acesso Aberto do que o quantitativo total de itens presentes nos seus repositórios institucionais, ou seja, os repositórios têm menos itens do que a quantidade de publicações produzidas pela

---

<sup>8</sup> Campi da Universidade da Califórnia (classificação no CWTS Leiden *Ranking* e quantidade de publicações em acesso aberto): Los Angeles (18º/25641), San Diego (21º/24879), San Francisco (30º/22662), Berkeley (42º/20190), Davis (58º/18124), Irvine (135º/11812), Santa Barbara (260º/7152), Riverside (316º/6199), Santa Cruz (412º/4863), Merced (928º/1730).

universidade. Essas cinco universidades são de dois países de língua inglesa (Estados Unidos e Inglaterra). Com isso, destaca-se a Universidade de Harvard, que está em primeiro lugar no CWTS Leiden *Ranking* 2023 e possui 66.680 publicações em Acesso Aberto contabilizadas por esse *ranking*. No entanto, seu repositório DASH apresenta somente 2.740 itens e aparece na 1.377ª posição do *Ranking* Transparente.

Diante disso, pode-se dizer que as universidades da Espanha e Argentina, incluídas no presente estudo, exploram o armazenamento de itens no repositório institucional de forma mais evidente do que as universidades estudadas que estão nos Estados Unidos e Inglaterra, países que geram uma quantidade maior de publicações em Acesso Aberto. Esse fato pode estar associado a alguns fatores, como a configuração técnica dos repositórios que podem interferir na interoperabilidade de informações entre bases de divulgação científica e também entre sistemas de *rankings*. Outro fator determinante pode ser a situação das iniciativas e práticas em favor do desenvolvimento e ampliação do Acesso Aberto localmente nas instituições e, principalmente, na implementação de políticas e ações nacionais de Acesso Aberto e Ciência Aberta, conduzidas e propagadas pelos governos locais. Atrelado a isso, pode existir uma prevalência pela via dourada ou via verde como principal estratégia para viabilizar o Acesso Aberto em determinado ambiente e contexto, seja institucional ou regional.

Apresenta-se a seguir as principais características dos oito repositórios institucionais objeto do estudo, referente ao seu histórico, atuação e demais procedimentos, bem como as políticas relacionadas à gestão e ao funcionamento dos repositórios que foram selecionadas para a pesquisa.

#### **4.1.1 eScholarship Repository**

O Repositório eScholarship (*eScholarship Repository*) é o repositório institucional de Acesso Aberto da Universidade da Califórnia (*University of California - UC*) que oferece o serviço de disseminação e preservação dos resultados de pesquisa da instituição (California Digital Library, 2017b).

A UC foi fundada em 1869. Atualmente, a universidade possui 160 cursos e cerca de 800 programas de graduação. Seus 10 campi localizados em diferentes cidades do estado da Califórnia nos Estados Unidos abrigam cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento. A UC tem seis centros de saúde acadêmicos, uma Divisão de Agricultura e Recursos Naturais da UC, dois centros da UC nas cidades de Sacramento e

Washington, e vínculo com três laboratórios nacionais do Departamento de Energia dos Estados (University of California, 2023).

O Repositório eScholarship é o principal destino de depósito que apoia a conformidade com as Políticas de Acesso Aberto da UC (California Digital Library, 2017a). Em 2013, a UC adotou uma Política de Acesso Aberto que normatizou a disponibilização pública e gratuita de futuros artigos de pesquisa de autoria de professores da UC. Em 2015, uma nova Política de Acesso Aberto incluiu no escopo todos os empregados na UC, bolsistas de pós-doutorado, graduados e estudantes da UC que escrevem artigos acadêmicos. Essas políticas regem que a comunidade universitária inclua uma cópia de seus artigos no eScholarship ou forneça um *link* para uma versão aberta de seus artigos em outro lugar (California Digital Library, 2017e).

As bibliotecas da Universidade viabilizam acordos com editores de periódicos para oferecer aos autores descontos ou apoio financeiro para autores da UC que optam por publicar em Acesso Aberto em revistas que cobram taxa de processamento de artigos (Office of Scholarly Communication, 2023c). Também é oferecido o repositório Dryad para todos os pesquisadores da UC, essa é uma plataforma de arquivamento, publicação e curadoria de dados de pesquisa da Universidade (Office of Scholarly Communication, 2023a).

Além disso, o Escritório de Comunicação Acadêmica da UC fornece recursos instrutivos sobre gestão de direitos e acesso aberto para apoiar a comunidade universitária a realizar o compartilhamento e a publicação de pesquisas acadêmicas (Office of Scholarly Communication, 2023b).

A Biblioteca Digital da Califórnia (*California Digital Library – CDL*) é responsável pelo eScholarship (California Digital Library, 2017d). O eScholarship *Repository* faz parte do eScholarship que também comporta um serviço de publicação, o eScholarship Publishing, que visa publicar periódicos, livros, anais de conferência e outros trabalhos originais criados nos departamentos, unidades de pesquisa, programas de publicação e pelos acadêmicos individuais afiliados à UC (California Digital Library, 2017a).

A CDL é uma unidade do departamento de Planejamento, Programas e Coordenação Acadêmica do Gabinete do Presidente da UC que atua em parceria e com aconselhamento do Sistema de Bibliotecas da UC e o Comitê Consultivo de Informação Acadêmica (Office of Scholarly Communication, 2023c).

O Repositório eScholarship funciona desde 2002 e possibilita que os pesquisadores e alunos compartilhem a sua produção acadêmica, incluindo documentos de trabalho e de seminários, artigos publicados, teses e dissertações eletrônicas e projetos finais de graduação

(California Digital Library, 2017b). O software personalizado do eScholarship, que mantém o repositório institucional e plataforma de publicação de acesso aberto da UC, é desenvolvido e fornecido pela CDL (California Digital Library, 2023).

Quanto às diretrizes sobre o repositório, foram localizados no *website* do repositório os documentos: Repositório eScholarship; Sobre eScholarship; Políticas do site eScholarship; Termos de uso do Repositório e informações sobre direitos autorais; e Políticas de Acesso Aberto da UC. O *website* do repositório remeteu para páginas da DCL com os documentos: Suporte ao eScholarship; Termos de uso da CDL; e Acessibilidade para pessoas com deficiência. O *website* do repositório também remeteu para a página do Escritório de Comunicação Científica da UC, onde foram identificados os documentos: Política de Acesso Aberto Presidencial da UC; Deposite seu trabalho; Teses e dissertações de Acesso Aberto; e Política de Acesso Aberto para teses e dissertações.

No *website* da CDL localizou-se a documentação: Diretrizes CDL para objetos digitais; Serviço de preservação e acesso ETD: CDL; Principais diretrizes de segurança e práticas de suporte de linha de base para tecnologia da informação da CDL; e Suporte ao sistema de gerenciamento de publicações da UC. No *website* do sistema de bibliotecas da UC foi recuperada a Política de desenvolvimento de coleções digitais da UC.

#### 4.1.2 UPCommons

UPCommons é o repositório institucional da Universidade Politécnica da Catalunha (*Universitat Politècnica de Catalunya - UPC*) que atua na coleta, gerenciamento, divulgação e preservação da produção de pesquisa e ensino da UPC em acesso aberto (Libraries, Publications and Archives Service, 2023a).

A UPC foi criada em 1971, é uma instituição de ensino superior e pesquisa nas áreas de engenharia, arquitetura, ciências e tecnologia, localizada na Espanha. A Universidade tem nove campi presentes nas cidades de Barcelona, Castelldefels, Manresa, Sant Adrià de Besòs, Sant Cugat del Vallès, Terrassa e Vilanova i la Geltrú. Oferta 65 cursos de bacharelado, 84 cursos de mestrado, 45 programas de doutorado e 240 programas de aprendizagem distribuídos em 18 escolas, e mantém seis institutos de pesquisa (Universitat Politècnica de Catalunya, 2023).

A Universidade aprovou dois regulamentos em apoio ao acesso aberto. Em 2014, entrou em vigência a normativa que trata da atribuição de pontos de atividade de pesquisa exclusivamente para publicações de acesso aberto e, em 2009, a Política institucional de

acesso aberto: acesso, visibilidade, impacto e preservação da produção acadêmica da UPC na internet, que estabelece que a comunidade universitária deve encaminhar o depósito de uma cópia do artigo no UPCommons o mais breve possível (Libraries, Publications and Archives Service, 2023c).

A UPC, juntamente com a Associação CRUE de Universidades Espanholas, tem acordos com diferentes editoras para garantir desconto ou isenção no pagamento da taxa de publicação para artigos em acesso aberto de autoria dos membros da Instituição, a viabilização do acordo ocorre por intermédio do Serviço de Biblioteca, Publicações e Arquivos da UPC (Libraries, Publications and Archives Service, 2023e). Além disso, entre os recursos que promovem o acesso aberto, a UPC disponibiliza um Termômetro Observatório do Acesso Aberto e uma plataforma de edição de periódicos UPC em acesso aberto (Libraries, Publications and Archives Service, 2023d).

O Serviço de Bibliotecas, Publicações e Arquivos da UPC administra e opera o UPCommons, sendo que esse utiliza o software DSpace (Libraries, Publications and Archives Service, 2023a). De acordo com o OpenDOAR, o repositório institucional foi iniciado em 2005 e inclui em seu acervo diferentes tipos de conteúdo em muitas áreas de assunto (JISC, 2023a). Relacionado a isso, o Serviço de Biblioteca, Publicações e Arquivos da UPC recomenda aos usuários realizar o depósito dos dados de pesquisa em um repositório específico para dados derivados de pesquisas das universidades catalãs e Centros de Pesquisa da Catalunha, denominado Área Aberta de Pesquisa Catalã (*Catalan Open Research Area – CORA*) (Libraries, Publications and Archives Service, 2023b).

A respeito das diretrizes relativas ao UPCommons, foram localizados no *website* do repositório os documentos com os seguintes títulos: “Sobre UPCommons”; e “Como publicar no UPCommons”. O *website* do repositório direcionou para páginas do Serviço de Bibliotecas, Publicações e Arquivos da UPC, contendo os documentos: “Visibilidade em FUTUR e UPCommons”; “Exames UPC”; e “Elaborar artigos científicos e teses de doutorado”.

O *website* do UPCommons também remeteu para o *website* do Portal da produção docente da UPC, chamado de Aprender, no qual encontrou-se o documento: “Como publicar no Aprender” (conteúdo didático). O *website* do repositório conduziu para o website do Serviços de TIC contendo o documento: “Onde posto meus vídeos?”.

No *website* do Serviço de Bibliotecas, Publicações e Arquivos da UCP, identificou-se os seguintes documentos: “Plano de gestão e desenvolvimento da coleção das bibliotecas UPC”, “Quais são as condições de acesso?” (trabalho final de licenciatura ou final de

mestrado), “Propriedade intelectual de trabalhos acadêmicos UPC”, “UPCommons como ferramenta de gerenciamento de direitos autorais”, “Regulamento sobre a atribuição de pontos de atividade de pesquisa exclusivamente para publicações de acesso aberto”, “Política institucional de Acesso Aberto: acesso, visibilidade, impacto e preservação da produção acadêmica da UPC na internet”, e “Perguntas frequentes de Acesso Aberto”.

O *website* do Serviço de Bibliotecas, Publicações e Arquivos da UPC direcionou para o documento no *website* da UPC: “Normas para documentos institucionais e software livre na UPC”.

#### 4.1.3 Servicio de Difusión de la Creación Intelectual (SEDICI)

O Serviço de Divulgação da Criação Intelectual (*Servicio de Difusión de la Creación Intelectual* - SEDICI) é o repositório institucional da UNLP (Universidade Nacional de La Plata, em espanhol: *Universidad Nacional de La Plata*). Trata-se de um serviço gratuito e aberto com o objetivo de reunir toda a produção digital, científica e intelectual, gerada nas unidades acadêmicas da universidade, e possibilitar maior visibilidade, aumentar o uso e impacto e garantir acesso e preservação de longo prazo às criações da UNLP (Universidad Nacional de La Plata, 2023b; 2023c).

A respectiva universidade foi fundada em agosto de 1905, a partir da absorção da Universidade Provincial de La Plata, que foi inaugurada em 1897 (Universidad Nacional de La Plata, 2017c). É uma universidade autônoma, possui seu próprio estatuto e é governada pelo reitor, assembleia universitária e conselho superior (Universidad Nacional de La Plata, 2017b).

A Universidade oferece cursos nos níveis de pré-graduação (ensino fundamental e médio), graduação e pós-graduação. Cinco instituições de formação inicial e com abordagem experimental nas áreas humanas, históricas, artísticas, práticas e produtivas compõem a pré-graduação. Na graduação, oferece aproximadamente 111 cursos em 17 diferentes faculdades. Disponibiliza cerca de 200 cursos de pós-graduação, entre doutorado, mestrado e especialização, e também oferece 500 cursos de formação e aperfeiçoamento (Universidad Nacional de La Plata, 2017a). A UNLP tem 156 laboratórios, e mais de 20 centros e institutos de pesquisa e desenvolvimento (Universidad Nacional de La Plata, 2017d).

A Política Institucional de Acesso Aberto à Produção Científica, Acadêmica e Institucional da Universidade foi implementada em dezembro de 2022 (Biblioteca Pública UNLP, 2023a). O SIIRBA (Sistema Integrado de Informação, Repositórios, Bibliotecas e

Arquivos, em espanhol: *Sistema Integral de Información, Repositorios, Bibliotecas y Archivos*) da UNLP atua no gerenciamento de iniciativas de acesso gratuito e aberto à produção científico-acadêmica e acervos documentais gerados na universidade. Tem como objetivo integrar e coordenar o trabalho dos diferentes departamentos e serviços da UNLP, que participam da gestão dessas informações e espaços de edição de publicações científicas (Biblioteca Pública UNLP, 2023a; 2023b).

O SIIRBA e algumas faculdades da UNLP administram diversos recursos visando o acesso aberto da produção intelectual da Universidade, entre eles: Repositório SEDICI, Repositório de dados do Observatório Ambiental de La Plata, Repositório de materiais didáticos da Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social, Portal de revistas multidisciplinares da UNLP, Portal de livros multidisciplinares da UNLP e Portal de Congressos da UNLP (Biblioteca Pública UNLP, 2023a).

Em 2003 instituiu-se na Universidade, a portaria que dispõe sobre a criação do Repositório SEDICI e trata da sua organização, funcionamento e atribuições (Universidad Nacional de La Plata, 2003). O Repositório SEDICI é administrado pelo setor de mesmo nome, Serviço de Difusão da Criação Intelectual (Universidad Nacional de La Plata, 2019). Este setor vincula-se à Direção do Projeto de Ligação de Bibliotecas e Serviço de Divulgação da Criação Intelectual (*Proyecto de Enlace de Bibliotecas - Servicio de Difusión de la Creación Intelectual* - PREBI-SEDICI). A Direção PREBI-SEDICI realiza pesquisas, projetos, ações e desenvolvimento de tecnologias com o objetivo de contribuir com a organização, preservação e difusão do conhecimento gerado na UNLP, e com o intercâmbio de recursos e serviços bibliográficos com outras instituições (Universidad Nacional de La Plata, 2023a).

O SEDICI utiliza o software Dspace e seu acervo abriga trabalhos de graduação e pós-graduação, livros, artigos, apresentações em conferências, entre outras publicações dos membros da UNLP. Além disso, o SEDICI abriga revistas produzidas pelos laboratórios, institutos e centros de pesquisa da universidade, bem como outros tipos de materiais, como dados de pesquisa e documentos institucionais da UNLP (Universidad Nacional de La Plata, 2023e).

Com relação às diretrizes que conduzem o Repositório SEDICI, foram localizados os seguintes documentos no *website* do Repositório: “Políticas do repositório”, “Licença de distribuição não exclusiva”, “Como adicionar trabalhos”, “Procedimento de autoarquivamento no SEDICI”, “Perguntas frequentes”, “Informações para alunos de pós-graduação”, e “Portaria nº. 264/03” sobre a Criação do SEDICI.



No *website* do SIIRBA identificou-se o documento: “Política Institucional de Acesso Aberto à produção científica, acadêmica e institucional”.

#### **4.1.4 Depósito de Investigación Universidad de Sevilla (idUS)**

O Repositório de Pesquisa da Universidade de Sevilha (*Depósito de Investigación Universidad de Sevilla - idUS*) é o repositório digital da Universidade de Sevilha (Universidad de Sevilla - US), que possibilita a reunião, preservação e divulgação dos textos e outros documentos completos da produção científica e aos dados de pesquisa da US, tornando-os acessíveis, recuperáveis e utilizáveis para qualquer usuário (Biblioteca de la Universidad de Sevilla, 2023b).

A Universidade iniciou suas atividades no ano de 1505, ministrando cursos de Teologia, Filosofia, Direito, Medicina e Artes no Colégio de Santa Maria de Jesus, sendo que em 1551 foi instituída como uma universidade oficial (Universidad de Sevilla, 2019b).

A Universidade localizada na cidade de Sevilha pertence ao sistema universitário da Espanha e da Europa. Oferece cerca de 80 cursos de graduação, mais de 100 cursos de mestrados, 33 programas de doutorado e alguns cursos de formação continuada (Universidad de Sevilla, 2023). Possui 136 departamentos e os cursos estão distribuídos em 26 centros próprios e cinco centros anexos à US (Universidad de Sevilla, 2019d). Além disso, a Universidade tem centros, institutos e serviços dedicados à pesquisa, como o Centro de Investigación, Tecnologia e Inovação, que centraliza 15 serviços de pesquisa geral na US (Universidad de Sevilla, 2019c).

Em 2014, a US publicou a Declaração Institucional para a Promoção do Acesso Aberto à Produção Científica. Através dessa política institucional, solicita-se aos docentes e pesquisadores da US o depósito de uma cópia de todas as suas publicações acadêmicas no idUS. Desde 2016, a US adere à Declaração de Berlim. A Biblioteca da US mantém acordos com editoras para que os autores da US possam obter descontos ou financiamento total dos custos de processamento de artigos (Biblioteca de la Universidad de Sevilla, 2023a). Diversos serviços são oferecidos pela Biblioteca da US em apoio à pesquisa, por exemplo: orientação para publicar, informação sobre acesso aberto, propriedade intelectual, direitos autorais e licenças Creative Commons (Universidad de Sevilla, 2019a).

O idUS foi inaugurado oficialmente em 2015 e sua gestão é realizada pela Biblioteca da Universidade de Sevilha (Biblioteca de la Universidad de Sevilla, 2023a). Conforme o diretório OpenDOAR, o idUS foi implementado com o *software* DSpace (Jisc, 2023a). O

Repositório permite o depósito de uma variedade de tipos de materiais científicos, entre eles: artigos, comunicações de conferências, teses de doutorado, livros, capítulos, etc. (Biblioteca de la Universidad de Sevilla, 2023b). Os dados de pesquisa podem ser depositados no idUS pela biblioteca por delegação e responsabilidade do autor, conforme regras definidas para esse tipo de recurso (Biblioteca de la Universidad de Sevilla, 2023a).

Relativo às diretrizes inerentes ao idUS, identificou-se no *website* do Repositório os documentos: “Políticas idUS”. O *website* do idUS direcionou para páginas do *website* da Biblioteca da US, contendo os seguintes documentos: “Proteção de dados”, “Guia das bibliotecas da US – IdUS” “Declaração do autor para a incorporação da tese de doutorado no idUS” e “Anexo I: Níveis de suporte de formato no Repositório”. O *website* do Repositório também encaminhou para uma página do *website* da US, na qual foi localizada a “Declaração institucional da US para a promoção de Acesso Aberto à produção científica”.

#### **4.1.5 Digital Access to Scholarship at Harvard (DASH)**

O Acesso Digital à Pesquisa na Universidade de Harvard (*Digital Access to Scholarship at Harvard - DASH*) é o repositório institucional da Universidade de Harvard, reconhecido como o serviço central de Acesso Aberto para compartilhar e preservar a produção científica dos membros da comunidade da universidade e os resultados das bolsas de estudo e pesquisa (Harvard Library, 2022).

A Universidade de Harvard foi fundada em setembro de 1636. Atualmente, está localizada nas cidades de Cambridge e Boston, no estado de Massachusetts dos Estados Unidos (Harvard University, 2023b). Harvard consiste em 13 unidades acadêmicas atuantes em diversas áreas do conhecimento, entre as quais uma faculdade de graduação e 12 escolas de pós-graduação e profissionais, bem como o Instituto de Estudos Avançados Radcliffe (Harvard University, 2023a).

Em 2008, Harvard instituiu a sua primeira política de acesso aberto, vinculada à Faculdade de Artes e Ciências. Essa política concede à universidade o direito não exclusivo e irrevogável de distribuir os artigos acadêmicos dos seus membros para fins não comerciais. Posteriormente, outras escolas de Harvard e vários centros de pesquisa implementaram políticas similares de acesso aberto. Conforme as políticas vigentes nos dias atuais, os artigos acadêmicos entregues à universidade devem ser armazenados e disponibilizados gratuitamente em formato digital no repositório de acesso aberto da Universidade de Harvard (Harvard Library, 2018c).

O DASH é operado pelo OSC (Escritório de Comunicação Acadêmica, do inglês: *Office for Scholarly Communication*) da Biblioteca de Harvard. O OSC gerencia ações em toda a universidade, visando a abertura, compartilhamento e preservação dos trabalhos acadêmicos derivados das bolsas de estudo e pesquisa. O escritório também administra programas de apoio, incluído entre eles um fundo de reembolso da taxa de processamento de artigos publicados em periódicos pagos de acesso aberto. Tal fundo consiste em um pacto colaborativo entre universidades para prover o financiamento de taxas de processamento de artigos e um programa de consultoria que auxilia em questões sobre os direitos autorais em trabalhos acadêmicos (Harvard Library, 2018b).

Em 2009, o DASH foi iniciado utilizando o software DSpace. Cobre uma ampla gama de assuntos, entre eles: Artes, Engenharia, Saúde e Medicina, Humanidades, Matemática, Ciências, Ciências Sociais e Tecnologia (JISC, 2023a).

O repositório abarca mais de 58.000 trabalhos acadêmicos, contendo artigos (*preprints*, antes da revisão por pares, e *postprints*, após a revisão por pares), anais de conferências, estudos de caso, livros e capítulos de livros, teses e dissertações, entre outros trabalhos (Harvard Library, 2023a). Além disso, o DASH incentiva o depósito de materiais relacionados com os manuscritos, o que inclui: dados, imagens, arquivos de áudio e vídeo, etc., e suporta diferentes formatos de arquivo (Harvard Library, 2022).

Acrescenta-se que Harvard possui o DRS (Serviço de Repositório Digital, do inglês: *Digital Repository Service*) com suporte central da Biblioteca de Harvard, considerado o repositório de preservação e acesso de longo prazo das coleções digitais da Universidade (Harvard Library, 2020). O DASH realiza a ingestão de depósitos de conteúdos no DRS e interopera com o ele (Harvard Library, 2018a; Harvard Library, 2020). Nesse sentido, o DASH atua em conformidade com as definições, requisitos e recomendações do DRS que incluem diversos aspectos, como por exemplo, os critérios de elegibilidade de recursos digitais para depósito no referido repositório (Harvard Library, 2020).

Cabe complementar que Harvard, por meio dos serviços e ferramentas da Biblioteca, também oferece à comunidade universitária e aos pesquisadores externos, um repositório de dados de pesquisa. Esse repositório é o Harvard Dataverse, um repositório online aberto dedicado ao compartilhamento, preservação, citação, exploração e análise de dados de pesquisa (Harvard Library, 2023b).

Os documentos com diretrizes relacionadas à gestão do repositório institucional e identificadas no *website* do Repositório incluem os seguintes documentos: “O que é DASH”, “Perguntas frequentes sobre DASH”, “Acessibilidade no DASH”, “Política de acessibilidade

digital da Universidade de Harvard”, “Sobre o DSH”, “Termos de uso do repositório DASH”, e “Declaração de política de direitos autorais da Biblioteca Harvard”.

No *website* da biblioteca de Harvard foram localizados: “Wiki de preservação digital da biblioteca de Harvard”. e “Pesquisando no DASH e depositando seu trabalho no DASH”. No *website* da OSC foram encontrados: “Políticas de Acesso Aberto”, “Tecnologia”, e “Perguntas frequentes do autor”.

#### 4.1.6 UCL Discovery

O Descoberta UCL (*UCL Discovery*) é o repositório institucional de acesso aberto da UCL (*University College London*). O repositório apresenta e fornece acesso aos textos completos das publicações de pesquisa da universidade (UCL Library Services, 2023a). Também possibilita disponibilizar as publicações dos pesquisadores do NHS Trusts, uma entidade do Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido, que é um dos parceiros da UCL (UCL Library Services, 2023d).

A UCL foi fundada em 1826 na cidade de Londres, na Inglaterra, e sua sede permanece nesse local nos dias atuais. É uma universidade multidisciplinar, com abordagem interdisciplinar que abrange diversas áreas temáticas, e possui uma rede de conexões de pessoas da sua comunidade acadêmica com instituições parceiras de todo o mundo. A UCL está organizada em 11 unidades acadêmicas, sendo que as faculdades incluem departamentos, escolas, institutos e laboratórios (University College London, 2023).

Por meio da Política de Publicações da UCL, de 2012, a universidade possui um mandato de acesso aberto acordado em 2009 pelo Conselho Acadêmico da UCL. Esse mandato institui que uma cópia de todos os resultados da pesquisa deve ser depositada em acesso aberto no repositório da universidade quando as permissões de direitos autorais permitirem, e que os pesquisadores da UCL são responsáveis por fornecer informações adequadas sobre suas publicações nas bases de dados da UCL (University College London, 2012). Além disso, a universidade busca atender aos requisitos da política de acesso aberto, que se aplica a artigo de periódico e trabalho de conferência (UCL Library Services, 2023a).

O repositório é administrado pela unidade de serviços da biblioteca da respectiva instituição que faz parte do departamento LCCOS (Biblioteca, Cultura, Coleções e Ciência Aberta, do inglês: *Library, Culture, Collections and Open Science*), vinculado ao Gabinete do Vice-Reitor de Pesquisa, Inovação e Engajamento Global. O LCCOS mantém um Escritório de Ciência Aberta e Bolsas de Estudo, um repositório de dados de pesquisa, entre outros

serviços relacionados à Ciência Aberta (UCL Library Services, 2023b). Relativo a isso, a UCL dispõe de fundos centrais para o pagamento de taxas de processamento de artigo em acesso aberto de determinados periódicos e de algumas entidades financiadoras (UCL Library Services, 2023c).

Conforme o diretório OpenDOAR, o UCL Discovery utiliza o *software* EPrints e foi iniciado em 2006. Contempla as áreas de Artes, Engenharia, Saúde e Medicina, Humanidades, Matemática, Ciências, Ciências Sociais e Tecnologia, e inclui na sua coleção diferentes tipos de recursos de conteúdos (JISC, 2023a).

No *website* do repositório da UCL foram identificados os seguintes documentos, em que os *links* remetem para as páginas da Biblioteca: Política de Publicações da UCL; Política de depósito de teses da UCL; Formulário de contrato de depósito de tese da UCL; Perguntas frequentes sobre Acesso Aberto e UCL Discovery; Termos de uso do UCL Discovery; Política de remoção do UCL Discovery; e sobre o UCL Discovery.

No *website* dos serviços de biblioteca da UCL identificou-se os documentos: RPS (Serviço de Publicações de Pesquisa da UCL, do inglês: *UCL's Research Publications Service*); “Tornando sua monografia ou capítulo de livro em Acesso Aberto”; “Política de gerenciamento de coleção de serviços de biblioteca da UCL”; “Declaração de acessibilidade para o site dos Serviços da Biblioteca”; “Declaração de acessibilidade do site da UCL”; e “Política de propriedade intelectual da UCL”.

#### **4.1.7 Oxford University Research Archive (ORA)**

O Arquivo de Pesquisa da Universidade de Oxford (*Oxford University Research Archive* - ORA) é o repositório institucional da Universidade de Oxford (*Oxford University*) que armazena e disponibiliza de forma permanente os materiais de pesquisa produzidos pelos membros da universidade (Bodleian Libraries, 2023a).

A Universidade de Oxford existe há mais de 850 anos, no entanto, estima-se que o ensino na universidade existia de alguma forma em 1096 (Oxford University, 2023b). Oxford é uma empresa civil sob o status de instituição de caridade sediada na cidade Oxford, na Inglaterra (Oxford University, 2023d). A Universidade mantém 39 faculdades e organiza-se academicamente em departamentos, faculdades e centros de pesquisa que estão agrupados em quatro divisões: Humanidades; Ciências Matemáticas, Físicas e da Vida; Ciências Médicas; e Ciências Sociais. Os museus, bibliotecas e coleções de Oxford trabalham em colaboração com as divisões mencionadas (Oxford University, 2023a).

A universidade possui uma política de publicações de acesso aberto, atualizada em 2022. A política orienta docentes, pesquisadores e estudantes que forneçam acesso aberto aos seus resultados de pesquisa, depositando-os no repositório institucional da Universidade. Além disso, reafirma que a via pelo autoarquivamento ou verde é a preferida pela universidade, e prevê o alinhamento com as políticas de acesso aberto dos financiadores. Também incentiva os demais funcionários que publicam, a depositarem seus trabalhos no ORA (Oxford University, 2022).

O departamento de OSS (Suporte à Bolsa Aberta, do inglês: *Open Scholarship Support*), das Bibliotecas Bodleian, oferece um serviço de apoio aos membros da universidade para desenvolverem atividades e pesquisas relacionadas às bolsas abertas, que incluem orientações acerca de acesso aberto e pesquisa aberta, gerenciamento de dados de pesquisa, direitos autorais e licenciamento, preservação digital e inovação digital (Bodleian Libraries, 2023d).

A Universidade de Oxford possui acordos com editoras que possibilitam descontos ou taxas de processamento de artigos integralmente pagas, e financiamento para autores que reconhecem financiadores específicos (Oxford University, 2023c).

As Bibliotecas Bodleian administram o pagamento de taxas de publicação em acesso aberto, acordos de licenciamento de periódicos, principalmente para leitura e publicação, e o serviço de gerenciamento de dados de pesquisa na Universidade (Bodleian Libraries, 2023b). Os dados de pesquisa de Oxford são depositados no ORA, para isso existem políticas e práticas específicas aplicadas ao depósito de dados no ORA (Bodleian Libraries, 2023c).

O ORA é mantido pela equipe das Coleções Abertas das Bibliotecas Bodleian (Bodleian Libraries, 2023b). O repositório foi criado em 2007 e fornece acesso ao texto completo de artigos, trabalhos de conferências, teses, dados de pesquisas, documentos de trabalho, pôsteres e outros tipos de conteúdo (Bodleian Libraries, 2023a). Conforme OpenDOAR, o ORA utiliza o software Fedora e cobre diversas áreas de assuntos (Jisc, 2023a).

No que se refere às diretrizes sobre o repositório, foram identificados no *website* do repositório os documentos: “Sobre”; “Política de conteúdo”; “Termos e condições de uso do ORA”; “OAI-PMH: um guia para colheitadeiras”; “Política de notificação e remoção”; “Política de envio”; “Contratos de depósito”; “Isenção de responsabilidade do ORA”; e “ORA em números”.

Alguns documentos localizados no *website* do repositório remetem para as páginas do *website* das Bibliotecas Bodleian, intituladas: “Guia para usar ORA”; “Guia enviando sua

tese para ORA”; “Política de preservação digital das Bibliotecas Bodleian”; “Política de propriedade, responsabilidade e uso da Universidade de Oxford”; “Declaração de acessibilidade das Bibliotecas Bodleian”; e “Política de publicações de Acesso Aberto da Universidade de Oxford”. No *website* da Biblioteca, identificou-se o documento: “Ajuda e informações do ORA”.

#### 4.1.8 JScholarship

JScholarship é o repositório aberto da Universidade Johns Hopkins (*Johns Hopkins University* - JHU) que gerencia, preserva e distribui principalmente os trabalhos produzidos por pesquisadores e discentes da JHU. Além disso, o respectivo repositório armazena uma parte das coleções digitais das bibliotecas e museus Sheridan da JHU. (Jonhs Hopkins Libraries, 2023a).

A Universidade Johns Hopkins foi constituída em 1879, desde então a comunidade acadêmica conduz pesquisas nas áreas de humanidades, ciências sociais e naturais, engenharia, estudos internacionais, educação, negócios, saúde e medicina (Jonhs Hopkins University, 2022). A JHU está estruturada principalmente em nove unidades acadêmicas em quatro diferentes campi na cidade de Baltimore e um campi em Washington no Distrito de Colúmbia. Também possui laboratórios e institutos de pesquisas, ambos nos Estados Unidos da América. Na China e Itália, JHU oferece algumas instalações acadêmicas (Jonhs Hopkins University, 2023c).

A JHU implementou sua política de acesso aberto em 2018. A política descreve que os docentes da JHU devem tornar seus artigos revisados por pares em acesso aberto, por meio de um periódico (aberto ou não aberto) ou um repositório de acesso aberto aceitável pela universidade, e indica a possibilidade de depósito desses artigos no JScholarship (Jonhs Hopkins University, 2023a). A JHU também oferece um programa de subsídio para financiar os docentes da Johns Hopkins para a publicação de livros digitais de acesso aberto, e para o pagamento parcial ou isenção de taxa de processamento de artigos em acesso aberto com editores (Jonhs Hopkins Libraries, 2023b).

O respectivo repositório é mantido pelas Bibliotecas da JHU. Além disso, as Bibliotecas apoiam, por meio de declaração, a iniciativa de acesso aberto na JHU, mantêm um escritório de comunicação científica, e oferecem ou contribuem com outras ferramentas para promover a divulgação da pesquisa na universidade. Exemplo disso é o Repositório de Dados de Pesquisa da Universidade Johns Hopkins (*Johns Hopkins Research Data Repository*), atual

repositório para dados de pesquisa administrado pelo Serviço de Dados da JHU (*JHU Data Services*), anteriormente conhecido por Arquivo de Dados da JHU (*JHU Data Archive*) (Jonhs Hopkins University, 2023b).

O JScholarship é suportado pelo software DSpace e seu início ocorreu em 2008. É um repositório que atende diversas áreas do conhecimento, e contém na sua coleção artigos de periódicos, teses e dissertações, relatórios e documentos de pesquisa, e outros tipos de itens especiais (Jisc, 2023a).

Com relação às diretrizes, o *website* do JScholarship encaminha as políticas e diretrizes aos usuários das bibliotecas do JHU, nas quais constam documentos relacionadas com as coleções digitais e com o repositório, sendo eles: Política de direitos e reproduções das bibliotecas da JHU; Declaração de uso e política de remoção coleções digitais das bibliotecas da JHU; e Isenção de responsabilidade e acessibilidade das Bibliotecas da JHU

No *website* das Bibliotecas da JHU foram identificados os documentos denominados: Política de conformidade de direitos autorais da JHU; Políticas de teses ou dissertações eletrônicas; Política de Acesso Aberto da JHU; Perguntas frequentes sobre a Política de Acesso Aberto JHU; e Guia sobre Acesso Aberto e repositórios.

#### **4.1.9 Diretrizes relacionadas à gestão e ao funcionamento dos repositórios institucionais**

A compilação de documentos norteadores relacionados à gestão e ao funcionamento dos oito repositórios institucionais, realizada após identificação, coleta e seleção, atende ao resultado do objetivo: “a) Identificar as diretrizes de repositórios institucionais de universidades selecionados a partir do CWTS Leiden *Ranking* e do *Ranking* Transparente: repositórios institucionais pelo Google Acadêmico”, conforme resumo apresentado na Tabela 3 a seguir.



Tabela 3 – Resumo dos documentos dos oito repositórios institucionais

Repositório institucional	Universidade (país)	Documentos coletados e analisados	Desconsiderados	Documentos pertinentes ao estudo
eScholarship Repository	Universidade da Califórnia (USA)	22	5	17
UPCommons	Universidade Politécnica da Catalunha (ESP)	17	2	15
SEDICI	Universidade Nacional de La Plata (ARG)	8	0	8
idUS	Universidade de Sevilha (ESP)	11	5	6
DASH	Universidade de Harvard (USA)	14	2	12
UCL <i>Discovery</i>	Universidade de Londres (ENG)	14	1	13
ORA	Universidade de Oxford (ENG)	20	4	16
JScholarship	Universidade Johns Hopkins (USA)	13	5	8
Total		119	24	95

Fonte: elaborado pela autora

Do total de 119 documentos coletados e após análise, de acordo com os critérios estabelecidos nos procedimentos metodológicos, foram desconsiderados 24 documentos que não tratam diretamente sobre a temática da pesquisa, ou não apresentam de forma evidente, relação com o repositório institucional da universidade ou com o gerenciamento de suas coleções. Desse modo, compilou-se 95 documentos pertinentes ao estudo, contendo diretrizes com base regimentar que versam sobre a gestão, a regulamentação e as funções operacionais dos oito repositórios institucionais, incluindo especialmente diretrizes associadas à gestão de recursos de conteúdo. Os documentos selecionados para o estudo estão apresentados no Apêndice A desta dissertação.

Desses 95, em ordem crescente, seis documentos pertencem ao idUS, 8 documentos ao SEDICI, 8 documentos pertencem ao JScholarship, 12 documentos ao DASH, 13 documentos pertencem ao UCL Discovery, 15 documentos ao UPCommons, 16 documentos pertencem ao ORA e 17 documentos pertencem ao eScholarship Repository.

Os repositórios institucionais das universidades da Espanha e da Argentina, países de língua espanhola, têm menor quantidade de documentos selecionados, entre seis e oito documentos, com exceção do UPCommons, com 15 documentos recuperados. Nos repositórios universitários dos países de língua inglesa, foi possível identificar uma quantidade maior de documentos: nos Estados Unidos entre 8 e 17 documentos, e na Inglaterra entre 13 e 16 documentos. O JScholarship é o único repositório dos Estados Unidos no qual localizou-se menos de 10 documentos, sendo que destes foram recuperados 8 documentos.

Com relação às características dos documentos, percebe-se uma diversidade de diferentes tipos, nomenclaturas e modelos. Verifica-se documentos abrangentes de nível

institucional ou setorial, de amplitude universitária ou de escopo limitado a determinados setores que de alguma forma tratam sobre aspectos e funções dos repositórios. Também constatou-se documentos específicos que tratam exclusivamente acerca do funcionamento dos repositórios institucionais. Entre os documentos, encontramos aqueles de natureza normativa de forma perceptível, como as políticas e os termos de uso dos repositórios, e outros documentos orientadores, como guias e perguntas frequentes, que também revelaram diretrizes a serem aplicadas no uso e manutenção do repositório institucional.

Ressalta-se que os documentos foram selecionados a partir dos critérios estabelecidos para esta pesquisa, tendo em vista a disponibilidade pública e a facilidade de localização dos documentos nos *websites*. Sendo assim, é possível que existam outros documentos relativos aos repositórios institucionais que são de uso interno das equipes e não estão públicos aos usuários, ou que não foram localizados nas buscas realizadas nos *websites* durante o período destinado à coleta.

Apresenta-se, a seguir, a análise das diretrizes dos repositórios institucionais, contidas nos documentos.

#### 4.2 ANÁLISE DAS DIRETRIZES SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS DE CONTEÚDO DOS OITO REPOSITÓRIOS E O FRAMEWORK DE BOAS PRÁTICAS DA COAR

Esta subseção expõe o resultado da análise das diretrizes relacionadas ao gerenciamento de recursos de conteúdo, registradas nos documentos de cada um dos oito repositórios institucionais. Tais diretrizes foram categorizadas de acordo com os oito objetivos do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR, evidenciando a conformidade delas em relação às 26 características selecionadas, compreendendo 18 essenciais e oito desejadas.

##### 4.2.1 Capacidade de descoberta dos recursos de conteúdo

Analisou-se, nos documentos dos repositórios institucionais em estudo, quatro características do objetivo a) capacidade de descoberta, conforme delineado pelo *Framework* da COAR: as características essenciais 1.3, 1.4 e 1.6, além da característica desejada 1.9, que abordam aspectos relativos à remoção de recursos do repositório e manutenção dos seus registros, atribuição de identificadores persistentes, descoberta dos recursos por serviços de indexação e possibilidade de vincular conteúdos relacionados por meio de *links*.

Especificamente, sobre a característica essencial 1.3, a COAR (2022) recomenda que quando um recurso de conteúdo for retirado, os repositórios exibam uma página de inativação (página *tombstone*), e o registro de metadados permaneça acessível ao público. Referente a esta característica, o comportamento dos repositórios institucionais traçado nas suas diretrizes é exposto a seguir.

**eScholarship Repository:** de acordo com o Contrato de depósito (documento 1.17), a atualização ou remoção de uma obra no repositório, ou de uma citação bibliográfica do mesmo com informações básicas, como título, autor e ano de publicação, permanecerá visível permanentemente, acompanhada de uma explicação sobre a retirada da obra.

**SEDICI:** a Política de preservação digital do SEDICI (documento 3.1) aponta que os itens retirados não são excluídos do repositório, mas são retirados da visualização pública, o que mostra a inconformidade da diretriz com as recomendações do *Framework* da COAR.

**idUS:** conforme a Política de edição, retenção, substituição e exclusão de registros do idUS (documento 4.4), os registros de obras removidas do repositório não são apagados de forma permanente, mantêm-se uma cópia privada, e a URL permanente da obra continua ativo, indicando para uma nota explicativa sobre os motivos da remoção (documento 4.4).

**ORA:** de acordo com a Licença de depósito, após uma possível remoção, um registro pesquisável permanecerá público no repositório institucional, detalhando informações essenciais do recurso, como título, resumo e autores (documentos 7.7 e 7.13). O registro somente é retirado da visualização quando existe violação dos direitos legais na sua exibição (documento 7.5). No entanto, verificou-se que o serviço OAI-PMH do ORA não retém dados sobre exclusões. Após serem excluídos do repositório, os registros são imediatamente removidos do serviço OAI-PMH (documento 8.4).

Em **UPCommons**, **DASH**, **UCL Discovery** e **JScholarship**, não foi localizada nos documentos do estudo a informação sobre a existência de uma página *tombstone* e a permanência do registro de metadados referente aos itens removidos desses repositórios. Com isso, as diretrizes foram consideradas com conformidade indeterminada.

Acrescido a essa verificação, buscou-se na documentação o fornecimento de informações sobre as causas e condições para a remoção dos recursos de conteúdo dos repositórios institucionais, como forma de complementar o entendimento sobre esse tópico.

**eScholarship Repository:** normalmente, a remoção de recursos de conteúdo após a postagem não é apoiada, buscando proporcionar acesso perpétuo aos materiais disponibilizados sempre que possível. Exceções podem ser feitas em situações especiais, como erros de envio, violações de direitos ou conteúdo inadequado, incluído casos de ameaça

à segurança, difamação, invasão de privacidade ou plágio. A remoção não é comum por motivos como desatualização, intenção de publicação em outro local ou razões pessoais (documento 1.17).

Os detentores de direitos autorais, ou seu representante, podem solicitar a remoção de recursos de conteúdo se estes foram incluídos indevidamente no eScholarship. Usuários também podem relatar possíveis casos de remoção. O material é removido durante o processo de apuração da irregularidade e, ao depositante, é oferecida a contestação da remoção (documentos 1.4 e 1.5).

Os depósitos no eScholarship são realizados diretamente pelos membros da UC, sendo que os envios não são monitorados pela equipe do Repositório. Diante disso, excepcionalmente, ocorre a inclusão de conteúdo que não está alinhado com a Política de coleções (documento 1.4). Assim, a política prevê o encerramento de contas de usuários que são infratores reincidentes e depositam repetidamente conteúdo inadequado (documento 1.4 e 1.5). Em caso de duplicatas, os usuários podem solicitar a retirada entrando em contato com o administrador do eScholarship que seguirá procedimentos específicos. Relacionado às teses e dissertações, o aluno deve solicitar a remoção para a Secretaria de Pós-graduação ou Serviços Técnicos da Biblioteca do seu campus, cabendo à Divisão de Pós-graduação da UC a decisão sobre a remoção, que posteriormente é informada à equipe do eScholarship (documento 1.17).

**SEDICI:** o autor ou titular dos direitos patrimoniais podem solicitar a remoção de obras do repositório por motivo devidamente justificado e comprovado por escrito (documento 3.1 e 3.8). Do mesmo modo, a UNLP pode retirar obras em circunstâncias justificadas ou em resposta a reclamações de terceiros (documentos 3.1 e 3.2). Estão entre os argumentos que embasam a solicitação de retirada: regras de editores, violações comprovadas dos direitos de propriedade intelectual e industrial, requisitos legais e outras violações, segurança nacional e pesquisa falsificada (documentos 3.1 e 3.8). Nesse caso, ao receber uma denúncia fundamentada, o SEDICI pode suspender temporariamente o acesso a uma ou mais obras até o esclarecimento da situação, ou eliminar, definitivamente, o acesso à obra em questão. Isso envolve a participação da Direção de propriedade intelectual e, por meio dela, da Secretaria jurídica e técnica da UNLP (documento 3.8).

**idUS:** os gestores do repositório, excepcionalmente, procedem com a eliminação dos registros que estejam duplicados, não sejam relevantes para a natureza do idUS, contenham formato de arquivo totalmente inadequado pela “Política de preservação e formatos”, contenham arquivos com vírus, ou apresentem outro problema técnico ou violem direitos autorais. Na violação de direitos autorais, o registro e seu respectivo arquivo são eliminados

imediatamente e o depositante é contatado para disponibilizar, se possível, uma versão da obra que possa ser depositada (documento 4.4). Conforme as condições de divulgação e preservação de documentos no idUS inscritas nas Licenças de distribuição não exclusiva, a retirada de obras poderá ser solicitada pelo autor mediante justificativa e comprovação. E o depositante poderá ser notificado sobre reclamações em relação aos direitos de propriedade intelectual da obra depositada (documento 4.4).

**DASH:** os Termos de uso do repositório (documento 5.9) preveem a retirada de recursos do repositório somente para artigos depositados sob uma Política de Acesso Aberto de Harvard. Contudo, não esclarece os motivos considerados plausíveis para uma possível remoção. No documento, verificou-se que existe a intenção de identificar esses artigos que não estejam mais disponíveis em uma lista. Entretanto, não foram encontrados detalhes sobre a lista. Relacionado a isso, identificou-se na Wiki sobre preservação digital (documento 5.11), que a remoção permanente de recursos ocorre apenas como consequência de uma análise que avalia o alinhamento com as práticas de desenvolvimento de coleções, com as políticas e prioridades da Biblioteca de Harvard, ou em casos em que a correção de erros evidentes possa impactar na integridade ou autenticidade de representação, ou na funcionalidade dos recursos.

**UCL Discovery:** conforme a “Política de remoção” do UCL Discovery (documentos 6.6), é permitido que os usuários solicitem a remoção de um item por motivos legítimos, como questões de propriedade intelectual ou direitos autorais próprios ou de terceiros, direitos morais ou outras questões legais. Os itens são removidos temporariamente enquanto procedem com uma investigação, se a solicitação for validada como legítima, o item será permanentemente removido do repositório. Relacionado a isso, verificou-se na “Política de gerenciamento de coleção de serviços de biblioteca” da UCL (documento 6.12), que a eliminação de materiais no seu âmbito será realizada de forma responsável, porém não se refere especificamente a arquivos digitais.

**ORA:** Oxford tem a intenção de preservar e disponibilizar as obras depositadas no ORA ao público, mas reserva-se o direito de recusar ou deixar de fazê-lo, se considerar necessário. Pode-se retirar um recurso da vista pública ou removê-lo permanentemente do ORA devido a problemas técnicos, violação de direitos legais e propriedade intelectual, proteção de indivíduos ou por razões administrativas.

Em casos de reclamação sobre possível violação legal no ORA, segue-se um processo que inclui análise da validade da reclamação e aconselhamento jurídico, se necessário. É realizada a remoção temporária do recurso ou a suspensão ao seu acesso, se a reclamação for considerada plausível. O depositante é notificado e terá a oportunidade de

contestá-la. Se a investigação for favorável, o recurso pode ser removido do repositório. Oxford não se responsabiliza em identificar ou comunicar às pessoas que possam ter acessado o recurso antes de sua remoção do ORA.

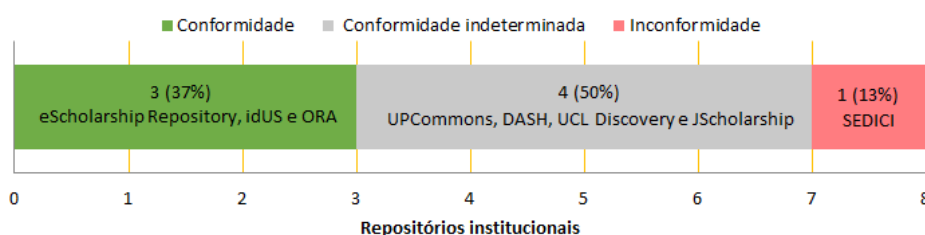
Os pedidos de remoção podem ser feitos, com exceção de teses, por meio de uma solicitação por escrito à equipe do ORA. Busca-se atender a essas solicitações em um prazo estabelecido. Para teses, a solicitação deve ser submetida e aprovada pela autoridade acadêmica competente antes de ser efetivada (documentos 7.2, 7.5, 7.7, 7.9 e 7.13). A remoção de conteúdo devido à violação de direitos autorais ou ilegalidade de outros direitos, também é prevista nos Termos de isenção e responsabilidade do ORA (documento 7.12) e na Política de propriedade, responsabilidade e uso de sites de Oxford (documento 7.14).

**JScholarship:** conforme a Política de remoção de coleções digitais das Bibliotecas Sheridan (documentos 8.2), aplicada também ao repositório, a remoção pode ser solicitada por indivíduos que reivindiquem quaisquer direitos autorais sobre determinado material. A solicitação passa por análise da equipe das Bibliotecas e Museus Universitários Sheridan. Durante esse processo, o material em questão é retirado do acesso público. Após revisão, se concluído apto o uso e a disponibilização nas coleções digitais, o acesso ao material é restabelecido. Esse procedimento relaciona-se com a “Política de conformidade de direitos autorais” da JHU (documento 8.6), na qual indica que os detentores de direitos autorais notifiquem a universidade, caso detectem qualquer violação de direitos autorais nos seus sistemas. Para solucionar o uso indevido, os materiais em infração são removidos ou têm seus acessos bloqueados na rede da JHU.

**UPCommons:** informações sobre os possíveis motivos para a remoção de recursos de conteúdo não foram localizadas nos documentos deste repositório.

Tendo como referência o exposto, o Gráfico 2 apresenta o status de conformidade das diretrizes dos repositórios diante da característica 1.3.

Gráfico 2 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 1.3  
Remoção de recursos do repositório e manutenção dos seus registros



Fonte: elaborado pela autora

Constatou-se que a conformidade das diretrizes dos repositórios com a característica essencial 1.3 foi a seguinte: três repositórios representando 37% da amostra do estudo, sendo eles: eScholarship Repository, idUS e ORA, estão em conformidade com a mencionada característica. Em contrapartida, o SEDICI, que equivale a 13% da amostra, revela inconformidade. Já quatro repositórios: UPCommons, DASH, UCL Discovery e JScholarship, que corresponde a 50% da amostra, apresentam conformidade indeterminada em relação à referida característica (Gráfico 2).

Sobre a prática essencial 1.4, a COAR (2022) orienta que os repositórios atribuam identificadores persistentes que direcionam para a página inicial do recurso de conteúdo. Na sequência, se discorre sobre as condutas dos repositórios institucionais inscritas em suas diretrizes diante desta característica.

**eScholarship Repository:** adota ARKs (Chaves de Recursos de Arquivo, do inglês: *archival Resource Keys*) como identificadores exclusivos e persistentes para cada item depositado, proporcionando sua citação e compartilhamento. Para periódicos da UC que utilizam o sistema de gerenciamento de periódicos do eScholarship, permite-se a atribuição automática de DOIs (Identificadores de Objetos Digitais, do inglês: *Digital Object Identifiers*) aos artigos. Artigos com DOIs também recebem ARKs. Outros recursos de conteúdo que já possuem DOIs podem incluí-los no repositório através do formulário de submissão, e novos DOIs podem ser solicitados à CDL (documento 1.17).

**UPCommons:** cada documento depositado é identificado de maneira única e permanente por meio de um identificador uniforme de recurso utilizando *Handle* e DOI (documento 2.1, 2.6, 2.11, 2.14).

**SEDICI:** conforme a Política de preservação digital do SEDICI, que também está contida na “Política de Acesso Aberto” da UNLP, para cada obra será atribuído um identificador persistente *Handle* (documentos 3.1 e 3.8).

**idUS:** a Política de dados para texto completo, e para outros itens de dados completos do idUS, prevê o fornecimento de um *hiperlink* e/ou URL para a página de metadados original da obra (documento 4.4). O idUS fornece identificadores digitais persistentes *Handle* para todas as obras depositadas e DOI para os conjuntos de dados (documento 4.4).

**DASH:** os recursos de conteúdo depositados recebem URLs persistentes, segundo as informações localizadas nos documentos 5.1 e 5.4.

**ORA:** utiliza como padrão os UUIDs (Identificadores Universalmente Únicos, do inglês: *Universally Unique Identifiers*) que são gerados na criação de todos os registros dos

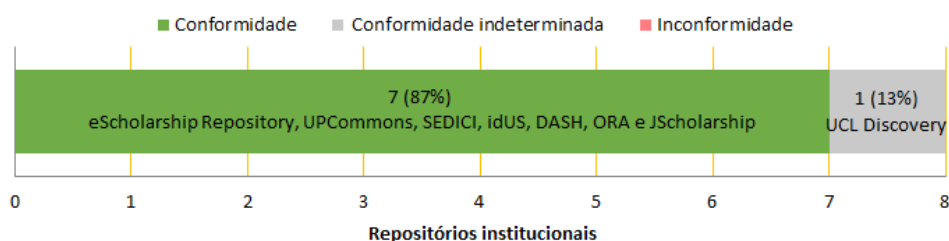
recursos de conteúdo no ORA. O *link* URL do registro contém o UUID, formando um identificador exclusivo e persistente no repositório. Além disso, DOIs são aplicados aos registros de trabalhos não publicados formalmente, como dados de pesquisa, documentos de trabalho e relatórios de pesquisa. Teses depositadas também recebem DOIs automaticamente. Novos DOIs não são atribuídos ao registro que consta a versão do autor que foi aceita para publicação. Nesse último caso, os DOIs existentes da versão publicada de artigos ou livros são incluídos nos metadados bibliográficos dos registros no ORA (documento 7.8).

**JScholarship:** os itens inseridos no repositório recebem URLs permanentes e inquebráveis, de acordo com as informações do documento 8.5.

**UCL Discovery:** não foi identificada, nos documentos deste estudo, a informação referente à atribuição de identificadores persistentes que encaminham para a página inicial do recurso de conteúdo. Desse modo, as diretrizes foram avaliadas possuindo conformidade indeterminada.

Considerando as informações apresentadas, o Gráfico 3 evidencia o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais em relação à característica essencial 1.4.

Gráfico 3 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 1.4  
Atribuição de identificadores persistentes relacionados aos recursos



Fonte: elaborado pela autora

Observa-se que as diretrizes de sete repositórios estudados (eScholarship Repository, UPLCommons, SEDICI, idUS, DASH, ORA e JScholarship) representam 87% da amostra, e estão em conformidade com a mencionada característica. Diferentemente, a diretriz do UCL Discovery, correspondendo a 13% da amostra, apresenta conformidade indeterminada em relação à característica em questão.

Com relação à característica essencial 1.6, de acordo com a COAR (2022), indica-se que o conteúdo dos repositórios através dos metadados deve ser indexado por plataformas externas de descoberta acadêmica e por agregadores. As práticas indicadas nas diretrizes dos repositórios institucionais concernentes a esta característica são apresentadas em sequência.



**eScholarship Repository:** o repositório promove a visibilidade do seu conteúdo ao fornecer informações para vários mecanismos de pesquisa, incluindo Google, Google acadêmico, Yahoo!, Internet Archive, Iscience e Baidu. Além disso, os registros são indexados no EBSCO Discovery, catálogo WorldCat da OCLC (nome em referência à *Online Computer Library Center*) e no SHARE (Ecossistema de Pesquisa de Acesso Compartilhado, do inglês: *Shared Access Research Ecosystem*). Especificamente os registros de periódicos e artigos também são coletados pela CNKI (Infraestrutura Nacional de Conhecimento da China, do inglês: *China National Knowledge Infrastructure*), EBSCO AZ *Journal List* e PubMed. No catálogo do campus da UC são catalogados todos os periódicos do eScholarship. Quanto às demais obras, a catalogação ocorre de forma seletiva, sendo recomendada caso a caso pelos bibliotecários. Registros dos recursos de conteúdo selecionados da área da Economia são fornecidos ao RePEc (Repositório de trabalhos de pesquisa em Economia, do inglês: *Research Papers in Economics*) (documento 1.17).

**UPCommons:** utiliza OAI-PMH e requisitos técnicos que permitem a interoperabilidade e a coleta de metadados descritivos por outros serviços de informação e repositórios, como a OpenAIRE, o Recolecta (Colecionador de Ciência Aberta) da Fundação Espanhola para a Ciência e Tecnologia e o RECERCAT (Repositório de Pesquisa da Catalunha, do catalão: *Dipòsit de la Recerca de Catalunya*) (documentos 2.1, 2.3 e 2.11).

**SEDICI:** Os recursos de conteúdo armazenados e disponibilizados podem ser recuperados por coletores e motores de busca especializados e gerais com base na utilização de padrões e protocolos normalizados. Dessa forma, os metadados do SEDICI possibilitam ser replicados em redes de pesquisa ou outros catálogos nacionais e internacionais, como o Portal Argentino de Informação Científica e Tecnológica, e o Sistema Nacional de Repositórios Digitais (documentos 3.5 e 3.8).

**idUS:** a Declaração de Acesso Aberto da US possibilita que os recursos de conteúdo do IdUS sejam incluídos em motores de busca acadêmicos, portais, diretórios ou coletores (documento 4.3), como o Google e o Google acadêmico (documento 4.4).

**DASH:** os recursos são indexados de forma abrangente por mecanismos de busca, incluindo, entre outros, o Google e o Google acadêmico (documentos 5.1, 5.4 e 5.7).

**UCL Discovery:** informações sobre as publicações e os resultados de pesquisa da UCL são disponibilizadas automaticamente ao Google, Google acadêmico, e a outros mecanismos de busca e sistemas agregadores (documento 6.1). Além disso, uma cópia das teses poderá ser fornecida para inclusão no EThOS (Serviço online de teses eletrônicas, do

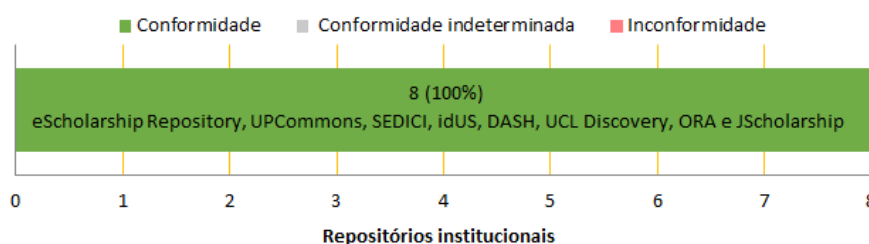
inglês: *Electronic Theses Online Service*), um repositório da Biblioteca Britânica para teses de pesquisa no Reino Unido (documento 6.3).

**ORA:** permite que outros serviços interajam com seu conteúdo através de uma API (Interface de Programação de Aplicações, do inglês: *Application Programming Interface*). Entre os indexadores externos que disponibilizam informações sobre seu conteúdo, cita: Google, Bing, Baidu, Google acadêmico e a base de dados de teses EthOS da Biblioteca Britânica (documentos 7.1, 7.8 e 7.9).

**JScholarship:** a indexação é realizada pelo Google, Google acadêmico e outros mecanismos de pesquisa acadêmicos especializados (documento 8.5).

Com base no relatado, o Gráfico 4 apresenta o status de conformidade das diretrizes dos repositórios diante da característica essencial 1.6.

Gráfico 4 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 1.6  
Descoberta dos recursos por serviços de indexação



Fonte: elaborado pela autora

Verifica-se no Gráfico 4 que as diretrizes dos oito repositórios institucionais, que corresponde a totalidade da amostra, tem conformidade com a característica essencial 1.6.

Sobre a característica desejada 1.9, a COAR (2022) recomenda que os repositórios possibilitem que recursos relacionados, como artigos publicados e dados, sejam vinculados por meio de *links* nos seus registros de metadados, incluído, por exemplo, identificadores persistentes que direcionam para os recursos relacionados armazenados em outros sistemas.

A seguir, apresentam-se as posturas dos repositórios institucionais delineadas em suas diretrizes acerca desta característica.

**eScholarship Repository:** podem ser incluídos aos registros das publicações, especialmente dos artigos depositados, um *link* ou DOI para a versão publicada no site do editor. Se essa informação não estiver presente, o usuário pode solicitar a sua inclusão mediante contato com equipe de assistência do repositório (documentos 1.16 e 1.17).

**SEDICI:** é possível fornecer um *link* externo no registro dos itens que direciona para outra fonte, buscando assim viabilizar o acesso ao conteúdo de recursos que, por razões de restrição, não estão disponíveis no próprio repositório (documento 3.5).

**idUS:** versões da mesma obra em registros distintos podem ser vinculadas, e informações sobre as versões também podem ser incluídas aos registros. Esse procedimento é realizado pela equipe do repositório mediante solicitação do autor (documento 4.4).

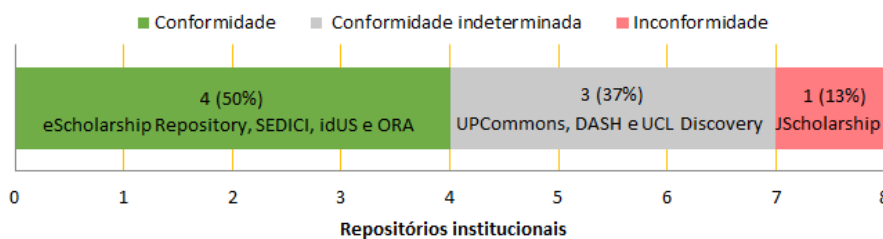
**ORA:** tem a capacidade de vincular itens relacionados, estabelecendo *links* bidirecionais entre diferentes itens internamente no ORA. Também realiza vinculações externas, incluindo *links* ou DOIs nos registros dos recursos, visando direcionar ao trabalho publicado no site dos editores, por exemplo. Os itens são vinculados quando indicados pelos depositantes, ou localizados pela equipe do repositório, e há possibilidade de serem visualizados na seção “Itens relacionados” nos registros do ORA. Também nesse sentido, o ORA permite o depósito de materiais complementares e suplementares a outros trabalhos depositados, como gráficos que não foram incluídos no artigo publicado, ou conjuntos de dados que fizeram parte da pesquisa de uma tese (documentos 7.2, 7.8, 7.9 e 7.13).

**JScholarship:** atualmente, não possui a funcionalidade de vincular as versões de artigos nele depositados com as versões publicadas no site das editoras (documento 8.3), revelando, assim, a inconformidade de sua diretriz com o *Framework* da COAR. Sobre isso, observou-se no documento 8.7 que existe a possibilidade de depositar arquivos de vídeo, áudio ou outros tipos de recursos de conteúdo, como arquivos suplementares às teses e dissertações da JHU.

**UPCommons, DASH e UCL Discovery:** a informação concernente à possibilidade desses repositórios vincularem conteúdos relacionados por meio de *links* não foi encontrada nos documentos analisados. Com isso, as diretrizes foram avaliadas como possuindo conformidade indeterminada. Contudo, observou-se nas diretrizes do DASH que existe o incentivo aos usuários depositarem no repositório recursos relacionados aos manuscritos depositados, como imagens, arquivos de áudio, vídeos, entre outros (documento 5.7). Também se verificou no UCL Discovery que quaisquer materiais suplementares podem ser depositados conjuntamente com as teses dos alunos da UCL (documento 6.2).

De acordo com o que foi exposto, no Gráfico 5, visualiza-se o status de conformidade das diretrizes dos repositórios em relação à característica desejada 1.9.

Gráfico 5 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 1.9  
Possibilidade de vincular conteúdos relacionados por meio de *links*



Fonte: elaborado pela autora

Verifica-se que as diretrizes de quatro repositórios (eScholarship Repository, SEDICI, idUS e ORA), representando 50% da amostra, estão em conformidade com a característica mencionada. Por outro lado, as diretrizes de três repositórios, UPCommons, DASH e UCL Discovery, totalizando 37% da amostra, apresentam conformidade indeterminada. Em contraste, a diretriz do JScholarship, correspondendo a 13% da amostra, demonstra inconformidade em relação à referida característica (Gráfico 5).

O estado de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais com as quatro características recomendadas pelo *Framework* COAR no objetivo a) capacidade de descoberta, é o que aponta o Quadro 10.

Quadro 10 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do *Framework* da COAR relativas à capacidade de descoberta dos recursos de conteúdo

Diretrizes dos repositórios institucionais	Características			
	Essencial 1.3	Essencial 1.4	Essencial 1.6	Desejada 1.9
	Remoção de recursos do repositório e manutenção dos seus registros	Atribuição de identificadores persistentes relacionados aos recursos	Descoberta dos recursos por serviços de indexação	Possibilidade de vincular conteúdos relacionados por meio de <i>links</i>
eScholarship Repository	Conformidade	Conformidade	Conformidade	Conformidade
UPCommons	Conformidade indeterminada	Conformidade	Conformidade	Conformidade indeterminada
SEDICI	Inconformidade	Conformidade	Conformidade	Conformidade
idUS	Conformidade	Conformidade	Conformidade	Conformidade
DASH	Conformidade indeterminada	Conformidade	Conformidade	Conformidade indeterminada
UCL Discovery	Conformidade indeterminada	Conformidade indeterminada	Conformidade	Conformidade indeterminada
ORA	Conformidade	Conformidade	Conformidade	Conformidade
JScholarship	Conformidade indeterminada	Conformidade	Conformidade	Inconformidade

Legenda: ■ Conformidade ■ Conformidade indeterminada ■ Inconformidade

Fonte: elaborado pela autora

De modo geral, destaca-se que as diretrizes de três repositórios, eScholarship Repository, idUS e ORA, que representam 37% da amostra do estudo, estão em conformidade com todas as quatro características selecionadas do *Framework* da COAR relativas à capacidade de descoberta dos recursos de conteúdo.

A característica essencial 1.6, referente à descoberta dos recursos por serviços de indexação, está presente e em conformidade, nas diretrizes dos oito repositórios estudados, correspondendo a 100% da amostra. Verificou-se que dois repositórios (SEDICI e JScholarship), ou seja, 25% da amostra, apresentam diretrizes em inconformidade com duas características analisadas no *Framework* da COAR, sendo que o SEDICI está em inconformidade com a característica essencial 1.3, e o JScholarship em inconformidade com a característica desejada 1.9.

A próxima seção aborda sobre a análise das diretrizes dos repositórios institucionais frente às características selecionadas do *Framework* da COAR, relativas ao acesso aos recursos de conteúdo.

#### 4.2.2 Acesso aos recursos de conteúdo

Foram analisadas, nos documentos normativos dos repositórios institucionais sob investigação, cinco características do objetivo b) acesso, conforme definido pelo *Framework* para boas práticas da COAR. Estas incluem as características essenciais 2.1 e 2.2 e as características desejadas 2.6, 2.7 e 2.9, que tratam sobre a forma de disponibilização dos recursos de conteúdo relativa ao custo, a apresentação de *link* para o recurso na sua página inicial, a forma de disponibilização dos recursos considerando o tamanho de arquivos muito grandes, a possibilidade de acesso aos recursos restritos, e aderência às práticas de acessibilidade aplicadas ao conteúdo dos recursos.

Detalhadamente, a característica essencial 2.1, de acordo com a COAR (2022), propõe que os repositórios disponibilizem os recursos de conteúdo sem custo para os usuários. As condutas dos repositórios institucionais inscritas nas suas diretrizes, em relação a esta característica, são expostas subsequentemente.

**eScholarship Repository:** segundo os Termos de uso do repositório (documento 1.4) e documento 1.17, todo conteúdo no eScholarship é de acesso aberto e está disponível gratuitamente para leitura e *download* por qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo. Além disso, as Políticas de acesso aberto da UC para artigos (documento 1.9 e 1.10) e para

teses e dissertações (documentos 1.11 e 1.12) indicam que esses recursos sejam disponibilizados de forma livre e aberta ao público por meio do eScholarship.

**UPCommons:** o acesso é gratuito às obras depositadas no repositório (documento 2.11), bem como os trabalhos finais de graduação, dissertações e teses são disponibilizados em acesso aberto (documento 2.10).

**SEDICI:** segundo a Política de dados do SEDICI (documento 3.1) as obras armazenadas podem ser baixadas e visualizadas gratuitamente, para isso não é necessário registro ou autorização prévia. A “Licença de distribuição não exclusiva” do SEDICI (documento 3.2) e a “Política de Acesso Aberto” institucional (documento 3.8) também estabelecem que as obras incluídas no repositório possam ser colocadas à disposição de acesso, reprodução, distribuição e comunicação pública de modo livre e gratuito, por meio da internet nos portais da universidade e em repositórios digitais do mesmo âmbito. Ademais, os trabalhos acadêmicos derivados dos cursos de especialização, mestrado ou doutorado podem ter sua divulgação realizada gratuitamente no SEDICI (documento 3.7). Da mesma forma, a Política institucional de acesso aberto (documento 3.8), na qual o SEDICI é apresentado como repositório institucional central da Universidade, tem o objetivo de dar acesso livre, gratuito e irrestrito à produção intelectual para toda a sociedade.

**idUS:** de acordo com a Política de dados para texto completo e outros itens de dados completos, o repositório permite o acesso aos recursos de conteúdo gratuitamente a qualquer pessoa da comunidade internacional (documento 4.1 e 4.4).

**DASH:** o site e o conteúdo do repositório estão disponíveis gratuitamente para todos e livres da maioria das restrições de direitos autorais e licenciamento (documentos 5.1 e 5.9). Além disso, na “Declaração de política de direitos autorais” da Biblioteca de Harvard (documento 5.12), consta que as suas páginas da web fornecem acesso público a uma ampla variedade de materiais em muitas mídias, incluindo repositórios que permitem o acesso aberto a coleções e recursos de conteúdo.

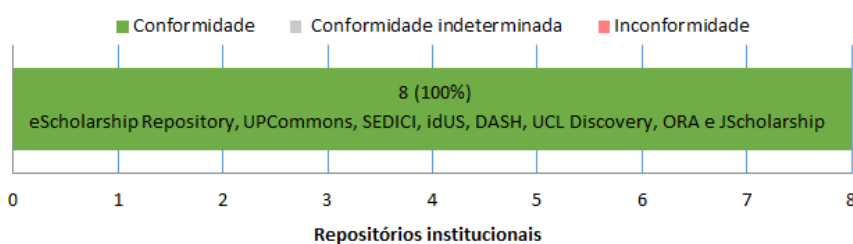
**UCL Discovery:** a “Política de Publicações” da UCL (documento 6.1) descreve que, por meio do repositório, os registros das pesquisas da universidade são mantidos públicos e visíveis para a comunidade interna, e também à externa, a qual não possui acesso ao conteúdo comercializado. Desse modo, apresenta e fornece acesso aos textos completos das publicações de pesquisa da UCL (documento 6.8). As teses também são acessíveis em todo o mundo para a leitura de qualquer pessoa (documento 6.2) e também os artigos, disponibilizados gratuitamente (documento 6.4).

**ORA:** conforme sua “Política de conteúdo do repositório”, os recursos de conteúdo estão disponíveis a qualquer indivíduo que tenha conexão com a internet, sendo que a maioria dos itens é fornecida gratuitamente (documentos 7.1, 7.2, 7.8 e 7.13).

**JScholarship:** de acordo com a “Política de direitos e reproduções” das Bibliotecas da JHU (documento 8.1), o conteúdo digital disponibilizado nos repositórios digitais, incluindo o JScholarship, pode ser acessado e utilizado gratuitamente, e é destinado ao uso pessoal, educacional, de pesquisa e não comercial, exceto quando seja especificado outra forma de uso.

A partir do panorama apresentado, a observância da característica essencial 2.1 nas diretrizes dos repositórios em estudo pode ser visualizada no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 2.1  
Forma de disponibilização dos recursos relativa ao custo



Fonte: elaborado pela autora

Em consonância com o Gráfico 6, verifica-se que a totalidade dos repositórios institucionais, ou seja, 100% deles, exibem suas diretrizes em conformidade com a característica mencionada.

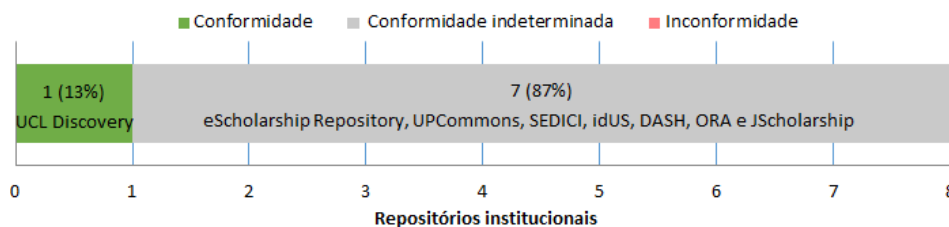
No que se refere à prática essencial 2.2, a COAR (2022) recomenda que os repositórios incluam na página inicial de cada recurso de conteúdo um *link* para o recurso de conteúdo. Na sequência, referente a esta característica, são explicitados os comportamentos dos repositórios institucionais conforme definidos em suas diretrizes.

**UCL Discovery:** conforme a “Política de Publicações” da UCL (documento 6.1), o UCL Discovery tem a capacidade de disponibilizar *links* para texto completo que podem ser compartilhados em outras páginas *web*.

**eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, idUS, DASH, ORA e JScholarship:** não foram localizadas, nos documentos levantados para o estudo desses repositórios, informações acerca da inclusão de um *link* para o recurso de conteúdo na página inicial de cada item.

De acordo com a descrição exposta, o Gráfico 7 evidencia o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais em relação à característica essencial 2.2.

Gráfico 7 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 2.2  
Apresenta um *link* para o recurso na página inicial de cada recurso



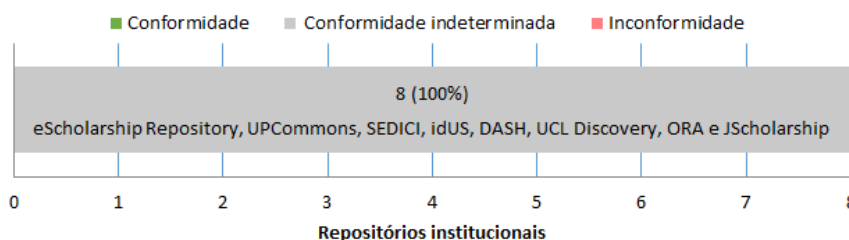
Fonte: elaborado pela autora

É possível observar, a partir do Gráfico 7, que somente as diretrizes de um repositório, o UCL Discovery, representando 13% da amostra, estão em conformidade com a característica essencial 2.2. Por outro lado, sete dos repositórios (87%), revelam conformidade indeterminada em relação à referida característica.

Relacionado à característica desejada 2.6, que trata da forma de disponibilização de arquivos muito grandes para o usuário, na qual o tamanho pesado do arquivo pode dificultar o manuseio pelo usuário, a COAR (2022) orienta que o repositório forneça um mecanismo fora da interface habitual que permita disponibilizá-los para os usuários.

Segundo a documentação avaliada dos repositórios institucionais e representada no gráfico 8, tem-se a exposição do status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais perante a característica desejada 2.6.

Gráfico 8 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 2.6  
Forma de disponibilização dos recursos relativa ao tamanho de arquivos muito grandes



Fonte: elaborado pela autora

Pode-se observar que 100% dos repositórios institucionais apresentam diretrizes que indicam conformidade indeterminada com a característica desejada 2.6. Isso se deve à ausência de informação nos documentos compilados para a pesquisa acerca da forma de



disponibilização dos recursos, no que concerne ao tamanho de arquivos digitais de grande porte (Gráfico 8).

Relativo à prática desejada 2.7, a COAR (2022) recomenda que, havendo restrição de acesso a determinado recurso, o repositório proporcione uma forma indireta de acessá-lo. Referente a essa característica em análise, as diretrizes apresentadas em continuação descrevem as práticas utilizadas pelos repositórios para possibilitar ou facilitar indiretamente o acesso aos recursos de conteúdo restritos. Tais conteúdos podem ser disponibilizados pelo autor, ou encontrados disponíveis em outros locais, seja de maneira aberta e gratuita, ou mediante pagamento.

**UPCommons:** os trabalhos de conclusão de graduação, dissertações e teses que estão restritos ou inviabilizados para consulta online no UPCommons, podem ser consultados na biblioteca depositária, ou no arquivo universitário se a biblioteca não dispor de exemplar em seu acervo. São excluídas dessa consulta pública as obras restritas com conteúdo, que possam afetar a confidencialidade, ou a propriedade intelectual ou industrial de terceiros (documentos 2.9 e 2.10). No caso dos trabalhos de conclusão de graduação e dissertações com acessos restritos por decisão do autor, este pode ser contatado diretamente pelos usuários interessados para solicitar os referidos trabalhos, quando o endereço de e-mail do autor estiver disponibilizado no repositório (documento 2.9). Verificou-se que o depósito da produção de pesquisa e técnica no UPCommons permite aos autores disporem de um meio de contato que possibilita a comunicação com os interessados nas obras (documento 2.11).

**SEDICI:** nos cenários em que a cópia digital dos recursos de conteúdo encontra-se inacessível, tenta-se informar a localização física da obra em uma das bibliotecas da universidade, ou procura-se fornecer um *link* externo para o referido recurso de conteúdo (documento 3.5).

**idUS:** em casos em que não seja permitida a disponibilização completa da obra no repositório, inclui-se o arquivo da obra de maneira restrita, apresentando apenas seu resumo, descrição bibliográfica completa e URL da obra no *website* do editor (documentos 4.1 e 4.5).

**ORA:** na impossibilidade de disponibilizar um título ou uma versão específica de uma obra, o arquivo será mantido no repositório com a finalidade de preservação, e com o acesso restrito por qualquer período de tempo. O registro permanece para consulta e visualização pública, podendo ser incluído aos metadados um *link* para a versão do editor (documentos 7.6, 7.8 e 7.13).

**JScholarship:** a “Política de direitos e reproduções das Bibliotecas da JHU” (documento 8.1) estabelece que os recursos indisponíveis nas coleções podem ser solicitados

entrando em contato com as Bibliotecas, podendo haver a incidência de taxas. Tais solicitações podem ser negadas a critério da instituição.

**eScholarship Repository, DASH e UCL Discovery:** não foram identificadas, nos documentos analisados desses repositórios, informações sobre possíveis formas de acesso aos recursos restritos armazenados nos repositórios. Desse modo, as diretrizes foram consideradas em conformidade indeterminada.

Adicionalmente, buscou-se nos documentos a apresentação das razões e condições que levam à restrição dos recursos de conteúdo nos repositórios institucionais, descritas a seguir.

**eScholarship Repository:** de acordo com os Termos de uso da CDL (documento 1.5), que se estende ao repositório, a maior parte das informações coletadas pelo CDL estão disponíveis publicamente. Porém, determinadas informações podem ter restrições de acesso aos usuários, ou a segmentos específicos da comunidade da UC.

Com relação às teses e dissertações (documentos 1.11, 1.12 e 1.17), a política relativa ao eScholarship Repository possibilita o adiamento de acesso público por meio de um período de embargo sujeito a aprovação de orientadores ou administradores de pós-graduação. O tempo de atraso pode variar entre os campi da UC. Em circunstâncias excepcionais, como de segurança do estudante ou elevado risco legal, podem ser concedidos pelo reitor da Divisão de Pós-graduação de cada campus, ou seu delegado: embargos indefinidos, prorrogações e aplicação de embargo após a apresentação do trabalho. A equipe do eScholarship não pode alterar um embargo sem orientação explícita dos responsáveis pela pós-graduação.

Segundo as políticas de acesso aberto da UC (documentos 1.9 e 1.16), os autores têm a opção de adiar a data de disponibilização de seus artigos no eScholarship Repository. Isso serve ao atendimento das exigências de editoras ou é escolha própria do autor, especificando o período de embargo durante o processo de depósito. Nesse caso, somente os administradores do eScholarship têm a permissão de editar ou remover um embargo após sua aplicação.

**UPCommons:** segundo o Regulamento acadêmico para estudos de graduação e mestrado UPC e o Regulamento acadêmico dos estudos de doutorado da UPC (documentos 2.9 e 2.10), o trabalho acadêmico pode não ser divulgado em acesso aberto se violar os direitos de propriedade intelectual de terceiros, o conteúdo possibilitar a solicitação de uma patente, ou existirem acordos de confidencialidade com terceiros, como no caso de empresas onde o projeto foi desenvolvido e editores de publicações científicas.

Com relação aos trabalhos de conclusão de graduação e dissertação, também podem ser excluídos do acesso aberto no UPCommons os trabalhos que contenham dados pessoais

não autorizados, e quando direitos à privacidade, honra ou imagem do autor forem violados. A restrição pode ter o prazo máximo de cinco anos. No entanto, com a justificação documental e autorização da direção do centro de ensino, esse prazo poderá ser ampliado. Caso a restrição seja temporária e quando expirado o período de embargo, o trabalho depositado poderá ser disponibilizado em acesso aberto somente se permitido pelo autor correspondente (documento 2.9 e 2.10).

Por meio de processo à Sede Eletrônica UPC, os autores podem solicitar a alteração do modo de disponibilização do seu trabalho, do acesso aberto para o restrito ou do restrito para o aberto (documento 2.10). No caso das teses que possuem aspectos confidenciais, o depósito e o acesso no UPCommons ocorrem de acordo com os termos de confidencialidade, respeitando os direitos dos editores (documento 2.7).

Obras sujeitas à política institucional de acesso aberto da UPC, e ao acordo de atribuição de pontos de atividades de investigação exclusivamente para publicações em acesso aberto, podem ter o texto completo em acesso aberto ou restrito no UPCommons. O acesso será restrito quando os editores não permitem o acesso aberto a determinada publicação, por outras questões impeditivas de confidencialidade e/ou direitos de propriedade industrial e intelectual. Nesses casos, mostram-se publicamente apenas os metadados das publicações no UPCommons. Posteriormente, essas obras podem ser disponibilizadas abertamente nas seguintes situações: se for obtida a permissão dos titulares de direitos patrimoniais, o período de embargo determinado expirar, se arquivado o pedido de proteção de divulgação de patente, ou nos demais casos em que o acesso aberto for permitido (documentos 2.3, 2.13, 2.14 e 2.15).

O acesso às provas das disciplinas ministradas na UPC, depositadas no UPCommons, é restrito à comunidade interna da universidade. Para ter acesso, é necessária a autenticação do usuário no sistema da UPC (documento 2.4).

**SEDICI:** segundo a “Política de depósito” do SEDICI (documento 3.1) e a “Licença de distribuição não exclusiva” (documento 3.2), as obras podem ser submetidas a qualquer momento e disponibilizadas ao público, imediatamente ou após o fim de um período de embargo selecionado pelo autor. Sendo que o embargo se aplica a uma restrição temporária que mantém a obra oculta e inacessível.

De acordo com a “Política de acesso aberto” da universidade (documento 3.8), os casos excepcionais, que restringem a divulgação ou prolongam os prazos de divulgação no SEDICI, abrangem as seguintes obras: as protegidas por direitos de propriedade industrial, as envolvidas em acordos com terceiros que financiam a pesquisa, as que possuem acordos com

terceiros nos quais os autores recebam valores pela venda de sua obra, as que estão em situações de acordos de confidencialidade, e as que contenham informações pessoais ou possam infringir direitos à imagem, à honra, ou à intimidade de terceiros. Nesse último caso, pode-se restringir a divulgação permanentemente, ou realizar anonimização ou dissociação dos dados vinculados às pessoas.

Nesses cenários, é realizado o registro público da obra no SEDICI com a divulgação de seus metadados, sem possibilitar o acesso ao texto completo (documentos 3.5 e 3.8). Cumpridos os prazos de restrição, que variam de três a 24 meses de acordo com o tipo de recurso de conteúdo e caso de restrição, as obras estarão disponíveis para acesso público (documentos 3.5, 3.7 e 3.8).

**idUS:** de acordo com a Política de envio/submissão do idUS, o repositório não tem definida nenhuma política de embargo (documento 4.1). Entretanto, a “Declaração de acesso aberto” da US (documento 4.3) considera, para o depósito de obras no idUS, o respeito por possíveis embargos decorrentes de políticas editoriais, direitos de autor, propriedade intelectual e confidencialidade. No caso das teses de doutorado, pode-se aplicar um embargo temporário de seis a 12 meses, a partir da data de defesa e aprovação (documento 4.5).

**DASH:** no seu acervo, podem existir arquivos públicos, restritos ou obscuros. Os depósitos obscuros (*dark deposit*) ocorrem quando existe um embargo aplicado à publicação, ou quando o repositório não tem direito ou permissão para fornecer acesso aberto a determinado recurso entregue e recebido. Nesses casos, apenas os metadados são acessíveis publicamente (documentos 5.5 e 5.11).

**UCL Discovery:** com relação às teses, estas podem apresentar restrição de acesso permanente ou temporário (embargo), por alguns motivos. Entre eles, a tese pode conter: informações destinadas a publicação futura, como artigos ou livros; dados pessoais ou informações prejudiciais a indivíduos, bem como material protegido por direitos autorais de terceiros; informações comerciais sensíveis, propriedade intelectual com potencial comercial ou restrições contratuais com patrocinadores ou parceiros; e informações que possam afetar nocivamente relações internacionais, defesa e segurança nacional, ou a segurança pública.

Os embargos de teses podem durar até 12 meses, sendo que em alguns casos esse prazo pode ser ampliado. Os registros de teses permanecem visíveis no repositório durante o período de restrição, e se necessário, o resumo poderá ser restringido (documentos 6.2 e 6.3).

Também é possível aplicar período de embargo aos artigos, livros e capítulos de livros, de acordo com as políticas das editoras que exigem restrições à divulgação (documento 6.4, 6.9 e 6.10).

**ORA:** segundo a “Política de Conteúdo” (documento 7.2) e o “Contrato e licença de depósito” (documento 7.7), alguns recursos no repositório podem estar restritos temporariamente ou permanentemente. Comumente, as restrições são impostas aos materiais que necessitam de embargo prévio à publicação por exigência do editor, financiador ou patrocinador; contêm informações sensíveis ou confidenciais; que poderiam invalidar um pedido de patente ao serem disponibilizadas; ou incluem conteúdo sujeito a direitos autorais de terceiros nos quais não foi permitida a disponibilização online no repositório.

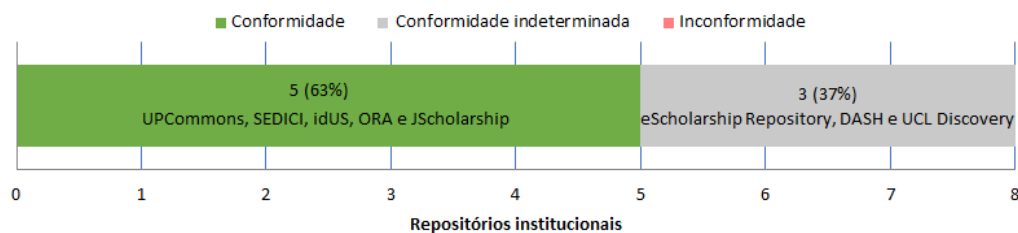
Especificamente no depósito das teses no ORA, é possível escolher entre o acesso aberto imediato ou um embargo de um a três anos. Caso seja necessário ampliar o período de embargo ou restringir a tese, na sua totalidade ou partes específicas de modo permanente, deve-se solicitar dispensa de consulta ao orientador e ao departamento de pós-graduação.

A prorrogação ou restrição do embargo pode depender, de acordo com os editores, os termos de financiamento, ou as questões éticas, legais, de segurança nacional ou comerciais. Se um embargo indefinido ou permanente for autorizado ao texto completo, torna-se necessário o depósito de uma cópia impressa da tese na Biblioteca Bodleian para garantir o acesso pela comunidade acadêmica. Neste caso embargar um recurso de conteúdo no ORA, o registro de metadados permanece visível e o texto completo fica inacessível. Desse modo, a dispensa de consulta não se aplica ao registro de metadados da tese no ORA, salvo em circunstâncias excepcionais. Mesmo com restrição, a pesquisa ao texto completo poderá ser realizada pela ferramenta de busca do repositório (documentos 7.6, 7.8, 7.9 e 7.13).

**JScholarship:** na “Política de direitos e reproduções” das bibliotecas da JHU (documento 8.1), identificou-se que a indisponibilidade de um arquivo digital relativo a um item da coleção, pode ocorrer devido a razões como: problemas de privacidade ou publicidade, não ser propriedade exclusiva das Bibliotecas da JHU, possuir restrições contratuais estabelecidas pelo criador ou doador, a conversão para o formato digital ainda não ocorreu, ou a qualidade da cópia digital existente é insatisfatória em relação aos padrões atuais das Bibliotecas.

Em vista do que foi indicado, a situação de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais com a característica desejada 2.7 é ilustrada no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 2.7  
Possibilidade de acesso aos recursos restritos



Fonte: elaborado pela autora

Constata-se que as diretrizes de cinco repositórios institucionais, a saber, UPCommons, SEDICI, idUS, ORA e JScholarship, correspondendo a 63% da amostra, manifestam conformidade com a mencionada característica. Em contrapartida, as diretrizes de três repositórios, eScholarship Repository, DASH e UCL Discovery, totalizando 37% da amostra, apresentam conformidade indeterminada em relação à característica desejada 2.7 (Gráfico 9).

Com relação à característica desejada 2.9, a COAR (2022) propõe que os repositórios sejam aderentes às mais recentes WCAG (Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web (*Web Content Accessibility Guidelines*) do W3C (*World Wide Web Consortium*). Isso inclui aplicá-las também ao conteúdo dos recursos. As abordagens dos repositórios institucionais, em relação a esta característica, são explicitadas nas suas diretrizes, apresentadas a seguir:

**eScholarship Repository:** o *website* do repositório remete para uma página do *website* da CDL que informa sobre o alinhamento dos seus *sites* com a política e os programas de acessibilidade eletrônica da UC (documento 1.7). Verificou-se que os recursos do eScholarship foram projetados para atender as WCAG do W3C versão 2.0 AA. Contudo, a acessibilidade do conteúdo depositado pode variar. Os usuários são encorajados a relatar problemas de acessibilidade ao suporte, que prevê fornecer as informações solicitadas. Além disso, o eScholarship se reserva o direito de remover imagens que não estejam em conformidade com as diretrizes de acessibilidade.

**DASH:** expõe sobre a possibilidade de existirem lacunas de acessibilidade e afirma que o repositório está trabalhando no sentido do acesso universal (documento 5.2). Ademais, alerta os autores para que identifiquem e corrijam problemas de acessibilidade antes do depósito, e se certifiquem de que o recurso depositado seja acessível às pessoas com deficiência. Ainda no documento 5.2, é informado que o repositório se esforça para cumprir a “Política de Acessibilidade digital” da Universidade de Harvard (documento 5.3), sendo que o

texto apresenta um *link* que direciona para essa política. Esta, por sua vez, indica que os padrões da universidade são baseados na versão 2.1 das WCAG com o nível de conformidade AA.

Diante disso, o conteúdo postado, publicado ou distribuído por Harvard após o dia 1º de junho de 2023, deve estar em conformidade com os padrões estipulados. Quando a conformidade não for tecnicamente viável, deve-se disponibilizar o conteúdo em um formato alternativo acessível para pessoas com deficiência. E os conteúdos existentes, anteriores à data, devem ter prioridade frente aos demais trabalhos, visando a a melhoria da acessibilidade.

**UCL Discovery:** de acordo com a “Declaração de acessibilidade para o site dos serviços da biblioteca” (documento 6.7), as páginas hospedadas no domínio “ucl.ac.uk”, o que inclui o repositório, aderem à “Declaração de acessibilidade do *site* da UCL” (documento 6.11). A última declaração citada informa que o site da universidade apresenta-se em conformidade parcial com a última versão das WCAG do W3C, pois não segue integralmente as recomendações devido às razões específicas detalhadas na declaração. Adicionalmente a isso, o *website* do repositório remete para a página Acessibilidade na UCL, na qual consta a “Política de acessibilidade digital” para a UCL.

**ORA:** a Declaração de acessibilidade do *site* das Bibliotecas Bodleian (documento 7.16) aplica-se aos *websites* geridos pelas Bibliotecas Bodleian, o que inclui o ORA. A declaração citada informa que os *sites* atendem parcialmente as WCAG do W3C versão 2.1 AA, por causa das inconformidades especificadas na página de problemas conhecidos. Como opção para melhorar a acessibilidade, os usuários podem relatar problemas e solicitar à Biblioteca um formato alternativo das informações, caso não consigam acessar. Além disso, o site do ORA remete para a “Declaração de acessibilidade”, sendo que verificou-se no documento 7.8, que o repositório busca seguir padrões de acessibilidade para design e conteúdo do site.

**JScholarship:** o documento 8.4 regulamenta que as Bibliotecas da JHU comprometem-se com a acessibilidade na *web* e dedicam-se a garantir que o conteúdo digital sob seu controle e alcance seja acessível para pessoas com deficiência. Desse modo, buscam atender às recomendações da Iniciativa de Acessibilidade da *Web* da universidade que prevê, entre outras ações, a conformidade dos materiais digitais com as WCAG do W3C, versão 2.1 no nível AA.

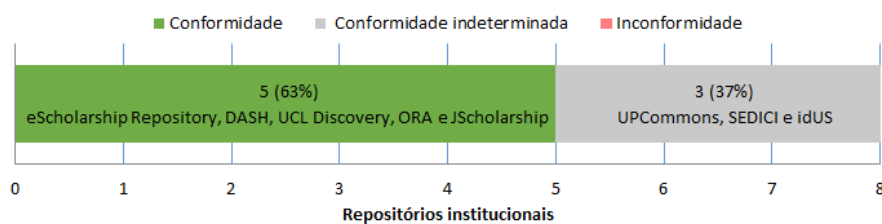
**UPCommons, SEDIC e idUS:** a informação concernente à aderência às WCAG do W3C, aplicadas ao conteúdo dos recursos, não foi localizada nos documentos para o estudo desses três repositórios institucionais. No entanto, de acordo com o “Plano de gestão e

desenvolvimento de coleção” das bibliotecas da UCP (documento 2.5), de modo geral sem especificar o UPCommons ou outra coleção, as mídias e os formatos das obras são selecionados pelas bibliotecas com base na facilidade de uso por pessoas com deficiência ou com limitações de acesso à tecnologia. Na UCP, prioriza-se e explora-se a seleção de opções de recursos eletrônicos que oferecem meios alternativos de acesso aos documentos.

Também se verificou, no rodapé do *website* do idUS, um logotipo que indica conformidade com as WCAG 2.0 no nível AA. Contudo, essa conformidade não foi encontrada especificada em documentos, e se aplica-se à plataforma que o suporta, ao conteúdo armazenado, ou a ambos.

Com referência ao exposto, demonstra-se, no Gráfico 10, o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais diante da característica desejada 2.9.

Gráfico 10 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 2.9  
Aderência às práticas de acessibilidade aplicadas ao conteúdo dos recursos



Fonte: elaborado pela autora

Observa-se no Gráfico 10 que as diretrizes de cinco repositórios institucionais, nomeadamente eScholarship Repository, DASH, UCL Discovery, ORA e JScholarship, representando 63% da amostra, estão em conformidade com a característica mencionada. Por outro lado, as diretrizes dos três repositórios restantes (UPCommons, SEDICI e idUS), que correspondem a 37% da amostra, manifestam conformidade indeterminada com a característica em questão.

O Quadro 11 exhibe o estado de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais em relação às cinco características do objetivo b) acesso, conforme preconizado pelo *Framework* da COAR.



Quadro 11 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do *Framework* da COAR relativas ao acesso aos recursos de conteúdo

Características					
Diretrizes dos Repositórios institucionais	Essencial 2.1	Essencial 2.2	Desejada 2.6	Desejada 2.7	Desejada 2.9
	Forma de disponibilização dos recursos relativa ao custo	Apresenta um <i>link</i> para o recurso na página inicial de cada recurso	Forma de disponibilização dos recursos relativa ao tamanho de arquivos muito grandes	Possibilidade de acesso aos recursos restritos	Aderência às práticas de acessibilidade aplicadas ao conteúdo dos recursos
eScholarship Repository	■	■	■	■	■
UPCommons	■	■	■	■	■
SEDICI	■	■	■	■	■
idUS	■	■	■	■	■
DASH	■	■	■	■	■
UCL Discovery	■	■	■	■	■
ORA	■	■	■	■	■
JScholarship	■	■	■	■	■

Legenda: ■ Conformidade ■ Conformidade indeterminada ■ Inconformidade

Fonte: elaborado pela autora

Ressalta-se, no contexto geral, que as diretrizes de cinco repositórios institucionais, correspondendo a 63% da amostra, estão em conformidade apenas com duas das cinco características verificadas, no que tange ao acesso aos recursos de conteúdo. O eScholarship Repository e o DASH evidenciam suas diretrizes em conformidade com as características essencial 2.1 e desejada 2.9. Na sequência, as diretrizes dos repositórios UPCommons, SEDICI e idUS têm conformidade com as características essencial 2.1 e desejada 2.7.

As diretrizes dos três repositórios restantes demonstram conformidade com três características. Com isso, os repositórios ORA e JScholarship revelam que as suas diretrizes estão em conformidade com as características essencial 2.1, e desejadas 2.7 e 2.9. O UCL Discovery, por sua vez, não apenas evidencia conformidade com as características essencial 2.1 e desejada 2.9, mas também se destaca como o único repositório cujas diretrizes atendem à característica essencial 2.2.

Na seção subsequente, apresenta-se a análise das diretrizes dos repositórios institucionais em relação às características designadas no *Framework* da COAR referentes ao uso e reutilização dos recursos de conteúdo.

### 4.2.3 Reutilização dos recursos de conteúdo

Investigou-se na documentação dos repositórios institucionais, amostra desta pesquisa, a presença de quatro características do objetivo c) reutilização, especificado no *Framework* para boas práticas em repositórios da COAR: a característica essencial 3.1 e as características desejadas 3.4, 3.5 e 3.6, que apontam aspectos acerca da disponibilização de informação sobre a licença de uso atribuída aos recursos de conteúdo, os formatos de armazenamento aceitos no repositório, a conversão de formatos de armazenamento, e o fornecimento de termos de uso para recursos sem licença de uso padrão.

Especificamente a prática essencial 3.1, de acordo com a COAR (2022), recomenda que os repositórios incluam informações sobre o licenciamento dos recursos de conteúdo no registro de metadados. Informando aos usuários, desse modo, as condições de uso para cada recurso. Referente a esta característica, a continuação do texto destaca os comportamentos dos repositórios institucionais, conforme definidos em suas diretrizes.

**eScholarship Repository:** segundo os Termos de uso do repositório (documento 1.4), as licenças CC, quando atribuídas aos recursos de conteúdo pelos depositantes no decorrer do procedimento de submissão, são apresentadas no registro por meio da faceta licença de reutilização.

**SEDICI:** o repositório compromete-se a exibir, junto com a obra, a licença de uso selecionada pelo titular de direitos e a descrição da licença em formato de texto no *site* público (documento 3.2).

**UCL Discovery:** de acordo com os termos de uso do repositório (documento 6.5), alguns registros sinalizam que o item possui uma licença CC, ou outra licença, permitindo uma reutilização mais ampla, e os detalhes específicos podem ser consultados nos termos da licença.

**ORA:** de acordo com os Termos e condições de uso do ORA (documento 7.3), no registro de cada item são indicados avisos de permissões de uso que devem ser obedecidos pelos usuários.

**UPCommons, idUS, DASH e JScholarship:** não identificou-se nos documentos levantados para o estudo, informações que evidenciassem, de maneira clara e específica, se os repositórios institucionais fornecem informação acerca da licença de uso atribuída aos recursos de conteúdo no registro de metadados do item no próprio repositório. Assim, as diretrizes foram consideradas em conformidade indeterminada.

Complementarmente, nos documentos da pesquisa foram identificadas as diretrizes que estabelecem as formas de uso dos recursos de conteúdo disponibilizados nos repositórios institucionais, as quais são descritas a seguir.

**eScholarship Repository:** a maior parte do conteúdo no repositório está protegida por direitos autorais. Contudo, muitos autores da UC podem optar por uma das licenças CC, permitindo a reutilização comercial, ou não, das suas obras. Sendo que a UC incentiva a adoção da licença CC BY (documento 1.4, 1.9, 1.16 e 1.17).

Recomenda aos usuários procurar um selo CC próximo ao título e às informações do autor. Alguns usos, como o uso justo e usos acadêmicos comuns, como por exemplo, citações breves, são permitidos sem permissão. Além disso, é permitido usar o conteúdo do eScholarship para mineração de texto através da API pública, desde que seja respeitado o Código de conduta da UC e não haja redistribuição que viole direitos autorais (documento 1.4). A DCL, por meio do eScholarship, mantém uma extensa variedade de obras, sendo que nem todas são apropriadas para estarem sob uma licença CC (documento 1.5). Caso não haja uma licença CC especificada à obra, ou o uso de alguma obra exceda o uso justo permitido por lei, é necessário ao usuário entrar em contato com o detentor dos direitos autorais para obter permissão de reutilização. No entanto, as informações de contato do autor ou editor geralmente não estão disponíveis publicamente no eScholarship, sendo necessário que o usuário busque em outras fontes (documento 1.4).

Além disso, relacionado ao eScholarship Repository, observou-se que as Diretrizes de segurança e práticas de suporte de linha de base para tecnologia da informação da CDL, baseadas em leis federais e estaduais, proíbem roubo, abuso, interferência, adulteração ou interrupção dos recursos eletrônicos, bem como o acesso e exploração indevidos, divulgação de informações sem autorização, ou *download* de informações confidenciais para usos inadequados. Sanções disciplinares e legais podem ser aplicadas em caso de violação das diretrizes (documento 1.15).

**UPCommons:** conforme a Política de acesso aberto da UPC, a universidade compromete-se a utilizar Licenças CC nas publicações depositadas no UPCommons (documento 2.14). Opcionalmente, os autores e/ou titulares dos direitos podem conceder uma licença CC a qualquer obra depositada no UPCommons (documento 2.11). Quando aplicável, isso também é válido para os trabalhos de conclusão de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, nos quais os alunos têm a opção de escolher uma das seis licenças CC (documentos 2.9 e 2.10). Os usuários podem fazer usos específicos da obra, conforme as condições detalhadas na licença CC, sem a necessidade de pedir autorização prévia aos

titulares de direitos. No entanto, o usuário deve obter a autorização para realizar qualquer uso não contemplado pela licença atribuída, ou que exceda os casos previstos em lei pertinente (documentos 2.9 e 2.11).

Com relação às provas das disciplinas ministradas na UPC, e disponibilizadas no UPCommons somente à comunidade acadêmica, todos os direitos são reservados ao titular. As provas ficam protegidas pelos direitos de propriedade intelectual e industrial, sendo proibido reproduzir, distribuir, comunicar publicamente ou transformar, sem autorização do titular dos direitos (documento 2.4).

**SEDICI:** de acordo com a Política de acesso aos dados do SEDICI (documento 3.1), e a licença de distribuição não exclusiva do repositório (documento 3.2), deve-se respeitar o uso justo e as condições de uso previstas nas licenças de utilização aplicadas às obras depositadas. Cabe ao depositante, autores ou titulares de propriedade intelectual, indicar uma licença de utilização para cada obra que especifique os seus usos permitidos ao público, podendo optar por qualquer licença CC suportada pelo repositório (documentos 3.1, 3.2, 3.4, 3.5 e 3.8). A universidade não se responsabiliza por usos não autorizados da obra, ou em desacordo com a legislação vigente (documento 3.2).

**idUS:** segundo a Política de dados para texto completo e outros itens de dados completos do idUS, as obras podem ser reproduzidas, exibidas e executadas em qualquer formato ou meio, para fins educacionais, de pesquisa ou estudo pessoal. Alterar ou vender o conteúdo, ou lucrar a partir dele, não é permitido sem a autorização formal do detentor dos direitos autorais.

Temporariamente, para indexação de texto completo pode-se coletar o conteúdo por meio de robôs. Já a coleta sistemática deve ser autorizada explicitamente pelo idUS (documentos 4.1 e 4.4). Todo o conteúdo do idUS está sob uma licença CC BY-NC-ND, salvo indicação em contrário. No entanto, o depositante no ato do depósito pode escolher outra licença CC recomendada pela equipe do repositório (documento 4.1).

**DASH:** nos termos de uso do DASH (documento 5.9) aponta-se que os recursos licenciados pelos autores antes do depósito, seja com uma licença CC ou outra e que não são artigos sob uma Política de Acesso Aberto de Harvard, serão rotulados como "Materiais Licenciados de Passagem". Para os usuários que pretendem fazer uso dos recursos, o documento recomenda consultar qualquer licença ou termo anexado ao recurso que possa conceder direitos de uso.

Na Declaração de política de direitos autorais da Biblioteca Harvard (documento 5.12), observa-se que a biblioteca busca fornecer informações sobre os direitos autorais nos

registros de catálogo. Porém, existe a ressalva de que esta prática é realizada sempre que possível, demonstrando incerteza sobre sua execução.

**UCL Discovery:** os termos de uso do UCL Discovery (documento 6.5) indicam que os itens estão sujeitos a direitos autorais, reservando todos os direitos, exceto se especificado de outra forma. Respeitando os limites do comércio justo, conforme a legislação de Direitos Autorais do Governo do Reino Unido, é permitida a criação de uma cópia única, exclusivamente para os propósitos de pesquisa não comercial ou estudo privado.

Nos casos em que o editor é identificado, nos registros do repositório, como o detentor dos direitos autorais, os usuários podem consultá-lo sobre os termos de uso do recurso. As teses disponibilizadas no UCL Discovery recebem, por padrão, uma licença CC BY-NC, mas é permitido aplicar outras licenças mediante solicitação do aluno em conjunto com seu supervisor (documentos 6.2 e 6.3). Relacionado a isso, constatou-se na Política de Propriedade Intelectual da UCL (documento 6.13), que são estabelecidas diretrizes quanto à publicação de materiais acadêmicos decorrentes de pesquisa, estudo ou outras obras resultantes do esforço acadêmico dos funcionários. Essa política define os direitos da UCL em relação ao uso e reprodução desses materiais, inclusive concedendo permissão para que outros usuários ao redor do mundo usem e reproduzam tais materiais, total ou parcialmente, com finalidade acadêmica e de pesquisa.

**ORA:** de acordo com a Política de conteúdo do ORA (documento 7.2), os recursos disponibilizados estão sujeitos às condições de uso estabelecidas pelos Termos e condições de uso do repositório (documento 7.3). Os Termos estabelecem que os direitos autorais, e outros direitos associados aos itens mantidos no ORA, pertencem aos autores individuais, à universidade ou a terceiros, variando de item para item.

Os usuários devem obedecer ao aviso de permissões de uso indicado no registro de cada item e, salvo indicação em contrário, podem baixar ou imprimir uma cópia para uso pessoal ou pesquisa não comercial. Alguns itens estão sob licenças CC ou outras licenças que permitem uso comercial ou não comercial. Não é permitido o uso para atividades com fins lucrativos, exceto quando permitido por tais licenças. Além disso, informa-se que essas condições são baseadas na legislação inglesa, sendo que os tribunais da Inglaterra têm jurisdição exclusiva sobre elas.

Conforme o Contrato e licença de depósito (documento 7.7), o depositante é responsável por escolher a licença aplicada à obra a ser disponibilizada. Segundo os documentos 7.8 e 7.12, com relação ao termo de isenção de responsabilidade, o ORA e as Bibliotecas Bodleian não se responsabilizam pelo uso indevido das obras por terceiros. Além

disso, se alinham com a Política de propriedade, responsabilidade e uso de Oxford (documento 7.14). Essa Política informa, entre diversas diretrizes, que a universidade não se responsabiliza por perda ou dano decorrente do uso de qualquer *site* vinculado a ela, não garante que as informações contidas nos *sites* sejam completas, precisas ou atualizadas, e avisa que é proibido aos usuários cometer atos ilegais, como infringir direitos de propriedade intelectual.

Quanto às teses, atribuem-se os termos de uso do ORA, não sendo obrigatório atribuir-lhes uma licença CC. Contudo, opcionalmente ao aplicar uma licença, o autor deverá certificar-se de ter as permissões necessárias de qualquer conteúdo incluído na sua tese que seja regido por direitos autorais de terceiros (documento 7.9).

Adicionalmente, verificou-se na Política de publicações de Acesso Aberto de Oxford (documento 7.10) a recomendação para que os pesquisadores publiquem utilizando a licença CC BY, ou outra licença aberta de maior amplitude possível.

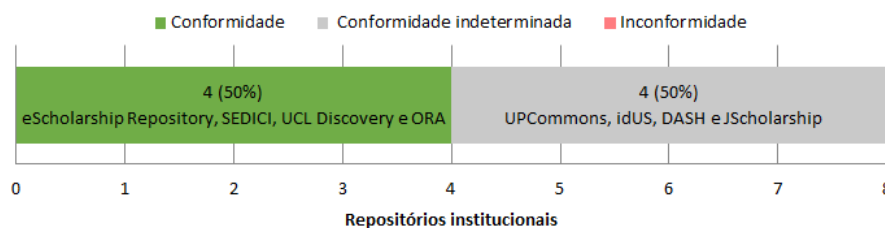
**JScholarship:** os registros e acervos *on-line* das Bibliotecas da JHU são atualizados com os direitos autorais quando os detentores de direitos manifestam inadequações. Usuários cientes sobre tais direitos também são incentivados a relatar quando identificam alguma inadequação desse tipo (documento 8.2). Diante disso, a Política de direitos e reproduções das Bibliotecas da JHU (documento 8.1) enfatiza que os recursos digitais disponibilizados nos repositórios visam ao uso pessoal, educacional, de pesquisa e não comercial, e que é de responsabilidade dos usuários averiguar os direitos relativos ao uso e permissões concedidas.

Para uso comercial ou editorial de obras que não estão em domínio público, é recomendado ao usuário solicitar permissão ao detentor dos direitos autorais. Além disso, informa que as obras das coleções são dispostas sem garantias de quaisquer tipos de direitos, inclusive sobre direitos autorais. Ao publicar um material nas suas coleções deve-se dar crédito às Bibliotecas da JHU, independente da propriedade dos direitos autorais, e incluir um *link* no caso de uso na *web* ou redes sociais. Também não é permitido associar os projetos que utilizam recursos digitais obtidos das Bibliotecas, à iniciativa privada ou à Universidade.

Além disso, verificou-se no documento 8.7 que as questões de uso e direitos autorais aplicadas às teses e dissertações da JHU são definidas pelos alunos no envio para o repositório.

Conforme as informações apresentadas, o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais perante a característica essencial 3.1, é apresentado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 3.1  
Informação sobre a licença de uso atribuída aos recursos de conteúdo



Fonte: elaborado pela autora

Verifica-se que quatro repositórios institucionais (eScholarship Repository, SEDICI, UCL Discovery e ORA), ou seja, 50% deles, exibem suas diretrizes em conformidade com a característica mencionada. Os demais quatro repositórios, UPCommons, idUS, DASH e JScholarship, também representando 50% da amostra, apresentam conformidade indeterminada em relação à característica essencial 3.1 do *Framework* da COAR (Gráfico 11).

Com relação à característica desejada 3.4, a COAR (2022) orienta que os recursos de conteúdo sejam armazenados nos repositórios em formatos digitais não proprietários e legíveis por máquina. As práticas dos repositórios institucionais registradas nas diretrizes referentes a esta característica são apresentadas a seguir.

**eScholarship Repository:** o conteúdo apropriado ao depósito deve estar em conformidade com os tipos de formatos existentes suportados pela plataforma (documento 1.17). No documento 1.16, verificou-se que o sistema que viabiliza o depósito de artigos no eScholarship especifica dois formatos de arquivo: PDF ou Word. Adicionalmente, as Diretrizes do CDL para objetos digitais (documento 1.13) apresentam especificações para os objetos digitais submetidos ao CDL com o objetivo de preservação e acesso por meio do repositório de preservação digital Merritt do CDL, utilizado pelo eScholarship Repository.

Entre os requisitos, recomenda-se optar por formatos de arquivos propícios à preservação e acessibilidade futura do conteúdo, incluindo formatos não proprietários, de padrão aberto e documentado, amplamente utilizados pela comunidade de pesquisa, com codificação de caracteres padrão (como ASCII e UTF-8), não criptografados e descompactados. Além disso, indica exemplos de formatos preferidos para imagem, texto, áudio e contêineres (arquivos compactados).

Também verificou-se no documento 1.14, que os materiais suplementares adicionados junto às teses e dissertações podem ser arquivos digitais de qualquer tipo. Relacionado a isso, constatou-se que o contrato de depósito do eScholarship Repository

(documento 1.17) estipula que as obras sejam disponibilizadas de maneira contínua, em qualquer formato .

**UPCommons:** verificou-se, nas Normas para documentos institucionais e software livre na UPC (documento 2.8), que a universidade prevê a adoção dos formatos PDF/A e ODF (*Open Document Format*) como padrões para visualizar, compartilhar e editar documentos resultantes das atividades universitárias, incluindo a produção científica. Além disso, busca definir uma política e um plano de ação com a finalidade de promover a utilização de formatos abertos e software livre na UPC, visando ampliar essa utilização para todos os âmbitos da universidade.

Na Licença de distribuição do UPCommons, os depositantes precisam concordar em distribuir a obra em formato eletrônico (documento 2.11). No caso dos artigos de revistas e textos publicados em conferências, sujeitos à política de acesso aberto da UPC, orienta-se o depósito no formato PDF (documento 2.14). O formato PDF também é indicado para o depósito de teses (documento 2.7).

**SEDICI:** a política de conteúdo do SEDICI aceita os formatos de arquivo mais comumente utilizados, como PDF, Word e PowerPoint. Mas recomenda a adoção de formatos abertos, em vez de formatos proprietários devido a questões de acesso e preservação digital (documento 3.1).

Quanto às imagens, aceita-se no SEDICI o formato JPG e similares, enquanto que para vídeos e animações são aceitos os formatos AVI e similares. Com relação ao tamanho dos arquivos é recomendado o limite de cinco MB. Caso exceda esse limite, a decisão de fazer o upload do arquivo completo e dividi-lo em partes, ou oferecer versões em alta e baixa resolução, é determinada pelos administradores do repositório (documento 3.5).

**idUS:** segundo a Política de conteúdo do idUS (documento 4.4), aceita-se obras em formatos usados comumente. Em linhas gerais, os formatos abertos e facilmente legíveis na *web* são preferidos em relação aos formatos proprietários. De acordo com a Política de preservação e formatos (documento 4.4), recomenda-se depositar conteúdo nos formatos incluídos na lista referente aos níveis de suporte de formatos elaborada pela equipe do idUS. Esta recomendação teve como base normas técnicas que prevêem: a interoperabilidade e o acesso aos arquivos digitais, a capacidade do software do repositório, e os formatos mais utilizados pela comunidade.

O documento relativo aos níveis de suporte de formato apresenta os formatos suportados e conhecidos pelo idUS, bem como os formatos preferidos e os não recomendados para o depósito de aplicações, áudio, imagem, texto e vídeo (documento 4.6). Além disso, não



é autorizado o depósito de arquivos no idUS protegidos por senha, que estejam totalmente ou parcialmente criptografados, ou contenham vírus.

Quanto ao tamanho dos arquivos, 512 MB é o limite máximo estipulado para cada arquivo individual. E o arquivo não deve ser nomeado com diacríticos, sinais de pontuação ou caracteres como ñ ou & (documento 4.4).

**DASH:** conforme as recomendações de formato localizadas na *Wiki* sobre preservação digital (documento 5.11), o DASH por meio do DRS, aceita materiais digitais em qualquer formato. Entretanto, alertam que certos formatos podem limitar ou impedir resultados para preservação, e listam os formatos que consideram mais favoráveis para a preservação a longo prazo. A lista apresenta formatos abertos e fechados preferidos para imagens estáticas, vídeo, áudio e processamento de texto. Tal especificação é embasada em práticas anteriores, conhecimento adquirido e melhores práticas reconhecidas dessa área.

**UCL Discovery:** as teses devem ser depositadas por meio do sistema de RPS (Serviço de publicações de pesquisa, do inglês: *Research Publications Service*) no formato PDF, juntamente com qualquer arquivo suplementar associado à tese. Para arquivos muito grandes, que possam gerar dificuldades de serem enviados pelo RPS, recomenda-se que sejam divididos em arquivos menores. Se for necessário depositar arquivos em outros formatos, como vídeo, áudio e programas de computador, deve-se entrar em contato com a equipe do UCL Discovery (documento 6.2). Relativo a isso, observou-se na Política de PI da UCL (documento 6.13) que o uso e a reprodução dos materiais aplicam-se a todos os formatos conhecidos ou criados no futuro. E a Política de publicações da UCL (documento 6.1), abrange todas as publicações de pesquisa em qualquer formato.

**ORA:** a Política de conteúdo do ORA (documento 7.2) estabelece que todos os tipos e formatos de arquivo são aceitos. Ao depositar formatos de arquivo obsoletos ou desconhecidos, o depositante deve fornecer informações detalhadas sobre como acessar e utilizar os materiais. O ORA se compromete a armazenar os materiais, mas não garante o acesso quando esses formatos não são mais suportados.

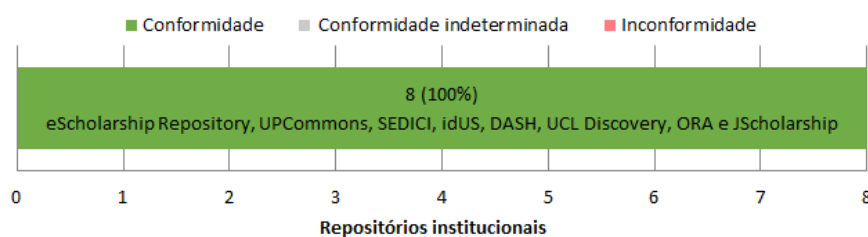
Orienta-se que sejam fornecidos dois formatos de arquivo do mesmo trabalho, incluindo as teses. Os arquivos de origem no formato original devem ser depositados sem configurações de segurança, separadamente ou compactados, para realizar a preservação e a indexação do texto completo, sendo mantidos ocultos e sem acesso. Além disso, deve-se depositar preferivelmente uma cópia em PDF para distribuição ao público, que pode ter configurações de segurança ativadas, mantendo a estrutura e a paginação pretendida (documentos 7.9 e 7.13).

Não é especificado um limite para o tamanho dos arquivos que podem ser carregados no ORA por meio do formulário de depósito. Opções alternativas de depósito, como o envio de um CD, podem ser discutidas se houver dificuldades no envio dos arquivos (documento 7.13). Além disso, verificou-se na Política de preservação digital das Bibliotecas Bodleian (documento 7.11), que as bibliotecas influenciam a produção de conteúdos digitais sempre que estes possam ser adquiridos e desenvolvidos em formatos sustentáveis.

**JScholarship:** de acordo com o documento 8.7, as teses e dissertações devem ser submetidas ao sistema no formato de arquivo PDF/A, sendo que individualmente não podem exceder 512 MB, e o tamanho total abrangendo todos os arquivos não deve ultrapassar 4GB. Se essa quantidade for excedida, deve-se contatar o escritório de teses e dissertações vinculado a uma das bibliotecas da JHU.

Com base no que foi relatado, expõe-se por meio do Gráfico 12, o status de conformidade das diretrizes dos oito repositórios institucionais perante a característica desejada 3.4.

Gráfico 12 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 3.4  
Formatos de armazenamento aceitos no repositório



Fonte: elaborado pela autora

Pode-se observar, consoante com o Gráfico 12, que as diretrizes dos oito repositórios institucionais, equivalente a 100% da amostra, apresentam conformidade com a característica desejada 3.4.

Sobre a característica desejada 3.5, a COAR (2022) recomenda que, quando os recursos de conteúdo são recebidos em formatos proprietários, ou não legíveis por máquina, o repositório atue na tentativa de criar versões em formatos abertos compatíveis com os padrões, e legíveis por máquina. Os parágrafos subsequentes revelam as condutas dos repositórios institucionais, conforme descritas em suas diretrizes, em relação a esta característica.

**SEDICI:** o repositório aceita diferentes formatos para obras textuais. Contudo, realiza-se a conversão para o formato PDF, que é o formato preferido por questões de

preservação e segurança (documento 3.5). Além disso, a Política de preservação digital e a Licença de distribuição não exclusiva do SEDICI preveem a conversão de formatos de arquivo conforme a necessidade de adequação às especificações técnicas requeridas (documentos 3.1 e 3.2).

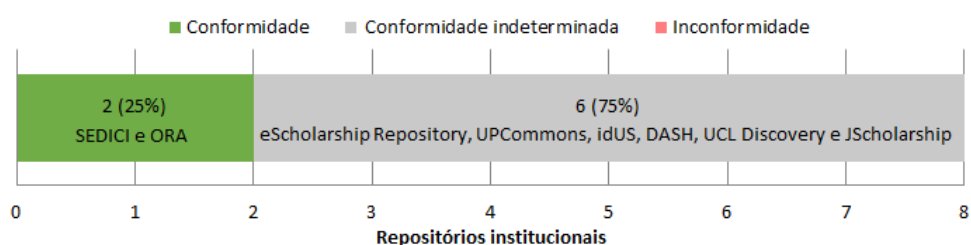
**ORA:** a Política de preservação digital das Bibliotecas Bodleian (documento 7.11) estabelece que as bibliotecas tenham a capacidade de realizar ações de preservação, como a conversão de um formato de arquivo para outro, a fim de assegurar que o conteúdo digital seja exibido nos atuais ambientes computacionais. Os padrões e ferramentas de preservação digital abertos e preferidos pela comunidade de especialistas são adotados pelas bibliotecas sempre que viável, em vez de opções fechadas ou proprietárias.

**eScholarship Repository, UPCommons, idUS, DASH, UCL Discovery, JScholarship:** nos documentos do estudo não foi identificada a indicação de procedimento para criar versões de formatos abertos a partir de formatos proprietários. Com isso, as diretrizes foram categorizadas estando em conformidade indeterminada.

No entanto, sem a implicação do formato aberto, observou-se que a migração para novos formatos é contemplada como uma das ações para conservar e preservar as obras depositadas no UPCommons (documento 2.11). Relativo ao DASH, verificou-se na *Wiki* sobre preservação digital (documento 5.11), que os Serviços de Preservação Digital monitoram os riscos associados aos formatos de arquivo, e buscam reparar adequadamente os formatos por meio de migração e normalização.

De acordo com o exposto, a observância da característica desejada 3.5 nas diretrizes dos repositórios pode ser visualizada no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 3.5  
Conversão de formatos de armazenamento



Fonte: elaborado pela autora

Constata-se que as diretrizes do SEDICI e ORA, os quais representam 25% da amostra, demonstram conformidade com a referida característica. Diferentemente, as

diretrizes dos demais repositórios (eScholarship Repository, UPCommons, idUS, DASH, UCL Discovery e JScholarship), correspondente a 75% da amostra, manifestam conformidade indeterminada com a característica desejada 3.5 do *Framework* da COAR (Gráfico 13).

Relacionado à prática desejada 3.6, a COAR (2022) orienta que os repositórios forneçam termos de uso para os recursos de conteúdo que não possuem uma licença de uso padrão, incluindo quaisquer termos de uso acordados no momento do depósito. As posturas dos repositórios institucionais, indicadas nas diretrizes referentes a esta característica, são apresentadas em sequência.

**eScholarship Repository:** ao depositar um arquivo, é solicitado que o depositante indique as condições para a reutilização do material, aplicando uma licença de reutilização. O sistema que viabiliza o depósito no repositório oferece suporte às licenças CC, e também oferece a opção "sem licença" para quem escolhe não aplicar uma licença CC, ou caso o contrato com o editor não permita o uso de uma licença CC. A escolha pela opção "sem licença" tem implicações no uso da obra por terceiros. Tal uso será determinado pela legislação de direitos autorais, que inclui regras sobre exibição em ambientes educacionais e uso justo. Para utilizar uma obra além do que a licença CC, ou a legislação de direitos autorais permite, o usuário deverá obter permissão do detentor dos direitos autorais (documentos 1.16 e 1.17).

**UPCommons:** conforme o documento 2.10, as obras disponibilizadas no repositório que não possuem licença CC, somente podem ser utilizadas de acordo com as disposições da lei de propriedade intelectual que estabelece uma reserva de direitos, como por exemplo, o direito de citação e cópia privada. A reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da obra ficam proibidas. Para usos não contemplados pela lei, o usuário deve solicitar permissão do titular de direitos.

**SEDICI:** segundo a “Política de acesso aberto” da UNLP (documento 3.8), caso não seja indicada uma licença de uso atrelada a uma obra no momento do depósito, ou a obra seja recebida por outro meio sem informação da preferência do autor, utiliza-se a licença CC BY-SA por padrão para toda produção científica armazenada no SEDICI. Por diferentes motivos, é possível alterar a licença de uso padrão realizada pela equipe do próprio repositório, ou a pedido do autor. Independente de qual for a licença de uso atribuída, os autores detêm o direito de manter a integridade de sua obra e de receber o devido reconhecimento e citação.

**UCL Discovery:** pode ser atribuída às teses a licença padrão CC BY-NC, ou outras licenças CC, ou ainda outro tipo de licença diferente mediante solicitação do autor (documentos 6.2 e 6.3). Além disso, verificou-se na Política de PI da UCL (documento 6.13),

que as publicações e outras obras criadas pelos docentes e demais funcionários da universidade, podem ser utilizadas e reproduzidas por terceiros para fins de pesquisa e atividades acadêmicas, salvo exceções, como nos casos de PI patenteável e material que contenha informação confidencial. Atrelado a isso, na Política de publicações da UCL (documento 6.1) e nos Termos de uso do repositório (documento 6.5), observa-se que o acesso aberto às publicações da UCL, e a forma de utilizá-las, estão condicionados às permissões de direitos autorais acordadas com os editores.

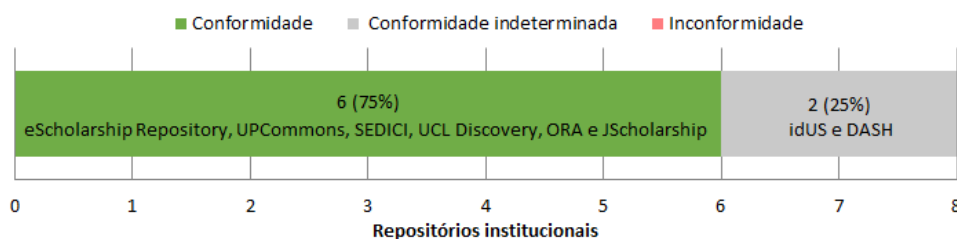
**ORA:** de acordo com o Contrato e licença de depósito do ORA (documento 7.7) e os documentos 7.9 e 7.13, o depositante no formulário de depósito pode escolher disponibilizar o recurso de conteúdo, inclusive as teses, sob a licença de usuário padrão fornecida pelo repositório. Esta consiste em uma licença aberta, como as licenças CC, ou ainda, o depositante pode especificar uma licença personalizada.

**JScholarship:** conforme o documento 8.2, nos casos em que não existem restrições conhecidas de uso ou quando não forem encontradas objeções à divulgação de um recurso de conteúdo, como risco de violação de direitos autorais ou privacidade, as obras serão disponibilizadas nas coleções digitais das Bibliotecas da JHU para uso conforme a Política de direitos e reproduções (documento 8.1), a qual prevê o uso não comercial para finalidades pessoais, educacionais e de pesquisa.

**idUS e DASH:** a informação relativa ao fornecimento de termos de uso para recursos sem licença de uso padrão nesses repositórios não foi localizada na documentação pesquisada, portanto, as diretrizes foram classificadas com conformidade indeterminada.

Com base no panorama apresentado, o Gráfico 14 evidencia o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais em relação à característica desejada 3.6.

Gráfico 14 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 3.6  
Fornecimento de termos de uso para recursos sem licença de uso padrão



Fonte: elaborado pela autora

A partir do gráfico 14 é possível afirmar que as diretrizes de seis repositórios institucionais (eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, UCL Discovery, ORA e JScholarship), correspondentes à 75% da amostra, estão em conformidade com a característica mencionada. Em contrapartida, os repositórios idUS e DASH, que são 25% da amostra, revelam conformidade indeterminada com a característica desejada 3.6.

O Quadro 12 ilustra o estado de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais, frente às quatro características estabelecidas pelo *Framework* da COAR que são relacionadas à reutilização dos recursos de conteúdo.

Quadro 12 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do *Framework* da COAR relativas à reutilização dos recursos de conteúdo

Diretrizes dos Repositórios institucionais	Características			
	Essencial 3.1	Desejada 3.4	Desejada 3.5	Desejada 3.6
	Informação sobre a licença de uso atribuída aos recursos de conteúdo	Formatos de armazenamento aceitos no repositório	Conversão de formatos de armazenamento	Fornecimento de termos de uso para recursos sem licença de uso padrão
eScholarship Repository	■	■	■	■
UPCommons	■	■	■	■
SEDICI	■	■	■	■
idUS	■	■	■	■
DASH	■	■	■	■
UCL Discovery	■	■	■	■
ORA	■	■	■	■
JScholarship	■	■	■	■

Legenda: ■ Conformidade ■ Conformidade indeterminada ■ Inconformidade

Fonte: elaborado pela autora

Em termos gerais, destaca-se que as diretrizes de dois repositórios institucionais (SEDICI e ORA), que equivalem a 25% da amostra, apresentam alto nível de conformidade, tendo alinhamento com as quatro características analisadas relativas à reutilização dos recursos de conteúdo. Em contraponto, as diretrizes do idUS e DASH demonstram baixa conformidade, revelando conformidade com apenas uma, a característica desejada 3.4, sendo que esta característica é atendida por todos os repositórios.

As diretrizes do eScholarship Repository e UCL Discovery têm conformidade com três características (essencial 3.1 e desejadas 3.4 e 3.6). Na sequência, o UPCommons e

JScholarship revelam conformidade com duas características desejadas, as características 3.4 e 3.6 (Quadro 12).

A seção seguinte discorre sobre a análise das diretrizes dos repositórios institucionais frente às características elencadas do *Framework* da COAR, relacionadas à integridade e autenticidade dos recursos de conteúdo.

#### 4.2.4 Integridade e autenticidade dos recursos de conteúdo

Foram examinadas, na documentação dos repositórios institucionais em análise, três características referentes ao objetivo **d) integridade e autenticidade**, inscritas no *Framework* para boas práticas em repositórios da COAR. Estas incluem as características essenciais 4.1, 4.2 e 4.3, relacionadas ao controle da manipulação não autorizada dos recursos de conteúdo, ao controle de versão dos recursos depositados e à verificação de integridade dos recursos de conteúdo.

Mais detalhadamente sobre a característica essencial 4.1, a COAR (2022) recomenda que os repositórios apliquem práticas de segurança para impedir a manipulação não autorizada de recursos de conteúdo. A exposição seguinte discorre sobre as abordagens dos repositórios institucionais, conforme definidas em suas diretrizes acerca desta característica.

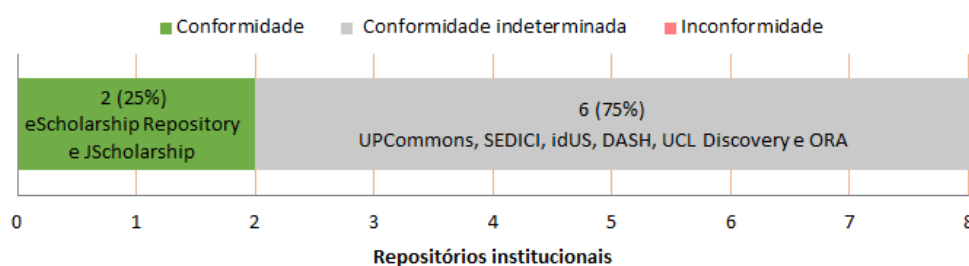
**eScholarship Repository:** as Principais diretrizes de segurança e práticas de suporte de linha de base para tecnologia da informação da CDL (documento 1.15), aplicadas ao repositório, visam garantir infraestrutura segura de tecnologia da informação, segurança dos recursos de informação eletrônica, e fornecimento dos serviços oferecidos pela CDL, abrangendo o armazenamento e o acesso aos dados. As diretrizes abrangem práticas básicas de suporte e relato de incidentes, e estão alinhadas com a Política de segurança da UC. As práticas incluem, entre outras, ações para combater e minimizar riscos de acessos não autorizados, invasões, uso indevido mal-intencionado, ou comprometimento da integridade física e lógica dos recursos.

**JScholarship:** no contexto do repositório, segundo a Política de conformidade de direitos autorais da JHU (documento 8.6), a universidade utiliza diversas medidas tecnológicas para promover o uso adequado dos recursos digitais e limitar atividades ilegais de compartilhamento. Entre estas, podem ser citadas: monitoramento do tráfego de dados, prevenção e bloqueio automatizado de intrusões, controle e restrição de acesso a determinadas partes da rede, e controle e limitação de dispositivos conectados à rede da universidade.

**UPCommons, SEDICI, idUS, DASH, UCL Discovery e ORA:** nos documentos desses repositórios não foram encontradas informações que descrevessem a execução de procedimentos no sentido de impedir a manipulação não autorizada dos recursos. Relativo a isso, observou-se na Declaração de acesso aberto da US, que o idUS se compromete a garantir a integridade das obras depositadas (documento 4.3), porém não especifica como. Verificou-se também que, de acordo com a Wiki sobre preservação digital (documento 5.11), o DASH por intermédio do DRS registra nos metadados de preservação PREMIS as ações realizadas no conteúdo e os agentes que executam as ações. Sinalizando assim, que existe um controle diante de qualquer manipulação ocasionada nos recursos de conteúdo, mas não de sua prevenção.

De acordo com a descrição exposta, o Gráfico 15 apresenta o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais em relação à característica essencial 4.1.

Gráfico 15 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 4.1  
Controle da manipulação não autorizada dos recursos



Fonte: elaborado pela autora

Conforme evidenciado no Gráfico 15, verifica-se que as diretrizes do eScholarship Repository e JScholarship, equivalentes a 25% da amostra, demonstram conformidade com a característica em questão. Por outro lado, 75% da amostra, incluindo os repositórios UPCommons, SEDICI, idUS, DASH, UCL Discovery e ORA, revela que suas diretrizes estão em conformidade indeterminada com a referida característica.

Com relação à prática essencial 4.2, a COAR (2022) orienta aos repositórios que ofereçam controle de versão do arquivo dos recursos de conteúdo por administrador ou depositante. Os comportamentos dos repositórios institucionais registrados nas diretrizes em relação a esta característica são apresentados em continuação.

**eScholarship Repository:** os arquivos digitais dos artigos depositados no repositório, através do Sistema de gestão de publicações da UC, podem ser substituídos pelo próprio depositantes por meio do processo chamado de redepósito, que é indicado para



atualizar ou substituir uma versão antiga ou um PDF incorreto. Ao realizar o redepósito, todos os arquivos depositados anteriormente vinculados ao registro do artigo são removidos por completo do eScholarship (documento 1.16).

No caso de teses e dissertações, as atualizações ou alterações no conteúdo que resultem em uma nova versão, seja por substituição ou acréscimo de arquivos, são autorizadas exclusivamente pelos responsáveis da pós-graduação na UC. A equipe do eScholarship ajusta o trabalho conforme orientação emitida pelo campus. Para os demais tipos de recursos de conteúdo, as versões que precisem ser editadas devido a conteúdo inadequado, podem ser reinscridas no repositório mediante permissão dos detentores de direitos autorais e autorização dos administradores da coleção no eScholarship (documento 1.17).

**UPCommons:** para alterar a versão de um arquivo depositado, o usuário deve solicitar a substituição da versão de determinada obra ao Serviço de Biblioteca, Publicações e Arquivos (documento 2.15).

**SEDICI:** de acordo com a Política de depósito (documento 3.1), para substituir ou complementar uma obra previamente depositada, o autor pode realizar o *upload* de uma versão atualizada da sua própria obra.

**idUS:** segundo a “Política de dados para texto completo e outros itens de dados completos” do idUS (documento 4.1), o conteúdo das obras não pode ser alterado de forma alguma. Segundo a “Política de depósito” (documento 4.4), os depositantes não têm autorização para modificar os recursos de conteúdo depositados. Qualquer alteração deve ser solicitada aos gestores do repositório.

A “Política de edição”, retenção, substituição e exclusão de registros do idUS (documento 4.4) permite algumas alterações, como a exclusão de registros inteiros e arquivos, as quais são realizadas somente pela equipe do repositório. Permite-se o depósito de novas versões de obras arquivadas que tenham o conteúdo revisado significativamente pelo autor. Para isso, a versão atual do arquivo deve ser depositada em um novo registro, e a equipe do repositório deve buscar vincular as versões no idUS e acrescentar informações sobre elas. Ainda, a referida política prevê a retenção de todas as versões dos recursos de conteúdo depositados.

**DASH:** conforme o documento 5.10, realiza a substituição de versões dos recursos ou recebe depósitos de versões revisadas de recursos existentes quando erros ou alterações são comunicados pelos autores e depositantes. Atrelado a isso, considera-se o uso dos metadados PREMIS pelo DASH por intermédio do DRS como uma prática para controlar e registrar as movimentações relacionadas às versões dos recursos depositados (documento 5.11).

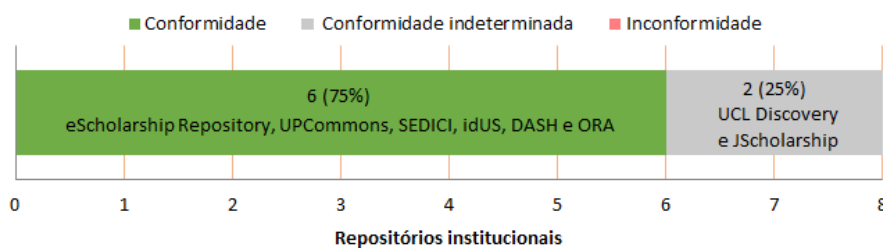
**ORA:** localizou-se na Política de conteúdo do ORA (documento 7.2) que os usuários têm a opção de requisitar atualizações nos registros do ORA caso identifiquem erros no conteúdo ou na leitura de um arquivo. A versão corrigida de substituição é disponibilizada no mesmo registro do original, sempre que viável.

No caso das teses, não é permitido alterá-las após submetê-las ao repositório. As edições na redação das teses são permitidas somente por meio de processo para dispensar a consulta pública ao texto na íntegra ou parcialmente (documento 7.9). Além disso, verificou-se no documento 7.4 que a todo registro de metadados associa-se uma data referente à sua última modificação.

**UCL Discovery e JScholarship:** no contexto desses repositórios, nos documentos deste estudo não foram identificadas informações referentes ao controle de versão dos recursos de conteúdo depositados nos repositórios.

Em vista do que foi apresentado, o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais perante a característica essencial 4.2 é exposto no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 4.2  
Controle de versão dos recursos depositados



Fonte: elaborado pela autora

Pode-se observar que as diretrizes de seis repositórios, a saber: eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, idUS, DASH e ORA, os quais compreendem 75% da amostra, encontram-se em conformidade com a característica citada. Por outro lado, as diretrizes do UCL Discovery e JScholarship, correspondentes a 25% da amostra, demonstram conformidade indeterminada com a característica essencial 4.2 (Gráfico 16).

Sobre a característica essencial 4.3, de acordo com a COAR (2022), indica-se que os repositórios devem realizar verificações de integridade dos recursos de conteúdo regularmente, com a finalidade de detectar danos acidentais ou alterações não autorizadas. Referente a esta característica, a seguir detalham-se as práticas dos repositórios institucionais, conforme descritas nas suas diretrizes.

**eScholarship Repository:** conforme as “Principais diretrizes de segurança e práticas de suporte de linha de base para tecnologia da informação” da CDL (documento 1.15), relacionadas ao repositório, implementa-se um *software* de detecção de invasões em todos os servidores para monitorar o sistema operacional e identificar alterações críticas de arquivos mantidos pela CDL. A identificação de invasões e a verificação de vulnerabilidades são realizadas de forma contínua. O monitoramento do sistema busca identificar alterações de configuração e invasões. Conforme necessário, os registros do sistema são mantidos para detecção de comportamentos incomuns e realização de análises e relatórios de incidentes.

**SEDICI:** de acordo com a política de preservação digital do SEDICI (documento 3.1), são realizadas verificações regulares de integridade dos arquivos para assegurar que a obra não foi alterada. Além disso, verifica-se periodicamente a privacidade referente ao acesso das obras sujeitas a embargo.

**idUS:** segundo a “Política de preservação e formatos” (documento 4.4), verifica-se regularmente o conteúdo do repositório institucional para fins de segurança, durabilidade e preservação da sua integridade.

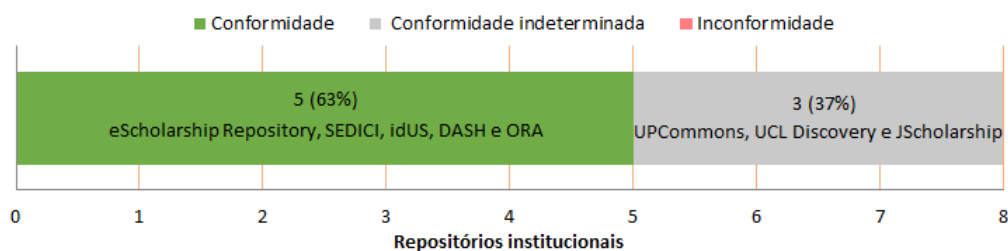
**DASH:** conforme a “Wiki sobre preservação digital” (documento 5.11), o DASH por meio do DRS verifica a integridade dos recursos em intervalos regulares. Entre os procedimentos realizados, identificou-se o monitoramento de arquivos em risco, a verificação automática contra vírus e a validação da conformidade de formato dos metadados com os padrões da Biblioteca de Harvard.

**ORA:** a “Política de preservação digital” das Bibliotecas Bodleian (documento 7.11) indica que o conteúdo digital do ORA será monitorado ativamente em busca de corrupções e qualquer alteração não autorizada. O que inclui verificações de fixidez, validação de arquivos, degradação de arquivos, entre outras práticas (documento 7.8).

**UPCommons, UCL Discovery e JScholarship:** nos documentos da pesquisa não foram localizadas a indicação de ações desses repositórios institucionais com o objetivo de verificar periodicamente a integridade dos recursos de conteúdo. Com isso, suas diretrizes foram avaliadas como possuindo conformidade indeterminada.

Tendo como referência o exposto, a observância da característica essencial 4.3 nas diretrizes dos repositórios pode ser visualizada no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 4.3  
Verificação de integridade dos recursos de conteúdo



Fonte: elaborado pela autora

No Gráfico 17 constata-se, que as diretrizes dos repositórios eScholarship Repository, SEDICI, idUS, DASH e ORA, que equivalem a 63% da amostra, apresentam conformidade com a referida característica. Entretanto, o UPCommons, UCL Discovery e JScholarship, representando 37% da amostra, revelam que suas diretrizes estão em conformidade indeterminada com a característica essencial 4.3 do *Framework* da COAR.

No Quadro 13 é apresentado o estado de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais em relação às três características do objetivo **d**, indicadas pelo *Framework* da COAR.

Quadro 13 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do *Framework* da COAR relativas à integridade e autenticidade dos recursos de conteúdo

Diretrizes dos Repositórios institucionais	Características		
	Essencial 4.1	Essencial 4.2	Essencial 4.3
	Controle da manipulação não autorizada dos recursos	Controle de versão dos recursos depositados	Verificação de integridade dos recursos de conteúdo
eScholarship Repository	Conformidade	Conformidade	Conformidade
UPCommons	Conformidade indeterminada	Conformidade	Conformidade indeterminada
SEDICI	Conformidade indeterminada	Conformidade	Conformidade
idUS	Conformidade indeterminada	Conformidade	Conformidade
DASH	Conformidade indeterminada	Conformidade	Conformidade
UCL Discovery	Conformidade indeterminada	Conformidade indeterminada	Conformidade indeterminada
ORA	Conformidade indeterminada	Conformidade	Conformidade
JScholarship	Conformidade	Conformidade indeterminada	Conformidade indeterminada

Legenda: ■ Conformidade ■ Conformidade indeterminada ■ Inconformidade

Fonte: elaborado pela autora

De maneira abrangente, ressalta-se que o eScholarship Repository se destaca como o único repositório cujas diretrizes atendem às três características selecionadas do *Framework* referentes à integridade e autenticidade dos recursos de conteúdo.

Os repositórios SEDICI, idUS, DASH e ORA, apresentam conformidade com duas características essenciais 4.2 e 4.3. Tanto UPCommons quanto JScholarship demonstram que suas diretrizes estão em alinhamento com apenas uma característica, sendo o primeiro em conformidade com a característica 4.2 e o segundo em conformidade com a 4.1. Observa-se que as diretrizes do UCL Discovery indicam um nível significativo de conformidade indeterminada, visto que não foi possível determinar seu alinhamento com nenhuma das três características analisadas (Quadro 13).

Na sequência, é apresentada a análise das diretrizes dos repositórios institucionais em face da característica selecionada do *Framework* da COAR que diz respeito à garantia de qualidade dos recursos de conteúdo.

#### 4.2.5 Garantia de qualidade dos recursos de conteúdo

Analisou-se nos documentos dos repositórios institucionais universitários investigados nesta pesquisa uma característica do objetivo e) **Garantia de qualidade**, vinculado ao *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR: a característica essencial 5.2.

Referente a esta característica, a COAR (2022) recomenda que os repositórios forneçam documentação, ou tenham uma política, detalhando quais processos de curadoria são aplicados aos recursos de conteúdo. As condutas dos repositórios institucionais indicadas nas suas diretrizes sobre esta característica são expostas subsequentemente.

**eScholarship Repository:** segundo os termos de uso do repositório (documento 1.4), as submissões das obras não são monitoradas, ou seja, os membros da UC podem depositá-las diretamente no repositório. Itens incluídos indevidamente são removidos pelo suporte do eScholarship e CDL.

A equipe do repositório também realiza a exclusão, alteração ou inclusão de embargo ou licença CC quando necessário e permitido, a partir de solicitações dos depositantes (documento 1.16). Nas Diretrizes CDL para objetos digitais (documento 1.13), verificou-se que são apresentadas recomendações sobre arquivos digitais que influenciam o seu envio ao eScholarship Repository, para sequencialmente enviá-los ao repositório de preservação Merritt da CDL.

**UPCommons:** após o depósito das obras pelos membros da universidade, os bibliotecários revisam as políticas dos editores para viabilizar a disponibilização no repositório. Se os editores não permitirem o acesso aberto, o recurso de conteúdo é armazenado de forma restrita, exibindo apenas seus metadados. Além disso, os bibliotecários revisam e complementam as informações bibliográficas das publicações, buscando precisão na descrição dos trabalhos depositados e garantindo a correção futura, se necessário (documentos 2.3, 2.11 e 2.15).

**SEDICI:** de acordo com a política de depósito do SEDICI, compete ao repositório realizar as tarefas de revisão, descrição padronizada, publicação ou veto da obra. O veto será aplicado apenas às obras que não estejam em conformidade com as condições estabelecidas na Política de conteúdo (documento 3.1). Após receber o depósito, a equipe do SEDICI verifica a obra e os dados, complementando o que for necessário. Quando adequados às condições determinadas, os recursos de conteúdo são disponibilizados o mais breve possível no repositório (documentos 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6).

**idUS:** segundo a “Política de depósito” do idUS, os depósitos realizados são revisados pela equipe do repositório. Verifica-se o preenchimento dos campos de metadados e a versão da obra para o correto cumprimento das políticas editoriais e permissões relativas à disponibilização em acesso aberto. Caso necessário, a equipe do repositório notifica e solicita ao depositante modificações no seu envio. O depositante responsabiliza-se exclusivamente pela autenticidade e validade do conteúdo (documentos 4.1 e 4.2).

**DASH:** na “Wiki sobre preservação digital” (documento 5.11) encontram-se o Guia do curador DRS, o Guia de política DRS e o Guia do modelo de conteúdo DRS que, por intermédio do DRS, aplicam-se ao DASH. Esses documentos contêm informações relativas à curadoria de coleções digitais no DRS a partir de princípios ou orientações sobre a criação ou aquisição, avaliação e seleção, restrição e remoção, descrição bibliográfica e administrativa dos objetos digitais de modo a favorecer a sua preservação. Também apresentam as intenções e responsabilidades da Biblioteca de Harvard, e definem os acordos de participação das demais partes interessadas no uso do repositório.

**UCL Discovery:** prevê possíveis alterações nos registros, que são realizadas pelas equipes dos Serviços de Biblioteca ou dos Serviços Acadêmicos da UCL. As prioridades para garantir a qualidade dos dados são regularmente estabelecidas pelo Conselho de Publicações da universidade (documento 6.1).

Após a submissão e antes da aceitação das publicações no UCL Discovery, a equipe dos Serviços de Biblioteca verifica a política de direitos autorais dos editores, revisa o arquivo

enviado para confirmar se a versão corresponde com a permitida, e aplica embargo ou restrição se for necessário. A equipe pode solicitar aos autores informações adicionais acerca das permissões do editor (documentos 6.1, 6.4, 6.9 e 6.10).

**ORA:** o tipo de material aceito para depósito, assim como informações sobre o gerenciamento do conteúdo, estão especificados na Política de Conteúdo do ORA (documentos 7.2 e 7.6). Cada submissão realizada no ORA é verificada por um membro da equipe do repositório para determinar a sua adequação antes de ser depositada e disponibilizada no ORA (documentos 7.2, 7.6, 7.9 e 7.13).

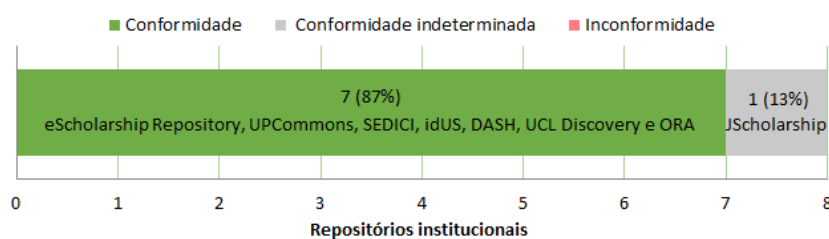
A verificação consiste em analisar diversos aspectos, tais como a ausência de vírus nos arquivos, a conformidade com os direitos autorais, a observância de acordos de publicação existentes, o cumprimento de condições contratuais de acesso e embargo, a complementação ou inclusão de metadados descritivos adequados, e a vinculação adequada de outras publicações e dados relacionados quando existirem. A qualidade ou validade da própria pesquisa não é avaliada.

No caso de teses, verifica-se o cumprimento dos requisitos específicos para o seu depósito no ORA (documentos 7.2 e 7.8).

**JScholarship:** a informação que aborda particularmente sobre processos de curadoria dos recursos de conteúdo, detalhados em documentação ou política, não foi localizada na documentação levantada para o estudo desse repositório institucional.

Considerando as informações apresentadas, verifica-se que os repositórios institucionais fornecem principalmente informações relacionadas com o recebimento e a validação dos recursos de conteúdo nos repositórios, evidenciando a atenção dada a essas etapas no âmbito de todo o processo de curadoria. Diante disso, mostra-se no gráfico 18 e no Quadro 14, o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais em relação à característica essencial 5.2.

Gráfico 18 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 5.2  
Processos de curadoria dos recursos detalhados em documentação ou política



Fonte: elaborado pela autora

Quadro 14 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com a característica do *Framework* da COAR relativa à garantia de qualidade dos recursos de conteúdo

<b>Característica</b>	
<b>Diretrizes dos Repositórios institucionais</b>	Essencial 5.2
	Processos de curadoria dos recursos detalhados em documentação ou política
eScholarship Repository	
UPCommons	
SEDICI	
idUS	
DASH	
UCL Discovery	
ORA	
JScholarship	

Legenda: ■ Conformidade ■ Conformidade indeterminada ■ Inconformidade

Fonte: elaborado pela autora

A partir do Gráfico 18 e Quadro 14, é possível observar um elevado nível de conformidade dos repositórios, em que as diretrizes de 87% destes, a saber, eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, idUS, DASH, UCL Discovery e ORA, demonstram aderência à característica em questão. Diferentemente, o JScholarship, correspondendo a apenas 13% da amostra, apresenta suas diretrizes em conformidade indeterminada com relação à característica essencial 5.2.

A próxima seção dedica-se a apresentar a análise das diretrizes dos repositórios institucionais em relação às características designadas do *Framework* da COAR referentes à preservação digital dos recursos de conteúdo.

#### 4.2.6 Preservação dos recursos de conteúdo

Nos documentos normativos dos repositórios institucionais deste estudo, foram verificadas seis características relacionadas ao **objetivo f**, que diz respeito à preservação, no *Framework* para boas práticas em repositórios da COAR. Trata-se das características essenciais 6.1, 6.2, 6.4, 6.5, 6.6 e 6.7, relacionadas à documentação de procedimentos para preservação digital, registro de soma de verificação do recurso, ações de preservação previstas no acordo de depósito, cópia, migração e manutenção dos recursos armazenados, bem como resposta e procedimentos em casos de desastres naturais ou ataques cibernéticos.



Especificamente com relação à prática essencial 6.1, a COAR (2022) propõe que os repositórios tenham um plano de preservação digital que determine o tempo de duração que os recursos serão gerenciados, identifique as funções realizadas, e documente os procedimentos para a preservação de diferentes formatos de recursos de conteúdo. Em prosseguimento, são detalhadas as abordagens adotadas pelos repositórios institucionais, conforme descritas em suas diretrizes, em relação a esta característica.

**SEDICI:** de acordo com a “Política de preservação digital do repositório”, registrada também na “Política de acesso aberto” da UNLP e segundo a “Portaria de criação” do SEDICI (documentos 3.1, 3.7 e 3.8), o repositório objetiva preservar em longo prazo a produção intelectual em formato digital e armazená-la por tempo indeterminado, assegurando seu acesso e legibilidade. Para essa finalidade, são realizadas atividades regulares nas quais algumas são apenas listadas nos documentos, tais como: análise de padrões abertos e monitoramento da validade dos formatos de arquivos, migração de formato dos arquivos quando identificados arquivos inacessíveis ou em formatos obsoletos, e atualizações do *software* que sustenta o repositório (documentos 3.1 e 3.8).

**idUS:** segundo a “Declaração de acesso aberto” da US (documento 4.3), o idUS compromete-se a preservar, proteger e manter o acesso à produção científica armazenada no repositório. A Política de preservação e formatos do idUS (documento 4.4), apresenta algumas ações realizadas para garantir a disponibilidade, leitura ou reprodução do conteúdo no idUS, entre elas: conversão de arquivos para novos formatos baseada em critérios de durabilidade e segurança, quando considerado necessário, e emulações de *software*, sempre que viável, para acessar formatos que não podem ser migrados.

**DASH:** o DASH por meio do DRS, de acordo com o documento 5.11 (“Wiki sobre preservação digital”), fornece, além do “Guia de política” do DRS contido na Wiki, um conjunto mais amplo de documentos complementares de uso interno e restrito ao público. Tal conjunto de documentos mencionado, fornece direcionamento e orientações referentes a todas as etapas inerentes à gestão e manutenção da preservação digital.

**ORA:** a Política de conteúdo do ORA alinha-se com o documento 7.2 (Política de preservação digital das Bibliotecas Bodleian). Este documento citado objetiva apresentar uma declaração sobre o comprometimento contínuo e a abordagem adotada pelas Bibliotecas para preservar suas coleções digitais. Um dos conteúdos cobertos pela política consiste nos resultados acadêmicos coletados pelo ORA.

A política define responsabilidades e funções relacionadas à organização das ações de preservação (documento 7.11). Além disso, implementa-se uma solução de preservação

digital usando uma estrutura chamada de Especificação de *layout* de arquivo comum de Oxford (*Oxford Common File Layout Specification* - OCFL). A OCFL visa o armazenamento estruturado de objetos digitais em repositórios para promover o acesso e o gerenciamento desses objetos a longo prazo (documento 7.8).

**eScholarship Repository, UPCommons, UCL Discovery e JScholarship:** não foram identificadas, nos documentos normativos selecionados para a pesquisa desses repositórios, informações que indicassem a existência de um planejamento com detalhamento de ações de preservação para o acervo digital dos repositórios institucionais. Com isso, as diretrizes foram categorizadas com conformidade indeterminada.

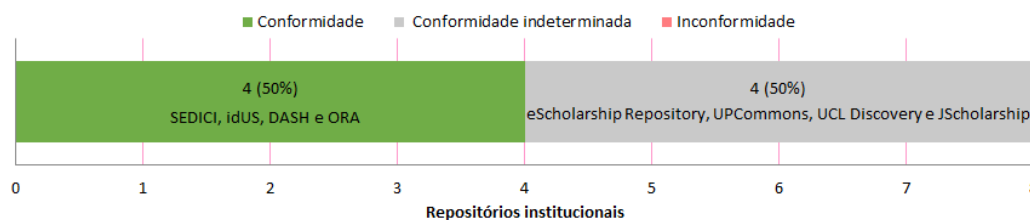
Entretanto, verificou-se que o eScholarship oferece um serviço persistente de acesso e preservação (documentos 1.1 e 1.2) ao integrar-se ao repositório Merritt de preservação e curadoria digital de longo prazo mantido pela CDL, no qual envia automaticamente todo o seu conteúdo depositado, inclusive teses e dissertações (documentos 1.14 e 1.17). Além disso, as Diretrizes CDL para objetos digitais fornecem requisitos mínimos que possibilitam adequar metadados e arquivos de conteúdo para a etapa de envio de objetos digitais ao Merritt (documento 1.13).

Relacionado ao UPCommons, o documento 2.5 ressalta que não existe uma estratégia definida que garanta o acesso a longo prazo às obras disponíveis. Contudo, segundo os documentos 2.1, 2.5 e 2.14 (respectivamente, a Política de acesso aberto e o Plano de gestão e desenvolvimento de coleções das bibliotecas da UPC), o UPCommons tem com um de seus objetivos a preservação e a manutenção do acesso perpétuo a toda produção acadêmica e científica da universidade nele armazenada. Tais documentos informam que o repositório reúne requisitos técnicos para conservar e preservar a coleção, sendo que os documentos são depositados em servidores seguros da UCP, e gerenciados pelo Serviço de Bibliotecas, Publicações e Arquivos (documentos 2.5 e 2.11).

Sobre o UCL Discovery e JScholarship identificou-se, respectivamente nos documentos 6.1 e 8.5, que são previstos pelos repositórios o armazenamento seguro e a preservação a longo prazo de todos os recursos de conteúdo depositados.

Com base no relato acima, o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais perante a característica essencial 6.1 é representado no Gráfico 19.

Gráfico 19 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.1  
Procedimentos para preservação digital definidos em um plano



Fonte: elaborado pela autora

Verifica-se que as diretrizes de quatro repositórios institucionais, nomeadamente SEDICI, idUS, DASH e ORA, equivalente a 50% da amostra, revelam conformidade com a referida característica. A outra metade da amostra, composta pelos repositórios eScholarship Repository, UPCommons, UCL Discovery e JScholarship, indicam que suas diretrizes estão em conformidade indeterminada com a característica desejada 6.1 (Gráfico 19).

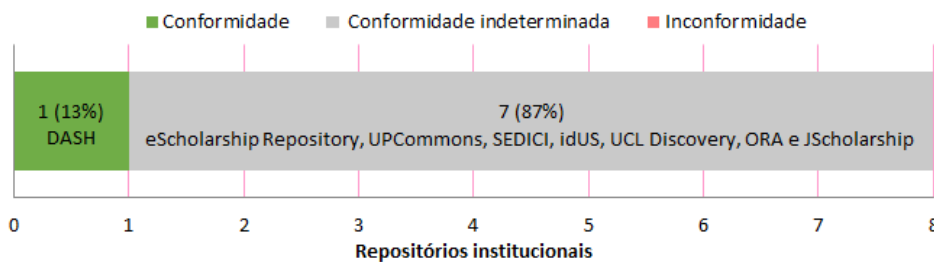
Sobre a característica essencial 6.2, a COAR (2022) orienta que os repositórios registrem a soma de verificação (*checksum*) quando um recurso é enviado para submissão e depósito, ou quando ocorre alguma modificação. As condutas dos repositórios institucionais, explicitadas em suas diretrizes e concernentes a esta característica, são apresentadas a seguir.

**DASH:** por intermédio do DRS, as somas de verificação são criadas durante o processo de ingestão no repositório e registradas para verificar a integridade do objeto. Quando necessário, as somas de verificação também são conferidas (documento 5.11).

**eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, idUS, UCL Discovery, ORA e JScholarship:** as diretrizes foram avaliadas com conformidade indeterminada, uma vez que não foi identificada, na documentação para o estudo dos repositórios institucionais, a descrição a respeito da realização de registro de soma de verificação dos recursos de conteúdo quando enviados para depósito, ou quando são modificados.

De acordo com o exposto, o Gráfico 20 evidencia o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais em relação à característica essencial 6.2.

Gráfico 20 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.2 Registro de soma de verificação do recurso quando enviado para depósito ou modificado



Fonte: elaborado pela autora

Observa-se que somente o DASH, correspondente a 13 % da amostra, demonstra que suas diretrizes apresentam conformidade com a característica mencionada. Em contraste, 87% da amostra, abrangendo os repositórios eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, idUS, UCL Discovery, ORA e JScholarship, revelam conformidade indeterminada das suas diretrizes em comparação com a referida característica (Gráfico 20).

A COAR (2022), na prática essencial 6.4, indica que todas as ações necessárias para o atendimento das responsabilidades de preservação, como os direitos para copiar, transformar e armazenar os itens, devem estar previstas no acordo entre depositante e repositório. A respeito desta característica, a descrição subsequente destaca os procedimentos dos repositórios institucionais conforme definidos em suas diretrizes.

**eScholarship Repository:** segundo o Contrato de depósito do repositório, o depositante concorda que a obra seja disponibilizada em qualquer formato e de maneira permanente (documento 1.17).

**UPCommons:** ao submeter uma obra, o autor e/ou titular de direitos deve concordar com a Licença de distribuição. Esta prevê que a UCP pode manter mais de uma cópia com a finalidade de preservação e segurança (documento 2.11).

**SEDICI:** a Licença de distribuição não exclusiva do SEDICI, que deve ser aceita pelo depositante, prevê que o repositório possa transformar a obra, na medida em que for necessário, para garantir o acesso aos formatos digitais, incorporar elementos de segurança e sua identificação de procedência, e armazenar os documentos nos servidores da UNLP para efeitos de segurança e preservação (documentos 3.1, 3.2, 3.4, 3.5 e 3.8).

**idUS:** de acordo com as condições de divulgação e preservação de obras no idUS contida nas suas Licenças de distribuição não exclusiva do idUS, o depositante autoriza o repositório a transformar a obra em um formato apropriado para incluí-lo no repositório com fins de preservação, e a incorporar elementos de segurança e metadados descritivos

relevantes. As licenças também preveem a reprodução e o armazenamento das obras em determinados servidores, com o objetivo de segurança e preservação (documento 4.4).

**DASH:** os depositantes necessitam concordar com uma licença não exclusiva que concede à Universidade o direito de preservar os trabalhos acadêmicos, além de reproduzi-los e exibi-los (documentos 5.5 e 5.10). Com isso, a Biblioteca de Harvard recebe autorização para realizar armazenamento e cópia, criar derivados, e redistribuir o objeto seguindo as regras de controle de acesso estabelecidas pela curadoria (documento 5.11).

**UCL Discovery:** a Política de Publicações da UCL (documento 6.1), submetida aos pesquisadores da universidade, prevê a preservação de todas as publicações depositadas.

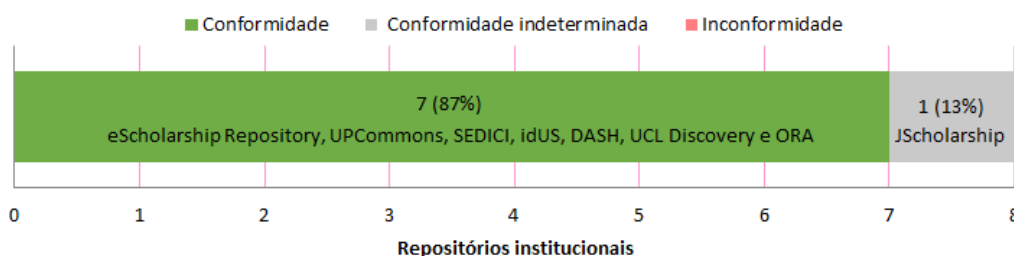
O Formulário de contrato de depósito de tese no UCL Discovery (documento 6.3) estipula que os gestores do repositório, ou terceiros vinculados ao mesmo, têm autorização para traduzir para qualquer meio, ou converter as teses em outros formatos, visando sua preservação e acesso a longo prazo.

**ORA:** o Contrato e licença de depósito do ORA (documento 7.7) requer a autorização para utilizar a obra depositada com o objetivo de preservá-la, o que inclui procedimentos necessários para garantir o acesso e a disponibilidade dos recursos de conteúdo ao público a longo prazo (documento 7.9).

**JScholarship:** não foram encontradas nos documentos do referido repositório institucional ações de preservação delineadas no acordo entre depositante e repositório, o que demonstra conformidade indeterminada.

Dado o exposto, o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais, perante a característica essencial 6.4 do *Framework* da COAR, é apresentado no Gráfico 21.

Gráfico 21 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.4  
Ações de preservação previstas no acordo entre depositante e repositório



Fonte: elaborado pela autora

Pode-se verificar no Gráfico 21 que 87% da amostra, representando sete repositórios (eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, idUS, DASH, UCL Discovery e ORA),

demonstram diretrizes em conformidade com a característica citada. O JScholarship, que representa 13% da amostra, revela-se como o único repositório no qual as diretrizes mostram conformidade indeterminada com a característica essencial 6.2.

Com relação à característica essencial 6.5, a COAR (2022) recomenda que os repositórios permitam a cópia e a migração de recursos de conteúdo do repositório para outros sistemas. As práticas dos repositórios institucionais, indicadas nas suas diretrizes sobre essa característica, são apresentadas em sequência.

**eScholarship Repository:** relacionado ao repositório, segundo as Principais diretrizes de segurança e práticas de suporte de linha de base para tecnologia da informação da CDL (documento 1.15), gerencia-se a transferência de dados para dentro e para fora dos sistemas CDL, exceto em caso de acesso público de leitura, conforme as diretrizes de segurança indicadas no documento. São implementadas práticas básicas para monitorar e registrar a transferência de dados, garantindo assim que cada dado individual, ou o processo, seja autenticado e autorizado para iniciar a ação. A execução da criptografia dos dados é determinada conforme a natureza e necessidade do serviço, especialmente se envolvem dados confidenciais ou restritos.

Além disso, observou-se que está previsto que o conteúdo do eScholarship Repository seja enviado para o repositório de preservação Merritt da CDL (documento 1.17).

**UPCommons:** o repositório se integra e interopera com alguns sistemas de informação da universidade, incluindo: o sistema para gestão de matrículas e currículos da UPC, chamado de Prisma; o Descritor da atividade científica e acadêmica da UPC (*Descriptor de la Recerca i l'Activitat Acadèmica de la UPC - DRAC*); e o Repositório de teses de doutorado *online* das universidade da Catalunha (*Tesis Doctorals en Xarxa - TDX*) (documentos 2.1 e 2.14).

As teses defendidas na UCP, e inseridas no UPCommons, também são incorporadas pela Base de dados de teses de doutorado do governo da Espanha (*Tesis Doctorales - TESEO*) (documento 2.7). Além disso, O UPCommons permite a migração de seu conteúdo para novas plataformas (documento 2.11).

**SEDICI:** oferece facilidades e ferramentas computacionais necessárias para permitir a reutilização das informações nele contidas, incluindo a incorporação automática dessas informações a partir de outras plataformas institucionais por meio de mecanismos tecnológicos (documento 3.8).

**idUS:** permite a troca de informações entre diferentes plataformas institucionais, incluída a ferramenta chamada PRISMA, que fornece uma visão geral das publicações científicas da US (documento 4.4).

**DASH:** de acordo como a Wiki sobre preservação digital (documento 5.11), o DAHS integra-se ao DRS de modo a permitir a ingestão de dados para esse sistema de preservação e, na sequência, para outros sistemas da universidade responsáveis pela descoberta e acesso às coleções digitais. Além disso, o DASH expõe seus metadados via OAI-PMH, favorecendo a coleta e a indexação dos recursos por sistemas de busca externos (documento 5.8).

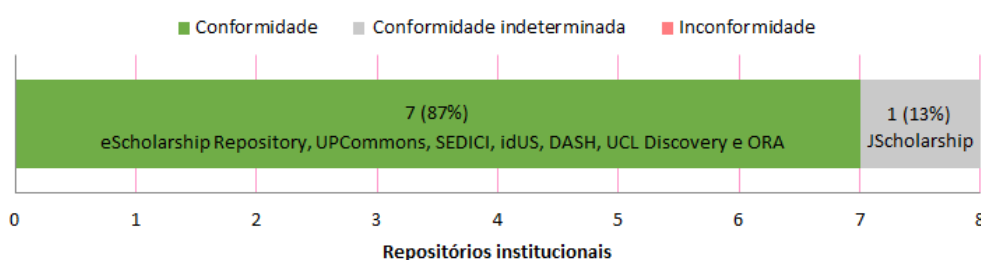
**UCL Discovery:** por meio do RPS, provê dados sobre as publicações para o sistema de Revisão de avaliação docente (*Professorial Appraisal Review - PAR*) e para o Serviço de informação de pesquisa institucional (*Institutional Research Information Service - IRIS*) Este serviço consiste em uma plataforma que tem o objetivo de divulgar publicamente informações sobre as atividades de pesquisa e os pesquisadores da UCL (documentos 6.1 e 6.9). Além disso, de acordo com o documento 6.3, uma cópia das teses poderá ser fornecida para inclusão no EThOS da Biblioteca Britânica.

**ORA:** de acordo com o Contrato e licença de depósito do ORA (documentos 7.7 e 7.13) é permitido armazenar as obras no ORA ou em outros sistemas por meio dele ou, ainda, armazená-las em qualquer sistema que possa substituí-lo no decorrer do tempo. O ORA, como provedor de dados (documento 8.4), também fornece informações e conteúdos para o catálogo das Bibliotecas Bodleian (*Search Oxford Libraries Online - SOLO*) e o serviço EThOS da Biblioteca Britânica (documentos 7.1, 7.8 e 7.9).

**JScholarship:** as diretrizes foram consideradas em conformidade indeterminada, visto que a informação sobre cópia e a migração dos recursos de conteúdo do repositório para outros sistemas não foi identificada na documentação desse repositório institucional.

A partir do panorama apresentado, o Gráfico 22 ilustra o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais frente à característica essencial 6.5.

Gráfico 22 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.5  
Cópia e migração dos recursos para outros sistemas



Fonte: elaborado pela autora

Constata-se no Gráfico 22 que sete repositórios (eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, idUS, DASH, UCL Discovery e ORA), abarcando 75% da amostra, encontram-se em conformidade com a mencionada característica. Por outro lado, apenas as diretrizes do JScholarship, representando 15% da amostra, apresentam conformidade indeterminada com a característica essencial 6.5.

Sobre a prática essencial 6.6, a COAR (2022) propõe que os repositórios armazenem em um local diferente do repositório original, pelo menos uma cópia do conteúdo contido no seu acervo. Referente a esta característica, no seguimento do texto são evidenciadas as práticas dos repositórios institucionais conforme descritas em suas diretrizes.

**SEDICI:** de acordo com a Política de preservação digital do SEDICI são realizados *backups* periódicos da informação contida no repositório em servidores externos (documentos 3.1 e 3.8).

**DASH:** por meio do DRS, e de acordo como a Wiki sobre preservação digital (documento 5.11), o conteúdo inserido é replicado de 3 a 5 vezes de forma independente, conforme classificação de armazenamento pré-definida, em plataformas distribuídas em diferentes áreas geográficas.

O armazenamento distribuído é operacionalizado pela universidade, consórcios regionais e provedores comerciais que garantem tecnologia para armazenar de modo *on-line*, *off-line* (mídia externa) e em nuvem. Além disso, o armazenamento funciona com a redistribuição dinâmica do conteúdo e recebe atualizações a cada quatro ou cinco anos (documento 5.11).

**eScholarship Repository, UPCommons, idUS, UCL Discovery, ORA e JScholarship:** não foram identificadas informações acerca do procedimento de criação e manutenção de cópia do conteúdo armazenado em um local distinto do próprio repositório. Diante dessa lacuna de informações, foi classificado que as diretrizes estão em conformidade indeterminada. Contudo, relacionado ao armazenamento seguro do conteúdo dos repositórios institucionais, localizou-se as informações a seguir, pertinentes a três repositórios.

**eScholarship Repository:** as Principais diretrizes de segurança e práticas de suporte de linha de base para tecnologia da informação da CDL (documento 1.15), descrevem que os dois *data centers* que hospedam os servidores e o armazenamento da CDL utilizam controles específicos para restringir o acesso físico às instalações que abrigam recursos essenciais ou restritos. Tais controles utilizam medidas como: fechaduras combinadas, fechaduras com chave, leitores de crachás, *login* manual, registros de entrada e saída para todos os indivíduos, e verificação de identificação. Os privilégios de acesso seguem as políticas do *data center*,



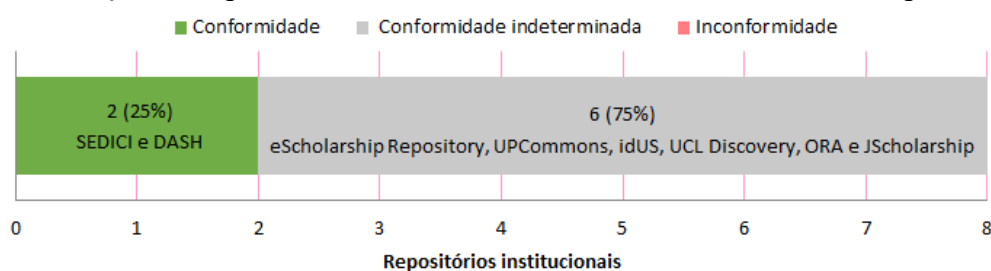
sendo concedidos a uma equipe limitada, e os *desktops* da CDL ficam em instalações seguras cuja entrada requer o uso de cartão de acesso.

**UPCommons:** verificou-se que o conteúdo do repositório é armazenado nos servidores do Centro de processamento de dados (CPD) da UPC, um local equipado e preparado para garantir condições adequadas de segurança e onde diariamente são efetuadas cópias de segurança (documentos 2.1 e 2.5). No que tange à “Política de preservação e formatos” do IdUS (documento 4.4), evidencia-se a prática de realização periódica de *backups* de todo o acervo do repositório, incluindo os recursos de conteúdo e os metadados.

**ORA:** no turno da noite são realizados *backups* do conteúdo, além da criação de várias cópias no *data center*, o que permite gerenciar a recuperação e restauração das informações e dos conteúdo do repositório em casos de necessidade (documento 7.8).

De acordo com as informações apresentadas, o Gráfico 23 mostra a observância da característica essencial 6.6 nas diretrizes dos repositórios institucionais.

Gráfico 23 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.6  
Manutenção de cópia do conteúdo armazenado em local diferente do repositório



Fonte: elaborado pela autora

Pode-se observar que as diretrizes do SEDICI e do DASH, equivalentes a 25% da amostra de repositórios, apresentam conformidade com a característica citada. Em contraste, 75% da amostra de repositórios revela que suas diretrizes estão em conformidade indeterminada com a característica essencial 6.6 do *Framework* da COAR, incluindo o eScholarship Repository, UPCommons, idUS, UCL Discovery, ORA e JScholarship (gráfico 23).

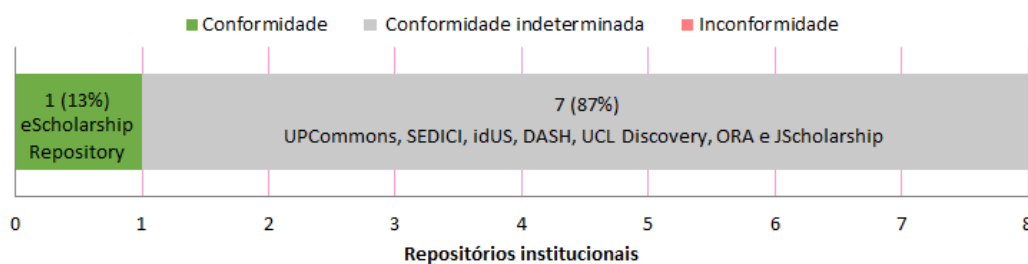
Referente à característica essencial 6.7, a COAR (2022) orienta que os repositórios tenham um plano de continuidade de negócios que apresente detalhadamente a resposta e os procedimentos em caso de ataques cibernéticos ou desastres naturais. As condutas dos repositórios institucionais descritas nas diretrizes em relação a esta característica são apresentadas em continuação.

**eScholarship Repository:** aplicável ao repositório, a CDL adere ao processo de tratamento de incidentes de segurança da UC ao tratar com relatos, suspeitas ou confirmações de violações de segurança no seu Centro de recursos e armazenamento de computação. Processos de resposta a incidentes relacionados à segurança são detalhados no Plano de resposta aos incidentes de privacidade e segurança de dados da UC (documento 1.17).

**UPCommons, SEDICI, idUS, DASH, UCL Discovery, ORA e JScholarship:** não localizou-se nos documentos alguma descrição regulamentar acerca da resposta e procedimentos em casos de desastres naturais ou ataques cibernéticos no contexto desses repositórios, o que indica a indeterminação das diretrizes.

Em vista do que foi apontado, o Gráfico 24 demonstra o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais em relação à característica essencial 6.7.

Gráfico 24 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 6.7  
Resposta e procedimentos em casos de desastres naturais ou ataques cibernéticos



Fonte: elaborado pela autora

Verifica-se que somente o eScholarship Repository, representando 13% da amostra, detém diretrizes em conformidade com a característica analisada. Os outros sete repositórios (UPCommons, SEDICI, idUS, DASH, UCL Discovery, ORA e JScholarship), que totalizam 87% da amostra, apresentam suas diretrizes em conformidade indeterminada com relação à característica essencial 6.7, avaliada do *Framework* da COAR (Gráfico 24).

O Quadro 15 apresenta o estado de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais frente às seis características preconizadas no *Framework* da COAR no objetivo f, relacionado à preservação.

Quadro 15 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do *Framework* da COAR relativas à preservação dos recursos de conteúdo

Diretrizes dos Repositórios institucionais	Características					
	Essencial 6.1 Procedimentos para preservação digital definidos em um plano	Essencial 6.2 Registro de soma de verificação do recurso quando enviado para depósito ou modificado	Essencial 6.4 Ações de preservação previstas no acordo entre depositante e repositório	Essencial 6.5 Cópia e migração dos recursos para outros sistemas	Essencial 6.6 Manutenção de cópia do conteúdo armazenado em local diferente do repositório	Essencial 6.7 Resposta e procedimentos em casos de desastres naturais ou ataques cibernéticos
eScholarship Repository						
UPCommons						
SEDICI						
idUS						
DASH						
UCL Discovery						
ORA						
JScholarship						

Legenda: ■ Conformidade ■ Conformidade indeterminada ■ Inconformidade

Fonte: elaborado pela autora

De maneira geral, pode-se destacar que o DASH tem alto grau de conformidade em relação ao **objetivo f** do *Framework* da COAR, sendo que suas diretrizes apresentam conformidade com cinco das seis características analisadas, com apenas uma conformidade indeterminada frente à característica essencial 6.7. Em sequência, o SEDICI aparece tendo suas diretrizes alinhadas com quatro características essenciais (6.1, 6.4, 6.5 e 6.6).

Três repositórios evidenciam uma conformidade intermediária, atendendo cada um a três características essenciais. Os repositórios eScholarship Repository, idUS e ORA possuem diretrizes que indicam conformidade com as características essenciais 6.4 e 6.5. Além disso, os repositórios idUS e ORA também apontam a conformidade de suas diretrizes com a característica 6.1. Destaca-se que o eScholarship Repository é singular por ser o único repositório a apresentar diretrizes em conformidade com a característica 6.7.

Em contraste, o UPCommons e o UCL Discovery revelam um nível mais baixo de conformidade, com suas diretrizes adequadas apenas a duas características essenciais, a 6.4 e a 6.5. Por sua vez, o JScholarship se sobressai na amostra de repositórios por apresentar conformidade indeterminada com as seis características analisadas sobre preservação.

Aborda-se na seção subsequente a análise das diretrizes dos repositórios institucionais perante a característica selecionada do *Framework* da COAR que tratam da sustentabilidade e segurança dos recursos de conteúdo.

#### 4.2.7 Sustentabilidade e segurança dos recursos de conteúdo

Investigou-se, nos documentos dos repositórios institucionais sob análise, uma característica do **objetivo h**) (sustentabilidade e segurança), delineado no *Framework* para boas práticas em repositórios da COAR como a característica essencial 7.4.

Especificamente com relação à característica essencial 7.4, a COAR (2022) indica que os repositórios tenham uma política disponível ao público comunicando o que acontecerá com os recursos caso as operações sejam interrompidas. Em seguida, são explicitadas as posturas dos repositórios institucionais, conforme registradas em suas diretrizes em relação a esta característica.

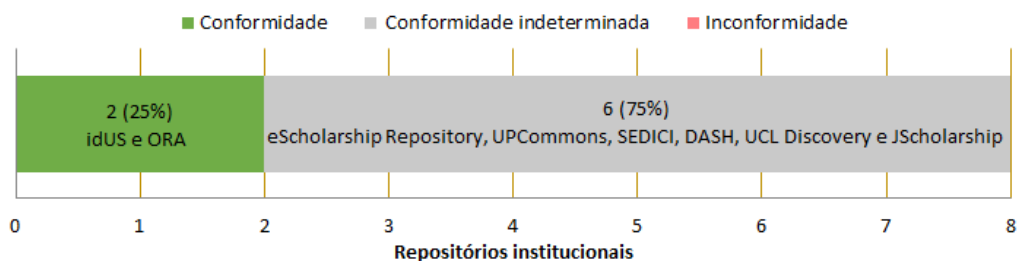
**idUS:** conforme a Política de preservação e formatos do idUS (documento 4.4), se o serviço de depósito de documentos no repositório for encerrado, o conteúdo do repositório será transferido para um prestador de serviços previamente selecionado, buscando assegurar a disponibilidade de acesso e preservação das obras, na medida do possível.

**ORA:** no contrato de licença de depósito no ORA (documento 7.7), é informado ao depositante que os recursos de conteúdo podem ser armazenados em qualquer outro sistema de recuperação eletrônica que possa substituir o ORA.

**eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, DASH, UCL Discovery e JScholarship:** nas diretrizes desses seis repositórios, constatou-se a falta de informações na documentação associada à pesquisa, que fornecesse instruções públicas dedicadas a comunicar a resposta dos repositórios em caso de encerramento de suas operações em relação aos recursos de conteúdo.

Dessa forma, com referência ao exposto, exhibe-se no Gráfico 25 e no Quadro 16 o estado de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais frente à característica essencial 7.4.

Gráfico 25 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 7.4  
Resposta com relação aos recursos se as operações finalizarem



Fonte: elaborado pela autora

Quadro 16 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com a característica do *Framework* da COAR relativa à sustentabilidade e segurança dos recursos de conteúdo

Diretrizes dos repositórios institucionais	Característica
	Essencial 7.4 Resposta com relação aos recursos se as operações finalizarem
eScholarship Repository	Conformidade indeterminada
UPCommons	Conformidade indeterminada
SEDICI	Conformidade indeterminada
idUS	Conformidade
DASH	Conformidade indeterminada
UCL Discovery	Conformidade indeterminada
ORA	Conformidade
JScholarship	Conformidade indeterminada

Legenda: ■ Conformidade ■ Conformidade indeterminada ■ Inconformidade

Fonte: elaborado pela autora

Observa-se, como indicado no Gráfico 25 e no Quadro 16, que o idUS e o ORA, correspondentes a 25% da amostra, evidenciam conformidade de suas diretrizes com a referida característica. Já o eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, DASH, UCL Discovery e JScholarship, abrangendo 75% da amostra de repositórios, exibem diretrizes que apresentam conformidade indeterminada em comparação com a característica essencial 7.4 do *Framework* da COAR.

Apresenta-se, na próxima seção, a análise das diretrizes dos repositórios institucionais diante do *Framework* da COAR, abrangendo outras duas características relacionadas aos recursos de conteúdo.

#### 4.2.8 Outras características dos recursos de conteúdo

Foram averiguadas duas características essenciais vinculadas ao objetivo h (outras características) do *Framework* para boas práticas em repositórios da COAR, nos documentos regulamentares dos repositórios em estudo: a característica 8.1, relativa à descrição do escopo dos recursos de conteúdo aceitos no repositório, e a característica 8.4, que trata das informações sobre uso dos recursos de conteúdo nos repositórios.

Detalhadamente, a prática essencial 8.1, de acordo com a COAR (2022), propõe que a descrição do escopo dos recursos de conteúdo aceitos nos repositórios seja fornecida em documentação pública. As abordagens dos repositórios institucionais, descritas nas suas diretrizes em referência a esta característica, são apresentadas em prosseguimento.

**eScholarship Repository:** de acordo com a Política do *website* do repositório (documento 1.3), são aceitos trabalhos originais de professores, demais funcionários ou alunos afiliados à UC, bem como materiais editados ou patrocinados pela UC, sejam de departamentos, centros ou programas. Desse modo, os autores, independentemente da filiação institucional que publicam no âmbito da UC, podem ter seus trabalhos depositados no repositório. Para ser incluído no eScholarship, o conteúdo deve estar em conformidade com todas as políticas aplicáveis, como revisão por pares e direitos autorais, ter natureza acadêmica, e ser considerado apropriado pela unidade responsável ou por meio de outro processo de verificação.

No eScholarship Repository é possível incluir: artigos acadêmicos previamente publicados, documentos preliminares de trabalho científico ou técnico, relatórios de laboratório, anais de conferências ou outros eventos, obras como extensão de livros, monografias, projetos finais de graduação de alunos, ou qualquer outro conteúdo de caráter acadêmico. As teses e dissertações também são indicadas para compor o acervo do repositório (documentos 1.1, 1.2, 1.11, 1.12 e 1.17).

Além disso, o depositante, por meio do contrato de depósito, precisa garantir que detém os direitos autorais do trabalho, ou tem autoridade ou permissão suficiente para distribuir o conteúdo via eScholarship Repository. Além disso, deve assegurar que a obra não viola direitos autorais, marcas registradas, ou quaisquer outros direitos de propriedade, e que não contém matéria difamatória ou conteúdo invasivo da privacidade de pessoas ou terceiros (documento 1.17).

Para atendimento das Políticas de acesso aberto da UC com relação aos artigos, recomenda-se depositar no repositório a versão aceita pelo autor ou a versão final publicada,

quando permitido pelo editor (documentos 1.2, 1.8, 1.9 e 1.16). Pode-se incluir no repositório artigos digitalizados, sendo orientado, nesses casos, a atender aos padrões de acessibilidade. São aceitos artigos publicados em diferentes idiomas, além do inglês. Tecnicamente o eScholarship suporta caracteres do plano multilíngue básico do Unicode (Unicode Basic Multilingual Plane) (documento 1.17). Opcionalmente, pode-se adicionar materiais suplementares no ato do depósito que são exibidos como informações de apoio, juntamente com o artigo (documento 1.16).

Adicionalmente, verificou-se que as publicações criadas pela UC, digitalizadas e nascidas digitais no eScholarship Repository, estão contempladas na Estratégia de desenvolvimento de coleções digitais das bibliotecas da UC (documento 1.6).

**UPCommons:** o documento 2.2 lista os seguintes recursos de conteúdo, aceitos para inclusão no repositório: comunicações, artigos e atas de conferências organizadas pela UPC; artigos de periódicos, comunicações de conferências, relatórios de pesquisa, livros ou capítulos gerados nas atividades de pesquisa do corpo docente e de pesquisa da UPC; provas de disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação da UPC, livros publicados pela UPC; materiais didáticos produzidos pelos docentes e alunos da UPC; periódicos publicados pelas unidades da UPC; teses de doutorado defendidas na UPC; trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado, outros trabalhos acadêmicos elaborados por alunos da UPC; e vídeos de ensino, pesquisa e institucionais da UPC. Uma síntese descritiva dos documentos acadêmicos coletados pelo repositório é apresentada no documento 2.1. É permitido depositar o texto completo dos recursos de conteúdo, em acesso aberto ou restrito, desde que esteja de acordo com as políticas de acesso aberto dos editores (documento 2.3).

Com relação aos vídeos, recomenda-se depositar no UPCommons somente os materiais audiovisuais destinados ao acesso aberto e com o objetivo de preservação. Para vídeos com acesso restrito, ou com segmento específico de público, ou ainda, que não tenham utilidade de longo prazo, orienta-se o uso de outras opções de armazenamento (documento 2.12).

Quanto às provas, aceitam-se modelos de provas parciais ou finais utilizadas nas disciplinas ministradas na UPC no ano letivo em vigor e anos anteriores, contendo apenas as perguntas, ou perguntas e respostas (documento 2.4). As teses incluídas no UPCommons correspondem às versões originais submetidas pelo aluno ao programa de doutorado da UPC no momento anterior à defesa, e sem modificações subsequentes após a defesa (documento 2.7). Para o depósito institucional da tese, o autor deve assinar uma declaração de

responsabilidade relacionada com o regulamento de direitos e demais autorizações aplicáveis acerca da difusão do trabalho (documento 2.10).

Conforme a Política institucional de acesso aberto da UPC, é exigido ao pessoal acadêmico e de pesquisa contratado pela universidade depositar suas publicações acadêmicas no UPCommons, o que inclui particularmente artigos de periódicos, textos publicados em conferências e relatórios científicos e técnicos (documento 2.14). Podem ser depositadas a versão publicada ou a versão final do autor revisada por pares. Aversão específica a ser depositada deve estar de acordo com as políticas editoriais, ou ter permissão do titular dos direitos autorais de exploração (documentos 2.14 e 2.15). O depósito de artigos e trabalhos de conferências publicados em periódicos ou publicação seriada no UPCommons também é previsto pelo acordo institucional relativo à atribuição de pontos de atividades de investigação, exclusivamente para publicações em acesso aberto (documento 2.13). Artigos de autores não vinculados à UPC, mas derivados de projeto de pesquisa coordenado por essa mesma universidade podem ser depositados no UPCommons se a instituição de tal pesquisador não possuir repositório (documento 2.15).

Para depositar uma obra no UPCommons, é necessário que o depositante concorde com os termos da licença de distribuição que autoriza a sua reprodução e comunicação pública. Com isso, o autor declara que possui o direito ou a permissão de conceder os direitos contidos na licença. Afirma também que a obra não viola os direitos autorais de terceiros e/ou quaisquer direitos, ou outras obrigações exigidas em contrato ou acordo de agência ou organização de patrocínio ou de apoio ao trabalho desenvolvido (documento 2.11).

Segundo o Plano de gestão e desenvolvimento da coleção das bibliotecas da UPC (documento 2.5), suas diretrizes não incidem diretamente no estabelecimento de especificações sobre a gestão e o desenvolvimento das coleções que integram o UPCommons com a produção acadêmica e de pesquisa da Universidade.

**SEDICI:** verificou-se na Política de conteúdo (documento 3.1) que o repositório recebe produções relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UNLP. Os materiais incorporados devem atender pelo menos a um dos seguintes requisitos: ter passado por um processo de revisão, ser editado e publicado dentro da Universidade, ser gerado por professores e/ou pesquisadores da Universidade ou centros associados, resultar de outros departamentos da Universidade, ou apresentar valor histórico-cultural que justifique a sua preservação. Excepcionalmente, incluem-se materiais que, mesmo não produzidos na instituição, tenham relevância singular para a UNLP.



Dentre as tipologias aceitas pelo SEDICI estão: trabalhos finais de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), artigos científicos em qualquer versão, artigos populares, livros, capítulos de livros, apresentações em congressos, produções artísticas, imagens, registros audiovisuais, publicações periódicas, mapas, patentes e revisões que passaram por avaliação. Outros documentos, como relatórios técnicos, projetos de pesquisa, portarias e regulamentos, também podem ser depositados. As obras depositadas podem estar em qualquer idioma, embora o espanhol, o português e o inglês sejam considerados os idiomas mais relevantes (documento 3.1).

O depositante necessita aceitar a Licença de distribuição não exclusiva do SEDICI, na qual concorda com a divulgação e preservação, e declara que a cessão da obra não viola nenhum direito de terceiros, seja de propriedade industrial, intelectual ou de qualquer outro tipo. Além disso, o depositante deve garantir que o conteúdo não prejudique os direitos de privacidade, honra e imagem de terceiros (documentos 3.2, 3.4 e 3.5). Segundo a Política de depósito do SEDICI (documento 3.1), os autores declaram ser detentores dos direitos econômicos das obras depositadas, assumindo, portanto, a responsabilidade por qualquer violação da lei de propriedade intelectual.

O documento 3.5 apresenta uma lista dos tipos de recursos de conteúdos possíveis de inclusão e divulgação no SEDICI e uma descrição resumida de cada um. Com relação aos livros, são aceitos tanto e-books como versões digitais de livros editados inicialmente em papel. A versão digital decorrente da digitalização de outras obras em papel pode ser depositada se autorizada a sua disponibilização em acesso aberto (documento 3.8).

De acordo com a Política institucional de acesso aberto à produção científica, acadêmica e institucional para UNLP (documento 3.8), o SEDICI responsabiliza-se pelo armazenamento dos dados primários e da produção científica e tecnológica resultante dos projetos de pesquisa de toda a Universidade. Isto se aplica aos pesquisadores, técnicos, professores, bolsistas de pós-doutorado, estudantes de graduação e pós-graduação vinculados à UNLP. Em uma lista são apresentadas as diferentes tipologias de recursos de conteúdo abrangidos por essa política, e indica-se que outros tipos não listados também podem ser incluídos nos repositórios da UNLP, convidando os autores a divulgarem todos os seus trabalhos.

Com relação aos dados de pesquisa, verificou-se que em novembro de 2023, após a coleta de dados para a presente pesquisa, foi implementado o Repositório de Dados de Pesquisa da UNLP visando realizar a organização, preservação e divulgação dos dados de pesquisa gerados em todas as áreas da UNLP (Universidad Nacional de La Plata, 2023d).

**idUS:** conforme a política de conteúdo e a Declaração de acesso aberto da US, o repositório recebe qualquer tipo de material acadêmico científico produzido pelos membros vinculados à universidade, incluindo docentes, pesquisadores e alunos (documentos 4.1, 4.3 e 4.4). No entanto, a obra deve estar atrelada à área de pesquisa ou divulgação científica, estar em formato digital, apresentar-se completa para distribuição e arquivamento, ter sido aprovada em processo de revisão, ou publicada antecipadamente (documento 4.4).

O idUS apoia o depósito de *preprints*, versões AO e VoR de artigos, comunicações de diferentes encontros científicos (incluindo apresentações e pôsteres), trabalhos finais de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, livros e capítulos de livros, multimídia, patentes, conjuntos de dados e, quando permitido, obras digitalizadas que não têm versões digitais. São aceitos recursos de conteúdo em qualquer idioma, principalmente em espanhol e inglês (documentos 4.1 e 4.4).

Segundo a Declaração de acesso aberto da US, relacionado aos artigos, deve-se depositar a versão permitida pelo editor. Quanto às teses de doutorado, seguem-se normas legais nacionais e institucionais, sendo o depósito obrigatório pelos alunos. Somente os trabalhos finais de graduação e dissertações de mestrado que obtêm honraria ou nota de destaque podem ser incorporadas ao idUS, mediante autorização do orientador e autor. Com relação às patentes, devem ser disponibilizadas quando todos os trâmites forem concluídos.

Para obras publicadas, consideram-se as políticas editoriais e os possíveis embargos, bem como se respeita a confidencialidade, os direitos autorais e de propriedade intelectual em todos os casos, para proceder com o depósito de obras no idUS (documento 4.3).

O depósito de publicações pode ser realizado somente pelos membros da US, autores de seus próprios trabalhos, ou agentes delegados credenciados pela equipe do repositório. Trabalhos finais de graduação e dissertações de mestrado são depositados pela equipe da biblioteca (documentos 4.1 e 4.4). O depósito dos dados de pesquisa no repositório é realizado com base em requisitos próprios pela Biblioteca, por meio de arquivo delegado pelo autor que se responsabiliza pelo conteúdo (documento 4.4).

Além disso, por meio de licenças não exclusivas para preservar e divulgar obras no idUS, específicas para cada tipo de recurso de conteúdo, e da Declaração de incorporação da tese ao repositório, o depositante deve assegurar a originalidade da obra, que não existe violação aos direitos de honra, privacidade e imagem de terceiros, que o depósito não infringe direitos relacionado à propriedade industrial, intelectual ou outro direito, e que cumpriu direitos e obrigações de contrato ou acordo com outras instituições, caso tenha recebido financiamento para elaboração da obra (documento 4.4). Com isso, o depositante se

responsabiliza exclusivamente pela validade e autenticidade do conteúdo das obras depositadas (documento 4.1).

**DASH:** identificou-se em diferentes documentos (5.1, 5.5, 5.6 e 5.7), mas principalmente no documento 5.10, que qualquer tipo de trabalho acadêmico de autoria de indivíduos vinculados ativamente à Harvard é aceito pelo DASH, porém são considerados alguns aspectos dependendo do tipo de recurso de conteúdo.

Somente os artigos estão sujeitos à Política de acesso aberto ou à Licença individual de acesso aberto de Harvard. Sendo que, conforme diretrizes da instituição, deve ser depositada no repositório somente a versão aceita para publicação. Entretanto, também é possível depositar outras versões do artigo, a depender dos direitos autorais associados à obra pelo contrato de publicação com o editor, como a versão original do autor e a versão publicada. Isso também se aplica aos artigos publicados antes da vigência das políticas de acesso aberto de Harvard.

Entre os demais trabalhos aceitos no DASH incluem-se livros, capítulos de livros, anais de conferência, estudo de caso, relatórios de pesquisa, vídeos de palestras, teses e dissertações, e outros resultados acadêmicos que são relacionados aos manuscritos. Quando o autor não detém ou não consegue obter os direitos para distribuir algum artigo, ou outro recurso de conteúdo no DASH, deve-se depositá-lo para fins de preservação. Neste caso, o arquivo permanece restrito mas as informações bibliográficas ficam disponíveis para busca e recuperação. Em todos os casos, deve-se atender às condições de depósito determinadas pelos editores, incluído, quando requisitado, um período de embargo para, findo o mesmo, distribuir o artigo e demais trabalhos acadêmicos.

Atrelado a isso, verificou-se que o DASH, por meio do DRS, realiza a seleção dos recursos de conteúdo para depósito, observando a conformidade com os critérios de avaliação e elegibilidade do DRS. Tais critérios consistem em que a obra demonstre possuir: importância intelectual e histórica para Harvard, valor persistente, dificuldade de recriação ou reaquisição. Além disso, são consideradas: aderência com rotinas, prioridades e políticas de desenvolvimento de coleções da Biblioteca de Harvard (documento 5.11).

**UCL Discovery:** de acordo com a Política de Publicações da UCL (documento 6.1), uma cópia de texto completo de todas as publicações da UCL deve ser depositada no repositório, quando as permissões de direitos autorais permitirem. As publicações compreendem os resultados de pesquisas produzidas por pesquisadores da universidade, de modo individual ou em colaboração com outros, em todas as disciplinas e em qualquer

formato. Material divergente a essa definição, que não é atribuído diretamente à pesquisa, deve ser armazenado em outros sistemas recomendados pela UCL.

Conforme os documentos 6.4 e 6.10, diversos tipos de publicações podem ser incluídos no UCL Discovery, com base nos termos e condições estipuladas pelos editores, como a versão permitida para depósito. Estão incluídos: artigos de periódicos e trabalhos de conferências, livros e capítulos de livros, assim como resultados de workshops e reuniões realizadas na UCL, ou organizadas por pesquisadores da universidade. Outros recursos semelhantes a conjuntos de dados, softwares, pôsteres e figuras devem ser armazenados no Repositório de Dados de pesquisa da UCL

O depósito de teses pelos alunos no UCL Discovery é obrigatório. Deve-se depositar apenas a versão final completa aprovada pelos examinadores e com as correções incorporadas, junto a ela pode-se depositar arquivos suplementares, se existirem (documentos 6.2 e 6.3). Caso a tese inclua conteúdo retido por direito autoral, ou contenha informação pessoal ou sensível que não possa estar em acesso aberto, torna-se necessário submeter a versão completa e uma segunda versão excluindo tal conteúdo. Se não for possível remover o conteúdo, apenas a versão completa deve ser depositada e, no Formulário de contrato de depósito, precisa ser indicado que a tese não pode ser disponibilizada abertamente.

Os depósitos para acesso aberto no UCL Discovery devem ser realizados no sistema RPS pelos próprios autores ou pessoa delegada por ele, no caso dos funcionários (documentos 6.1, 6.2, 6.4, 6.8 e 6.9).

**ORA:** a política de conteúdo do ORA (documento 7.2) define o escopo e os tipos de recursos de conteúdo aceitos e armazenados, concentrando-se nos trabalhos de pesquisa produzidos pelos membros de Oxford. Nessa política, são listados e detalhados os tipos e subtipos de recursos aceitos para depósito, entre quais encontram-se: artigo de periódico, livro, patente, tese, item de conferência e conjunto de dados. Com relação aos itens de conferência, são aceitos os produzidos pelos autores de Oxford em distintos eventos e aqueles de autores sem vínculo com Oxford, mas que são resultantes de eventos de pesquisa realizados e organizados por acadêmicos da própria instituição. Sobre os dados de pesquisa, ressalta-se que existem políticas específicas relacionadas ao seu depósito. Para a concessão da titulação, as teses devem ser depositadas obrigatoriamente pelos pós-graduandos de acordo com as condições estabelecidas para o depósito (documento 7.2).

O ORA aceita recursos de conteúdo de qualquer disciplina e idioma. Inclui obras revisadas por pares, não revisadas por pares, publicadas e não publicadas. Esses diferentes status de revisão e publicação podem ser indicados no registro de metadados. O repositório

também permite o armazenamento de várias versões de uma obra, por meio de um único registro, ou em registros separados. As versões podem variar em formato de arquivo digital, conteúdo (como a versão resumida e a expandida) e *layout* (como a versão do autor e a publicada). Além disso, aceita todos os formatos de arquivos digitais e obras nato digitais ou digitalizadas com as devidas permissões de direitos autorais concedidas para disponibilização no ORA. No entanto, podem haver restrições temporárias ou permanentes em alguns materiais. Os itens depositados permanecem no repositório, mesmo após a desvinculação de um membro da universidade (documento 7.2).

De acordo com a Política de envio do ORA (documento 7.6), para ser incluído no repositório, o material deve ter uma conexão com Oxford, seja por afiliação pessoal como funcionário, estudante ou colaborador de outra instituição, ou por ser produzidos em decorrência de eventos ou pesquisas nas instalações da universidade, ou trabalhos realizados em nome da instituição. Recursos de conteúdo podem ser depositados a qualquer momento pelos membros da universidade ou por um delegado em nome de autores, presumindo-se que tenham obtido permissão. O depositante deve concordar com o contrato e a licença de depósito, as quais requerem que o material não viole direitos de propriedade intelectual ou outros direitos de privacidade ou comerciais. Desse modo, o depositante assume a responsabilidade pela validade e autenticidade do conteúdo, assim como pela disponibilização de um item no ORA (documentos 7.7 e 7.12).

O ORA aceita qualquer fonte ou caracteres Unicode. Contudo, fontes ou caracteres não Unicode em substituição aos não romanos, podem apresentar problemas, como não serem exibidos ou pesquisados corretamente no repositório (documento 7.9). De forma resumida, como orientação, o escopo do conteúdo do repositório também foi localizado na Política Publicações de Acesso Aberto da Universidade de Oxford (documento 7.10) e nos documentos 7.1, 7.8, 7.9 e 7.13.

**JScholarship:** aceita recursos de conteúdo de natureza acadêmica ou educacional, digitalizados ou nato digitais, desenvolvidos com a participação dos docentes da JHU. O depósito pode ser realizado pelos docentes, demais funcionários, alunos ou pela equipe do JScholarship. Exemplos de recursos aceitos: relatório técnico, anais, videoaulas, *podcasts* e animações (documentos 8.3 e 8.5).

Outro objeto de depósito, sob a condição da Política de acesso aberto da JHU, é a versão AM dos artigos revisados por pares e publicados em um periódico ou anais de conferência produzidos pelos professores que atuam em tempo integral na universidade, desde que o acesso aberto seja compatível com os termos editoriais (documento 8.8). As demais

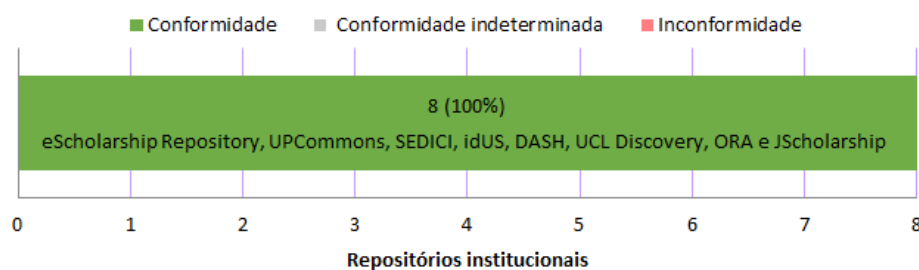
versões do artigo podem ser inseridas no repositório a qualquer tempo, quando houver a permissão dos editores, inclusive com datas de embargo requeridas por alguns periódicos (documento 8.3).

As teses e dissertações, juntamente com seus arquivos suplementares, também são aceitas pelo JScholarship e devem ser submetidas pelos próprios alunos. A esses recursos podem ser aplicados embargos de até quatro anos, sendo que durante esse período de restrição, somente os metadados permanecem visíveis ao público (documento 8.7).

Ainda com relação ao JScholarship, identificou-se na Declaração de uso e política de remoção de coleções digitais das Bibliotecas da JHU (documento 8.2), que o conteúdo digital é disponibilizado para uso quando estiver em domínio público, os direitos forem de propriedade da universidade ou for obtida permissão para que sejam disponibilizados, a divulgação for adequada aos princípios do uso justo, ou ainda, quando não existirem restrições conhecidas de uso que violem direitos autorais ou de privacidade.

Com base no que foi relatado, a aderência das diretrizes dos repositórios em estudo com relação à característica essencial 8.1 pode ser visualizada no Gráfico 26.

Gráfico 26 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica essencial 8.1  
Descrição do escopo dos recursos de conteúdo aceitos no repositório



Fonte: elaborado pela autora

É possível constatar, portanto, que a totalidade da amostra composta por oito repositórios, incluindo eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, idUS, DASH, UCL Discovery, ORA e JScholarship, apresenta diretrizes que estão em conformidade com a característica citada (Gráfico 26).

Por fim, a última característica analisada do *Framework foi* a característica desejada 8.4. A COAR (2022) recomenda que os repositórios colem e compartilhem informações de uso empregando uma metodologia padronizada, como a contagem de visualizações e *downloads*. Em relação a esta característica, a seguir são apresentadas as práticas adotadas pelos repositórios institucionais conforme registradas em suas diretrizes.

**eScholarship Repository:** de acordo com os documentos 1.4 e 1.17, as estatísticas são disponibilizadas na guia “métricas” para cada recurso de conteúdo no repositório. Os números indicam a quantidade total de visualizações, *downloads*, e de solicitações (visualizações somadas com os *downloads*), assim como também a porcentagem de *downloads* em relação ao total de solicitações. As métricas são aproximadas, pois são filtradas para evitar contagens excessivas de tráfego inválido, e sujeitas a alterações devido à natureza dinâmica do tráfego inválido e métodos de filtragem. Sendo que as estatísticas são atualizadas diariamente, no período noturno.

O eScholarship fornece uma página *web* com relatórios de estatísticas de uso para administradores de unidades acadêmicas e periódicos no eScholarship, além de disponibilizar métricas aos autores que forneceram um endereço de e-mail durante o envio do conteúdo. Os relatórios são atualizados diariamente, e enviados trimestralmente por e-mail aos solicitantes (documentos 1.4 e 1.17). Além disso, o selo Altmetrics, baseado em métricas de impacto de uso e citação, aparece publicamente em alguns recursos de conteúdo do eScholarship Repository quando atendem aos seguintes critérios: a obra faz parte do repositório em uma série de publicações ou está publicada em um periódico que utiliza o eScholarship Publishing, assina a Altmetrics, possui DOI, e tem uma pontuação Altmetrics maior que zero (documento 1.17).

**UPCommons:** são fornecidas estatísticas de uso para cada comunidade do repositório, informando sobre visitas e *downloads* realizados aos documentos depositados. Também é possível obter individualmente o número total de visitas e *downloads* de cada obra, com detalhes por país ou por ano/mês (documentos 2.1, 2.4 e 2.11). Nesse caso, a visita refere-se a cada acesso à página de um item, enquanto *download* representa a ação de salvar ou visualizar os arquivos do documento na tela. O *download* do arquivo é contado por meio do percentual do total de arquivos contidos no registro, e as visitas e os *downloads* são registrados mesmo que realizados repetidamente pela mesma pessoa.

Além disso, as estatísticas, de modo a contemplar todo o repositório, podem ser consultadas de duas formas: pela página “Itens mais baixados”, onde os títulos dos documentos são ordenados pelo número total de *downloads* por mês, ano corrente, ano anterior ou todos os anos; e em “Estatísticas de utilização”, que fornece o número total de visitas e *downloads* para todos os documentos, podendo ser visualizados por anos/meses ou países de origem das visitas e *downloads* (documentos 2.1, 2.4 e 2.11).

Adicionalmente, verificou-se no Plano de gestão e desenvolvimento de coleção das bibliotecas da UPC (documento 2.5) que o número de documentos incorporados em um ano

no UPCommons é um dos dados utilizados para realizar a avaliação do acervo das bibliotecas da universidade com relação ao seu volume. Com isso, são levantados indicadores acerca do grau de cobertura dos depósitos, evolução temporal e quantidade de documentos incluídos por determinado assunto e área temática.

**idUS:** conforme a Declaração de acesso aberto da US (documento 4.3), o repositório compromete-se a disponibilizar dados aos seus autores sobre *download*, visitas e citações de obras depositadas. Anualmente, no Guia de bibliotecas da US são apresentados em infográfico os principais indicadores do repositório, incluindo número de *downloads*, visitas e obras depositadas. Além disso, o idUS permite consultar o quantitativo de visitas e *downloads* de cada recurso de conteúdo por mês e localidade. Fornece também o número total de visitas e *downloads* realizados em todo o acervo, países e cidades que mais visitaram o repositório, e *ranking* com recursos de conteúdo mais visitados e com mais *downloads* realizados (documento 4.4).

**DASH:** por meio do *DASH Stats*, são fornecidas estatísticas de *download* atualizadas diariamente e disponíveis de maneira agregada por escola, departamento ou coleção. As contagens por recursos de conteúdo estão disponíveis na página inicial de cada recurso, enquanto os autores de Harvard podem fazer *login* na plataforma para visualizar suas próprias contagens de *downloads*.

Adicionalmente, existe o *DASHboard*, semelhante ao *DASH Stats*, que oferece exibições para métricas internas e ferramentas de fluxo de trabalho. Com isso, os autores têm a possibilidade de consultar métricas conforme necessário e de receber relatórios mensais acerca da audiência de seus trabalhos (documentos 5.1, 5.4 e 5.8).

**UCL Discovery:** apresenta aos usuários estatísticas de *download* por publicação e permite a visualização de medidas por país, mês e ano. Para os pesquisadores, fornece estatísticas por publicação, por pesquisador ou por unidade acadêmica e também projeta entregar dados bibliométricos por autor e artigo. É previsto que, no *website* do repositório, sejam publicados periodicamente relatórios públicos sobre as estatísticas de uso dos recursos de conteúdo (documentos 6.1 e 6.4).

**ORA:** utiliza o serviço chamado Estatísticas de utilização do repositório institucional (*Institutional Repository Usage Statistics* - IRUS). O IRUS busca rastrear somente interações individuais de seres humanos, utilizando filtros para remover atividades de robôs e outros agentes não humanos, e também remover *downloads* de um arquivo pelo mesmo usuário, ou carregamentos repetidos de uma página. São registrados e apresentados no ORA os seguintes números: de visitantes únicos do site, de visitas a cada registro, e de *downloads* de arquivos

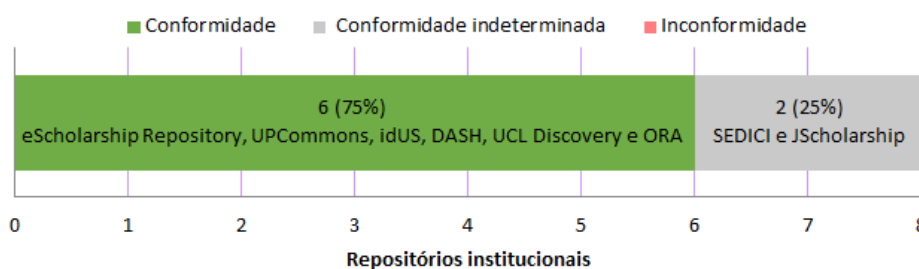


individuais. Relatórios com resumos mensais são gerados diariamente (documentos 7.9 e 7.15).

**SEDICI e JScholarship:** não foi localizada, na documentação elencada para o estudo, a informação referente à coleta e ao compartilhamento de informações sobre o uso dos recursos de conteúdo nesses repositórios institucionais. Portanto, as diretrizes destes dois repositórios foram consideradas de conformidade indeterminada. Contudo, no que se refere ao SEDICI, cabe evidenciar que um dos objetivos específicos da Política institucional de acesso aberto à produção científica, acadêmica e institucional da UNLP é a obtenção de dados e indicadores confiáveis sobre a produção intelectual da referida universidade (documento 3.8).

Conforme as informações apresentadas, o Gráfico 27 representa o status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais perante a característica desejada 8.4.

Gráfico 27 – Repositórios e conformidade das diretrizes com a característica desejada 8.4  
Coleta e compartilhamento de informações sobre o uso dos recursos de conteúdo



Fonte: elaborado pela autora

Verifica-se que as diretrizes de seis repositórios institucionais (eScholarship Repository, UPCommons, idUS, DASH, UCL Discovery e ORA), que equivalem a 75% da amostra, demonstram que estão em conformidade com a característica citada. Por outro lado, tanto o SEDICI quanto o JScholarship, representando 25% da amostra de repositórios, apresentam diretrizes em conformidade indeterminada com relação à característica desejada 8.4 do *Framework* da COAR (Gráfico 27).

Diante do exposto, o Quadro 17 ilustra o estado de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais frente às características essenciais 8.1 e 8.4 indicadas pela COAR, no que concerne à descrição do escopo dos recursos de conteúdo aceitos no repositório e da coleta e compartilhamento de informações sobre o uso dos recursos de conteúdo.

Quadro 17 – Status de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do *Framework* da COAR relativas à outras características dos recursos de conteúdo

Diretrizes dos Repositórios institucionais	Características	
	Essencial 8.1	Essencial 8.4
	Descrição do escopo dos recursos de conteúdo aceitos no repositório	Coleta e compartilhamento de informações sobre o uso dos recursos de conteúdo
eScholarship Repository	■	■
UPCommons	■	■
SEDICI	■	■
idUS	■	■
DASH	■	■
UCL Discovery	■	■
ORA	■	■
JScholarship	■	■

Legenda: ■ Conformidade ■ Conformidade indeterminada ■ Inconformidade

Fonte: elaborado pela autora

Em termos gerais, evidencia-se que seis repositórios institucionais, a saber: eScholarship Repository, UPCommons, idUS, DASH, UCL Discovery e ORA, apresentam diretrizes alinhadas e em conformidade com a duas características essenciais analisadas do *Framework* da COAR: 8.1 e 8.4. Por outro lado, os outros dois repositórios da amostra, SEDICI e JScholarship, demonstram conformidade apenas com a característica essencial 8.1 (quadro 17).

A seguir apresenta-se o cenário geral de alinhamento das diretrizes dos repositórios com as características do *Framework* da COAR. Esse panorama, baseado na análise segmentada anterior, é resultado do alcance do objetivo c, o qual consiste em verificar a conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais quanto às práticas de gestão de recursos de conteúdo propostas pelo *Framework* da COAR.

#### 4.2.9 Cenário geral de alinhamento das diretrizes dos repositórios com as características do *Framework* da COAR

Como resultado do objetivo c desta dissertação, esta seção exhibe o cenário geral de alinhamento das diretrizes dos oito repositórios institucionais no que se refere à análise de conformidade dessas diretrizes diante das práticas selecionadas do *Framework* para boas

práticas da COAR os quais influenciam a gestão de recursos de conteúdo nos repositórios, conforme exposto na tabela 4.

Tabela 4 – Cenário de conformidade das diretrizes dos repositórios com as características do *Framework* da COAR

Diretrizes dos repositórios institucionais	Conformidade	Conformidade Indeterminada	Inconformidade	Total de Diretrizes analisadas
eScholarship Repository (USA)	18 (69%)	8 (31%)		26 (100%)
UPCommons (ESP)	12 (46%)	14 (54%)		26 (100%)
SEDICI (ARG)	17 (65%)	8 (31%)	1 (4%)	26 (100%)
IdUS (ESP)	16 (62%)	10 (38%)		26 (100%)
DASH (USA)	15 (58%)	11 (42%)		26 (100%)
UCL Discovery (ENG)	12 (46%)	14 (54%)		26 (100%)
ORA (ENG)	20 (77%)	6 (23%)		26 (100%)
JScholarship (USA)	9 (35%)	16 (61%)	1 (4%)	26 (100%)
Total	119 (57%)	87 (42%)	2(1%)	208 (100%)

Fonte: elaborado pela autora

Conforme Tabela 4, do total de 208 diretrizes dos oito repositórios institucionais, verificou-se que: 119 (57%) diretrizes estão em conformidade com as características selecionadas no *Framework* da COAR, 87 (42%) tem diretrizes em conformidade indeterminada e duas (1%) diretrizes estão em inconformidade.

Na análise individual de cada repositório institucional, considerando 26 características do *Framework* da COAR, o ORA destaca-se como o repositório institucional com o maior nível de conformidade, com 20 diretrizes (77%) em conformidade e 6 diretrizes (23%) em conformidade indeterminada com relação às características do *Framework* da COAR. O eScholarship Repository também apresenta conformidade significativa, com 18 (69%) diretrizes em conformidade e 8 (31%) diretrizes apresentam conformidade indeterminada.

Na sequência, aparece o SEDICI com 17 (65%) diretrizes em conformidade, 8 (31%) diretrizes em conformidade indeterminada e 1 (4%) diretriz em inconformidade. A seguir, os repositórios institucionais idUS e DASH apresentam estado de conformidade aproximado. O idUS apresenta 16 (62%) e o DASH 15 (58%) diretrizes em conformidade perante as características do *Framework* da COAR. Quanto às diretrizes classificadas em conformidade indeterminada, o idUS possui 10 (38%) e o DASH possui 11 (42%).

Os repositórios UPCommons, UCL Discovery e o JScholarship apresentam o menor nível de conformidade e o maior nível de conformidade indeterminada. Referente ao UPCommons e o UCL Discovery, ambos possuem 12 (46%) diretrizes em conformidade com

o *Framework* da COAR, enquanto 14 (54%) diretrizes têm conformidade indeterminada. O JScholarship apresenta 9 (35%) diretrizes em conformidade, 16 (61%) diretrizes em conformidade indeterminada e 1 (4%) diretriz classificada em inconformidade com relação às características recomendadas pelo *Framework* da COAR.

Evidencia-se que os repositórios de universidades sediadas em países com o idioma principal inglês, apresentam o menor e o maior quantitativos de diretrizes em conformidade com o *Framework* da COAR, entre 9 e 20. O ORA, da Universidade de Oxford na Inglaterra, tem 20 diretrizes em conformidade; enquanto o JScholarship, da JHU nos Estados Unidos, possui 9 diretrizes em conformidade.

Os repositórios das universidades com o idioma preponderante espanhol possuem nível de conformidade intermediário, entre 12 e 17 diretrizes em conformidade com o *Framework* da COAR. Desses, o UPCommons da UPC na Espanha apresenta 12 diretrizes em conformidade, o SEDICI da UNLP na Argentina e o idUS da Universidade de Sevilha na Espanha apresentam respectivamente, cada um, 12, 17 e 16 diretrizes em conformidade com o *Framework* da COAR.

As duas diretrizes consideradas em inconformidade com o *Framework* da COAR estão presentes no SEDICI e no JScholarship. Desse modo, tanto os repositórios vinculados à universidade de regiões com língua inglesa, quanto os repositórios de universidades de locais com idioma espanhol, apresentam baixo nível de inconformidade.

O status de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais separados por ranking com as características do *Framework* da COAR, é apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Cenário de conformidade das diretrizes dos repositórios separados por *ranking* com as características do *Framework* da COAR

Diretrizes dos repositórios institucionais por <i>ranking</i>	Conformidade	Conformidade Indeterminada	Inconformidade	Total de diretrizes analisadas
<i>Ranking</i> Transparente 2023 (eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, e idUS)	63 (61%)	40 (38%)	1 (1%)	104 (100%)
CWTS Leiden <i>Ranking</i> 2023 (DASH, UCL Discovery, ORA e JScholarship)	56 (54%)	47 (45%)	1 (1%)	104 (100%)
Total	119 (57%)	87 (42%)	2 (1%)	208(100%)

Fonte: elaborado pela autora

Os quatro repositórios coletados do *Ranking* Transparente 2023 (eScholarship Repository, UPCommons, SEDICI, e idUS), apontados na Tabela 5, considerando a somatória de 104 diretrizes do conjunto, têm maior nível de conformidade com as recomendações do *Framework* da COAR, com 63 (61%) diretrizes em conformidade, 40 (38%) diretrizes em conformidade indeterminada e uma (1%) diretriz em inconformidade.

Enquanto os quatro repositórios coletados a partir do CWTS Leiden *Ranking* 2023 (DASH, UCL Discovery, ORA e JScholarship) apresentam 56 (54%) diretrizes em conformidade, 47 (45%) diretrizes em conformidade indeterminada e uma (1%) diretriz em inconformidade com o *Framework* da COAR.

A análise do nível de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais em relação aos objetivos do *Framework* da COAR, constam na Tabela 6.

Tabela 6 – Cenário de conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais por objetivos do *Framework* da COAR

Objetivos do <i>Framework</i>	Conformidade	Conformidade indeterminada	Inconformidade	Total de diretrizes analisadas
a) Capacidade e descoberta	22 (69%)	8 (25%)	2 (6%)	32 (100%)
b) Acesso	19 (47%)	21 (53%)		40 (100%)
c) Reutilização	20 (62%)	12 (38%)		32 (100%)
d) Integridade e autenticidade	13 (54%)	11 (46%)		24 (100%)
e) Garantia de qualidade	7 (87%)	1 (13%)		8 (100%)
f) Preservação	22 (46%)	26 (54%)		48 (100%)
g) Sustentabilidade e segurança	2 (25%)	6 (75%)		8 (100%)
h) Outras características	14 (87%)	2 (13%)		16 (100%)
Total	119 (57%)	87 (42%)	2(1%)	208(100%)

Fonte: elaborado pela autora

Da relação entre a conformidade das diretrizes dos repositórios e os objetivos do *Framework* da COAR apresentados na tabela 6, verifica-se que no objetivo **a)** Capacidade de descoberta: foram avaliadas 32 (100%) diretrizes, das quais 22 (69%) demonstram conformidade, 8 (25%) conformidade indeterminada, e 2 (6%) inconformidade. Referente ao objetivo **b)** Acesso: avaliou-se 40 (100%) diretrizes; sendo 19 (47%) em conformidade e 21 (53%) em conformidade indeterminada. No objetivo **c)** Reutilização: das 32 (100%) diretrizes examinadas; 20 (62%) têm conformidade e 12 (38%) têm conformidade indeterminada com o objetivo em questão.

Em relação ao objetivo **d)** Integridade e autenticidade, 24 (100%) diretrizes foram analisadas, entre as quais: 13 (54%) apresentam conformidade com o mencionado objetivo e

11 (46%) conformidade indeterminada. No objetivo **e**) Garantia de qualidade, verificou-se 8 (100%) diretrizes; dos quais: 7 (87%) estão em conformidade e 1 (13%) está em conformidade indeterminada. Já quanto ao objetivo **f**) Preservação, das 48 (100%) diretrizes avaliadas: 22 (46%) estão em conformidade com o referido objetivo e 26 (54%) apresentam conformidade indeterminada. No objetivo **g**) Sustentabilidade e segurança, das 8 (100%) diretrizes verificadas: 2 (25%) delas estão em conformidade e 6 (75%) tem conformidade indeterminada com o objetivo em questão. E, por fim, no objetivo **h**) Outras características, analisou-se 16 (100%) diretrizes: sendo que 14 (87%) apresentam conformidade com o mencionado objetivo e 2 (13%) diretrizes têm conformidade indeterminada.

Evidencia-se que os objetivos **e**) Garantia de qualidade e **h**) Outras características apresentam alto nível de conformidade, ambos demonstram 87% das diretrizes analisadas em conformidade com o *Framework* da COAR, tendo sido identificada apenas 1 diretriz em conformidade indeterminada no objetivo **e**) e duas no objetivo **h**) Os objetivos: **b**) Acesso; **f**) Preservação e, **g**) Sustentabilidade e Segurança, sinalizam baixo nível de conformidade, sendo que respectivamente: 53%, 54% e 75% das diretrizes averiguadas nestes quesitos demonstram conformidade indeterminada. Sendo que somente no objetivo **a**) Capacidade de descoberta encontrou-se diretrizes em inconformidade com o *Framework* da COAR.

Ao encerrar esta seção de apresentação dos resultados e análise das diretrizes dos repositórios institucionais de universidades à luz das características que influenciam a gestão dos recursos de conteúdo do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR, expõem-se a seguir as considerações finais, consolidando os resultados e as percepções obtidas, e delineando possíveis perspectivas para pesquisas futuras nesta área.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo dissertativo teve como objetivo geral analisar o alinhamento das diretrizes de gestão de recursos de conteúdo dos repositórios institucionais de universidades classificadas em *rankings* internacionais com a proposição de boas práticas da COAR, e este objetivo foi plenamente atendido.

Como resultado do objetivo a) “Identificar as diretrizes de repositórios institucionais de universidades selecionados a partir do CWTS Leiden *Ranking* e do *Ranking* Transparente: repositórios institucionais pelo Google Acadêmico”, primeiramente, selecionou-se oito repositórios institucionais de universidades sediadas em quatro diferentes países para compor a amostra do estudo. Tais repositórios selecionados foram: eScholarship Repository (USA), UPCommons (ESP), SEDICI (ARG) e idUS (ESP), selecionados a partir do CWTS Leiden *Ranking* de 2023, sendo que: DASH (USA), UCL Discovery (ENG), ORA (ENG) e JScholarship (USA) foram selecionados do *Ranking* Transparente de 2023. Na sequência, foram elencados 95 documentos contendo diretrizes relacionadas com a gestão, a regulamentação e as funções operacionais dos oito repositórios institucionais, incluindo principalmente aspectos referentes à gestão de recursos de conteúdo.

A distribuição ordenada desses documentos por repositórios revelou variações significativas, evidenciando diferenças na abordagem e na quantidade de documentos entre repositórios institucionais de países de língua espanhola e inglesa. Sendo que os repositórios de universidades de língua espanhola geralmente têm menos documentos disponíveis, enquanto os de língua inglesa apresentam quantidades maiores.

A análise dos documentos também revelou a ocorrência de uma diversidade de nomenclaturas e modelos, que abrangem desde aspectos de nível institucional até orientações específicas sobre o funcionamento dos repositórios. Além disso, os documentos variam, podendo ser classificados de tipo normativo, como no caso de políticas e termos de uso, ou de tipo orientador, como guias e perguntas frequentes, que também proporcionam diretrizes para o uso e manutenção dos repositórios institucionais. A uniformização da organização e nomenclatura das políticas com padrões reconhecidos, como o JISC, pode ser exemplificada pelas políticas do IDus e do SEDICI, que seguem tal padronização.

Ademais, observou-se uma dispersão significativa de informações, tanto nos *websites* específicos, quanto em diferentes documentos, com algumas informações se repetindo e outras se complementando de maneira fragmentada. Com isso, recomenda-se a centralização e

organização das informações pertinentes ao repositório institucional em um único local, podendo fazer uso de *links* que levem diretamente à fonte original, facilitando assim o acesso.

Para melhorar a compreensão, sugere-se utilizar *links* para referenciar documentos dentro de outros documentos e vincular diretrizes específicas a diretrizes mais amplas, proporcionando uma visão da estrutura hierárquica do conjunto de normas institucionais e evitando repetições e inconsistências. Nesse sentido, é importante que, caso as políticas da biblioteca ou do órgão responsável abranjam o repositório institucional, essa informação seja claramente declarada para garantir o alinhamento e interconexão entre as regulamentações. Além disso, a indicação de datas relacionadas às atualizações ou modificações nas diretrizes contribui para uma melhor organização e transparência dos processos envolvidos.

O objetivo b) “selecionar as características sobre a gestão de recursos de conteúdo no *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR”, foi previamente atendido pela tradução do inglês para o português da 2ª versão de 2022 do *Framework* da COAR. A referida tradução foi realizada pela própria pesquisadora, com base na 1ª versão de 2020 traduzida pelo IBICT, com o intuito de apoiar a análise pretendida e realizada, e também com a expectativa de que a mesma possa ser útil para as equipes que gerenciam repositórios digitais brasileiros.

Posteriormente, a identificação de práticas que influenciam a gestão de recursos de conteúdo em repositórios no *Framework* da COAR resultou na seleção de 26 características, sendo 18 essenciais e 8 desejadas. Tais características tematizam os seguintes aspectos acerca dos recursos de conteúdo: tipologia; acesso e restrição; condição de uso; remoção; formatos dos arquivos digitais; integridade e autenticidade; e preservação.

Essas características apresentam-se distribuídas nos oito diferentes objetivos do *Framework* da COAR: a) Capacidade e descoberta, b) Acesso, c) Reutilização, d) Integridade e autenticidade, e) Garantia de qualidade, f) Preservação, g) Sustentabilidade e segurança e, h) Outras características. A observação desse conjunto de características proporciona qualificar a gestão e a visibilidade de coleções científicas de repositórios institucionais, de modo a garantir o alinhamento com os preceitos do Acesso Aberto e Ciência Aberta, e com os requisitos de organizações internacionais envolvidas com o tema. Atrelado a isso, criou-se um sistema de códigos no ATLAS.ti representativo das características selecionadas que foi aplicado na análise dos documentos.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa procurou verificar a conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais quanto às práticas de gestão de recursos de conteúdo propostas pelo *Framework* da COAR. Como resultado geral, verificou-se que, das 208



diretrizes avaliadas dos oito repositórios institucionais em relação às 26 características do *Framework* da COAR, 57% (119) das diretrizes estão em conformidade, 42% (87) têm conformidade indeterminada e 1% (2) está em inconformidade.

Individualmente por repositório institucional, com base nas 26 características analisadas, o ORA se destaca com o maior nível de conformidade das suas diretrizes, com 77% (20), seguido pelo eScholarship Repository com 69% (18) e SEDICI com 65% (17). Os repositórios idUS e DASH têm conformidade aproximada, com 62% (16) e 58% (15), respectivamente. UPCommons, UCL Discovery e JScholarship apresentam um quantitativo menor de diretrizes em conformidade, com 46% (12), 46% (12) e 35% (9), respectivamente. Conseqüentemente, o nível de conformidade indeterminada é mais alto também nesses três últimos repositórios, variando de 54% (14) a 61% (16). O SEDICI e o JScholarship são os únicos que possuem 4% (1) de diretrizes em inconformidade.

Analisados por *ranking*, os quatro repositórios do *Ranking* Transparente apresentam um nível considerável de conformidade, sendo que 61% (63) das diretrizes estão em conformidade, 38% (40) têm conformidade indeterminada e 1% (1) está em inconformidade. Já os quatro repositórios selecionados a partir do CWTS Leiden *Ranking* têm um nível ligeiramente menor de conformidade, em que 54% (56) das diretrizes estão em conformidade, 45% (47) têm conformidade indeterminada e 1% (1) está em inconformidade.

Quanto ao número de diretrizes em conformidade com o *Framework* da COAR, observa-se que entre os repositórios de universidades de países de língua inglesa estudados, o menor número foi identificado em JScholarship (nove diretrizes) e o maior, em ORA (20 diretrizes). Em contraste, os repositórios de universidades de língua espanhola (como UPCommons, SEDICI e idUS) possuem níveis intermediários de conformidade, variando de 12 a 17 diretrizes em conformidade.

As duas diretrizes em inconformidade com o *Framework* da COAR estão presentes em repositórios diferentes nos dois *rankings*, sendo no SEDICI para o *Ranking* Transparente e no JScholarship para o CWTS Leiden *Ranking*. O que também demonstra que, tanto os repositórios de universidades em regiões de língua inglesa quanto os de língua espanhola, podem apresentar inconformidade, mesmo sendo de grandes universidades como a JHU (Johns Hopkins University).

Sob a perspectiva de análise da conformidade das diretrizes dos repositórios institucionais em relação aos objetivos do *Framework* da COAR, destacam-se os objetivos e) “Garantia de qualidade” e h) “Outras características”, que apresentam alto nível de conformidade, com 87% de diretrizes em conformidade. Por outro lado, os objetivos b)

“Acesso”, f) “Preservação” e g) “Sustentabilidade e Segurança”, indicam baixo nível de conformidade, com respectivamente 53%, 54% e 75% das diretrizes demonstrando conformidade indeterminada. Apenas no objetivo a) “Capacidade de descoberta” foram encontradas duas (6%) diretrizes em inconformidade com o *Framework* da COAR: uma em inconformidade com a característica essencial 1.3 (remoção de recursos do repositório e manutenção dos seus registros) no SEDICI, e a outra relativa à característica desejada 1.9 (possibilidade de vincular conteúdos relacionados por meio de *links*) no JScholarship.

Diante deste cenário, conclui-se que os repositórios institucionais do estudo têm diferentes níveis de conformidade com as características avaliadas do *Framework* da COAR. Enquanto alguns repositórios demonstram forte e moderada aderência ao *Framework*, outros apresentam lacunas significativas, especialmente em relação à conformidade indeterminada.

A conformidade sugere o alinhamento das diretrizes dos repositórios com os padrões estabelecidos pela COAR, podendo ter adesão total ou parcial. Cada repositório adota estratégias específicas para garantir a gestão dos seus recursos de conteúdo, adaptando-se às suas realidades institucionais. Desse modo, a análise das diretrizes revela a diversidade de práticas existentes, descrevendo práticas comuns e semelhantes entre os repositórios, e algumas distintas, o que reflete em alguns casos um enfoque regional ou soluções locais. As diretrizes analisadas variam quanto à profundidade, podendo ser superficiais e/ou genéricas, enquanto outras são mais detalhadas. Em certas situações, as diretrizes incluem exemplos, esclarecimentos, ou ainda indicam as etapas do procedimento, seja na própria política ou em documentos orientativos. Algumas diretrizes são específicas para determinados tipos de recursos de conteúdo, enquanto outras abrangem todo o acervo do repositório buscando um único direcionamento e encaminhamento.

Já a presença de conformidade indeterminada indica a ausência de documentação ou a falta de procedimentos especificados na documentação, o que pode gerar dificuldades no entendimento ou aplicação prática das diretrizes pelos gestores e usuários do repositório. Ademais, a identificação de diretrizes em inconformidade, embora em pequena porcentagem, destaca fragilidades pontuais que precisam de atenção no SEDICI e JScholarship, pois mesmo uma pequena inconformidade pode ter impactos relevantes no funcionamento do repositório.

Dessa maneira, aponta-se a necessidade de revisão ou correção de alguns aspectos específicos dos repositórios institucionais, visando o aprimoramento das diretrizes para que possam alcançar um alinhamento mais abrangente com os objetivos do *Framework* da COAR.

Sendo que esta avaliação de conformidade pode ser realizada como uma autoavaliação para identificar fraquezas e pontos a melhorar.

Incita-se que as políticas e documentos normativos dos repositórios institucionais incorporem diretrizes relacionadas a todas as práticas executadas, inclusive as da área de gestão de conteúdo, e que apontem os *frameworks* ou outras recomendações pertinentes que foram utilizados como base. Propõe-se que as diretrizes sejam redigidas de forma acessível ao público em geral e adaptáveis a diferentes públicos, bem como expressem as responsabilidades atribuídas tanto à instituição quanto aos depositantes e usuários finais. Sendo vantajoso identificar diretrizes específicas para os depositantes e usuários dos recursos de conteúdo, permitindo uma abordagem diferenciada. Além disso, ao incluir diretrizes em documentos orientativos, como guias ou perguntas frequentes, sugere-se indicar claramente, quando existente e registrada, a política utilizada como referência e fornecer um *link* para ela, reforçando a precisão das informações e possibilitando o rastreamento das fontes.

Compreende-se que a disponibilização pública de práticas e diretrizes documentadas em políticas pode ser considerada uma postura pró-ativa benéfica para o próprio repositório institucional, e interessante para outros repositórios que buscam aprender com boas práticas ou soluções inovadoras. Tal medida propicia a promoção de uma cultura colaborativa para a obtenção de ações exitosas e o aprimoramento mútuo dos repositórios institucionais.

Nesse sentido, a identificação e descrição de diretrizes alinhadas com o *Framework* da COAR nas políticas de repositórios institucionais universitários que constam em posições de destaque em *rankings* internacionais podem servir de subsídios e exemplos de boas práticas aos profissionais atuantes em repositórios consolidados e em desenvolvimento. Com isso, buscou-se com a pesquisa oferecer informações que possam orientar e direcionar o planejamento e a elaboração de diretrizes acerca da gestão de recursos de conteúdo de forma consistente e criteriosa. Para que isto ocorra, é necessário proceder à adequação das coleções digitais de acordo com os objetivos e as realidades institucionais, e buscando também atender às recomendações internacionais. Tais procedimentos, ainda, possibilitam a internacionalização dos repositórios institucionais e, conseqüentemente, oportunizam maior visibilidade aos resultados de pesquisa das universidades.

Após a análise conduzida, observa-se a pertinência em investigar futuramente algumas questões, tais como, aplicar o *Framework* da COAR na sua totalidade a um repositório institucional, configurando-o como um estudo de caso. Também, mostra-se interessante identificar e compreender as possíveis razões subjacentes à ausência de informações específicas sobre a gestão de recursos de conteúdo nos documentos e políticas, e

avaliar a concordância entre as diretrizes documentadas e as práticas efetivamente implementadas no contexto dos repositórios institucionais.

Por fim, pretende-se que este estudo seja útil ao contribuir para a sustentabilidade e o aperfeiçoamento dos repositórios institucionais de universidades, e por meio disso, colaborar para a democratização e uso do conhecimento científico gerado pelas instituições de ensino superior, principalmente as universidades brasileiras.

## REFERÊNCIAS

- ALLEN, Alice; HUCKA, Mike; MORRELL, Tom et al. **Nine Best Practices for Research Software Registries and Repositories: A Concise Guide**. Davis: FORCE11 Software Citation Implementation Working Group, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.48550/arXiv.2012.13117>. Acesso em: 18 fev. 2023.
- ALMEIDA, Marco Antônio de; DAMIAN, Ieda Pelógia Martins. Humanidades Digitais: um campo praxiológico para mediações e políticas culturais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: ANCIB; UFPB, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/187367>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Recomendações para elaboração de política de preservação digital**. [S. l.]: Arquivo Nacional, 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/recomendacoes-tecnicas-1/politica\\_presercacao\\_digital.pdf](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/recomendacoes-tecnicas-1/politica_presercacao_digital.pdf). Acesso em: 19 jun 2022.
- ATLAS.TI. **ATLAS.ti 23 Windows - User Manual**. Berlin: ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH, 2023. Disponível em: <https://doc.atlasti.com/ManualWin/Intro/IntroductionPreface.html>. Acesso em 03 nov. 2023.
- BABINI, Dominique; ROVELLI, Laura. **Tendencias recientes en las políticas científicas de ciencia abierta y acceso abierto en Iberoamérica**. Buenos Aires: CLACSO; Fundación Carolina, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10760/40955>. Acesso em: 04 jan. 2023.
- BAPTISTA, Ana Alice; COSTA, Sely Maria de Souza; KURAMOTO, Hélio; RODRIGUES, Eloy . Comunicação científica: o papel da open archives initiative no contexto do acesso livre. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 1-17, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2007v12nesp1p1>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- BARNES, Tina; MOYLE, Martin; BROWN, Josh; SADLER, Kathy. **Electronic doctoral theses in the UK: A sector-wide survey into policies, practice and barriers to Open Access**. Lichfield: UK Council for Graduate Education, 2012. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1339905/>. Acesso em: 27 set. 2022.
- BARROSO, Pedro Augusto de Lima et al. Repositórios digitais: do acesso à preservação e certificação. In: SANTOS, Eliete Correia dos; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino de; SILVA, Alzira Karla Araújo da. **Seminário de Saberes Arquivísticos: SESA Intercâmbio Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2017. p. 265-301. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/111390>. Acesso em: 06 maio 2022.
- BARTON, Mary R.; WATERS, Margaret M. **Creating an Institutional Repository: LEADIRS Workbook**. Cambridge: MIT Libraries, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1721.1/26698>. Acesso em: nov. 2022.
- BARWICK, Joanna. **Building an institutional repository at Loughborough University: Some experiences**. Program: Electronic Library and Information Systems, v. 41, n. 2, pp.

113–123, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00330330710742890>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BERLIN declaration on open access to knowledge in the science and humanities. Berlin: Max Planck Society; Max Planck Institute for the History of Science, 2003. Disponível em: [https://openaccess.mpg.de/67605/berlin\\_declaration\\_engl.pdf](https://openaccess.mpg.de/67605/berlin_declaration_engl.pdf). Acesso em: 23 jun. 2022

BETHESDA Statement on Open Access Publishing. [S.l]: Bethesda Statement on Open Access Publishing, 2003. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/handle/1/4725199>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD DE SEVILLA. **Guías de la BUS: Ciencia Abierta**. Sevilha: US, 2023a. Disponível em: <https://guiasbus.us.es/ciencia-abierta/normativa>. Acesso em: 26 set. 2023.

BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD DE SEVILLA. **Guías de la BUS: idUS**. Sevilha: US, 2023b. Disponível em: <https://guiasbus.us.es/idus>. Acesso em: 26 set. 2023.

BIBLIOTECA PÚBLICA UNLP. **Colecciones digitales**. La Plata: UNLP, 2023a. Disponível em: <https://bibliotecas.biblio.unlp.edu.ar/colecciones-digitales/>. Acesso em: 29 set. 2023.

BIBLIOTECA PÚBLICA UNLP. **Presentación**. La Plata: UNLP, 2023b. Disponível em: <https://bibliotecas.unlp.edu.ar/presentacion/>. Acesso em: 29 set. 2023.

BJÖRK, Bo-Christer. The hybrid model for open access publication of scholarly articles: A failed experiment? **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 63, n. 8, p. 1496-1504, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.22709>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BJÖRK, Bo-Christer *et al.* Anatomy of green open access. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 65, n. 2, p. 237-250, nov. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.22963>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BOAI. **Read the Declaration**: Budapest Open Access Initiatives. Budapeste: BOAI, 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BOAI. **Prologue**: The Budapest Open Access Initiative after 10 years. Budapeste: BOAI, 2012. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BOAI. **The Budapest Open Access Initiative**: 20th anniversary recommendations. [S.l]: BOAI, 2022. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai20/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BOAI. **View Organization Signatures**. [S.l]: BOAI, 2023. Acesso em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/sign/signatures/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

BODÊ, Ernesto Carlos. Documento digital e preservação digital: algumas considerações conceituais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 503-

516, jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v9.n2.2016.2425>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BODLEIAN LIBRARIES. **About**. Oxford: Oxford University, 2023a. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/about>. Acesso em: 06 set. 2023.

BODLEIAN LIBRARIES. **Collections management**. Oxford: Oxford University, 2023b. Disponível em: <https://www.bodleian.ox.ac.uk/about/libraries/our-work/collections-management>. Acesso em: 06 set. 2023.

BODLEIAN LIBRARIES. **Content Policy**. Oxford: Oxford University, 2023c. Disponível em: [https://ora.ox.ac.uk/content\\_policy](https://ora.ox.ac.uk/content_policy). Acesso em: 06 set. 2023.

BODLEIAN LIBRARIES. **Open Scholarship Support**. Oxford: Oxford University, 2023d. Disponível em: <https://www.bodleian.ox.ac.uk/about/libraries/our-work/open-scholarship-support>. Acesso em: 06 set. 2023.

BOSMAN, Jeroen *et al.* **OA Diamond Journals Study**. Part 1: Findings. [S.l]: Science Europe, cOAlition S, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4558704>. Acesso em: 06 jan. 2023.

BOSMAN, Jeroen; KRAMER, Bianca. **Green OA: Publishers and Journals Allowing Zero Embargo and CC-BY**. *Innovations in Scholarly Communication*, Jul. 2020. Disponível em: <https://101innovations.wordpress.com/2020/07/16/green-oa-publishers-and-journals-allowing-zero-embargo-and-cc-by/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRANCO, Sérgio; BRITTO, Walter. **O que é Creative Commons?** *Novos modelos de direito autoral em um mundo mais criativo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11461>. Acesso: 22 ago 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243240>. Acesso em: 29 set. 2022.

BRAYNER, Aquiles Alencar. Curadoria Digital em Bibliotecas. In: SILVA, Fabiano Couto Corrêa da (Org.). **O perfil das novas competências na atuação bibliotecária**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 393-415. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/217080>. Acesso em: 14 maio 2022.

BUSTOS-GONZÁLEZ, Atilio; FERNÁNDEZ-PORCEL, Antonio; JOHNSON, Ian M. **Diretrizes para criação dos repositórios institucionais nas universidades e organizações de educação superior**. Paris: Babel Library, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10760/13512>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CALIFORNIA DIGITAL LIBRARY. **About eScholarship**. Oakland: University of California, 2017a. Disponível em: <https://escholarship.org/aboutEschol>. Acesso em: 12 set. 2023.

CALIFORNIA DIGITAL LIBRARY. **eScholarship Repository**. Oakland: University of California, 2017b. Disponível em: <https://escholarship.org/repository>. Acesso em: 12 set. 2023.

CALIFORNIA DIGITAL LIBRARY. **eScholarship Technical Infrastructure**. Oakland: University of California, 2023. Disponível em <https://help.escholarship.org/support/solutions/articles/9000134074-escholarship-technical-infrastructure>. Acesso em: 12 set. 2023.

CALIFORNIA DIGITAL LIBRARY. **Our Organization**. Oakland: University of California, 2017c. Disponível em: <https://cdlib.org/about/our-organization/>. Acesso em: 12 set. 2023.

CALIFORNIA DIGITAL LIBRARY. **Terms of Use and Copyright Information**. Oakland: University of California, 2017d. Disponível em: <https://escholarship.org/terms>. Acesso em: 12 set. 2023.

CALIFORNIA DIGITAL LIBRARY. **UC Open Access Policies**. Oakland: University of California, 2017e. Disponível em: <https://escholarship.org/ucopolicies>. Acesso em: 12 set. 2023.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Arquitetura da informação para repositórios digitais. In: SAYÃO, Luis et al. (Org.).

**Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 55- 82. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473>. Acesso em: nov. 2022.

CAPES. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos: **Portaria nº 013**, de 15 de fevereiro de 2006. CAPES: Brasília. 2006. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=822#anchor>. Acesso em: 20 out. 2022.

CAPES. **Avaliação [do Sistema Nacional de Pós-Graduação]**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao>. Acesso em: 20 out. 2022.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. A aplicação do desenvolvimento e gerenciamento de coleções na construção de repositórios institucionais. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 25–40, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91975>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CARVALHO, Catarina Prestes de; CARVALHO, Rodrigo Aquino de. Construção de políticas para repositórios institucionais: análise da ferramenta do OpenDOAR. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 26, n. 2, p.105-138, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/3450>. Acesso em: 28 mar. 2022.

CARVALHO NETO, Silvio; WILLINSKY, John; ALPERIN, Juan Pablo. Measuring, rating, supporting and strengthening open access scholarly publishing in Brazil. **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 24, n. 54, p. 1-25, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.24.2391>. Acesso em: 23 jan. 2023.



CASSÉ, Ana Paula Orico Marques. **Gestão da informação e da comunicação em repositórios institucionais: estudo comparativo entre a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Federal do Ceará**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10318>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CGU (Brasil). **5º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto**. Brasília: CGU, 2021. Disponível em: <https://basedeconhecimento.cgu.gov.br/handle/1/13990>. Acesso em: 03 fev. 2023.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2018. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=nlebk&AN=2244710&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 10 nov. 2022.

COALITION S; SCIENCE EUROPE. **Principles and implementation guidance**. In: Plan S Technical Guidance and Requirements. Brussels: cOAlition S, 2021. Disponível em: [https://www.coalition-s.org/technical-guidance\\_and\\_requirements/](https://www.coalition-s.org/technical-guidance_and_requirements/). Acesso em: 28 mar. 2022.

COAR. **About COAR**. Göttingen: COAR, 2021. Disponível em: <https://www.coar-repositories.org/about-coar/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

COAR. **COAR Community Framework for Best Practices in Repositories**. Version 2. Göttingen: COAR, 2022a. Disponível em: <https://www.coar-repositories.org/files/COAR-best-practices-framework-for-repositories-Version-2-July-19-2022.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2022

COAR. **COAR Community Framework for Best Practices in Repositories**. Version 1. Göttingen: COAR, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4110829>. Acesso em: 01 nov. 2022

COAR. **COAR Controlled Vocabularies for Repositories: Access Rights**. Göttingen: COAR, 2022b. Disponível em: [https://vocabularies.coar-repositories.org/access\\_rights/](https://vocabularies.coar-repositories.org/access_rights/). Acesso em: 02 nov. 2022.

COAR. **COAR Controlled Vocabularies for Repositories: Resource Type**. Göttingen: COAR, 2022c. Disponível em: [https://vocabularies.coar-repositories.org/resource\\_types/](https://vocabularies.coar-repositories.org/resource_types/). Acesso em: 02 nov. 2022.

COAR. **COAR Controlled Vocabularies for Repositories: Version Type**. Göttingen: COAR, 2022d. Disponível em: [https://vocabularies.coar-repositories.org/version\\_types/](https://vocabularies.coar-repositories.org/version_types/). Acesso em: 02 nov. 2022.

COAR. **Next Generation Repositories: behaviours and technical recommendations of the COAR next generation repositories working group**. Göttingen: COAR, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.1215014>. Acesso em: 28 nov. 2022.

COAR. **Quadro para Boas Práticas em Repositórios da Comunidade COAR**. Göttingen: COAR, 2020b; Brasília: IBICT, 2020. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1089>. Acesso em: 01 nov. 2022

COAR. **Open Consultation: COAR Community Framework for Best Practices in Repositories**. Göttingen: COAR, 2022e. <https://www.coar-repositories.org/news-updates/open-consultation-coar-community-framework-for-best-practices-in-repositories/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

CONARQ (Brasil). **Diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo nos termos do decreto nº 10.278/2020**. Rio de Janeiro: Conarq, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Diretrizes\\_digitalizacao\\_\\_2021.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Diretrizes_digitalizacao__2021.pdf). Acesso em: 6 dez. 2022.

CONARQ (Brasil). **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. 2. Versão. Rio de Janeiro: Conarq, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV205MAI2022.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CORETRUSTSEAL. About. Hague: CoreTrustSeal, 2023. Disponível em: <https://www.coretrustseal.org/about/>. Acesso em: 13 maio 2023.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, Luis et al. **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5470>. Acesso em: nov. 2022

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Open access institutional repositories in Latin America. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, Pittsburgh, n. 74, p. 1-14, jun. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2019.328>. Acesso em: 30 jul. 2022.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: IBICT, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23202>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CSIC. Ranking web of world repositories. 2022. Disponível em: <https://repositories.webometrics.info/en>. Acesso em: jan. 2023.

CWTS. **CWTS Leiden Ranking**. 2022. Disponível em: <https://www.leidenranking.com>. Acesso em: jan. 2023.

CREATIVE COMMONS. **Sobre as licenças**. [s.l.]: CC, [2017?]. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CREATIVE COMMONS. **O que você precisa saber sobre licenças CC**. [s.l.]: Creative Commons Brasil, 2020. Disponível em: <https://br.creativecommons.net/wp-content/uploads/sites/30/2021/02/CartilhaCCBrasil.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CREATIVE COMMONS. **2022 Creative Commons State of the Commons annual report**. [s.l.]: CC, 2023. Disponível em: <https://creativecommons.org/wp-content/uploads/2023/04/State-of-the-Commons-2022-for-Digital-Sharing-1.0.pdf>. Acesso em 20 abr. 2023

CROW, Raym. **The Case for Institutional Repositories: A SPARC Position Paper**. Washington: SPARC, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/215993546>. Acesso em: 23 dez. 2022.

CULL, Barry W. Reading revolutions: Online digital text and implications for reading in academe. **First Monday**, [S. l.], v. 16, n. 6, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5210/fm.v16i6.3340>. Acesso em: 05 out. 2022.

CZERNIEWICZ, Laura; GOODIER, Sarah. Open Access in South Africa: A case study and reflections. **South African Journal of Science**, Pretoria, v. 110, n. 9-10, p. 1-9, out. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/sajs.2014/20140111>. Acesso em: 17 out. 2022.

DORNER, Daniel G.; REVELL, James. Subject librarians' perceptions of institutional repositories as an information resource. *Online Information Review*, v. 36, n. 2, p. 261-277, abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/14684521211229066>. Acesso em: 16 nov. 2022.

DRUERY, Jackie; MCCORMACK, Nancy; MURPHY, Sharon. Are Best Practices Really Best? A Review of the Best Practices Literature in Library and Information Studies. **Evidence Based Library and Information Practice**, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 110-128, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.18438/B8RC9S>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ELAHI, Md. Hasinul; MEZBAH-UL-ISLAM, Muhammad. Open access repositories of Bangladesh: An analysis of the present status. **IFLA Journal**, [S.l.], v. 44, n. 2, p. 132-142, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0340035218763952>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ESF. **FAQ: About cOAlition S and Plan S**. Estrasburgo: ESF, 2022a. Disponível em: <https://www.coalition-s.org/faq-theme/about-coalition-s-and-plan-s/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

ESF. **Organisations endorsing Plan S and working jointly on its implementation**. Estrasburgo: ESF, 2022b. Disponível em: <https://www.coalition-s.org/organisations/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

ESF. **Principles and Implementation**. Estrasburgo: ESF, 2022c. Disponível em: <https://www.coalition-s.org/addendum-to-the-coalition-s-guidance-on-the-implementation-of-plan-s/principles-and-implementation/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

ESF. **Why Plan S**. Estrasburgo: ESF, 2022d. Disponível em: <https://www.coalition-s.org/why-plan-s/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

FENNER, Martin; CROSAS, Mercè; GRETHE, Jeffrey S. et al. A data citation roadmap for scholarly data repositories. **Scientific Data**, [S.l.] v. 6, n. 28, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41597-019-0031-8>. Acesso em: 16 nov. 2022.

FERREIRA, Ana Maria Jensen Ferreira da Costa et al. Serviços de informação em repositórios institucionais. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2017, Londrina. Eixo temático: Compartilhamento da Informação e do Conhecimento. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/462/300>. Acesso em: 26 abr. 2022.

FONSECA, Thaíssa Lage Matias da. **Elementos para a elaboração de políticas de funcionamento para repositórios institucionais das Universidades Federais Brasileiras: proposta de um modelo**. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/unirio/13048>. Acesso em: 12 maio 2022.

FRANCISCO, Deise Juliana *et al.* Análise de Conteúdo: como podemos analisar dados no campo da educação e tecnologias. In: PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edméa. (Org.). **Metodologia de pesquisa científica em Informática na Educação: abordagem qualitativa**. Porto Alegre: SBC, 2021. (Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 3) Disponível em: <https://metodologia.ceie-br.org/livro-3/>. Acesso em: 24 out. 2023.

FRIESE, Susanne. **CAQDAS and Grounded Theory Analysis**. MMG Working Paper 16-07. Göttingen: Max Planck Institute for the Study of Religious and Ethnic Diversity, 2016. Disponível em: <https://www.mmg.mpg.de/workingpapers>. Acesso em: 03 nov. 2023.

FRIESE, Susanne; SORATTO, Jacks; PIRES, Denise. **Carrying out a computer-aided thematic content analysis with ATLAS.ti**. MMG Working Paper 18-02. Göttingen: Max Planck Institute for the Study of Religious and Ethnic Diversity, 2018. Disponível em: <https://www.mmg.mpg.de/workingpapers>. Acesso em: 03 nov. 2023.

GALBREATH, Robert. Nailing Jell-O to the Wall? Collection Management in the Electronic Era. **North Carolina Libraries**, High Point, v. 55, n. 1, p. 18-21, jan. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.3776/ncl.v55i1.2893>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GO FAIR. **GO FAIR Initiative**. Hamburg: GO FAIR, 2023. Disponível em: <https://www.go-fair.org/go-fair-initiative/>. Acesso em: 12 maio 2023.

HALL, Mark Michael; CLOUGH, Paul; STEVENSON, Mark. Evaluating the Use of Clustering for Automatically Organising Digital Library Collections. In: ZAPHIRIS, Panayiotis; BUCHANAN, George; RASMUSSEN, Edie; LOIZIDES, Fernando (Eds.). **Theory and Practice of Digital Libraries**. Berlin: Springer, 2012. v. 7489. p. 323–334. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1007/978-3-642-33290-6\\_35](http://dx.doi.org/10.1007/978-3-642-33290-6_35). Acesso em: 09 mar. 2022.

HARVARD LIBRARY. **About DASH**. Cambridge: Harvard, 2022. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/pages/About>. Acesso em: 05 ago. 2023.

HARVARD LIBRARY. **Author Frequently Asked Questions**. Cambridge: Harvard, 2018a. Disponível em: <https://osc.hul.harvard.edu/authors/faq/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

HARVARD LIBRARY. **DASH**. Cambridge: Harvard, 2023a. Disponível em: <https://library.harvard.edu/services-tools/dash>. Acesso em: 05 ago. 2023.

HARVARD LIBRARY. **DRS Policy Guide**. Version 4.1. Cambridge: Harvard, 2020.

Disponível em:

<https://wiki.harvard.edu/confluence/display/digitalpreservation/DRS+Policy+Guide>. Acesso em: 04 dez. 2023.

HARVARD LIBRARY. **Harvard Dataverse**. Cambridge: Harvard, 2023b. Disponível em:

<https://library.harvard.edu/services-tools/harvard-dataverse>. Acesso em: 05 ago. 2023.

HARVARD LIBRARY. **Home**. Cambridge: Harvard, 2018b. Disponível em:

<https://osc.hul.harvard.edu>. Acesso em: 05 ago. 2023.

HARVARD LIBRARY. **Open Access Policies**. Cambridge: Harvard, 2018c. Disponível em:

<https://osc.hul.harvard.edu/policies/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

HARVARD UNIVERSITY. **Schools**. Cambridge: Harvard, 2023a. Disponível em:

<https://www.harvard.edu/about/history/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

HARVARD UNIVERSITY. **The history of Harvard**. Cambridge: Harvard, 2023b.

Disponível em: <https://www.harvard.edu/about/history/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ-COLLADO, Carlos; BAPTISTA-LUCIO, Pilar. **Metodología de la investigación**. 6. ed. México: McGrawMc Graw Hill Education, 2014.

IANA. **Media Types**. 2023. Disponível em: <http://www.iana.org/assignments/media-types>.

Acesso em: 04 maio. 2023.

IBICT. **Diadorim**: Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras. Brasília;

Rio de Janeiro: IBICT, 2023. Disponível em: <https://diadorim.ibict.br/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

IBICT. **Documento de apoio ao Diadorim**. 4ª versão. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT,

2019a. Disponível em: <https://diadorim.ibict.br/Documentos.jsp>. Acesso em: 01 fev. 2023.

IBICT. **Padrões e diretrizes: conheça os padrões e diretrizes da BDTD**. Brasília; Rio de

Janeiro: IBICT, 2019b. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/Content/patterns>. Acesso em: 21 nov. 2022.

IBICT. **O Oasisbr**: Critérios para coleta de fontes de informação. Brasília; Rio de Janeiro:

IBICT, [202-]. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/about/home>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ICC. **Guia de Propriedade Intelectual da ICC**: questões atuais e emergentes para empresários e formuladores de políticas. Paris: ICC, 2020. Disponível

em: <https://www.iccbrasil.org/wp-content/uploads/2021/09/ip-roadmap-2020.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

INEP. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação**: presencial e a distância:

reconhecimento e renovação de conhecimento. Brasília: INEP, MEC, 2017a. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf). Acesso em: 20 dez. 2022.

INEP. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação**: presencial e a distância: autorização. Brasília: INEP, MEC, 2017b. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_autorizacao.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf). Acesso em: 20 dez. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior 2022**: principais resultados. Brasília: INEP, MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 12 fev. 2024.

INNARELLI, Humberto Celeste. **Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais**: proposta de um modelo conceitual. 2015. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: doi:10.11606/T.27.2015.tde-27052015-101628. Acesso em: 05 ago. 2022.

ISO. **ISO 16363:2012**: Space data and information transfer systems - Audit and certification of trustworthy digital repositories. Vernier: ISO, 2023. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/56510.html> Acesso em: 10 maio 2023.

ISO. **ISO 16363:2012**: Space data and information transfer systems - Audit and certification of trustworthy digital repositories. Vernier: ISO, 2012. Disponível em: <https://www.abntcolegiao.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2023.

JISC (Reino Unido). **About OpenDOAR**. Bristol: JISC, 2017. Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/opendoar/about.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

JISC (Reino Unido). **Advanced Search**. Bristol: JISC, [202-]. Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/cgi/search/repository/advanced>. Acesso em: 13 out. 2022.

JISC (Reino Unido). **OpenDOAR**. Bristol: JISC, 2022. Disponível em: <https://beta.jisc.ac.uk/opendoar>. Acesso em: 17 dez. 2022.

JISC (Reino Unido). **OpenDOAR**: Directory. Bristol: JISC, 2023a. Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/opendoar/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

JISC (Reino Unido). **Sherpa Romeo Statistics**. Bristol: JISC, 2023b. Disponível em: [https://v2.sherpa.ac.uk/view/romeo\\_visualisations/1.html](https://v2.sherpa.ac.uk/view/romeo_visualisations/1.html). Acesso em: 20 abr. 2023.

JISC (Reino Unido). **Sherpa Romeo User Guide**. Version 4. Bristol: JISC, 2020. Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/romeo/help.html>. Acesso em: 23 fev. 2023.

JISC (Reino Unido). **Tools and support**. Bristol: JISC, 2021. Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/opendoar/policytool/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

JOHNSON, Peggy. **Fundamentals of collection development and management**. 3rd. ed. London: American Library Association, 2014.

JOHNS HOPKINS LIBRARIES. **JScholarship**. Baltimore: Johns Hopkins University, 2023a. Disponível em: <https://databases.library.jhu.edu/databases/database/JHU05216>. Acesso em: 11 set. 2023.

JOHNS HOPKINS LIBRARIES. **Scholarly Communication**. Baltimore: Johns Hopkins University, 2023b. Disponível em: <https://www.library.jhu.edu/library-services/scholarly-communication/>. Acesso em: 11 set. 2023.

JOHNS HOPKINS LIBRARIES. **Digital Research & Curation Center**. Baltimore: Johns Hopkins University, 2023c. Disponível em: [https://www.library.jhu.edu/library-departments/digital-research-curation-center/?review\\_state=published&start.query:record:list:date=2009-06-16+23%3A59%3A59&start.range:record=max&end.query:record:list:date=2009-06-16+00%3A00%3A00&end.range:record=min](https://www.library.jhu.edu/library-departments/digital-research-curation-center/?review_state=published&start.query:record:list:date=2009-06-16+23%3A59%3A59&start.range:record=max&end.query:record:list:date=2009-06-16+00%3A00%3A00&end.range:record=min). Acesso em: 11 set. 2023.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Johns Hopkins Fact Book**. Baltimore: Johns Hopkins University, 2022. Disponível em: <https://www.jhu.edu/assets/uploads/2018/12/johnshopkinsfactbook.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Open Access Policy**. Baltimore: Johns Hopkins University, 2023a. Disponível em: <https://provost.jhu.edu/about/open-access/johns-hopkins-faculty-open-access-policy/compliance/>. Acesso em: 11 set. 2023.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Open Tools for the Hopkins Community**. Baltimore: Johns Hopkins University, 2023b. Disponível em: <https://provost.jhu.edu/about/open-access/hopkins-libraries-and-open/open-tools/>. Acesso em: 11 set. 2023.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Schools & Divisions**. Baltimore: Johns Hopkins University, 2023c. Disponível em: <https://www.jhu.edu/schools/>. Acesso em: 11 set. 2023.

JUNGMANN, Diana de Mello; BONETTI, Esther Aquemi. **A caminho da inovação: proteção e negócios com bens de propriedade intelectual: guia para o empresário**. Brasília: IEL, 2010. Disponível em: [https://www.gov.br/inpi/pt-br/composicao/arquivos/guia\\_empresa\\_riel-senai-e-inpi.pdf](https://www.gov.br/inpi/pt-br/composicao/arquivos/guia_empresa_riel-senai-e-inpi.pdf). Acesso em: 19 dez. 2022.

LA REFERENCIA. **Uma América Latina interoperável com os padrões internacionais de acesso aberto**. 2016. Disponível em: <https://www.lareferencia.info/pt/servicios/directrices>. Acesso em: 21 nov. 2022.

LAZZARI, Leticia. **Políticas para gestão da produção científica da Universidade do Estado de Santa Catarina. Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00007b/00007b75.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. 2 ed. Brasília: IBICT, 2009. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/775>. Acesso em: 06 maio 2022.

LEITE, Fernando César Lima; AMARO, Bianca; BATISTA, Tainá; COSTA, Michelli. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT, 2012. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 17 mar. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS (United States of America). **Library of Congress Recommended Formats Statement 2022-2023**. Washington: Library of Congress, 2023. Disponível em: <https://www.loc.gov/preservation/resources/rfs/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2023

LIBRARY OF CONGRESS (United States of America). **Sustainability Factors**. In: Sustainability of Digital Formats: Planning for Library of Congress Collections. Washington: Library of Congress, 2017. Disponível em: <https://www.loc.gov/preservation/digital/formats/sustain/sustain.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LIN, Dawei et al. The TRUST Principles for digital repositories. **Scientific Data**, [S.l.], v. 7, n. 144, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41597-020-0486-7>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LYRASIS. **DSpace 7 Press Release**. 2021. Disponível em: <https://dspace.lyrasis.org/2021/08/02/dspace-7-press-release/>. Acesso em: nov. 2022.

LYRASIS. **Metadata and Bitstream Format Registries**. 2018. Disponível em: <https://wiki.lyrasis.org/display/DSDOC7x/Metadata+and+Bitstream+Format+Registries#MetadataandBitstreamFormatRegistries-DefaultBitstreamFormatRegistry> Acesso em: 02 fev. 2023.

LYRASIS. **Support for DSpace 5 and 6 is ending in 2023**. 2022a. Disponível em: <https://wiki.lyrasis.org/display/DSPACE/Support+for+DSpace+5+and+6+is+ending+in+2023> . Acesso em: jan. 2023

LYRASIS. **Technical Specifications**. 2022b. Disponível em: <https://dspace.lyrasis.org/2022/10/27/technical-specifications/>. Acesso em: jan. 2023

LYRASIS. **Is your site missing?** Register your ArchivesSpace, CollectionSpace, DSpace, Fedora, or VIVO site here. 2023. Disponível em: <https://registry.lyrasis.org/>. Acesso em: 02 fev. 2023

LYNCH, Clifford A. Institutional Repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **Portal: Libraries and the Academy**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 327-336, abr. 2003. Project MUSE. Disponível em: doi: 10.1353/pla.2003.0039. Acesso em: 17 maio 2022.

LUZÓN, María José. 2017. Connecting Genres and Languages in Online Scholarly Communication: An Analysis of Research Group Blogs. **Written Communication**, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 441-471, set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0741088317726298>. Acesso em: 23 set. 2022.



LIBRARIES, PUBLICATIONS AND ARCHIVES SERVICE. **About UPCommons**.

Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2023a. Disponível em:

<https://upcommons.upc.edu/page/about>. Acesso em: 20 set. 2023.

LIBRARIES, PUBLICATIONS AND ARCHIVES SERVICE. **FAIR research data**.

Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2023b. Disponível em:

<https://bibliotecnica.upc.edu/en/investigadors/dades-recerca-fair#altres-diposits>. Acesso em: 20 set. 2023.

LIBRARIES, PUBLICATIONS AND ARCHIVES SERVICE. **Open access**. Barcelona:

Universitat Politècnica de Catalunya, 2023c. Disponível em:

<https://bibliotecnica.upc.edu/en/investigadors/acces-obert#complir-mandats-acces-obert-h2020-horizon-europe-llei-ciencia-punts-par-upc>. Acesso em: 20 set. 2023.

LIBRARIES, PUBLICATIONS AND ARCHIVES SERVICE. **Science open to the UPC**.

Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2023d. Disponível em:

<https://bibliotecnica.upc.edu/en/investigadors/ciencia-oberta-upc#publicacio-cientifica>. Acesso em: 20 set. 2023.

LIBRARIES, PUBLICATIONS AND ARCHIVES SERVICE. **Transformative agreements and grants to publish in open access at the UPC**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2023e. Disponível em:

<https://bibliotecnica.upc.edu/en/investigadors/acces-obert/acords-transformatius-ajuts-publicar-acces-obert-upc#quines-editorials-upc-ha-signat-acords-transformatius>. Acesso em: 20 set. 2023.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. À guisa de introdução:

repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória,

livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/473>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MARQUES, Clediane de Araújo Guedes. Gerenciamento de repositórios digitais:

apontamentos práticos para o desenvolvimento dos repositórios institucionais. **ConCI**:

Convergência em Ciência da Informação, São Cristóvão, v. 3 n. 2, n. 2, p. 135-162, jul. 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.33467/conci.v3i2.13438>. Acesso em: 10 maio 2022.

MCINTIRE, Mary Ellen . Librarians leap to the aid of researchers whose funding will soon

depend on open access. **Chronicle of Higher Education**, jul. 2015. Disponível em:

<http://chronicle.com/article/Librarians-Leap-to-the-Aid-of/231997>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MURIITHI, Petronilla . HORNER, David ; PEMBERTON, Lyn . Factors contributing to

adoption and use of information and communication technologies within research

collaborations in Kenya. **Information Technology for Development**, [S.l.], v. 22, n.1, p. 84-

100, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02681102.2015.1121856>. Acesso em: 23

set. 2022.

NDSA. **Using the Levels of Digital Preservation**: an overview for V2.0. Alexandria, EUA:

NDSA, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/NT8U9>. Acesso em 25 out.

2022.

NASCIMENTO, Aline Vieira do; SANTOS, Ana Cristina Gomes. Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Universitárias: O Caso dos Repositórios Institucionais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS ,17., 2012, Gramado. **Anais [...]**. Gramado: UFRGS, 2012. p. 1-13. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5780>. Acesso em: 19 ago. 2022.

NASCIMENTO, Andréa Gonçalves do. **Plano de preservação digital**: Repositório Institucional Arca (Versão 1.0). Rio de Janeiro: Fiocruz/ICICT, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41394>. Acesso em: 14 nov. 2022.

NISO. **Journal Article Versions (JAV)**: Recommendations of the NISO/ALPSP JAV Technical Working Group. Baltimore: NISO, 2008. Disponível em: <https://www.niso.org/publications/niso-rp-8-2008-jav>. Acesso em 09 dez. 2022.

NETO, Silvio Carvalho; WILLINSKY, John; ALPERIN, Juan Pablo. Measuring, rating, supporting, and strengthening open access scholarly publishing in brazil. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S.l], v. 24, n.54, p. 1-25, maio 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275043450033>. Acesso em: 18 ago. 2022.

OPENAIRE. **OpenAIRE Content Acquisition Policies**. 2018a. Disponível em: <https://zenodo.org/record/1446408#.YpyfW8XMLIU>. Acesso em: 02 fev. 2023.

OPENAIRE. **OpenAIRE Guidelines for Literature Repository Managers 4.1**. 2021. Disponível em: <https://openaire-guidelines-for-literature-repository-managers.readthedocs.io/en/latest/introduction.html>. Acesso em: 02 fev. 2023.

OPENAIRE. **OpenAIRE Guidelines**. 2022. Disponível em: <https://guidelines.openaire.eu/en/latest/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

OPENAIRE. **What are repositories?** 2018b. Disponível em: <https://www.openaire.eu/where-can-i-read-more-about-fp7>. Acesso em: 13 out. 2022.

OXFORD UNIVERSITY. **Governance**. Oxford: Oxford University, 2023a. Disponível em: <https://www.ox.ac.uk/about/organisation/governance>. Acesso em: 06 set. 2023.

OXFORD UNIVERSITY. **History**. Oxford: Oxford University, 2023b. Disponível em: <https://www.ox.ac.uk/about/organisation/history>. Acesso em: 06 set. 2023.

OXFORD UNIVERSITY. **Oxford University policy: summary**. Oxford: Oxford University, 2022. Disponível em: <https://openaccess.ox.ac.uk/oapp>. Acesso em: 06 set. 2023.

OXFORD UNIVERSITY. **Paying for open access articles**. Oxford: Oxford University, 2023c. Disponível em: <https://openaccess.ox.ac.uk/oa-payments>. Acesso em: 06 set. 2023.

OXFORD UNIVERSITY. **The University as a charity**. Oxford: Oxford University, 2023d. Disponível em: <https://www.ox.ac.uk/about/organisation/university-as-a-charity>. Acesso em: 06 set. 2023.

OFFICE OF SCHOLARLY COMMUNICATION. **Data Sharing Policies & Tools**. Oakland: University of California, 2023a. Disponível em: <https://osc.universityofcalifornia.edu/for-authors/open-data/>. Acesso em: 12 set. 2023.

OFFICE OF SCHOLARLY COMMUNICATION. **Diversity, Equity, and Inclusion in Scholarly Communication**. Oakland: University of California, 2023b. Disponível em: <https://osc.universityofcalifornia.edu/scholarly-publishing/diversity-equity-and-inclusion-in-scholarly-communication/>. Acesso em: 12 set. 2023.

OFFICE OF SCHOLARLY COMMUNICATION. **OA Publishing Agreements and Discounts**. Oakland: University of California, 2023c. Disponível em: <https://osc.universityofcalifornia.edu/for-authors/publishing-discounts/>. Acesso em: 12 set. 2023.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

PENDERGRASS, Keith L.; SAMPSON, Walker, WALSH, Tim; ALAGNA, Laura. Toward Environmentally Sustainable Digital Preservation. **The American Archivist**, v. 82, n. 1, p. 165–206, mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17723/0360-9081-82.1.165>. Acesso em: 14 out. 2022.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Por que humanidades digitais na ciência da informação? Perspectivas pregressas e futuras de uma prática transdisciplinar comum. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.30, n.2, p. 1-20, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n2.52122>. Acesso em: 23 jan. 2023.

QUEIROZ, Claudete Fernandes de; ARAUJO, Luciana Danielli de. Bibliotecário de Repositórios. In: SILVA, Fabiano Couto Corrêa da (Org.). **O perfil das novas competências na atuação bibliotecária**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 133-163. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/217080>. Acesso em: 14 maio 2021.

RDA. **The Trust Principles** - An RDA Community Effort. [S.l.]: RDA, 2020. Disponível em: <https://www.rd-alliance.org/trust-principles-rda-community-effort>. Acesso em: 19 dez. 2022.

REITZ, Joan M. **ODLIS: online dictionary for Library and Information Science**. [S.l.]: ABC-CLIO, 2014. Disponível em: [https://odlis.abc-clio.com/odlis\\_about.html](https://odlis.abc-clio.com/odlis_about.html). Acesso em: 12 dez. 2022.

RICO-CASTRO, Pilar; BONORA, Laura. **Políticas de acceso abierto en América Latina, el Caribe y la Unión Europea: avances para un diálogo político**. Luxemburgo: Comisión Europea, Dirección General de Investigación e Innovación, Oficina de Publicaciones de la Unión Europea, 2023. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2777/162>. Acesso em: 23 abr. 2023.

RODRÍGUEZ ORTEGA, Nuria. Digital Humanities, Digital Art History and Artistic Culture: Relationships and Disconnections. **Artnodes**, [S.l.], n.13, p. 16-25, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7238/a.v0i13.2017>. Acesso em: 11 jan. 2023.

ROSA, Flávia; GOMES, Maria João. Dos promotores aos utilizadores: estudos sobre o RepositórioUM. In: GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Org.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/616>. Acesso em: 19 ago. 2022.

ROSA, Juliane Alves. **Práticas de preservação digital em unidades de informação no Distrito Federal**. 2014. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10430/6/2014\\_JulianeAlvesRosa.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10430/6/2014_JulianeAlvesRosa.pdf). Acesso em: 13 jun. 2022.

ROY, Bijan Kumar; BISWAS, Subal Chandra, MUKHOPADHYAY, Parthasarathi. Collection Development and Organization in Institutional Digital Repositories: From Policy to Practice. **International Journal of Information Science and Management**, Shiraz, v. 20, n. 1, p. 15-39, jan./mar. 2022. Disponível em: [https://ijism.ricest.ac.ir/article\\_698355.html](https://ijism.ricest.ac.ir/article_698355.html). Acesso em: dez. 2022.

ROJANO-ALVARADO, Yolmis-Nicolas; CONTRERAS-CUENTAS, Margarita-María; CARDONA-ARBELÁEZ, Diego. El proceso etnográfico y la gestión estratégica de datos cualitativos con la utilización del aplicativo Atlas.ti. **Revista Saber, Ciencia y Libertad**, v.16, n.2, p. 175-192, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18041/2382-3240/saber.2021v16n2.6500>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SANDLER, Mark. Collection development in the “age” day of google. **Library Resources & Technical Services**, [S.l.], v. 50, n.4, p. 239–243, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/lrts.50n4.239>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SANDSTRÖM, Malin; ABRAMS, Mathew; BJAALIE, Jan G. et al. Recommendations for repositories and scientific gateways from a neuroscience perspective. **Scientific Data**, [S.l.], v. 9, n. 212, p. 1-5, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41597-022-01334-1>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SANTOS, Paula Xavier dos; FURNIEL, Ana Cristina da Matta; SILVA, Rosane Mendes da; GUANAES, Paulo Cezar Vieira; BARRAL NETO, Manoel; LIMA, Umberto Trigueiros; LIMA, Nísia Trindade. Política de acesso aberto ao conhecimento: análise da experiência da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 210-226, jun. 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/633>. Acesso em: 17 maio 2022.

SANTOS, Thayse Natália Cantanhede. **Curadoria digital: o conceito no período de 2000 a 2013**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17324> . Acesso: 19 out. 2022.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano 1, n. 1, p. 1–14, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SAYÃO, Luis Fernando. Preservação digital no contexto das bibliotecas digitais: uma breve introdução. In: MARCONDES, Carlos. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: Ufba; Brasília: Ibict, 2005. p. 115-146. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1013>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. Software livre para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, Luis et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/473>. Acesso em: 19 ago. 2021.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41- 61, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37415> Acesso em: 16 jun. 2022.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; SILVA, Faysa de Maria Oliveira. Da preservação digital à curadoria digital. In: SIEBRA, Sandra de Albuquerque; BORBA, Vildeane da Rocha (Org.). **Preservação digital e suas facetas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 265-302. Disponível em: [http://www.liber.ufpe.br/nova/wp-content/uploads/2021/06/Ebook\\_Preservac%CC%A7a%CC%83o\\_Digital.pdf](http://www.liber.ufpe.br/nova/wp-content/uploads/2021/06/Ebook_Preservac%CC%A7a%CC%83o_Digital.pdf). Acesso em: 14 ago. 2022.

SILVA, Fabiana Vilar. **Subsídios para a elaboração de uma política de depósito mandatória em repositórios institucionais brasileiros: uma análise de estudos de casos a partir dos elementos de desenvolvimento de coleções**. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/unirio/11842>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo França. **Manual do DSpace: administração de repositórios**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/769>. Acesso em: 06 maio 2022.

SWAN, Alma. **Diretrizes para políticas de desenvolvimento e promoção do acesso aberto**. Brasília: UNESCO Brasil, IBICT, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246018>. Acesso em: 16 set. 2022.

SCIENCE EUROPE. **Plan S Principles**. 2019. Disponível em: <https://www.coalition-s.org/addendum-to-the-coalition-s-guidance-on-the-implementation-of-plan-s/principles-and-implementation/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SPENCE, Paul. Centros y fronteras: el panorama internacional de las humanidades digitales. In: LÓPEZ POZA, Sagrario; SUEIRO, Nieves Pena (Ed.). **Humanidades Digitales: desafíos, logros y perspectivas de futuro**. [S.l.]: Janus, 2014. Anexo 1, p. 37–61. Disponível em: <https://www.janusdigital.es/anexos/contribucion.htm?id=6>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SUNYE, Marcos et al. A experiência da UFPR na construção de repositórios digitais: a implantação integrada das ferramentas Dspace e Open Journal System. In: SAYÃO, Luis et al (Orgs). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 107-122. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473>. Acesso em: nov. 2022

SOUZA, Claudia Barbosa dos Santos de; SPUDEIT, Daniela. Práticas gerenciais em bibliotecas universitárias: possibilidades para inovação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 18, p. 1–20, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1728>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SUBER, Peter. **Open Access**. Cambridge: MIT Press, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.7551/mitpress/9286.001.0001>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SOUZA NETO, Rômulo Andrade de *et al.* Efeitos dos Softwares de Análise de Dados Qualitativos na Qualidade de Pesquisas. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, PR, Brasil, v. 23, n. 3, art. 5, p. 373-394, maio/junho, 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019170357>. Acesso em: 16 out. 2023.

SILVA JUNIOR, Luiz Alberto; LEÃO, Marcelo Brito Carneiro. O software Atlas.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 715-728, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030011>. Acesso em: 16 out. 2023.

TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda. **Análise de risco e preservação digital**: uma abordagem sistemática na Rede Memorial de Pernambuco. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26453>. Acesso em: 29 maio 2022.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios Institucionais: diretrizes para políticas de informação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ENANCIB, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/178608>. Acesso em: 18 set. 2022.

TORINO, Emanuelle. Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implementação. In: VECHIATO, Fernando et al. (Org.). **Repositórios digitais**: teoria e prática. Curitiba: EDUTFPR, 2017. p. 91–114. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2755>. Acesso em: 7 jun. 2022.

THIBODEAU, Kenneth. If you build it, will it fly? Criteria for success in a digital repository. **Journal of Digital Information**, Texas, v. 8, n. 2, set. 2007. Disponível em: <https://jodi-ojs-tdl.tdl.org/jodi/article/view/197>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UNESCO. **Charter on the Preservation of the Digital Heritage**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000229034.locale=en>. Acesso em: 6 de dez. 2022.

UNESCO. **Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta**. Brasília: UNESCO Office Brasília, 2022a. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por). Acesso em: 12 jan. 2023.

UNESCO. **Bolstering open science infrastructures for all**. Paris: UNESCO, 2022b. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383711>. Acesso em: 12 jan. 2023.

UNESCO. **Understanding open science**. Paris: UNESCO, 2022c. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383323>. Acesso em: 12 jan. 2023.

UNESCO. **An introduction to the UNESCO Recommendation on Open Science**. Paris: UNESCO, 2022d. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383771>. Acesso em: 12 jan. 2023.

UNIVERSITY COLLEGE LONDON. **About UCL**. London: UCL, 2023. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/about>. Acesso em: 6 set. 2023.

UNIVERSITY COLLEGE LONDON. **UCL Publications Policy**. London: UCL, 2012. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/library/open-access/ucl-publications-policy-2012>. Acesso em: 6 set. 2023.

UCL LIBRARY SERVICES. **About UCL Discovery**. London: UCL, 2023a. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/about.html>. Acesso em: 6 set. 2023.

UCL LIBRARY SERVICES. **About UCL Library Services**. London: UCL, 2023b. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/library/about-us/about-ucl-library-services>. Acesso em: 6 set. 2023.

UCL LIBRARY SERVICES. **Open access funding and agreements**. London: UCL, 2023c. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/open-access-funding-and-agreements>. Acesso em: 6 set. 2023.

UCL LIBRARY SERVICES. **UCL Discovery Plus**. London: UCL, 2023d. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/plus/>. Acesso em: 6 set. 2023.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA. **Campuses & locations**. Oakland: University of California, 2023. Disponível em: <https://www.universityofcalifornia.edu/campuses-locations>. Acesso em: 12 set. 2023.

UNIVERSITAT POLITÈCNICA DE CATALUNYA. **The institution**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2023. Disponível em: <https://www.upc.edu/en/the-upc/the-institution>. Acesso em: 20 set. 2023.

UNIVERSIDAD DE SEVILLA. **Apoyo a la investigación**. Sevilla: US, 2019a. Disponível em: <https://www.us.es/investigar/biblioteca>. Acesso em: 26 set. 2023.

UNIVERSIDAD DE SEVILLA. **Conoce nuestros orígenes**. Sevilla: US, 2019b. Disponível em: <https://www.us.es/laUS/historia>. Acesso em: 26 set. 2023.

UNIVERSIDAD DE SEVILLA. **Espacios de investigación**. Sevilla: US, 2019c. Disponível em: <https://www.us.es/investigar/investigar-en-la-US/espacios-de-investigacion>. Acesso em: 26 set. 2023.

UNIVERSIDAD DE SEVILLA. **La información de todos nuestros centros**. Sevilla: US, 2019d. Disponível em: <https://www.us.es/vivir-la-us/centros-y-departamentos>. Acesso em: 26 set. 2023.

UNIVERSIDAD DE SEVILLA. **Oferta Académica**. Sevilla: US, 2023. Disponível em: <https://cat.us.es/oferta-academica>. Acesso em: 26 set. 2023.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. **¡Bienvenido!** La Plata: UNLP, 2023a. Disponível em: <https://prebi.unlp.edu.ar/>. Acesso em: 29 set. 2023.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. **¿Qué es SEDICI?** La Plata: UNLP, 2023b. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/pages/queEsSedici>. Acesso em: 29 set. 2023.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. **Enseñanza**. La Plata: UNLP, 2017a. Disponível em: <https://unlp.edu.ar/ensenanza/ensenanza-7970-12970/>. Acesso em: 29 set. 2023.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. **Gobierno**. La Plata: UNLP, 2017b. Disponível em: <https://unlp.edu.ar/institucional/unlp/gobierno/gobierno-de-la-unlp-7943-12943/>. Acesso em: 29 set. 2023.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. **Historia de la Universidad Nacional de La Plata**. La Plata: UNLP, 2017c. Disponível em: <https://unlp.edu.ar/institucional/unlp/historia/historia-de-la-universidad-nacional-de-la-plata-7946-12946/>. Acesso em: 29 set. 2023.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. **Investigación**. La Plata: UNLP, 2017d. Disponível em: <https://unlp.edu.ar/investigacion/investigacion-7964-12964/>. Acesso em: 29 set. 2023.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. **Ordenanza no. 264/03**. La Plata: UNLP, 2003. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/18183>. Acesso em: 29 set. 2023.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. **Políticas del repositorio**. La Plata: UNLP, 2023c. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/pages/politicas#fnVersiones>. Acesso em: 29 set. 2023.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. **Repositorios Institucionales de la UNLP**. La Plata: UNLP, 2019. Disponível em: <https://unlp.edu.ar/investigacion/recursos/repositorios-institucionales-de-la-unlp-14543-19543/>. Acesso em: 29 set. 2023.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. **Se presentó el Repositorio de Datos de Investigación de la UNLP**. La Plata: UNLP, 2023d. Disponível em: <https://unlp.edu.ar/institucional/se-presento-el-repositorio-de-datos-de-investigacion-de-la-unlp-73542/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. **SEDICI: Repositorio Institucional de la UNLP**. La Plata: UNLP, 2023e. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/>. Acesso em: 29 set. 2023.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Processos de compartilhamento e socialização do conhecimento em ambientes empresariais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.45, n.3, p.97-109, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v45i3.4050>. Acesso em: 28 jan. 2023.



VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1997.

VIANA, Cassandra Lúcia de Maya, MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Repositórios institucionais baseados em DSpace e Eprints e sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5683>. Acesso em: 06 jul. 2022.

VOLLMER, Timothy. Creative commons and open access in an academic library: Implementation, tools, policy and education. In: COATES, Jessica; OWEN, Victoria; REILLY, Susan. **Navigating Copyright for Libraries: Purpose and Scope**. Berlin/Boston: IFLA publications, 2022. v. 181, p. 378- 404. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110732009>. Acesso em: 10 fev. 2023

WADNERKAR, Vaishali B. Best Practices to Enhance the Services and Skills in Academic Libraries: A Study of Reaccredited Colleges in Maharashtra. **Asian Journal of Managerial Science**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 40–45, 2014. Disponível em: <https://ojs.trp.org.in/index.php/ajms/article/view/1159>. Acesso em: 3 jan. 2023.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica: o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: doi:10.11606/T.27.2006.tde-14052009-133509. Acesso em: 11 maio. 2022.

WEITZEL, Simone da Rocha; MESQUITA, Marco Aurélio Alencar de. Preservação digital em repositórios institucionais: práticas na região sudeste do Brasil. **Liinc em Revista**, [S.l.], v. 11, n. 1, maio 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v11i1.778>. Acesso em: 30 nov. 2022.

WESTELL, Mary. Institutional repositories: proposed indicators of success. **Library Hi Tech**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 211-126, abr. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/07378830610669583>. Acesso em: 26 nov. 2022.

WIKIMEDIA COMMONS CONTRIBUTORS. **File: Creative Commons license spectrum pt.svg**. [S.l.]: Wikimedia Commons, 2022. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Creative\\_Commons\\_license\\_spectrum\\_pt.svg&oldid=654600533](https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Creative_Commons_license_spectrum_pt.svg&oldid=654600533). Acesso em: 4 maio 2023.

WILKINSON, Mark D., DUMONTIER, Michel, AALBERSBERG, IJsbrand Jan et al. The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, [S.l.], v. 3, n. 160018, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/sdata.2016.18>. Acesso em: 23 nov. 2022.

WIPO. **Convention Establishing the World Intellectual Property Organization: as amended on September 28, 1979**. Geneva: WIPO, 1979. Disponível em: <https://www.wipo.int/wipolex/es/text/283833>. Acesso em: 12 jan. 2023.

WIPO. **What is intellectual property?** Geneva: WIPO, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34667/tind.42176>. Acesso em: 12 jan. 2023.

YAKEL, Elizabeth et al. **Secrets of success: Identifying success factors in institutional repositories.** Michigan: University of Michigan School of Information, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1853/28419>. Acesso em: 25 nov. 2022.

YAMAOKA, Eloi Juniti; GAUTHIER, Fernando Ostuni. Objetos digitais: em busca da precisão conceitual. **Informação e Informação**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 77-97, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2013v18n2p77>. Acesso em: 13 set. 2022.  
WADNERKAR, Vaishali B. Best Practices to Enhance the Services and Skills in Academic Libraries: A Study of Reaccredited Colleges in Maharashtra. **Asian Journal of Managerial Science**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 40-45, 2014. Disponível em: <https://ojs.trp.org.in/index.php/ajms/article/view/1159>. Acesso em: 3 jan. 2023.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica: o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil.** 2006. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: doi:10.11606/T.27.2006.tde-14052009-133509. Acesso em: 11 maio. 2022.

WEITZEL, Simone da Rocha; MESQUITA, Marco Aurélio Alencar de. Preservação digital em repositórios institucionais: práticas na região sudeste do Brasil. **Liinc em Revista**, [S.l.], v. 11, n. 1, maio 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v11i1.778>. Acesso em: 30 nov. 2022.

WESTELL, Mary. Institutional repositories: proposed indicators of success. **Library Hi Tech**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 211-126, abr. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/07378830610669583>. Acesso em: 26 nov. 2022.

WIKIMEDIA COMMONS CONTRIBUTORS. **File: Creative Commons license spectrum pt.svg.** [S.l.]: Wikimedia Commons, 2022. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Creative\\_Commons\\_license\\_spectrum\\_pt.svg&oldid=654600533](https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Creative_Commons_license_spectrum_pt.svg&oldid=654600533). Acesso em: 4 maio 2023.

WILKINSON, Mark D., DUMONTIER, Michel, AALBERSBERG, IJsbrand Jan et al. The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, [S.l.], v. 3, n. 160018, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/sdata.2016.18>. Acesso em: 23 nov. 2022.

WIPO. **Convention Establishing the World Intellectual Property Organization: as amended on September 28, 1979.** Geneva: WIPO, 1979. Disponível em: <https://www.wipo.int/wipolex/es/text/283833>. Acesso em: 12 jan. 2023.

WIPO. **What is intellectual property?** Geneva: WIPO, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34667/tind.42176>. Acesso em: 12 jan. 2023.

YAKEL, Elizabeth et al. **Secrets of success: Identifying success factors in institutional repositories.** Michigan: University of Michigan School of Information, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1853/28419>. Acesso em: 25 nov. 2022.

YAMAOKA, Eloi Juniti; GAUTHIER, Fernando Ostuni. Objetos digitais: em busca da precisão conceitual. **Informação e Informação**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 77-97, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2013v18n2p77>. Acesso em: 13 set. 2022.

## APÊNDICE A – Documentos relacionados à gestão e ao funcionamento dos repositórios institucionais objeto do estudo

(continua)

Repositório	Universidade	Nº	Nomenclatura do documento	Fonte
eScholarship Repository	Universidade da Califórnia (Estados unidos)	1.1	Repositório eScholarship	<a href="https://escholarship.org/repository">https://escholarship.org/repository</a>
		1.2	Sobre eScholarship	<a href="https://escholarship.org/aboutEschol">https://escholarship.org/aboutEschol</a>
		1.3	Políticas do site eScholarship	<a href="https://escholarship.org/policies">https://escholarship.org/policies</a>
		1.4	Termos de uso do eScholarship e informações sobre direitos autorais	<a href="https://escholarship.org/terms">https://escholarship.org/terms</a>
		1.5	Termos de uso da CDL	<a href="https://cdlib.org/about/policies-and-guidelines/terms-conditions/">https://cdlib.org/about/policies-and-guidelines/terms-conditions/</a>
		1.6	Política de desenvolvimento de coleções digitais da UC	<a href="https://libraries.universityofcalifornia.edu/about/key-documents/">https://libraries.universityofcalifornia.edu/about/key-documents/</a>
		1.7	Acessibilidade para pessoas com deficiência	<a href="https://cdlib.org/about/policies-and-guidelines/accessibility/">https://cdlib.org/about/policies-and-guidelines/accessibility/</a>
		1.8	Políticas de Acesso Aberto da UC	<a href="https://escholarship.org/ucopolicies">https://escholarship.org/ucopolicies</a>
		1.9	Política de Acesso Aberto presidencial da UC	<a href="https://osc.universityofcalifornia.edu/scholarly-publishing/uc-open-access-policies-background/presidential/">https://osc.universityofcalifornia.edu/scholarly-publishing/uc-open-access-policies-background/presidential/</a>
		1.10	Deposite seu trabalho	<a href="https://osc.universityofcalifornia.edu/for-authors/open-access-policy/deposit/">https://osc.universityofcalifornia.edu/for-authors/open-access-policy/deposit/</a>
		1.11	Teses e dissertações de Acesso Aberto	<a href="https://osc.universityofcalifornia.edu/for-authors/dissertations-theses/">https://osc.universityofcalifornia.edu/for-authors/dissertations-theses/</a>
		1.12	Política de Acesso Aberto para teses e dissertações	<a href="https://policy.ucop.edu/doc/2000688/">https://policy.ucop.edu/doc/2000688/</a>
		1.13	Diretrizes CDL para objetos digitais	<a href="https://cdlib.org/wp-content/uploads/2023/09/GDO.pdf">https://cdlib.org/wp-content/uploads/2023/09/GDO.pdf</a>
		1.14	Serviço de preservação e acesso ETD: CDL	<a href="https://cdlib.org/services/uc3/etd/">https://cdlib.org/services/uc3/etd/</a>
		1.15	Principais diretrizes de segurança e práticas de suporte de linha de base para tecnologia da informação da CDL	<a href="https://cdlib.org/about/policies-and-guidelines/information-technology-guidelines/">https://cdlib.org/about/policies-and-guidelines/information-technology-guidelines/</a>
		1.16	Suporte ao sistema de gerenciamento de publicações da UC	<a href="https://help.oapolicy.universityofcalifornia.edu/support/solutions">https://help.oapolicy.universityofcalifornia.edu/support/solutions</a>
		1.17	Suporte ao eScholarship	<a href="https://help.escholarship.org/support/home">https://help.escholarship.org/support/home</a>
UPCommons	Universidade Politécnica da Catalunha (Espanha)	2.1	Sobre UPCommons	<a href="https://upcommons.upc.edu/page/about">https://upcommons.upc.edu/page/about</a>
		2.2	Como publicar no UPCommons	<a href="https://upcommons.upc.edu/page/com-publicar">https://upcommons.upc.edu/page/com-publicar</a>
		2.3	Visibilidade em FUTUR e UPCommons	<a href="https://bibliotecna.upc.edu/en/investigadors/visibilitat-futur-upcommons#interoperabilitat-openaire-recolecta">https://bibliotecna.upc.edu/en/investigadors/visibilitat-futur-upcommons#interoperabilitat-openaire-recolecta</a>
		2.4	Exames UPC	<a href="https://bibliotecna.upc.edu/colleccions/examens">https://bibliotecna.upc.edu/colleccions/examens</a>
		2.5	Plano de gestão e desenvolvimento da coleção das bibliotecas UPC	<a href="https://bibliotecna.upc.edu/sites/default/files/pagines_generals/colleccions/pla-gestio-colleccio.pdf">https://bibliotecna.upc.edu/sites/default/files/pagines_generals/colleccions/pla-gestio-colleccio.pdf</a>
		2.6	Como publicar no Aprender (conteúdo didático)	<a href="https://apren.upc.edu/ca/publish">https://apren.upc.edu/ca/publish</a>
		2.7	Elaborar artigos científicos e teses de doutorado	<a href="https://bibliotecna.upc.edu/investigadors/elaborar-articles-cientifics-tesis-doctorals#estructurar-redactar-tesi">https://bibliotecna.upc.edu/investigadors/elaborar-articles-cientifics-tesis-doctorals#estructurar-redactar-tesi</a>

(continuação)

Repositório	Universidade	Nº	Nomenclatura do documento	Fonte
UPCommons	Universidade Politécnica da Catalunha (Espanha)	2.8	Normas para documentos institucionais e software livre na UPC	<a href="https://govern.upc.edu/ca/consell-de-govern/consell-de-govern/sessio-de-consell-de-govern/informe-del-rector/estandards-per-a-documents-institucionals-i-programari-lliure-a-la-upc">https://govern.upc.edu/ca/consell-de-govern/consell-de-govern/sessio-de-consell-de-govern/informe-del-rector/estandards-per-a-documents-institucionals-i-programari-lliure-a-la-upc</a>
		2.9	Quais são as condições de acesso? (trabalho final de licenciatura ou final de mestrado)	<a href="https://biblioteca.upc.edu/en/colleccions/treballs-fi-estudis-upc#pots-trobar-treballs-creats-marc-campusab">https://biblioteca.upc.edu/en/colleccions/treballs-fi-estudis-upc#pots-trobar-treballs-creats-marc-campusab</a>
		2.10	Propriedade intelectual de trabalhos académicos UPC	<a href="https://biblioteca.upc.edu/en/propietat-intellectual/propietat-intellectual-treballs-academics-upc#editorials-depredadores">https://biblioteca.upc.edu/en/propietat-intellectual/propietat-intellectual-treballs-academics-upc#editorials-depredadores</a>
		2.11	UPCommons como ferramenta de gerenciamento de direitos autorais	<a href="https://biblioteca.upc.edu/en/propietat-intellectual/upcommons-eina-gestio-drets-autor#visites-descarregues-obres-dipositades">https://biblioteca.upc.edu/en/propietat-intellectual/upcommons-eina-gestio-drets-autor#visites-descarregues-obres-dipositades</a>
		2.12	Onde posto meus vídeos?	<a href="https://serveistic.upc.edu/ca/produccio-audiovisual/faq/on-publico-els-meus-videos">https://serveistic.upc.edu/ca/produccio-audiovisual/faq/on-publico-els-meus-videos</a>
		2.13	Regulamento sobre a atribuição de pontos de atividade de pesquisa exclusivamente para publicações de acesso aberto	<a href="https://biblioteca.upc.edu/sites/default/files/pagines_generals/coneix/punts-par-eng.pdf">https://biblioteca.upc.edu/sites/default/files/pagines_generals/coneix/punts-par-eng.pdf</a>
		2.14	Política institucional de Acesso Aberto: acesso, visibilidade, impacto e preservação da produção acadêmica da UPC na internet	<a href="https://biblioteca.upc.edu/sites/default/files/pagines_generals/investigadors/politicainstitucional_english.pdf">https://biblioteca.upc.edu/sites/default/files/pagines_generals/investigadors/politicainstitucional_english.pdf</a>
		2.15	Perguntas frequentes de Acesso Aberto	<a href="https://biblioteca.upc.edu/en/investigadors/acces-obert/faq-acces-obert">https://biblioteca.upc.edu/en/investigadors/acces-obert/faq-acces-obert</a>
Servicio de Difusión de la Creación Intelectual (SEDICI)	Universidade Nacional de La Plata (Argentina)	3.1	Políticas do Repositório	<a href="http://sedici.unlp.edu.ar/pages/politicas#fnVersiones">http://sedici.unlp.edu.ar/pages/politicas#fnVersiones</a>
		3.2	Licença de distribuição não exclusiva	<a href="http://sedici.unlp.edu.ar/static/resources/licencia_de_deposito.pdf">http://sedici.unlp.edu.ar/static/resources/licencia_de_deposito.pdf</a>
		3.3	Como adicionar trabalhos	<a href="http://sedici.unlp.edu.ar/pages/comoAgregarTrabajos">http://sedici.unlp.edu.ar/pages/comoAgregarTrabajos</a>
		3.4	Procedimento de autoarquivamento no SEDICI	<a href="http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/26623">http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/26623</a>
		3.5	Perguntas frequentes	<a href="http://sedici.unlp.edu.ar/pages/FAQ">http://sedici.unlp.edu.ar/pages/FAQ</a>
		3.6	Informações para alunos de pós-graduação	<a href="http://sedici.unlp.edu.ar/pages/informacionTesistas">http://sedici.unlp.edu.ar/pages/informacionTesistas</a>
		3.7	Portaria nº. 264/03 sobre a criação do SEDICI	<a href="http://sedici.unlp.edu.ar/pages/resolucionSedici">http://sedici.unlp.edu.ar/pages/resolucionSedici</a>
		3.8	Política institucional de Acesso Aberto à produção científica, acadêmica e institucional	<a href="http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/147517">http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/147517</a>
Depósito de Investigación Universidad de Sevilla (idUS)	Universidade de Sevilla (Espanha)	4.1	Políticas idUS	<a href="https://idus.us.es/policy">https://idus.us.es/policy</a>
		4.2	Proteção de dados	<a href="https://bib.us.es/estudia_e_investiga/investigacion/bibliometria/proteccion-de-datos">https://bib.us.es/estudia_e_investiga/investigacion/bibliometria/proteccion-de-datos</a>
		4.3	Declaração institucional da US para a promoção de Acesso Aberto à produção científica	<a href="https://doctorado.us.es/impresos/normativa/Acuerdo_6.1-CG.18-7-14_declaracion_institucional_fomento_acceso_produccion_cientifica.pdf">https://doctorado.us.es/impresos/normativa/Acuerdo_6.1-CG.18-7-14_declaracion_institucional_fomento_acceso_produccion_cientifica.pdf</a>
		4.4	Guia das bibliotecas da US - idUS	<a href="https://guiasbus.us.es/idus">https://guiasbus.us.es/idus</a>
		4.5	Declaração do autor para a incorporação da tese de doutorado no idUS	<a href="https://guiasbus.us.es/idus/depositar">https://guiasbus.us.es/idus/depositar</a>
		4.6	Anexo I: Níveis de suporte de formato no Repositório	<a href="https://guiasbus.us.es/idus/depositar">https://guiasbus.us.es/idus/depositar</a>

(continuação)

Repositório	Universidade	Nº	Nomenclatura do documento	Fonte
<b>Digital Access to Scholarship at Harvard (DASH)</b>	Universidade de Harvard (Estados Unidos)	5.1	Pesquisando no DASH e depositando seu trabalho no DASH	<a href="https://library.harvard.edu/services-tools/dash">https://library.harvard.edu/services-tools/dash</a>
		5.2	Acessibilidade no DASH	<a href="https://dash.harvard.edu/pages/accessibility">https://dash.harvard.edu/pages/accessibility</a>
		5.3	Política de acessibilidade digital da Universidade de Harvard	<a href="https://accessibility.huit.harvard.edu/digital-accessibility-policy">https://accessibility.huit.harvard.edu/digital-accessibility-policy</a>
		5.4	O que é DASH?	<a href="https://dash.harvard.edu/">https://dash.harvard.edu/</a>
		5.5	Perguntas frequentes sobre DASH	<a href="https://dash.harvard.edu/pages/FAQ">https://dash.harvard.edu/pages/FAQ</a>
		5.6	Políticas de Acesso Aberto	<a href="https://osc.hul.harvard.edu/policies/">https://osc.hul.harvard.edu/policies/</a>
		5.7	Sobre o DASH	<a href="https://dash.harvard.edu/pages/About">https://dash.harvard.edu/pages/About</a>
		5.8	Tecnologia	<a href="https://osc.hul.harvard.edu/programs/technology/">https://osc.hul.harvard.edu/programs/technology/</a>
		5.9	Termos de uso do repositório DASH	<a href="https://dash.harvard.edu/pages/termsfuse">https://dash.harvard.edu/pages/termsfuse</a>
		5.10	Perguntas frequentes do autor	<a href="https://osc.hul.harvard.edu/authors/faq/">https://osc.hul.harvard.edu/authors/faq/</a>
		5.11	Wiki de preservação digital da Biblioteca de Harvard	<a href="https://wiki.harvard.edu/confluence/pages/viewpage.action?pageId=204385879">https://wiki.harvard.edu/confluence/pages/viewpage.action?pageId=204385879</a>
		5.12	Declaração de política de direitos autorais da Biblioteca Harvard	<a href="https://osc.hul.harvard.edu/programs/copyright/ccby/">https://osc.hul.harvard.edu/programs/copyright/ccby/</a>
<b>UCL Discovery</b>	Universidade de Londres (Inglaterra)	6.1	Política de publicações da UCL	<a href="https://www.ucl.ac.uk/library/open-access/ucl-publications-policy-2012">https://www.ucl.ac.uk/library/open-access/ucl-publications-policy-2012</a>
		6.2	Política de depósito de teses da UCL	<a href="https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/open-access-theses-how-deposit">https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/open-access-theses-how-deposit</a>
		6.3	Formulário de contrato de depósito de tese da UCL	<a href="https://www.ucl.ac.uk/library/sites/library/files/deposit-agreement.pdf">https://www.ucl.ac.uk/library/sites/library/files/deposit-agreement.pdf</a>
		6.4	Perguntas frequentes sobre Acesso Aberto e UCL Discovery	<a href="https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/open-access-frequently-asked-questions">https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/open-access-frequently-asked-questions</a>
		6.5	Termos de uso do UCL Discovery	<a href="https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/ucl-discovery-policies">https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/ucl-discovery-policies</a>
		6.6	Política de remoção do UCL Discovery	<a href="https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/ucl-discovery-policies">https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/ucl-discovery-policies</a>
		6.7	Declaração de acessibilidade para o site dos Serviços da Biblioteca	<a href="https://www.ucl.ac.uk/library/about-us/policies/accessibility-statement">https://www.ucl.ac.uk/library/about-us/policies/accessibility-statement</a>
		6.8	Sobre o UCL Discovery	<a href="https://discovery.ucl.ac.uk/about.html">https://discovery.ucl.ac.uk/about.html</a>
		6.9	Serviço de publicações de pesquisa da UCL	<a href="https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/ucls-research-publications-service-rps">https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/ucls-research-publications-service-rps</a>
		6.10	Tornando sua monografia ou capítulo de livro em acesso aberto	<a href="https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/making-your-monograph-or-book-chapter-open-access">https://www.ucl.ac.uk/library/open-science-research-support/open-access/making-your-monograph-or-book-chapter-open-access</a>
		6.11	Declaração de acessibilidade do site da UCL	<a href="https://www.ucl.ac.uk/accessibility/digital-accessibility-statements/ucl-website-accessibility-statement">https://www.ucl.ac.uk/accessibility/digital-accessibility-statements/ucl-website-accessibility-statement</a>
		6.12	Política de gerenciamento de coleção de serviços de biblioteca da UCL	<a href="https://www.ucl.ac.uk/library/about-us/policies/ucl-library-services-collection-management-policy">https://www.ucl.ac.uk/library/about-us/policies/ucl-library-services-collection-management-policy</a>
		6.13	Política de propriedade intelectual da UCL	<a href="https://www.ucl.ac.uk/enterprise/about/governance-and-policies/ucl-intellectual-property-ip-policy">https://www.ucl.ac.uk/enterprise/about/governance-and-policies/ucl-intellectual-property-ip-policy</a>

(conclusão)

Repositório	Universidade	Nº	Nomenclatura do documento	Fonte
<b>Oxford University Research Archive (ORA)</b>	Universidade de Oxford (Inglaterra)	7.1	Sobre	<a href="https://ora.ox.ac.uk/about">https://ora.ox.ac.uk/about</a>
		7.2	Política de conteúdo	<a href="https://ora.ox.ac.uk/content_policy">https://ora.ox.ac.uk/content_policy</a>
		7.3	Termos e condições de uso do ORA	<a href="https://ora.ox.ac.uk/terms_of_use">https://ora.ox.ac.uk/terms_of_use</a>
		7.4	OAI-PMH: um guia para colheitadeiras	<a href="https://ora.ox.ac.uk/api">https://ora.ox.ac.uk/api</a>
		7.5	Política de notificação e remoção	<a href="https://ora.ox.ac.uk/takedown">https://ora.ox.ac.uk/takedown</a>
		7.6	Política de envio	<a href="https://ora.ox.ac.uk/submission_policy">https://ora.ox.ac.uk/submission_policy</a>
		7.7	Contratos de depósito	<a href="https://ora.ox.ac.uk/deposit_agreements">https://ora.ox.ac.uk/deposit_agreements</a>
		7.8	Guia para usar ORA	<a href="https://libguides.bodleian.ox.ac.uk/ora/home">https://libguides.bodleian.ox.ac.uk/ora/home</a>
		7.9	Guia enviando sua tese para ORA	<a href="https://libguides.bodleian.ox.ac.uk/digitaltheses/ORA">https://libguides.bodleian.ox.ac.uk/digitaltheses/ORA</a>
		7.10	Política de publicações de acesso aberto da Universidade de Oxford	<a href="https://openaccess.ox.ac.uk/oapp-fulltext#collapse4279381">https://openaccess.ox.ac.uk/oapp-fulltext#collapse4279381</a>
		7.11	Política de preservação digital das Bibliotecas Bodleian	<a href="https://www.bodleian.ox.ac.uk/about/libraries/policies">https://www.bodleian.ox.ac.uk/about/libraries/policies</a>
		7.12	Isenção de responsabilidade do ORA	<a href="https://ora.ox.ac.uk/disclaimer">https://ora.ox.ac.uk/disclaimer</a>
		7.13	Ajuda e informações do ORA	<a href="https://www2.bodleian.ox.ac.uk/ora">https://www2.bodleian.ox.ac.uk/ora</a>
		7.14	Política de propriedade, responsabilidade e uso da Universidade de Oxford	<a href="https://www.ox.ac.uk/legal">https://www.ox.ac.uk/legal</a>
		7.15	ORA em números	<a href="https://ora.ox.ac.uk/stats">https://ora.ox.ac.uk/stats</a>
		7.16	Declaração de acessibilidade das Bibliotecas Bodleian	<a href="https://visit.bodleian.ox.ac.uk/website-accessibility">https://visit.bodleian.ox.ac.uk/website-accessibility</a>
<b>JScholarship</b>	Universidade Johns Hopkins (Estados Unidos)	8.1	Política de direitos e reproduções das bibliotecas da JHU	<a href="https://www.library.jhu.edu/policies/rights-and-reproductions/">https://www.library.jhu.edu/policies/rights-and-reproductions/</a>
		8.2	Declaração de uso e política de remoção de coleções digitais das bibliotecas da JHU	<a href="https://www.library.jhu.edu/policies/digital-collections-statement-use-takedown-policy/">https://www.library.jhu.edu/policies/digital-collections-statement-use-takedown-policy/</a>
		8.3	Perguntas frequentes sobre a Política de Acesso Aberto JHU	<a href="https://provost.jhu.edu/about/open-access/johns-hopkins-faculty-open-access-policy/faq/">https://provost.jhu.edu/about/open-access/johns-hopkins-faculty-open-access-policy/faq/</a>
		8.4	Isenção de responsabilidade e acessibilidade das Bibliotecas da JHU	<a href="https://www.library.jhu.edu/policies/disclaimer/">https://www.library.jhu.edu/policies/disclaimer/</a>
		8.5	Guia sobre Acesso Aberto e repositórios	<a href="https://guides.library.jhu.edu/open-access/repositories">https://guides.library.jhu.edu/open-access/repositories</a>
		8.6	Política de conformidade de direitos autorais da JHU	<a href="https://guides.library.jhu.edu/copyright">https://guides.library.jhu.edu/copyright</a>
		8.7	Políticas de teses ou dissertações eletrônicas da JHU	<a href="https://www.library.jhu.edu/library-services/electronic-theses-dissertations/">https://www.library.jhu.edu/library-services/electronic-theses-dissertations/</a>
		8.8	Política de acesso aberto da JHU	<a href="https://provost.jhu.edu/about/open-access/johns-hopkins-faculty-open-access-policy/compliance/">https://provost.jhu.edu/about/open-access/johns-hopkins-faculty-open-access-policy/compliance/</a>

Fonte: elaborado pela autora

ANEXO A – 2º versão do *Framework* para boas práticas em repositórios da comunidade COAR

(continua)

Objetivo	Características	
<b>a) Capacidade de descoberta</b>	Essencial	1.1 O repositório permite que os usuários apliquem metadados básicos do Dublin Core aos seus registros, bem como elementos mais granulares (por exemplo, para apoiar o multilinguismo, conformidade FAIR, esquemas de metadados regionais e baseados em disciplinas)
		1.2 O repositório permite a coleta de metadados usando OAI-PMH
		1.3 Nos casos em que o recurso foi retirado, o repositório fornece uma página <i>tombstone</i> (lápide) e o registro de metadados permanece disponível publicamente
		1.4 O repositório atribui identificadores persistentes ( <i>Persistent identifiers</i> - PIDs) que direcionam para a página inicial do recurso
		1.5 O repositório oferece uma ferramenta de busca
		1.6 Os metadados no repositório são indexados por serviços externos de descoberta acadêmica e agregadores (por exemplo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr))
		1.7 O repositório está incluído em um ou mais registros disciplinares ou gerais de repositórios (por exemplo, Re3data, OpenDOAR ou outros registros nacionais, regionais ou de domínio)
		1.8 Os metadados no repositório estão disponíveis em formatos legíveis por humanos e legíveis por máquinas
	Desejada	1.9 O repositório facilita a vinculação por <i>link</i> no registro de metadados entre conteúdos relacionados, como <i>preprints</i> (pré-impressões), artigos publicados, dados e software (por exemplo, incluindo PIDs para recursos relacionados mantidos em outro lugar)
		1.10 O repositório suporta PIDs para autores, financiadores, instituições, programas de financiamento e de bolsas e outras entidades relevantes
		1.11 Os metadados no repositório são disponibilizados sob uma dedicatória de domínio público Creative Commons / renúncia de direitos autorais e outros direitos (CC0)
		1.12 No caso de dados de pesquisa, o repositório suporta identificadores de dados em múltiplos níveis de granularidade, quando adequado (por exemplo, se houver pesquisa usando um subconjunto do conjunto de dados completo e é necessária uma citação do subconjunto de dados)
		1.13 O repositório facilita o uso de vocabulários controlados em seus registros de metadados
		1.14 Os metadados no repositório estão disponíveis para <i>download</i> , em formato bibliográfico padrão, sem custo para o usuário
<b>b) Acesso</b>	Essencial	2.1 Os recursos de conteúdo no repositório são disponibilizados sem custo para o usuário
		2.2 A página inicial de cada recurso de conteúdo no repositório inclui um <i>link</i> para o recurso
		2.3 O repositório possibilita o acesso à sua documentação e aos seus metadados para pessoas com alguma deficiência
		2.4 Nos casos em que o repositório está coletando dados de pesquisa confidenciais, existem mecanismos que permitem que os proprietários dos dados limitem o acesso apenas aos usuários autorizados



(continuação)

Objetivo	Características		
<b>c) Acesso</b>	Desejada	2.5	O repositório oferece uma interface de usuário responsiva e compatível com dispositivos móveis
		2.6	O repositório fornece um mecanismo que permite disponibilizar arquivos muito grandes para os usuários fora da interface habitual de usuário (nos casos em que o tamanho do arquivo se torna pesado e de manejo difícil para o usuário)
		2.7	Nos casos em que há restrição de acesso a um recurso de conteúdo, o repositório facilita uma forma indireta de acesso a esse recurso (por exemplo, entrando em contato com o autor)
		2.8	Nos casos em que o repositório coleta dados de pesquisa confidenciais, ele recomendará ferramentas para torná-los anônimos para permitir o compartilhamento de dados
		2.9	O repositório adere à versão mais recente das Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web do W3C ( <i>World Wide Web Consortium</i> )
<b>d) Reutilização</b>	Essencial	3.1	O repositório inclui informações de licenciamento no registro de metadados que estipula condições de uso para o recurso de conteúdo
	Desejada	3.2	As páginas iniciais dos recursos no repositório incluem metadados com informações necessárias para citação dos recursos e estão em formato legível por máquina
		3.3	O repositório adota o <i>Signposting</i> para oferecer suporte ao acesso da máquina aos recursos (o <i>Signposting</i> possibilita a descoberta automática de uma variedade de informações associadas ou pertencentes a um recurso)
		3.4	Os recursos de conteúdo são armazenados em formatos não proprietários e legíveis por máquina
		3.5	Quando os recursos de conteúdo são recebidos em formatos proprietários ou não legíveis por máquina, o repositório tenta criar versões em formatos abertos, compatíveis com os padrões e legíveis por máquina.
		3.6	O repositório fornece termos de uso para os recursos de conteúdo que não possuem uma licença de uso padrão, incluindo quaisquer termos de uso acordados no momento do depósito
<b>e) Integridade e autenticidade</b>	Essencial	4.1	O repositório aplica práticas de segurança para impedir a manipulação não autorizada de recursos de conteúdo
		4.2	O repositório oferece suporte à revisão dos metadados e controle de versão dos recursos de conteúdo por depositante ou administrador
		4.3	O repositório realiza verificações de integridade dos recursos de conteúdo regularmente, a fim de detectar alterações não autorizadas ou danos acidentais
<b>f) Garantia de qualidade</b>	Essencial	5.1	O repositório realiza revisão leve (e aprimoramento, se necessário) de metadados básicos após o envio do recurso
		5.2	O repositório fornece documentação ou tem uma política detalhando quais processos de curadoria são aplicados aos recursos e metadados
<b>g) Preservação</b>	Essencial	6.1	O repositório tem um plano de preservação digital que define a duração do tempo em que os recursos serão gerenciados, identifica as funções e documenta os procedimentos para a preservação de diferentes formatos de recursos
		6.2	O repositório registra <i>checksum</i> (soma de verificação) quando um recurso é enviado para submissão/deposição ou é modificado
		6.3	O repositório coleta metadados básicos de preservação, incluindo proveniência, data de <i>upload</i> e formato de arquivo

(conclusão)

Objetivo	Características	
<b>h) Preservação</b>	Essencial	6.4 O acordo entre depositante e repositório prevê todas as ações necessárias para atender as responsabilidades de preservação (por exemplo, direitos para copiar, transformar e armazenar os itens)
		6.5 Os metadados e os recursos de conteúdo do repositório podem ser copiados ou migrados para outros sistemas
		6.6 Pelo menos uma cópia do conteúdo do repositório é armazenada em um local diferente do repositório original
		6.7 O repositório tem um plano de continuidade de negócios que detalha a resposta e os procedimentos em caso de desastres naturais ou ataques cibernéticos
	Desejada	6.8 O repositório coleta metadados de preservação que estão em conformidade com um esquema de metadados apropriado (por exemplo, o padrão internacional PREMIS ( <i>Preservation Metadata: Implementation Strategies</i> ))
<b>i) Sustentabilidade e governança</b>	Essencial	7.1 O repositório indica claramente qual organização é responsável por sua gestão e a natureza de sua governança
		7.2 O repositório tem um ponto de contato para auxiliar os usuários e pelo menos um membro da equipe com a responsabilidade explícita de gerenciar os serviços
		7.3 O repositório responde às consultas dentro de um prazo razoável
		7.4 O repositório tem uma política disponível publicamente informando o que acontecerá com os recursos se as operações cessarem
		7.5 O repositório (ou organização que gerencia o repositório) tem um plano de longo prazo para gerenciar e financiar o repositório
<b>j) Outras características</b>	Essencial	8.1 O repositório fornece documentação pública que descreve o escopo dos recursos de conteúdo aceitos no repositório
	Desejada	8.2 O repositório suporta submissão mediada usando protocolos padronizados, como o SWORD ( <i>Simple Web-service Offering Repository Deposit</i> )
		8.3 O sistema de submissão/depósito do repositório permite uploads individuais e uploads em massa
		8.4 O repositório coleta e compartilha informações de uso aplicando uma metodologia padrão (por exemplo, número de visualizações, <i>downloads</i> )
		8.5 O repositório é construído em software de código aberto e bem suportado

Fonte: traduzido e adaptado de COAR (2020a; 2020b; 2022a)<sup>9</sup>

<sup>9</sup> As adaptações referem-se à inclusão de três exemplos e a apresentação de alguns termos em inglês com a definição para o português. Utilizou-se a 1ª versão de outubro de 2020 do *Framework* da COAR traduzida para o português pelo IBICT em 2020 como base preliminar para realizar a tradução e adaptação desta 2ª versão.